



revista Eptic

REVISTA ELETRÔNICA INTERNACIONAL DE ECONOMIA
POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA

DOSSIÊ TEMÁTICO

COMUNICAÇÃO E MARXISMO

VOL. 25, Nº 2, MAI.-AGO. 2023
ISSN 1518-2487

Revista quadrimestral vinculada ao Observatório de Economia e Comunicação (OBSCOM) e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe

OBSCOM - UFS

Coordenação

Profa. Dra. Verlane Aragão Santos
Prof. Dr. César Ricardo Siqueira Bolaño

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - UFS

Coordenação

Profa. Dra. Raquel Marques Carriço Ferreira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - UFS

Coordenação

Profa. Dra. Denisia Araujo das Chagas

REVISTA EPTIC

Diretor

Prof. Dr. Cesar Siqueira Bolaño, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

Editora-gerente

Profa. Dra. Verlane Aragão Santos, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

Editora-chefe

Profa. Dra. Helena Martins, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

Editores Adjuntos

Dr. Jonas Chagas Lucio Valente, pesquisador, Brasil
Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Moreno Marques, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Secretária Executiva

Profa. Dra. Patricia Mauricio, PUC-Rio, Brasil

Projeto Gráfico

Débora Gomes dos Santos e Ruy Sardinha

Diagramação

Debora Gomes dos Santos e Fabrício Gonçalves

Revisão

Ida Andrade

Conselho Editorial

Prof. Dr. Abraham Benzaquen Sicso, FUNDAJ, Brasil
Prof. Dr. Alain Rallet, Université Paris-Dauphine, França
Prof. Dr. Alain Herscovici, UFES, Brasil
Prof. Dr. Césaire Galvan, FUNDAJ, Brasil
Prof.ª. Dr.ª Delia Crovi Druetta, UNAM, México
Prof. Dr. Dênis Moraes, UFF, Brasil
Prof. Dr. Diego Portales, Universidade del Chile, Chile
Prof. Dr. Dominique Leroy, Université Picardie, França
Prof. Dr. Edgard Rebouças, UFP, Brasil
Prof. Dr. Enrique Bustamante, UCM, Espanha
Prof. Dr. Enrique Sánchez, Universidad de Guanajuato, México
Prof. Dr. Francisco Rui Cádima, UNL, Portugal
Prof. Dr. Francisco Sierra, Un. Sevilla, Espanha
Prof. Dr. Gaëtan Tremblay, Université du Québec, Canadá
Prof. Dr. Graham Murdock, Loughborough University, Reino Unido
Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira, UFES, Brasil
Prof. Dr. Guillermo Mastriani, UBA, Argentina
Prof. Dr. Helenice Carvalho, UNISINOS, Brasil
Prof. Dr. Isabel Urioste, Université de Technologie de Compiègne, França
Prof. Dr. Joseph Straubhaar, University of Texas, Estados Unidos
Prof. Dr. Juan Carlos de Miguel, EUH, Espanha
Prof. Dr. Luiz Guilherme Duarte, UPX, Estados Unidos
Prof. Dr. Marcelo Kischinhevsky, UERJ, Brasil
Prof.ª Dr.ª Márcia Regina Tosta Dias, UNIFESP, Brasil
Prof. Dr. Marcial Murciano Martinez, UAB, Espanha
Prof. Dr. Marcio Wohlers de Almeida, UNICAMP, Brasil
Prof. Dr. Marcos Dantas, UFRJ, Brasil
Prof. Dr. Nicholas Garham, University of Westminster, Reino Unido
Prof. Dr. Othon Jambeiro, UFBA, Brasil
Prof. Dr. Pedro Jorge Braumann, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
Prof. Dr. Peter Golding, Northumbria University, Reino Unido
Prof. Dr. Philip Schlesinger, University of Glasgow, Reino Unido
Prof. Dr. Pierre Fayard, Université de Poitiers-Accueil, França
Prof. Dr. Ramón Zallo, Universidad Pais Vasco, Espanha
Prof. Dr. Sergio Augusto Soares Mattos, UFBA, Brasil
Prof. Dr. Sergio Capparelli, UFRGS, Brasil
Prof. Dr. William Dias Braga, UFRJ, Brasil

Coordenação do Dossiê Temático

Pablo Nabarrete Bastos, Manuel Dourado Bastos

Autores desta edição

Alberto Marques, André Januário, Beatriz Chaves, Cátia Guimarães, César Bolaño, Clarissa Peixoto, Eduardo Coutinho, Fernanda Ramos da Silva, Flavio Ferreira Lima, Florence Dravet, Helena Martins, José Paulo Guedes Pinto, Kenzo Soares Seto, Luana Bonone, Maira Sardinha, Manoel Dourado Bastos, Miguel Papi, Octavio Penna Pieranti, Pablo Nabarrete Bastos, Rafael Bellan Rodrigues de Souza, Samuel Lima, Veridiana Zurita

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA REVISTA

César Bolaño, Helena Martins

5

ARTIGOS E ENSAIOS

Reflexões sobre o apoio sistemático da mídia hegemônica ao aparato coercitivo do Estado, a partir da cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção federal de 2018

Fernanda Ramos da Silva, Pablo Nabarrete Bastos

9

“Irradiações alienígenas” em ondas curtas: como emissoras de rádio de países socialistas cobriam o Brasil durante a Guerra Fria

Octavio Penna Pieranti, Flavio Ferreira Lima

27

A constituição do campo de pesquisa da Economia Criativa no âmbito internacional

Florence Dravet, Alberto Marques, Beatriz Chaves, Maira Sardinha

49

DOSSIÊ TEMÁTICO

Apresentação do Dossiê Temático Comunicação e Marxismo na arena epistemológica e política

Pablo Nabarrete Bastos, Manoel Dourado Bastos

74

“Comunicação é organização” – Entrevista com César Bolaño

Pablo Nabarrete Bastos, Manoel Dourado Bastos

80

Brecht: arte de vanguarda e luta ideológica Eduardo Coutinho	98
O jornalismo crítico-emancipatório como “arma de combate”: aportes marxistas para a superação do subjetivismo Rafael Bellan Rodrigues de Souza	114
Jornalismo como forma de produção do conhecimento: práxis jornalística nas obras de Antonio Gramsci e Adelmo Genro Filho Clarissa Peixoto, Samuel Lima	132
A teoria dialética da informação e as mudanças nas mediações comunicacionais Luana Bonone, André Januário, Miguel Papi	149
Subimperialismo de dados: uma crítica ao colonialismo de dados a partir da Teoria Marxista da Dependência e da emergência das Big Techs sul-americanas Kenzo Soares Seto	165
Hegemonia, senso comum e ideologia: contribuições do marxismo para o debate sobre desinformação e ‘pós-verdade’ Cátia Guimarães	185
Influenciadores-mirins digitais e sua função na circulação do capital Veridiana Zurita e José Paulo Guedes Pinto	208
APOIO	226

Apresentação da Revista

César Bolaño e Helena Martins, pela equipe editorial

A edição atual da Revista Eptic debruça-se sobre um encontro central para sua própria existência: comunicação e marxismo. As novas discussões que resultaram no Dossiê Temático sobre esta dupla ganharam centralidade no processo de reativagem da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), ocorrido em 2022. Ainda que não tenha logrado êxito, como é discutido por Pablo Nabarrete Bastos e Manoel Dourado Bastos na apresentação do dossiê que ambos organizam, tal processo evidenciou o crescente interesse de pesquisadores e pesquisadoras pelo marxismo, e, por outro lado, os entraves institucionais que fazem desta uma abordagem teórica contra-hegemônica.

A questão, para além do processo específico, reacendeu, entre nós, a reflexão sobre a disputa epistemológica como parte da disputa política. Um tema que, desde outras vertentes teóricas, como a perspectiva decolonial, atualmente tem sido objeto de discussões importantes que vinculam a produção teórica à dominação social. Como analisa Quijano (2005), a expansão europeia está fundada não apenas na generalização da forma mercadoria, mas ainda numa epistemologia fundamentada no conceito de raça, que torna “o outro” da cultura ocidental um objeto, justificando a sua escravização, ou a sua redução à servidão, em nome da missão civilizadora da Europa e seu projeto modernizador.



Creative Commons



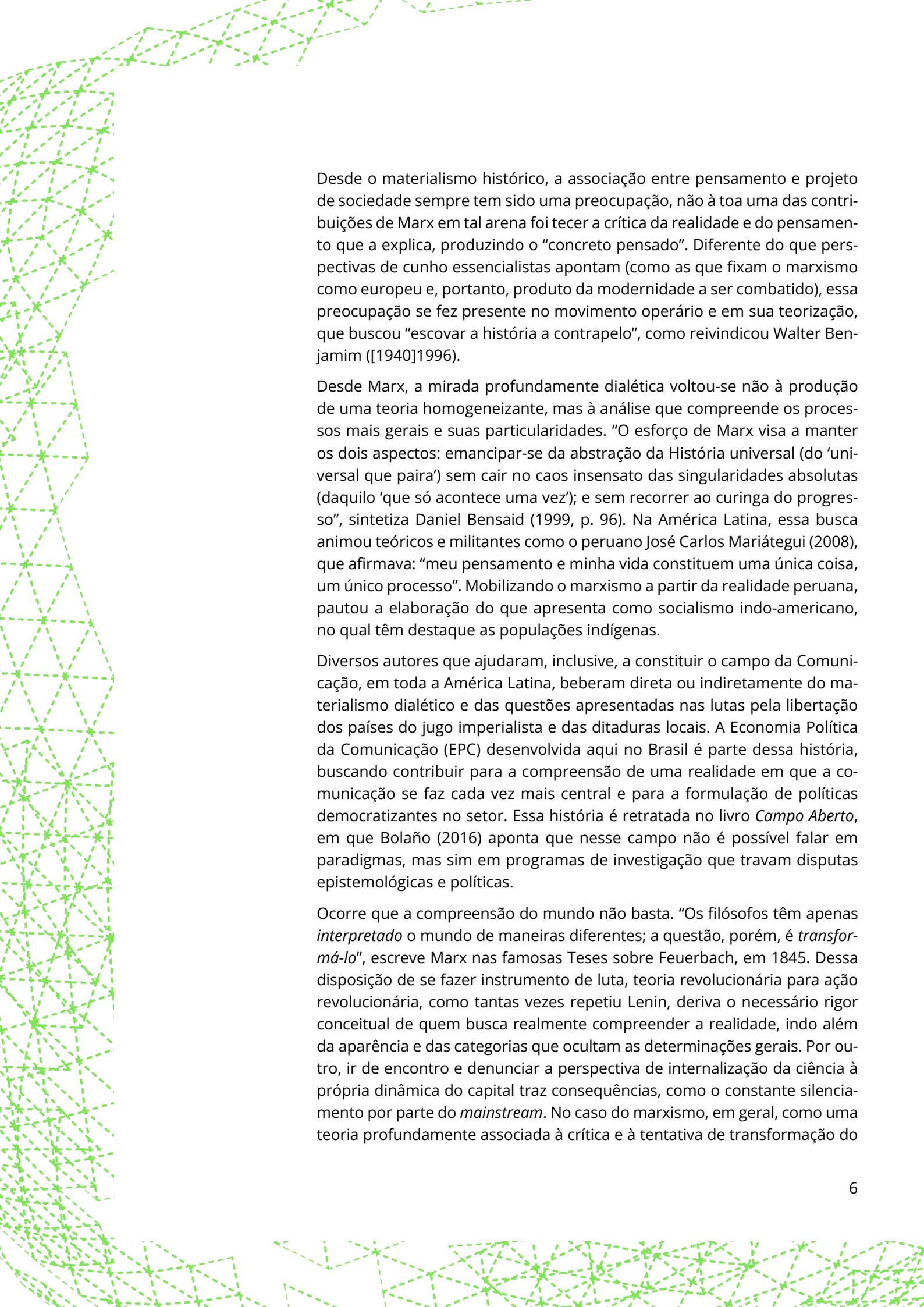
Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual




Desde o materialismo histórico, a associação entre pensamento e projeto de sociedade sempre tem sido uma preocupação, não à toa uma das contribuições de Marx em tal arena foi tecer a crítica da realidade e do pensamento que a explica, produzindo o “concreto pensado”. Diferente do que perspectivas de cunho essencialistas apontam (como as que fixam o marxismo como europeu e, portanto, produto da modernidade a ser combatido), essa preocupação se fez presente no movimento operário e em sua teorização, que buscou “escovar a história a contrapelo”, como reivindicou Walter Benjamin ([1940]1996).

Desde Marx, a mirada profundamente dialética voltou-se não à produção de uma teoria homogeneizante, mas à análise que compreende os processos mais gerais e suas particularidades. “O esforço de Marx visa a manter os dois aspectos: emancipar-se da abstração da História universal (do ‘universal que paira’) sem cair no caos insensato das singularidades absolutas (daquilo ‘que só acontece uma vez’); e sem recorrer ao curinga do progresso”, sintetiza Daniel Bensaid (1999, p. 96). Na América Latina, essa busca animou teóricos e militantes como o peruano José Carlos Mariátegui (2008), que afirmava: “meu pensamento e minha vida constituem uma única coisa, um único processo”. Mobilizando o marxismo a partir da realidade peruana, pautou a elaboração do que apresenta como socialismo indo-americano, no qual têm destaque as populações indígenas.

Diversos autores que ajudaram, inclusive, a constituir o campo da Comunicação, em toda a América Latina, beberam direta ou indiretamente do materialismo dialético e das questões apresentadas nas lutas pela libertação dos países do jugo imperialista e das ditaduras locais. A Economia Política da Comunicação (EPC) desenvolvida aqui no Brasil é parte dessa história, buscando contribuir para a compreensão de uma realidade em que a comunicação se faz cada vez mais central e para a formulação de políticas democratizantes no setor. Essa história é retratada no livro *Campo Aberto*, em que Bolaño (2016) aponta que nesse campo não é possível falar em paradigmas, mas sim em programas de investigação que travam disputas epistemológicas e políticas.

Ocorre que a compreensão do mundo não basta. “Os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*”, escreve Marx nas famosas Teses sobre Feuerbach, em 1845. Dessa disposição de se fazer instrumento de luta, teoria revolucionária para ação revolucionária, como tantas vezes repetiu Lenin, deriva o necessário rigor conceitual de quem busca realmente compreender a realidade, indo além da aparência e das categorias que ocultam as determinações gerais. Por outro, ir de encontro e denunciar a perspectiva de internalização da ciência à própria dinâmica do capital traz consequências, como o constante silenciamento por parte do *mainstream*. No caso do marxismo, em geral, como uma teoria profundamente associada à crítica e à tentativa de transformação do




mundo, em seus quase 200 anos de história, tem sido objeto de ataques, inclusive por meio de violências explícitas, como na época do macarthismo nos Estados Unidos ou durante as ditaduras latino-americanas. Outras formas mais sutis de apagamento se apresentam também em relação às tentativas de desdobramento em diversas áreas, como na Comunicação. Basta olhar as coletâneas sobre as teorias da comunicação para o comprovar.

A crítica radical à dimensão política da epistemologia é fundamental para pensarmos o passado, o presente e o futuro das teorias e das lutas sociais. Os trabalhos aqui apresentados são exemplos disso. Na seção Artigos e Ensaaios, Fernanda Ramos da Silva e Pablo Nabarrete Bastos discutem *O apoio sistemático da mídia hegemônica ao aparato coercitivo do Estado a partir da cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção federal de 2018*. Apontam a colaboração da imprensa hegemônica com a defesa da ampliação do aparato coercitivo do Estado brasileiro. Tema urgente tendo em vista os frequentes assassinatos em estados como Rio de Janeiro, Bahia e Ceará, diante dos quais o recrudescimento da força por meio de novas intervenções é apresentado como saída. O texto nos ajuda a discutir o posicionamento da mídia não só no contexto nacional, mas também na própria cobertura que acompanhamos, neste momento, sobre o conflito entre Israel e Palestina, com narrativas que naturalizam ou ocultam a agressão histórica contra palestinos e chegam a justificar as operações de extermínio deles.

Dado seu papel na promoção de ideologias e suas implicações políticas, a história da comunicação é também permeada por disputas. O artigo *“Irradiações alienígenas” em ondas curtas: como emissoras de rádio de países socialistas cobriam o Brasil durante a Guerra Fria*, de Octavio Penna Pieranti e Flavio Ferreira Lima, apresenta uma abordagem original ao mapear a presença de emissoras da União Soviética, de Cuba e outros países vistos como ameaças ao regime ditatorial no território brasileiro, particularmente na Amazônia, o que levou a ditadura militar a criar a Radiobrás e a Rádio Nacional da Amazônia como forma de se contrapor àquelas emissoras.

Ainda na referida seção, Florence Dravet, Alberto Marques, Beatriz Chaves e Maira Sardinha apresentam o estudo bibliográfico *A constituição do campo de pesquisa da Economia Criativa no âmbito internacional*, que contribui para visualizarmos como a academia tem internalizado a perspectiva dos países anglo-saxônicos que buscam na “economia criativa” uma política de valorização econômica do setor cultural e sua ampliação para outros setores criativos, dentro da perspectiva de ampliação da mercantilização da cultura. Os autores apontam, diante disso, questionamentos sobre as possibilidades de outras perspectivas emergirem de países com outras configurações socioeconômicas, caso do Brasil. Aqui, cumpre ressaltar, também a EPC e os estudos sobre políticas culturais têm se debruçado sobre o tema, problematizando a questão da criatividade como parte da afirmação da soberania.



Tais artigos e todo o Dossiê Temático Comunicação e Marxismo, cujos textos são devidamente resumidos em sua apresentação, podem, pois, contribuir para refletirmos criticamente sobre nossa realidade e pensarmos respostas aos nossos desafios coletivos, intenção primordial desta revista. Desejamos boa leitura!

Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BENSAID, D. **Marx, o intempestivo**. Grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOLAÑO, C. R. S. **Campo aberto** – para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado do Sergipe – Edise, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

**Reflexões sobre o apoio sistemático da mídia
hegemônica ao aparato coercitivo do Estado, a partir
da cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção
federal de 2018**

**Reflexiones sobre el apoyo sistemático de los medios
hegemónicos al aparato coercitivo del Estado, a partir
del cubrimiento periodístico del Jornal Nacional sobre la
intervención federal de 2018**

**Reflections on the systematic support given by hegemonic
media to the cohesive apparatus of the State, considering
the coverage by Jornal Nacional about the federal
intervention of 2018**

Fernanda Ramos da Silva

Jornalista formada pelo Departamento de Comunicação e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF). Contato: ramos.frs@gmail.com.

Pablo Nabarrete Bastos

Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF). Pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (JCNE). Contato: pablobastos@id.uff.br.

Submetido em: 24 ago. 2022

Aprovado em: 28 ago. 2023



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual

Resumo

Este artigo possui como objetivo investigar a relação entre os aparelhos privados de hegemonia e o aparato coercitivo do Estado brasileiro, por meio de uma análise sobre a cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro em 2018. Os programas foram analisados com base na Análise Televisual (BECKER, 2012) em articulação com reflexões sobre Estado, ideologia, mídia e violência, vistos sob uma perspectiva marxista, com ênfase na teoria gramsciana. Foi possível perceber um apoio inicial do telejornal à intervenção, que depois foi substituído por críticas e clamores pela ampliação do aparato coercitivo do Estado brasileiro. No entanto, a cobertura não abordou as causas da violência ou a lógica da política de segurança empregada no estado e no país, contribuindo para o fortalecimento do Estado Penal e da hegemonia das classes dominantes no Brasil.

Palavras-chave: Intervenção federal. Hegemonia. Medo.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo investigar la relación entre los aparatos privados de hegemonía y el aparato coercitivo del Estado brasileño, por medio de un análisis sobre el cubrimiento periodístico del Jornal Nacional sobre la intervención federal en la seguridad pública del estado de Río de Janeiro en 2018. Los programas fueron estudiados con base en el Análisis Televisual (BECKER, 2012) en articulación con reflexiones sobre Estado, ideología, medios de comunicación y violencia, vistos delante de una perspectiva marxista, con énfasis en la teoría gramsciana. Fue posible percibir un apoyo inicial del telediario a la intervención, que después fue sustituido por críticas y clamores por la ampliación del aparato coercitivo del Estado brasileño. No obstante, el cubrimiento no trató sobre las causas de la violencia o sobre la lógica de la política de seguridad empleada en el estado y en el país, sirviendo para el fortalecimiento del Estado Penal y de la hegemonía de las clases dominantes en Brasil.

Palabras clave: Intervención federal. Hegemonía. Miedo.

Abstract

This article aims at investigating the relationship between the private hegemony apparatuses and the cohesive apparatus of the Brazilian State, through an analysis about the coverage of Jornal Nacional about the federal intervention on public security in the state of Rio de Janeiro in 2018. The programs were analyzed based on the Televisual Analysis (BECKER, 2012) in articulation with reflections about State, ideology, media and violence, seen from a Marxist and Gramscian perspective. It was possible to notice the initial support of the program to the intervention, which was later replaced with criticism and cries for the broadening of the cohesive apparatus of the Brazilian State. However, the coverage did not address the causes of violence or the logic behind the public security policy conducted in the state and in the country, contributing for strengthening the Penal State and the hegemony of the ruling classes in Brazil.

Keywords: Federal intervention. Hegemony. Fear.

1 Cf. <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/22/upp-10-anos/>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

2 Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghml>. Acesso em: 17 jun. 2023.

Introdução


Em novembro de 2008, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PM-RJ) iniciava as ocupações militares no Morro Santa Marta e na Cidade de Deus que dariam origem às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A permanência da PM nas favelas afetaria profundamente o cotidiano de moradores, policiais e traficantes, a organização de suas rotinas, sociabilidade e mobilidade (MENEZES, 2018).

O estado chegou a ter 38 UPPs até 2018¹. Conforme iam tomando forma, elas passaram a ser apresentadas pelos órgãos governamentais e pela mídia hegemônica ora como um projeto de polícia comunitária, ora como polícia de proximidade (CARVALHO, 2018), e a justificativa do Executivo estadual para a medida se baseava na suposta “ausência de Estado” nas localidades. O aparato coercitivo seria necessário, portanto, para “abrir caminho” e possibilitar a oferta de serviços pelo poder público e pela iniciativa privada.

Quase dez anos depois, o ciclo das UPPs chegou ao fim com a decretação da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, sem um balanço político dos governantes frente à população a respeito daquela política. Na prática, algumas unidades foram extintas, outras mudaram sua forma de funcionamento, e muitas foram deixadas para definharem por falta de investimento do governo estadual, mostrando que as UPPs deixaram de ser o carro-chefe da política de segurança no estado.

Apesar da redução no número de tiroteios nos territórios “pacificados” na fase inicial das UPPs e da tentativa conjunta das autoridades e dos meios de comunicação hegemônicos de reformular positivamente a imagem da PM e de seus oficiais, a noção de pacificação pode ser questionada sob vários aspectos. Um deles é a eclosão de casos de letalidade policial, especialmente a partir de 2013, como a Chacina da Maré (2013), o desaparecimento do pedreiro Amarildo (2013), o assassinato de Cláudia Silva Ferreira (2014) e os cinco jovens mortos em Costa Barros com 111 tiros (2015), para mencionar apenas alguns dos acontecimentos mais emblemáticos da época. Embora esses casos não nos permitam realizar análise estatística e social mais ampla, são fatos emblemáticos que evidenciaram os limites e contradições das ações “políticas pacificadoras”. Além disso, houve o aprimoramento de mecanismos de controle, vigilância, disciplinarização e coerção nas favelas do estado, e a polícia passou a assumir inclusive um caráter civilizatório, de “vigiar, educar, revistar e gerir o cotidiano” (CARVALHO, 2018, p. 108). O avanço da militarização do cotidiano dos favelados e moradores de bairros e cidades periféricas foi, sem sombra de dúvidas, um dos principais legados das UPPs.

A intervenção federal², decretada no dia 16 de fevereiro de 2018 pelo então presidente da República Michel Temer (MDB-RJ), foi apresentada como uma resposta à suposta elevação do quadro de violência no Rio naquele



mês. A medida foi anunciada logo após a semana do carnaval, que foi marcada por notícias sobre crimes contra patrimônio, como roubos, furtos e arrastões, veiculadas à exaustão pelos principais telejornais do estado e do país. Sem mencionar nenhum fato concreto que subsidiasse a decisão, Temer apenas afirmou que a intervenção era necessária porque o Rio estava tomado pelo “crime organizado”, e teria “bairros inteiros sitiados, escolas sob a mira de fuzis e avenidas transformadas em trincheiras” (CASTILHOS; MAZUI; CARAM, 2018). A partir daquela data até 31 de dezembro de 2018, o general do Exército Walter Souza Braga Netto, do Comando Militar do Leste, atuou como interventor no estado, respondendo pela gestão da política de segurança do Rio, incluindo a Secretaria de Segurança, as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e o sistema carcerário.

Assim como as UPPs, a intervenção federal também fez aumentar os índices de letalidade policial e a militarização da vida, especialmente em territórios periféricos. O relatório final do Observatório da Intervenção mostrou que, durante 2018, houve o total de 1.375 mortes decorrentes de ação policial, 33,6% a mais do que o índice registrado no mesmo período do ano anterior. Nenhuma região do estado teve esse número reduzido, de acordo com o documento. E o aumento foi ainda maior fora da capital: na Grande Niterói, atingiu 47,3%; na Baixada Fluminense, 60,8%; e no Interior, 82,6%. O documento também divulga que houve 8.613 tiroteios e disparos de armas de fogo durante o ano, constituindo um crescimento de 56,6% em relação ao mesmo período de 2017. Houve o registro de 54 chacinas, que deixaram 216 pessoas mortas, valor 63,6% maior em comparação com o ano anterior. Embora tenha havido uma queda no índice de crimes contra o patrimônio de uma forma geral, especialmente no que diz respeito aos roubos de carga, o indicador estratégico de roubos de rua (que inclui roubos a transeuntes, roubo em coletivo e roubo de aparelho celular e é o tipo de roubo que afeta mais diretamente o cotidiano da população) permaneceu semelhante a 2017, crescendo apenas 1%. E mesmo o número de roubos de carga cresceu nos últimos três meses da intervenção, “revelando que as estratégias adotadas pela intervenção para o combate dos roubos de carga (operações ostensivas, em sua maioria) não foram eficazes na manutenção da queda obtida entre abril e setembro de 2018” (RAMOS, 2019, p. 8). O Observatório da Intervenção, que foi uma iniciativa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes em articulação com outras entidades da sociedade civil, fez o seguinte balanço a respeito dessa política:

Durante esses dez meses de 2018, não foram feitos investimentos significativos no combate aos grupos de milícias e à corrupção policial. A modernização da gestão das polícias também não foi priorizada – a renovação se restringiu à compra de equipamentos. Ao mesmo tempo, práticas violentas da polícia fluminense continuaram e se agravaram. Em vez de modernizar,

3 A análise foi feita a partir dos vídeos disponibilizados pela emissora na Internet pela plataforma do Globoplay.

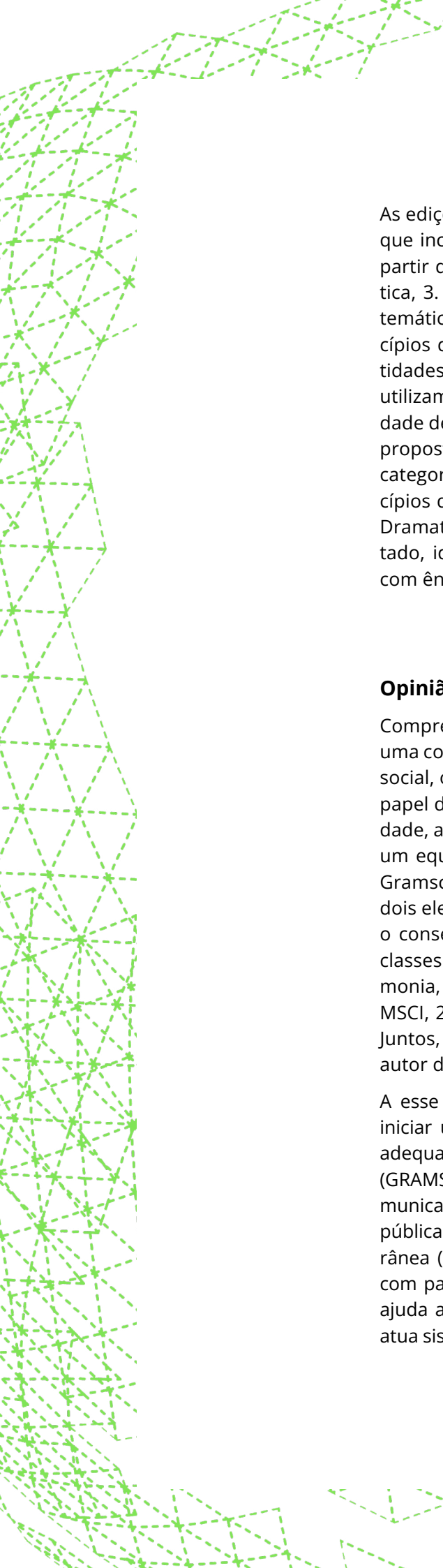
4 Dissertação de Mestrado "A ideologia do Estado penal. Coerção e consenso na cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção federal, de Fernanda Ramos da Silva, orientada por Pablo Nabarrete Bastos no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense, em 2021.

reformular ou mudar, a intervenção levou ao extremo políticas que o Rio de Janeiro já conhecia: a abordagem dos problemas de violência e criminalidade a partir de uma lógica de guerra, baseada no uso de tropas de combate, ocupações de favelas e grandes operações. (RAMOS, 2019, p. 3)

Diante deste cenário, uma pergunta se faz necessária: por que, mesmo após o fracasso sucessivo de políticas de segurança pública centradas sobre uma lógica de confronto e guerra para reduzir os índices de criminalidade no estado, políticas que apenas fazem aumentar o número de assassinatos e encarceramento de jovens negros e pobres, parte significativa da população segue clamando por mais policiamento, mais armamento, mais confrontos e mais prisões? A atuação sistemática dos meios de comunicação na legitimação do Estado Penal ou, em outras palavras, a relação cada vez mais próxima entrelaçada entre aparelhos privados de hegemonia, especialmente a mídia hegemônica, e o aparato coercitivo do Estado, ou entre sociedade civil (consenso) e sociedade política (força), outras categorias gramscianas relacionadas (GRAMSCI, 2007), parece ser uma chave analítica importante para a compreensão deste fenômeno.

Nesse sentido, este artigo busca traçar uma análise sobre a cobertura do Jornal Nacional a respeito da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Considerando que 97,3% dos domicílios brasileiros tem TV e que a Globo cobre 99,44% desses domicílios (GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO, 2018), dados do ano de nossa pesquisa, investigar a maneira como o principal telejornal diário desta empresa codifica os acontecimentos do país parece, ainda, extremamente relevante.

Com a intenção de obter um panorama geral sobre a cobertura, desde o anúncio até o término da intervenção, três semanas de programação foram selecionadas para análise³: a primeira (16 a 22 de fevereiro), a do meio (21 a 27 de julho) e a última (25 a 31 de dezembro), considerando seis programas por semana. Para a pesquisa⁴ que deu origem a este artigo, havíamos selecionado 66 edições do Jornal Nacional, que foram ao ar entre os dias 16 e 22 de cada mês entre fevereiro e dezembro de 2018, totalizando 11 semanas de programação. Esse recorte temporal considerou a primeira semana a partir do anúncio do decreto da Intervenção Federal pelo então presidente da República Michel Temer, que aconteceu no dia 16 de fevereiro. Os mesmos dias foram analisados nos meses seguintes, até dezembro de 2018, quando a Intervenção na segurança pública do Rio terminaria. Escolhemos fazer dessa forma para que houvesse um padrão que não impactasse negativamente na parte quantitativa da análise, embora reconheçamos que, dessa maneira, seja possível que algum aspecto relevante sobre a cobertura possa ter ficado de fora dessa análise. Para obtermos um olhar mais abrangente da investigação, para este artigo optamos por um critério de recorte temporal, focando no início, meio e fim da pesquisa empírica.




As edições foram analisadas a partir da Análise Televisual (BECKER, 2012), que inclui uma etapa quantitativa e outra qualitativa. A primeira se dá a partir das seguintes categorias analíticas: 1. Estrutura do texto, 2. Temática, 3. Enunciadores, 4. Visualidade, 5. Som e 6. Edição, com ênfase na temática. Já o estudo qualitativo foi feito através da aplicação de três princípios de enunciação: Fragmentação, Dramatização e Definição de Identidades e Valores. Em pesquisa mais ampla que originou este trabalho, utilizamos todas as categorias de análise supracitadas, mas por necessidade de maior concisão, neste artigo enfatizamos os caminhos de sentido propostos pela cobertura a partir das combinações entre as diferentes categorias analíticas da etapa quantitativa e, no que diz respeito aos princípios de enunciação, nos debruçamos especialmente sobre o princípio da Dramatização. Este estudo foi feito em articulação com debates sobre Estado, ideologia, mídia e violência, vistos sob uma perspectiva marxista, com ênfase na teoria gramsciana.

Opinião pública e ação coercitiva do Estado

Compreendida como “uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real” (GRAMSCI, 1999, p. 104) que atribuem a um grupo social, ou a uma articulação de classes que compõe um bloco de poder, o papel de liderança política, intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade, a hegemonia opera a partir da combinação de força e consenso, em um equilíbrio instável e constante tensão. Para o autor italiano Antonio Gramsci, a opinião pública é justamente o ponto de contato entre esses dois elementos, ou seja, entre a sociedade civil, responsável por construir o consenso e a adesão voluntária das classes dominadas às idéias das classes dominantes a partir da atuação dos aparelhos privados de hegemonia, e a sociedade política, que corresponde à tarefa coercitiva (GRAMSCI, 2007, p. 165), especialmente necessária quando o consenso falha. Juntos, sociedade política e sociedade civil compõem o Estado, visto pelo autor de maneira ampliada.

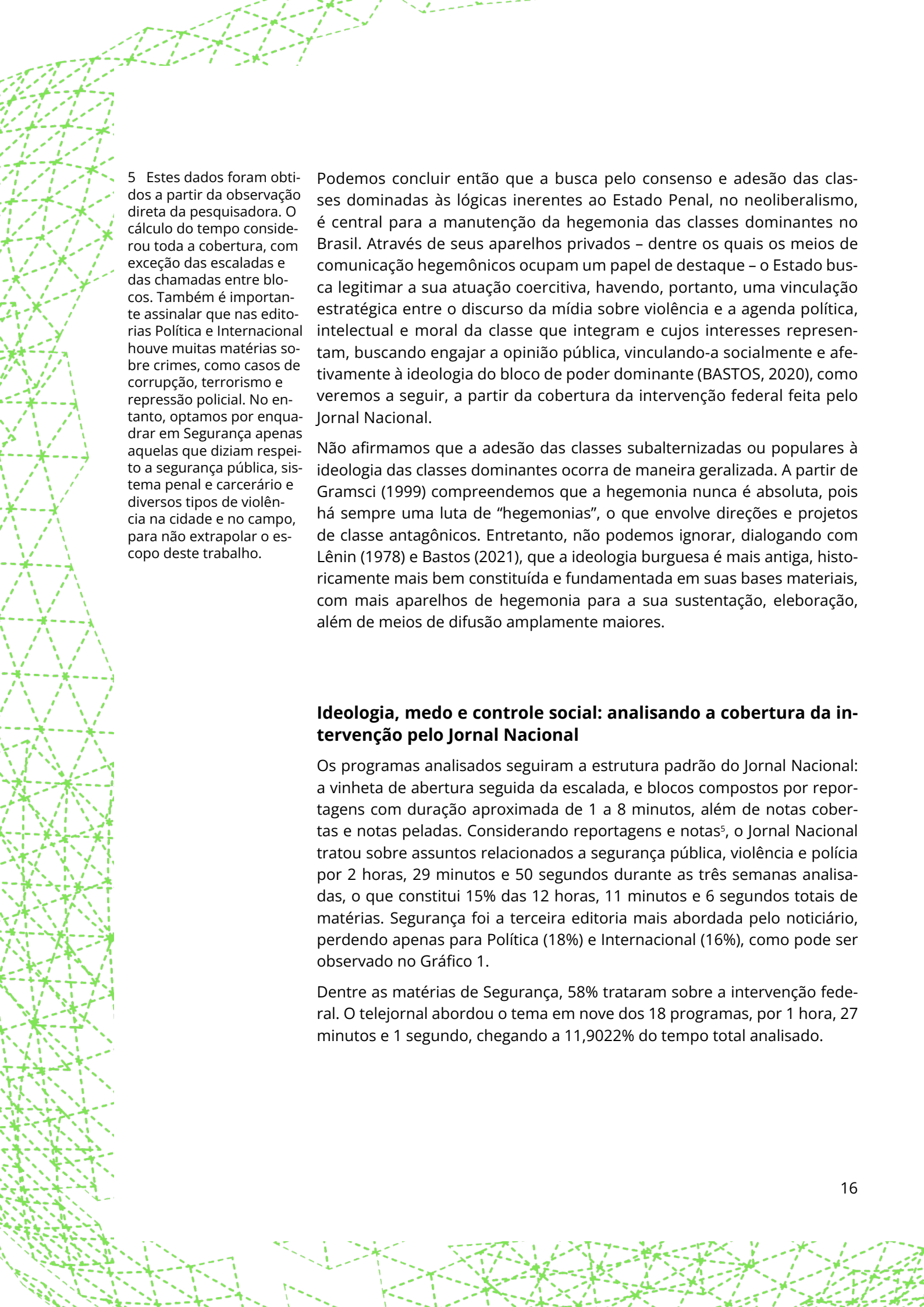
A esse respeito, Gramsci acrescenta ainda que “o Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade” (GRAMSCI, 2007, p. 265). Se considerarmos o fato de que os meios de comunicação hegemônicos são um dos principais articuladores da opinião pública hoje, pela centralidade que ocupam na sociedade civil contemporânea (COUTINHO, 2014, p. 44), como aparelhos privados de hegemonia com papel destacado em comparação aos demais, a reflexão de Gramsci ajuda a compreender os motivos pelos quais a mídia do bloco de poder atua sistematicamente no sentido de legitimar o aparato coercitivo do Esta-



do. Murilo César Ramos (2010), no intuito de atualizar e propor organização hierárquica aos aparelhos privados de hegemonia, segundo a capacidade de projeção de poder das instituições, propõe que a Empresa, que corresponde à forma ideológica e material de organização do mercado, e a Mídia, o conjunto das instituições de comunicação, sejam os mais poderosos aparelhos de hegemonia. Para Ramos (2010), o poder e singularidade da mídia estão em sua capacidade de produzir e disseminar conteúdos jornalísticos, informativos e de entretenimento “embebidos em sua virtual totalidade da lógica absoluta do consumo, que é a principal força ideologicamente reprodutora do capitalismo” (p. 6). Por outro lado, no contexto do neoliberalismo, as estruturas penais são essenciais para o Estado.

O poder coercitivo e as estruturas penais não constituem um desvio ou erro, e sim um de seus elementos constitutivos (WACQUANT, 2012). O Estado Penal é a forma das elites políticas reafirmarem a autoridade do Estado quando este abandona a proteção social e econômica das classes dominadas. O Estado Penal não é determinado pela elevação dos índices de criminalidade, mas pela necessidade de regulação da pobreza intensificada pela falta de proteção social, fragmentação do trabalho assalariado e precarização das condições de vida. O neoliberalismo articula quatro lógicas institucionais: 1) desregulamentação econômica, 2) delegação, retração e recomposição do Estado do bem-estar, 3) um aparato penal em expansão, invasivo e proativo, e 4) alegoria cultural da responsabilidade individual (WACQUANT, 2012, p. 32).

Ainda que o Brasil não tenha de fato experimentado o *welfare state* tal como na Europa ou nos Estados Unidos, é possível perceber que o neoliberalismo no país também intensificou essa modalidade de intervenção do Estado caracterizada não pela garantia de direitos, mas pela constituição de um aparato penal em constante expansão. Sob essa ótica, é possível concluir que tanto as UPPs quanto a intervenção federal realizada em 2018 obtiveram sucesso na afirmação da soberania das classes dominantes em determinar os rumos das políticas de segurança e da gestão da vida cotidiana, como também contribuíram para o aprofundamento da militarização e fortaleceram a legitimação dessa modalidade de atuação do Estado em toda a sociedade e particularmente nos territórios vistos como “perigosos” – favelas, periferias, bairros e cidades mais pobres. Apesar da distinção retórica entre as duas políticas (a metáfora da “paz” volta a dar lugar à metáfora da “guerra”), elas tem em comum o vínculo e o compromisso com a manutenção do Estado Penal, isto é, da gestão dos pobres e da pobreza a partir do encarceramento, da militarização e da ação policial. A perspectiva de intensificação do processo de penalização ampliado e do Estado Penal, por meio da política das UPPs, foi adotada na pesquisa de Marielle Franco (2014), com foco na Favela da Maré, conjunto de favelas localizadas na zona norte da capital fluminense.



5 Estes dados foram obtidos a partir da observação direta da pesquisadora. O cálculo do tempo considerou toda a cobertura, com exceção das escaladas e das chamadas entre blocos. Também é importante assinalar que nas editorias Política e Internacional houve muitas matérias sobre crimes, como casos de corrupção, terrorismo e repressão policial. No entanto, optamos por enquadrar em Segurança apenas aquelas que diziam respeito a segurança pública, sistema penal e carcerário e diversos tipos de violência na cidade e no campo, para não extrapolar o escopo deste trabalho.

Podemos concluir então que a busca pelo consenso e adesão das classes dominadas às lógicas inerentes ao Estado Penal, no neoliberalismo, é central para a manutenção da hegemonia das classes dominantes no Brasil. Através de seus aparelhos privados – dentre os quais os meios de comunicação hegemônicos ocupam um papel de destaque – o Estado busca legitimar a sua atuação coercitiva, havendo, portanto, uma vinculação estratégica entre o discurso da mídia sobre violência e a agenda política, intelectual e moral da classe que integram e cujos interesses representam, buscando engajar a opinião pública, vinculando-a socialmente e afetivamente à ideologia do bloco de poder dominante (BASTOS, 2020), como veremos a seguir, a partir da cobertura da intervenção federal feita pelo Jornal Nacional.

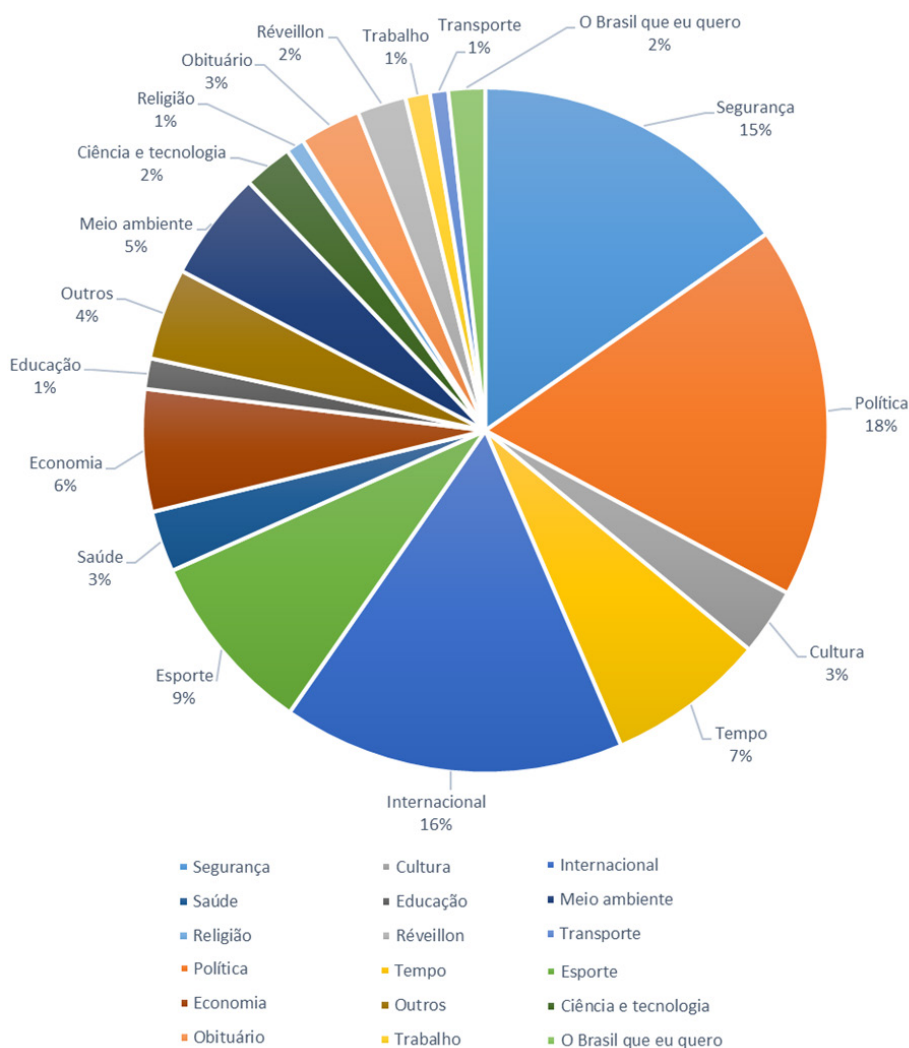
Não afirmamos que a adesão das classes subalternizadas ou populares à ideologia das classes dominantes ocorra de maneira generalizada. A partir de Gramsci (1999) compreendemos que a hegemonia nunca é absoluta, pois há sempre uma luta de “hegemonias”, o que envolve direções e projetos de classe antagônicos. Entretanto, não podemos ignorar, dialogando com Lênin (1978) e Bastos (2021), que a ideologia burguesa é mais antiga, historicamente mais bem constituída e fundamentada em suas bases materiais, com mais aparelhos de hegemonia para a sua sustentação, elaboração, além de meios de difusão amplamente maiores.

Ideologia, medo e controle social: analisando a cobertura da intervenção pelo Jornal Nacional

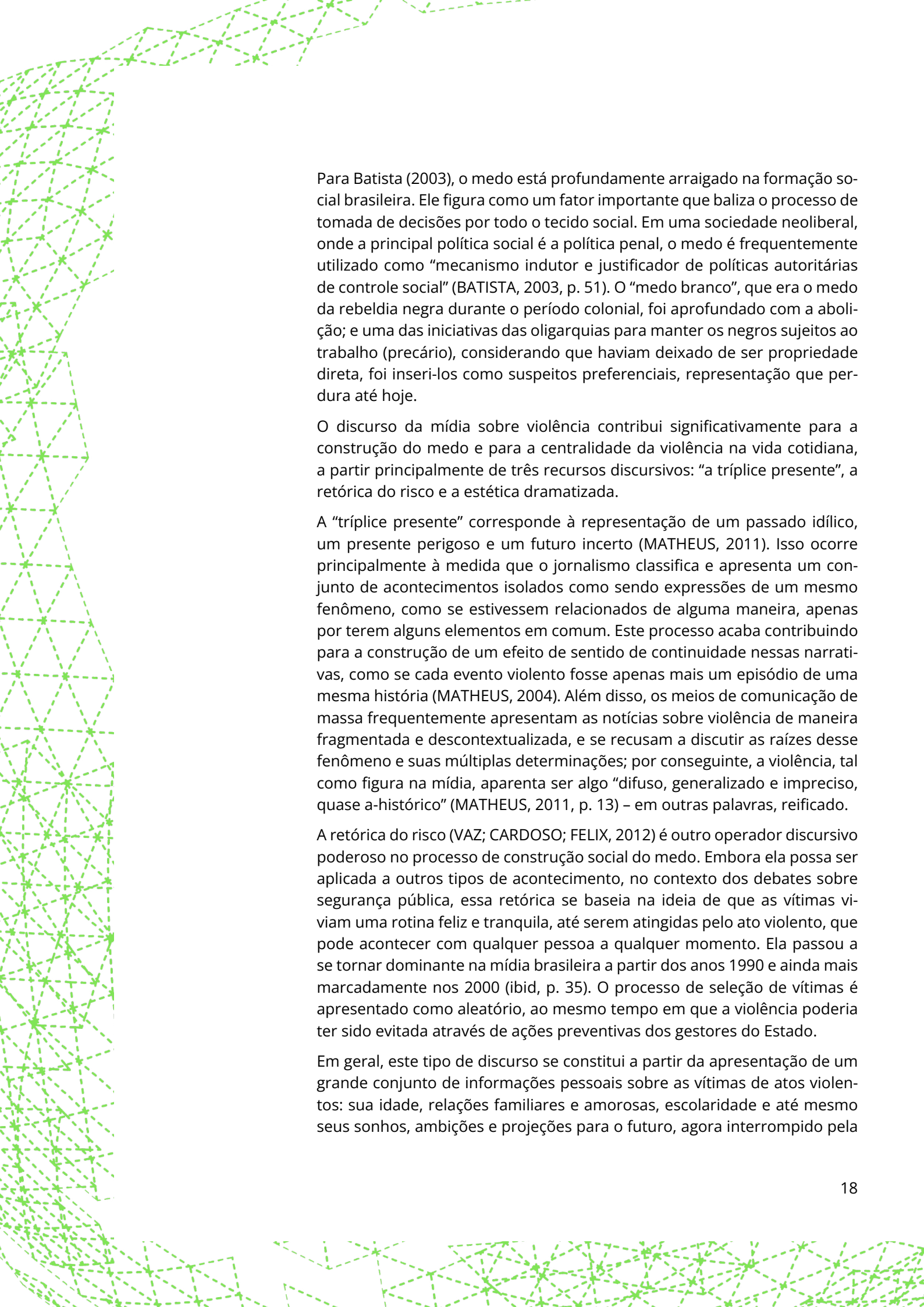
Os programas analisados seguiram a estrutura padrão do Jornal Nacional: a vinheta de abertura seguida da escalada, e blocos compostos por reportagens com duração aproximada de 1 a 8 minutos, além de notas cobertas e notas peladas. Considerando reportagens e notas⁵, o Jornal Nacional tratou sobre assuntos relacionados a segurança pública, violência e polícia por 2 horas, 29 minutos e 50 segundos durante as três semanas analisadas, o que constitui 15% das 12 horas, 11 minutos e 6 segundos totais de matérias. Segurança foi a terceira editoria mais abordada pelo noticiário, perdendo apenas para Política (18%) e Internacional (16%), como pode ser observado no Gráfico 1.

Dentre as matérias de Segurança, 58% trataram sobre a intervenção federal. O telejornal abordou o tema em nove dos 18 programas, por 1 hora, 27 minutos e 1 segundo, chegando a 11,9022% do tempo total analisado.

Gráfico 1- Editorias do Jornal Nacional. Fonte: os autores.



O destaque dado pelo JN à temática da segurança, incluindo matérias sobre crimes, violência e encarceramento, vai ao encontro da análise de que a “subjetividade penal” figura como um elemento fundamental da articulação do pensamento social no contemporâneo, conforme afirmam Coimbra e Scheinvar (2012). As autoras defendem que, nas mais diversas esferas da vida cotidiana, como campanhas eleitorais, análises institucionais, científicas ou espaços privados, temas como a exploração, a desigualdade, a apropriação privada das riquezas, a precariedade dos serviços públicos, dentre tantos outros, deixam de ser mencionados quando o assunto são as angústias sociais. Pelo contrário, “o discurso da segurança passou a ser central nas discussões sobre a qualidade ou possibilidade de vida” (p. 63), destacam. Ao abordar o tema da segurança com tanta frequência, o JN ao mesmo tempo responde à demanda da sociedade por debater o tema e contribui para que essa demanda exista e seja diariamente fomentada.



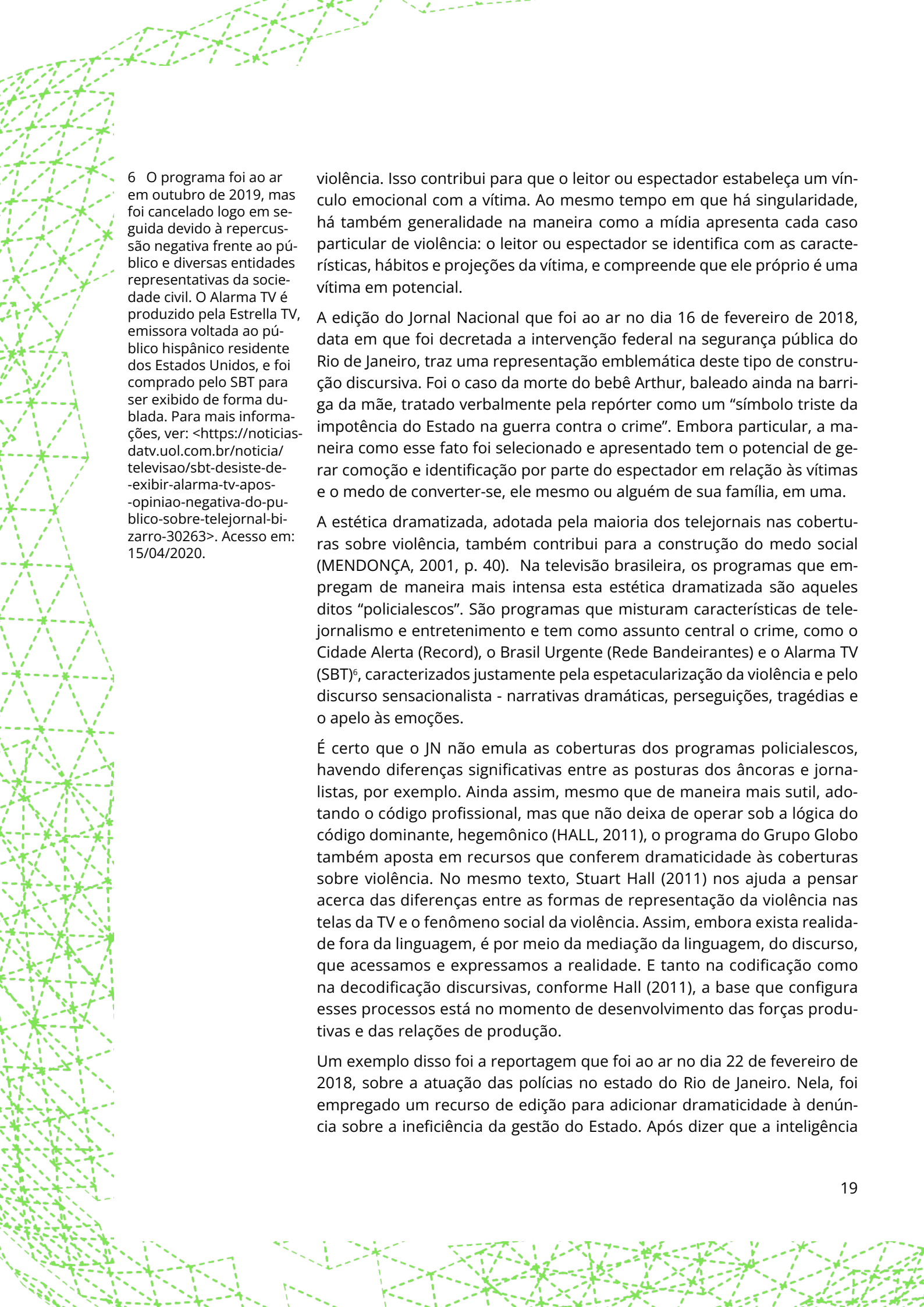
Para Batista (2003), o medo está profundamente arraigado na formação social brasileira. Ele figura como um fator importante que baliza o processo de tomada de decisões por todo o tecido social. Em uma sociedade neoliberal, onde a principal política social é a política penal, o medo é frequentemente utilizado como “mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social” (BATISTA, 2003, p. 51). O “medo branco”, que era o medo da rebeldia negra durante o período colonial, foi aprofundado com a abolição; e uma das iniciativas das oligarquias para manter os negros sujeitos ao trabalho (precário), considerando que haviam deixado de ser propriedade direta, foi inseri-los como suspeitos preferenciais, representação que perdura até hoje.

O discurso da mídia sobre violência contribui significativamente para a construção do medo e para a centralidade da violência na vida cotidiana, a partir principalmente de três recursos discursivos: “a tríplice presente”, a retórica do risco e a estética dramatizada.

A “tríplice presente” corresponde à representação de um passado idílico, um presente perigoso e um futuro incerto (MATHEUS, 2011). Isso ocorre principalmente à medida que o jornalismo classifica e apresenta um conjunto de acontecimentos isolados como sendo expressões de um mesmo fenômeno, como se estivessem relacionados de alguma maneira, apenas por terem alguns elementos em comum. Este processo acaba contribuindo para a construção de um efeito de sentido de continuidade nessas narrativas, como se cada evento violento fosse apenas mais um episódio de uma mesma história (MATHEUS, 2004). Além disso, os meios de comunicação de massa frequentemente apresentam as notícias sobre violência de maneira fragmentada e descontextualizada, e se recusam a discutir as raízes desse fenômeno e suas múltiplas determinações; por conseguinte, a violência, tal como figura na mídia, aparenta ser algo “difuso, generalizado e impreciso, quase a-histórico” (MATHEUS, 2011, p. 13) – em outras palavras, reificado.

A retórica do risco (VAZ; CARDOSO; FELIX, 2012) é outro operador discursivo poderoso no processo de construção social do medo. Embora ela possa ser aplicada a outros tipos de acontecimento, no contexto dos debates sobre segurança pública, essa retórica se baseia na ideia de que as vítimas viviam uma rotina feliz e tranquila, até serem atingidas pelo ato violento, que pode acontecer com qualquer pessoa a qualquer momento. Ela passou a se tornar dominante na mídia brasileira a partir dos anos 1990 e ainda mais marcadamente nos 2000 (ibid, p. 35). O processo de seleção de vítimas é apresentado como aleatório, ao mesmo tempo em que a violência poderia ter sido evitada através de ações preventivas dos gestores do Estado.

Em geral, este tipo de discurso se constitui a partir da apresentação de um grande conjunto de informações pessoais sobre as vítimas de atos violentos: sua idade, relações familiares e amorosas, escolaridade e até mesmo seus sonhos, ambições e projeções para o futuro, agora interrompido pela



6 O programa foi ao ar em outubro de 2019, mas foi cancelado logo em seguida devido à repercussão negativa frente ao público e diversas entidades representativas da sociedade civil. O Alarma TV é produzido pela Estrella TV, emissora voltada ao público hispânico residente dos Estados Unidos, e foi comprado pelo SBT para ser exibido de forma dublada. Para mais informações, ver: <<https://noticias-datv.uol.com.br/noticia/televisao/sbt-desiste-de-exibir-alarma-tv-apos-opiniao-negativa-do-publico-sobre-telejornal-bizarro-30263>>. Acesso em: 15/04/2020.

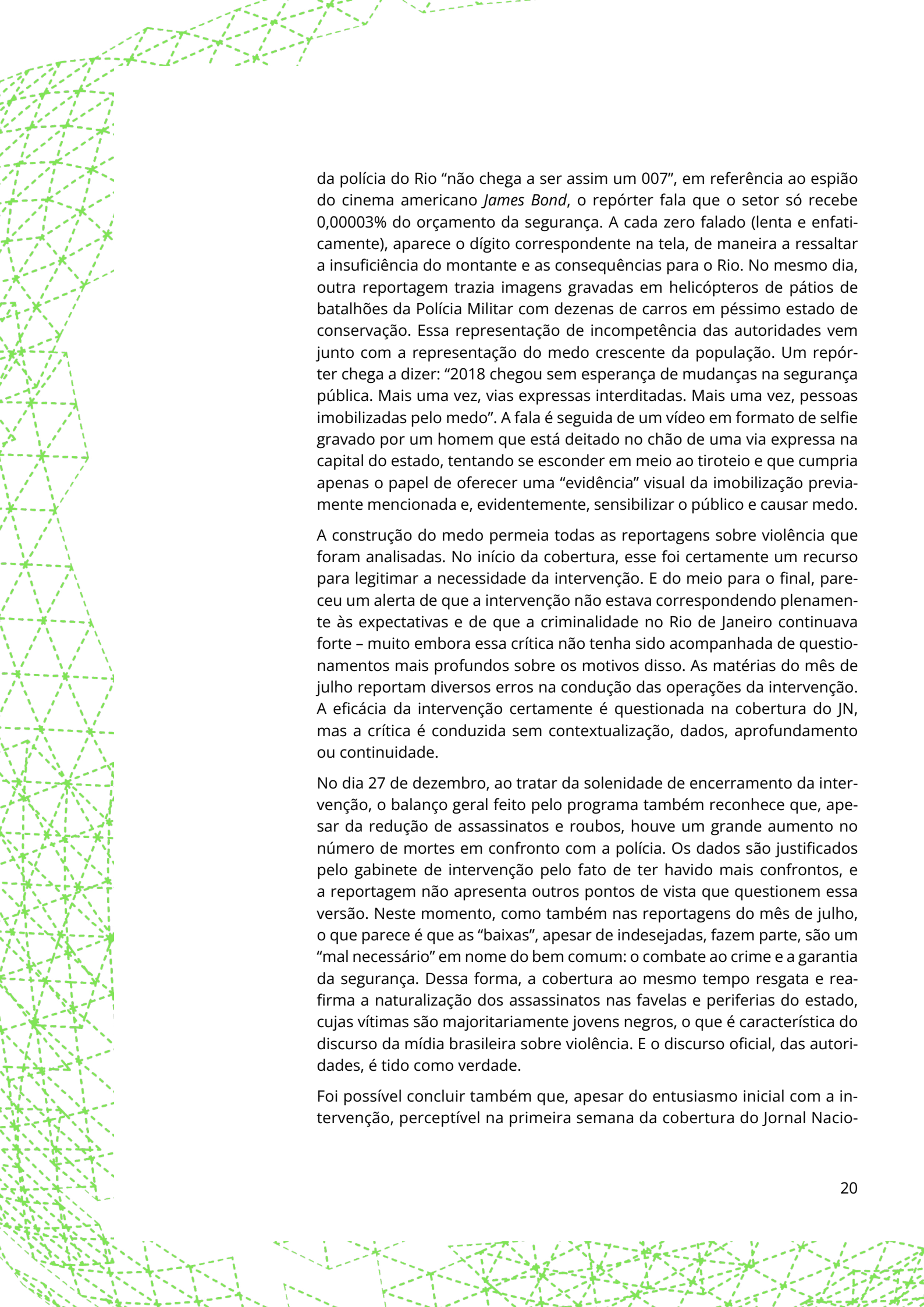
violência. Isso contribui para que o leitor ou espectador estabeleça um vínculo emocional com a vítima. Ao mesmo tempo em que há singularidade, há também generalidade na maneira como a mídia apresenta cada caso particular de violência: o leitor ou espectador se identifica com as características, hábitos e projeções da vítima, e compreende que ele próprio é uma vítima em potencial.

A edição do Jornal Nacional que foi ao ar no dia 16 de fevereiro de 2018, data em que foi decretada a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, traz uma representação emblemática deste tipo de construção discursiva. Foi o caso da morte do bebê Arthur, baleado ainda na barriga da mãe, tratado verbalmente pela repórter como um “símbolo triste da impotência do Estado na guerra contra o crime”. Embora particular, a maneira como esse fato foi selecionado e apresentado tem o potencial de gerar comoção e identificação por parte do espectador em relação às vítimas e o medo de converter-se, ele mesmo ou alguém de sua família, em uma.

A estética dramatizada, adotada pela maioria dos telejornais nas coberturas sobre violência, também contribui para a construção do medo social (MENDONÇA, 2001, p. 40). Na televisão brasileira, os programas que empregam de maneira mais intensa esta estética dramatizada são aqueles ditos “policialescos”. São programas que misturam características de telejornalismo e entretenimento e tem como assunto central o crime, como o Cidade Alerta (Record), o Brasil Urgente (Rede Bandeirantes) e o Alarma TV (SBT)⁶, caracterizados justamente pela espetacularização da violência e pelo discurso sensacionalista - narrativas dramáticas, perseguições, tragédias e o apelo às emoções.

É certo que o JN não emula as coberturas dos programas policialescos, havendo diferenças significativas entre as posturas dos âncoras e jornalistas, por exemplo. Ainda assim, mesmo que de maneira mais sutil, adotando o código profissional, mas que não deixa de operar sob a lógica do código dominante, hegemônico (HALL, 2011), o programa do Grupo Globo também aposta em recursos que conferem dramaticidade às coberturas sobre violência. No mesmo texto, Stuart Hall (2011) nos ajuda a pensar acerca das diferenças entre as formas de representação da violência nas telas da TV e o fenômeno social da violência. Assim, embora exista realidade fora da linguagem, é por meio da mediação da linguagem, do discurso, que acessamos e expressamos a realidade. E tanto na codificação como na decodificação discursivas, conforme Hall (2011), a base que configura esses processos está no momento de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Um exemplo disso foi a reportagem que foi ao ar no dia 22 de fevereiro de 2018, sobre a atuação das polícias no estado do Rio de Janeiro. Nela, foi empregado um recurso de edição para adicionar dramaticidade à denúncia sobre a ineficiência da gestão do Estado. Após dizer que a inteligência




da polícia do Rio “não chega a ser assim um 007”, em referência ao espião do cinema americano *James Bond*, o repórter fala que o setor só recebe 0,00003% do orçamento da segurança. A cada zero falado (lenta e enfaticamente), aparece o dígito correspondente na tela, de maneira a ressaltar a insuficiência do montante e as consequências para o Rio. No mesmo dia, outra reportagem trazia imagens gravadas em helicópteros de pátios de batalhões da Polícia Militar com dezenas de carros em péssimo estado de conservação. Essa representação de incompetência das autoridades vem junto com a representação do medo crescente da população. Um repórter chega a dizer: “2018 chegou sem esperança de mudanças na segurança pública. Mais uma vez, vias expressas interditadas. Mais uma vez, pessoas imobilizadas pelo medo”. A fala é seguida de um vídeo em formato de selfie gravado por um homem que está deitado no chão de uma via expressa na capital do estado, tentando se esconder em meio ao tiroteio e que cumpria apenas o papel de oferecer uma “evidência” visual da imobilização previamente mencionada e, evidentemente, sensibilizar o público e causar medo.

A construção do medo permeia todas as reportagens sobre violência que foram analisadas. No início da cobertura, esse foi certamente um recurso para legitimar a necessidade da intervenção. E do meio para o final, pareceu um alerta de que a intervenção não estava correspondendo plenamente às expectativas e de que a criminalidade no Rio de Janeiro continuava forte – muito embora essa crítica não tenha sido acompanhada de questionamentos mais profundos sobre os motivos disso. As matérias do mês de julho reportam diversos erros na condução das operações da intervenção. A eficácia da intervenção certamente é questionada na cobertura do JN, mas a crítica é conduzida sem contextualização, dados, aprofundamento ou continuidade.

No dia 27 de dezembro, ao tratar da solenidade de encerramento da intervenção, o balanço geral feito pelo programa também reconhece que, apesar da redução de assassinatos e roubos, houve um grande aumento no número de mortes em confronto com a polícia. Os dados são justificados pelo gabinete de intervenção pelo fato de ter havido mais confrontos, e a reportagem não apresenta outros pontos de vista que questionem essa versão. Neste momento, como também nas reportagens do mês de julho, o que parece é que as “baixas”, apesar de indesejadas, fazem parte, são um “mal necessário” em nome do bem comum: o combate ao crime e a garantia da segurança. Dessa forma, a cobertura ao mesmo tempo resgata e reafirma a naturalização dos assassinatos nas favelas e periferias do estado, cujas vítimas são majoritariamente jovens negros, o que é característica do discurso da mídia brasileira sobre violência. E o discurso oficial, das autoridades, é tido como verdade.

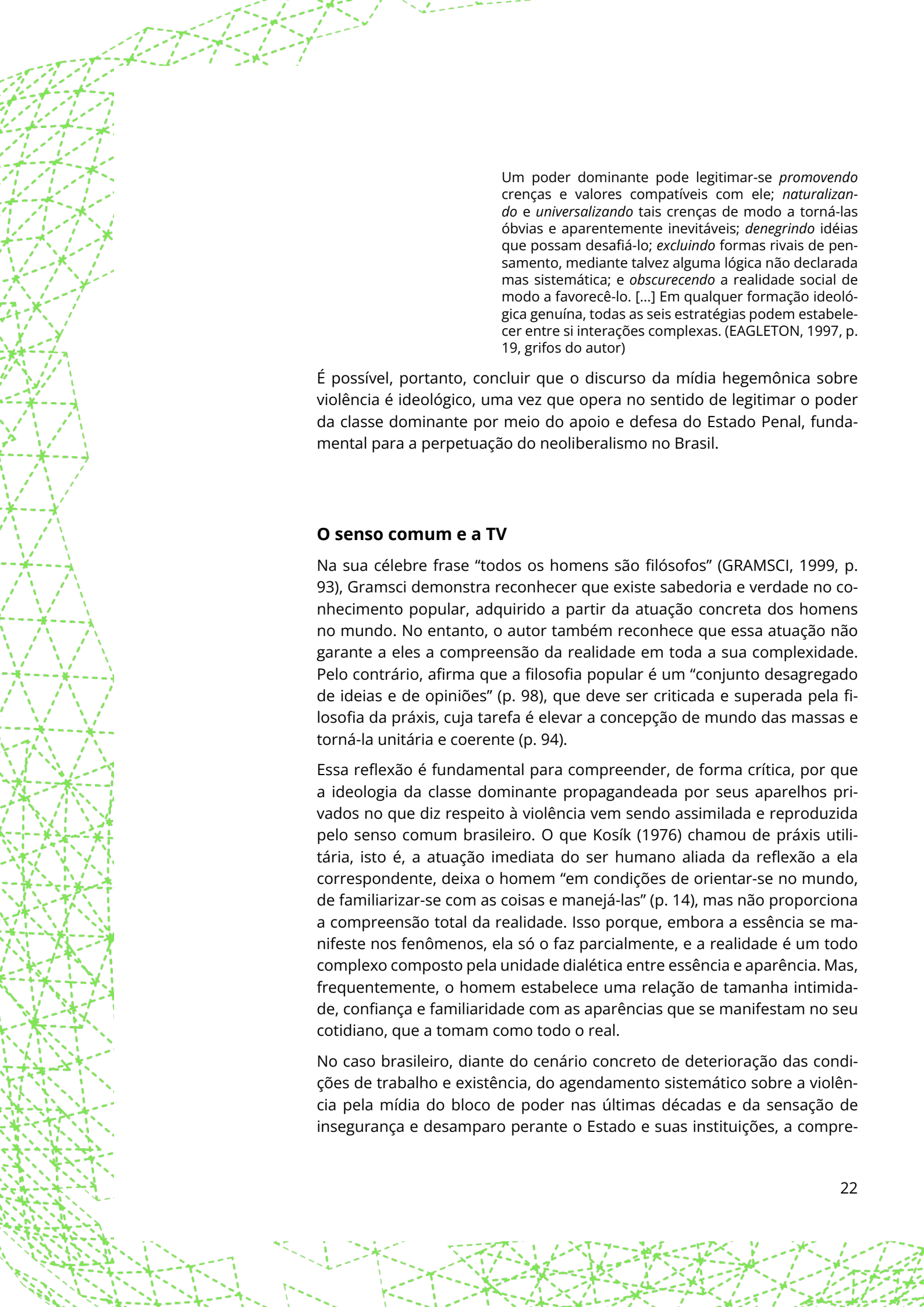
Foi possível concluir também que, apesar do entusiasmo inicial com a intervenção, perceptível na primeira semana da cobertura do Jornal Nacio-



nal, antes mesmo que a medida completasse seis meses já havia indícios de uma mudança de posicionamento por parte do programa e da emissora, que começavam a denunciar a sua ineficácia no combate à violência no estado. Os motivos eram tratados apenas superficialmente, sem qualquer pretensão de ampliar, complexificar ou aprofundar as discussões sobre violência. O que fica, da cobertura, é apenas uma sensação de que o Estado falhou, “mais uma vez” – expressão essa que foi repetida exaustivamente durante as reportagens. Resgatando Porto (2009, p. 12), o *Jornal Nacional*, como outros meios de comunicação hegemônicos, denuncia a ineficácia das instituições, ao mesmo tempo em que clama por maior intervenção do Estado através seu aparato repressivo e o enrijecimento da legislação penal.

Assim como ocorreu com a cobertura das UPPs, a cobertura da intervenção pelo JN também constrói caminhos de sentido que podem levar o telespectador a interpretar que é preciso ainda mais policiamento, encarceramento e militarização para garantir a segurança da população. É, portanto, uma cobertura em que o JN atua em última instância como um aparelho privado em defesa do aparato coercitivo do Estado brasileiro, buscando legitimá-lo: um exemplo da ideologia operando em favor da coerção, na perspectiva de manutenção da hegemonia das classes dirigentes no Brasil. Podemos avaliar, a partir de Gramsci (2007), que esse apoio sistemático foi mais incisivo no primeiro momento em um contexto de iminente crise diante da opinião pública, processo que pode ocasionar crise de autoridade, de hegemonia, colocando em risco os próprios aparelhos de hegemonia, incluindo a mídia. Com a intervenção militar e posterior revelação da inabilidade das forças coercitivas em lidar com a segurança pública no Rio de Janeiro, há um movimento ambíguo nas formas de representação. De um lado, apresentam-se dados que comprovam essa ineficácia das forças armadas em lidar com o problema da violência urbana, ao mesmo tempo em que se busca preservar o Estado burguês na busca de soluções por meio de maior planejamento e eficácia das políticas de segurança pública, preservando o Estado Penal e seu caráter neoliberal, sem qualquer aprofundamento nas razões estruturais, sociais e políticas da violência.

Dentre as várias acepções referentes ao conceito de ideologia, neste texto, ela é abordada, a partir de Eagleton (1997), como discurso que tem como objetivo “legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante” (p. 19), podendo ser verdadeiro em um nível e falso em outro (p. 28). Isso porque, embora seja importante identificar os falseamentos e silenciamentos operados por meio da ideologia – especialmente no que diz respeito à ideologia das classes dominantes – ainda assim é importante reconhecer que ela reflete aspectos da realidade social, caso contrário não seria verdadeiramente eficaz (p. 26), como também, dialeticamente, constitui a realidade social. O autor aponta seis estratégias a partir das quais a ideologia opera:



Um poder dominante pode legitimar-se *promovendo* crenças e valores compatíveis com ele; *naturalizando* e *universalizando* tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; *denegrindo* idéias que possam desafiá-lo; *excluindo* formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e *obscurecendo* a realidade social de modo a favorecê-lo. [...] Em qualquer formação ideológica genuína, todas as seis estratégias podem estabelecer entre si interações complexas. (EAGLETON, 1997, p. 19, grifos do autor)


É possível, portanto, concluir que o discurso da mídia hegemônica sobre violência é ideológico, uma vez que opera no sentido de legitimar o poder da classe dominante por meio do apoio e defesa do Estado Penal, fundamental para a perpetuação do neoliberalismo no Brasil.

O senso comum e a TV

Na sua célebre frase “todos os homens são filósofos” (GRAMSCI, 1999, p. 93), Gramsci demonstra reconhecer que existe sabedoria e verdade no conhecimento popular, adquirido a partir da atuação concreta dos homens no mundo. No entanto, o autor também reconhece que essa atuação não garante a eles a compreensão da realidade em toda a sua complexidade. Pelo contrário, afirma que a filosofia popular é um “conjunto desagregado de ideias e de opiniões” (p. 98), que deve ser criticada e superada pela filosofia da práxis, cuja tarefa é elevar a concepção de mundo das massas e torná-la unitária e coerente (p. 94).

Essa reflexão é fundamental para compreender, de forma crítica, por que a ideologia da classe dominante propagandeada por seus aparelhos privados no que diz respeito à violência vem sendo assimilada e reproduzida pelo senso comum brasileiro. O que Kosík (1976) chamou de práxis utilitária, isto é, a atuação imediata do ser humano aliada da reflexão a ela correspondente, deixa o homem “em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las” (p. 14), mas não proporciona a compreensão total da realidade. Isso porque, embora a essência se manifeste nos fenômenos, ela só o faz parcialmente, e a realidade é um todo complexo composto pela unidade dialética entre essência e aparência. Mas, frequentemente, o homem estabelece uma relação de tamanha intimidade, confiança e familiaridade com as aparências que se manifestam no seu cotidiano, que a tomam como todo o real.

No caso brasileiro, diante do cenário concreto de deterioração das condições de trabalho e existência, do agendamento sistemático sobre a violência pela mídia do bloco de poder nas últimas décadas e da sensação de insegurança e desamparo perante o Estado e suas instituições, a compre-




ensão da realidade social a partir da sua manifestação fenomênica se tornou ainda mais comum entre a classe trabalhadora nos últimos anos, assim como a predominância da consciência reacionária e conservadora. Além disso, os índices de crimes contra o patrimônio e contra a vida vem, de fato, aumentando, como também vem sendo mais comum o convívio cotidiano com traficantes, policiais e milicianos armados que ameaçam e constroem as pessoas em seu dia-a-dia, principalmente aqueles que residem em favelas, bairros e cidades periféricas – o que torna absolutamente legítima a preocupação com a segurança e a vida de si, familiares e amigos.

O medo, portanto, não é uma invenção da mídia hegemônica. Ele de fato existe e tem razões para ser. O que ela faz é intensificá-lo, e, principalmente, oferecer justificativas e soluções das mais superficiais, que não proponham um questionamento mais profundo sobre os problemas que afligem o social. Como disse Coutinho (2014, p. 44), “ao invés de permitir a apreensão crítica da realidade, o chavão televisivo tem como função impedir qualquer reflexão e diálogo”.

Analisar os enunciadores escolhidos para participar do texto do telejornal traz ainda mais elementos para compreender essa falta de vontade de propor reflexões críticas por parte da grande mídia. Nas matérias do Jornal Nacional sobre a intervenção investigadas para este artigo, houve uma ampla predominância de autoridades (representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário, Forças Armadas ou instituições policiais) dentre os entrevistados: elas foram acionadas 44 vezes, e estiveram presentes em todos os nove programas, em contraposição às 10 pessoas comuns entrevistadas ao longo de seis programas, e 11 especialistas, que estiveram em apenas três edições. Os especialistas só foram acionados para reiterar a necessidade da medida, principalmente na primeira semana analisada, como foi o caso de um professor de uma universidade privada que criticou o “vácuo de poder” e “incapacidade” do poder executivo estadual, e de outro, especialista em segurança, que disse acreditar que o estado do Rio enfrentava uma guerra estabelecida entre traficantes e milicianos. Apenas um dos nove especialistas, um professor universitário da área da administração, esboçou críticas à intervenção, questionando se ela realmente traria alterações à lógica de segurança pública no Rio. O assunto não foi abordado novamente em nenhum outro momento das três semanas de cobertura analisadas.

Partindo de uma perspectiva intertextual (FAIRCLOUGH, 2019), é possível afirmar que a cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro dialoga com todo o conjunto de textos que compõem o discurso da mídia do bloco de poder sobre violência, e também com o discurso do senso comum a respeito do tema, assim como ela antecipa, em alguma medida, outros textos que estariam e ainda estão por vir. Além disso, a cobertura não apenas reflete a realidade, como também a constitui, conforme propõe Grohmann (2018, p. 71) ao afirmar que



“as relações de comunicação devem ser consideradas não como atividades isoladas, mas constitutivas de realidades históricas e relacionadas à estrutura de poder e ao modo de produção da sociedade”.

Considerações finais

Foi possível perceber que, apesar do Jornal Nacional ter apoiado a intervenção em um primeiro momento, esse posicionamento foi substituído, da metade para o final do ano, por críticas e denúncias sobre a ineficácia dessa política no combate à criminalidade. Contudo, essas críticas não abordavam as causas da violência urbana ou a lógica da política de segurança empregada no Rio de Janeiro e no Brasil, apenas apontavam para a necessidade de ainda mais investimento em policiamento, encarceramento e militarização. Por isso, pudemos concluir que a cobertura está alinhada e busca legitimar discursiva e ideologicamente a ampliação do aparato coercitivo do Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito ao avanço do Estado Penal como principal modalidade de intervenção do Estado, em detrimento da garantia de direitos sociais.

A predominância de autoridades como entrevistados também contribuiu para concluir que existe afinidade discursiva e ideológica entre a mídia, que atua como aparelho privado de hegemonia das classes dominantes, e os representantes do Estado, o que corrobora para a compreensão de que sociedade política e sociedade civil, isto é, força e consenso, compõem uma unidade dialética, e que a opinião pública é o ponto de contato entre essas duas faces que compõem o Estado.

Também foi possível verificar a centralidade do tema da violência no JN, cujos âncoras e repórteres se apresentam recorrentemente como porta-vozes da população no clamor por mais segurança, seja manifestando indignação, vocalizando as pautas ou mesmo demonstrando empatia e solidariedade – o que configura um tipo de desvio das “normas” do jornalismo polifônico tradicional, comum na cobertura da intervenção e no discurso da mídia sobre violência de maneira mais ampla. Essa atitude pode configurar uma tentativa de fortalecer vínculos com o público, de engajá-lo com a ideologia hegemônica (BASTOS, 2020), em um contexto de questionamento do *status* do jornalismo e de sua mediação entre o público e os acontecimentos. No entanto, na prática, o telejornal atua como porta-voz das classes dominantes, do Estado Penal e de seus algozes.

Referências Bibliográficas

- BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. In: **Matrizes**, São Paulo, 14(1), p. 193-220, 2020.
- BASTOS, Pablo Nabarrete. **Marcha dialética do MST**: Formação e comunicação política entre campo e cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2021.
- BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BECKER, Beatriz. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. In: **Matrizes**, São Paulo, n. 2, p. 231-250, jan./jun. 2012.
- CARVALHO, Monique Batista de. “Bem-aventurados os pacificadores”: práticas de militarização e disciplinarização dos corpos no programa de pacificação de favelas no Rio de Janeiro. In: LEITE, Márcia Pereira; ROCHA, Lia de Mattos, FARIAS, Juliana & CARVALHO, Monique Batista de (Org.). **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. p.92-110.
- CASTILHOS, Roniara; MAZUI, Guilherme; CARAM, Bernardo. Temer assina decreto de intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. In: **G1**. Brasília, 16 de fev. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 10 de jun. de 2019.
- COIMBRA, Cecília; SCHEINVAR, Estela. Subjetividades punitivo-penais. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p.59-68.
- COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- FAIRCLOUGH, Normal. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UNB, 2019.
- SILVA, Fernanda Ramos da. **A ideologia do Estado penal**: coerção e consenso na cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção federal. 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- FRANCO, Marielle. UPP – **A redução da favela a três letras**: Uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.



GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GROHMANN, Rafael. A comunicação no marxismo: balizas de um conceito. **Revista Eptic**. Vol. 20, número 3, set.-dez. 2018.

GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **Mídia Dados Brasil 2018**. São Paulo, 2018.

HALL, Stuart. Codificação / decodificação. In: HALL, Stuart; SOVIK, Liv,. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 1. ed. atual., 1 reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÊNIN, V.I. **Que fazer?** Editora Hucitec: São Paulo, 1978.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **A construção do medo na reportagem policial**. In: X Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste, 2004, Rio de Janeiro. CD-rom do X SIPEC, 2004.

MENDONÇA, Kléber. **Discurso e Mídia: de tramas, imagens e sentido, um estudo do Linha Direta**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: UFF, 2001.

MENEZES, Palloma Valle. "Vivendo entre dois deuses": a fenomenologia do habitar em favelas "pacificadas". In: LEITE, Márcia Pereira; ROCHA, Lia de Mattos, FARIAS, Juliana & CARVALHO, Monique Batista de (Org.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. p.70-91

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, Segurança Pública e Representações Sociais. **Tempo Social** (USP. Impresso), v. 21, p. 211-233, 2009.

RAMOS, Murilo César. **Crítica a um Plano Nacional de Banda Larga: Uma perspectiva da economia política das políticas públicas**. Trabalho apresentado na 4ª Conferência Acorn-Redecom, Brasília, DF, maio, 2010.

RAMOS, Silvia (coord.). **Intervenção federal: um modelo para não copiar**. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção/CESec, 2019.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine Miranda; FELIX, Carla Baiense. Risco, Sofrimento e Vítima Virtual: a Política do Medo nas Narrativas Jornalísticas Contemporâneas. In: **Revista Contracampo**, Niterói, n. 25, p. 24-42, dez. 2012.

WACQUANT, Loïc. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p.11-42.

**“Irradiações alienígenas” em ondas curtas:
como emissoras de rádio de países socialistas cobriam o
Brasil durante a Guerra Fria**

**“Alien transmissions” in short waves:
how radio stations from socialist countries covered Brazil
during the Cold War**

**“Transmisiones alienígenas” en ondas cortas:
cómo las estaciones de radio de los países socialistas
cubrieron Brasil durante la Guerra Fría**

Octavio Penna Pieranti

Doutor em Administração (Ebape/FGV) com pós-doutorado em Comunicação (UnB e UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia - Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (PPGMiT/Unesp) e pesquisador do Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade (Lecotec). E-mail: octavio.pieranti@gmail.com

Flavio Ferreira Lima

Engenheiro do Ministério das Comunicações e professor universitário. Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (2008) nas áreas de Radiodifusão e Telecomunicações. Sua área de atuação é Radiodifusão e Telecomunicações, principalmente nos seguintes temas: propagação, rádio digital, tv digital, processamento digital de sinal e teoria de controle moderno. E-mail: flima@nmi.unb.br



Creative Commons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal



Resumo

Na segunda metade da década de 1970, a ditadura militar criou a Radiobrás e a Rádio Nacional da Amazônia como forma de enfrentar emissoras de rádio de países socialistas que transmitiam em ondas curtas para o Brasil. Este artigo tem por objetivo analisar o mapa de cobertura de sete dessas estações, a partir de seus dados técnicos reais e de ferramentas tecnológicas indisponíveis à época. Também são feitos breves comentários sobre a audiência dessas emissoras no Brasil. Conclui-se que, de fato, a cobertura era boa, porém havia dificuldades relacionadas ao acompanhamento da sua programação pela população brasileira.

Palavras-chave: Radiobrás; Rádio Nacional da Amazônia; Ondas curtas; Mapas de cobertura; Guerra Fria

Summary

In the second half of the 1970s, the military dictatorship created Radiobrás and Rádio Nacional da Amazônia to confront shortwave radio stations from socialist countries that transmitted to Brazil. This article aims to analyze the coverage maps of seven of these stations, based on their real technical data and technological tools unavailable at that time. Brief comments are also made on the audience of these stations in Brazil. The paper points out that, in fact, the coverage was good, but there were difficulties related to the habits of listening to these programs by the Brazilian population.

Keywords: Radiobrás; Amazon National Radio; Short waves; coverage maps; Cold War

Resumen

En la segunda mitad de la década de 1970, la dictadura militar creó Radiobrás y Rádio Nacional da Amazônia como una forma de confrontar las radios de países socialistas que transmitían en ondas cortas a Brasil. Este artículo tiene como objetivo analizar el mapa de cobertura de siete de estas estaciones, a partir de sus datos técnicos reales y herramientas tecnológicas no disponibles en aquel momento. También se hacen breves comentarios sobre la audiencia de estas emisoras en Brasil. Se concluye que la cobertura de las emisoras era buena, pero habían dificultades relacionadas con el seguimiento de su programación por parte de la población brasileña.

Palabras clave: Radiobrás; Radio Nacional de la Amazonia; Ondas cortas; mapas de cobertura; Guerra Fría



Introdução


Em 1973, a ditadura militar brasileira inaugurou emissora em ondas curtas que deveria cobrir o mundo inteiro. Tratava-se de iniciativa protagonizada pela empresa pública TV Rádio Nacional de Brasília (TVRNB), cuja operação foi interrompida em poucos meses. Quando essa empresa foi incorporada pela Radiobrás, cerca de quatro anos depois, aquela emissora passou a ter, como foco principal de cobertura, a Amazônia. Foi inaugurada, então, a Rádio Nacional da Amazônia em ondas curtas, à qual se somaria uma rede de emissoras locais, operando em ondas médias, tropicais e frequência modulada, que, juntas, confeririam à Radiobrás protagonismo na comunicação nessa região.

A criação de um serviço internacional brasileiro visava principalmente exportar, pelas ondas do rádio, os feitos do regime autoritário. Esse não era, contudo, o único argumento para a criação da mais potente emissora brasileira, a partir de investimentos públicos em valores sem precedentes. A segunda justificativa é aquela que mais interessa a este artigo.

A ditadura militar entendia que precisava se contrapor a emissoras de países adversários que insistiam em transmitir para o Brasil. Em um contexto de Guerra Fria, “adversárias”, no caso, eram as nações governadas por regimes socialistas, responsáveis pela “influência que têm exercido na alma nacional transmissões alienígenas, algumas até feitas com antenas dirigidas ao nosso país” (RÁDIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 1971).

Pesquisas sobre a história das transmissões em ondas curtas (BERG, 2008; WOOD, 2008), bem como investigações nos contextos de países socialistas específicos (MARINESCU, 1995), costumam apontar como estações de nações capitalistas transmitiam propaganda e contrapropaganda com o objetivo de desestabilizar os regimes locais. A rota inversa – transmissões de países socialistas destinadas a capitalistas – é menos abordada. Na década de 1970, cidadãos brasileiros, desde que munidos de receptores em ondas curtas, tinham acesso às programações provenientes de países capitalistas como Alemanha Ocidental, Canadá, Estados Unidos, Holanda, Japão, Reino Unido, Suécia e Suíça, mas também de nações apontadas como ameaças, tais como União Soviética, China e Cuba (LEAL FILHO, 2008). Serviços de inteligência estrangeiros também registravam que programações de rádio de países socialistas podiam ser ouvidas não apenas no Brasil, como também em diversos países da América Latina (CIA, 1963; CIA, 1979).

Na década de 1970, a Amazônia era objeto de maior preocupação pelo governo federal, porque, nessa região, a operação de estações brasileiras era escassa e, no interior, eventualmente inexistente. Em 1971, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrava apenas treze estações de rádio em todo o estado do Pará (sete em Belém); sete no Amazonas (apenas duas em Manaus); e quatro no território do Amapá (todas na capital). A título de comparação, apenas no Rio Grande do Norte, com área que equivale a cerca de um terço da do Amapá, funcionavam onze emissoras; em



Pernambuco, também com área menor, operavam 29 estações. Ainda não havia uma única estação de TV em parte da região Norte, como nos territórios de Rondônia e Amapá (IBGE, 1973). A TV ganharia fôlego no interior da região apenas a partir de decreto editado em 1978, que permitiu que estações retransmissoras na Amazônia Legal pudessem inserir programação local durante pequena parte do tempo. Essa iniciativa garantiu a viabilidade econômica de pequenas estações locais (LOBATO, 2017).

Para a ditadura militar, a Rádio Nacional seria a responsável por exercer o contraponto às programações estrangeiras indesejadas na Amazônia (PIERANTI, 2022). Para corroborar suas preocupações quanto a uma blindagem da população residente na região, a ditadura militar discorria sobre “cordão saneador” (TVRNB, 1972), “campo de bloqueio de transmissões estrangeiras contrárias à política nacional” (SEIPN, 1973) e um “projeto [que] visava integrar o país através de um sistema de rádio, especialmente toda a Amazônia, Centro-Oeste e Nordeste, onde as irradiações alienígenas estavam atingindo índices de audiência alarmantes” (TVRNB, 1974).

Não há dúvidas, assim, na literatura acadêmica e em documentos produzidos por governos, de que emissoras de países socialistas transmitiam para países capitalistas distantes, muitas vezes cruzando oceanos via ondas curtas. A ditadura militar, os serviços de inteligência e as pesquisas mencionadas não demonstraram, porém, *como* essas programações chegavam ao território nacional. Passado quase meio século dos fatos narrados e considerando ferramentas tecnológicas indisponíveis à época, este artigo tem por objetivo preencher justamente essa lacuna. Em outras palavras, serão apresentados os mapas de cobertura das emissoras de países governados por regimes socialistas, baseados nas características técnicas reais dessas estações que transmitiam em ondas curtas. Assim, será demonstrado em que condições, no território brasileiro e notadamente em sua região Norte, era possível ouvir as programações dessas emissoras.

Para isso, logo depois da próxima seção que apresenta a metodologia desta investigação, serão apresentados os mapas de cobertura das emissoras em ondas curtas de sete países. Serão utilizados dados técnicos dessas estações em 1976, ano de criação da Radiobrás, com base na lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975. Ressalte-se que esse é um esforço inédito, até onde se verificou, em pesquisas brasileiras sobre história da mídia e políticas públicas de comunicação, acreditando-se, portanto, que ele contribui para preservar a memória do setor ao esclarecer episódio ainda obscuro na sua trajetória.

Por fim, antes das considerações finais, serão tecidos comentários sobre a efetiva audiência dessas emissoras no Brasil. Diferentemente da cobertura, neste caso é impossível precisar o quanto essas programações eram, de fato, acompanhadas. No entanto, algumas reflexões sobre esse tema podem jogar luz sobre a estratégia de defesa adotada pelo governo federal e implementada por suas empresas públicas.

Metodologia

Os países estudados mantinham emissoras responsáveis por transmitir programação específica, em idiomas e horários distintos, para diversos continentes. Considerando-se o objetivo deste artigo, foram estudadas as estações que operavam em ondas curtas, voltadas ao Brasil, conforme dados registrados em antiga edição do *World Radio and TV Handbook* (WRTH, 1976), publicação que reúne informações técnicas sobre as emissoras de todo o mundo. Dentre esses dados estavam horários de transmissão, local de operação e potência das estações. Outra fonte importante, principalmente para referenciar as coordenadas de instalação do parque transmissor de algumas estações, foi a base de dados *Shortwave Radio Broadcast Countries*, mantida por Broadcast Belgium (BB, 2022). É importante lembrar, nesse sentido, que diversos desses parques continuam em operação até o presente.


As estações estudadas operavam na faixa de frequência HF, ideal para cobrir grandes áreas de até vários milhares de quilômetros via propagação de ondas celestes. Além disso, a propagação pode ocorrer via onda terrestre, mas, neste caso, o alcance é limitado apenas a algumas dezenas de quilômetros (BRADLEY; DAMBOLD; SUESSMANN, 2000). Neste trabalho, a propagação de ondas celestes tem maior relevância.

A propagação na faixa HF é variável, dependendo da hora, dia, mês e ano, em virtude do impacto da atividade solar na ionosfera da Terra. As emissoras em operação nessa faixa devem, portanto, escolher seus equipamentos, locais, frequências e horas de transmissão para minimizar, tanto quanto possível, quaisquer dificuldades para os ouvintes. Nesta seção, serão explicados os parâmetros de transmissão e recepção do sinal que foram definidos, neste artigo, de maneira a simular o mais próximo possível a realidade da época.

Ambiente

A atenuação das ondas eletromagnéticas incidentes em antenas instaladas em ambiente urbano é bem maior que nas áreas rurais, em virtude da presença massiva de construções, principalmente de prédios, e trânsito. Vale lembrar que, há quase cinquenta anos, as condições de recepção, mesmo no ambiente urbano, eram bem melhores que as atuais, já que, desde então, as cidades cresceram vertical e horizontalmente.

Assim, devido à natureza aleatória da ação do ambiente urbano nas ondas eletromagnéticas e o posicionamento aleatório dos receptores no interior dos edifícios, esse ambiente tem atenuação média de 11 dB com desvio padrão de 7 dB, maior que no ambiente rural (ITU, 1995). Neste trabalho, todas as simulações consideraram o ambiente mais crítico, ou seja, o urbano. Em outras palavras, as condições de recepção na área rural (ambiente mais típico na região amazônica) eram bem melhores que as aqui apontadas.



Em relação ao ambiente de propagação de ondas celestes, as principais características a serem analisadas são: a atividade solar na ionosfera da Terra e a variação das camadas ionosféricas à época. De maneira a garantir a fidelidade do período analisado, este trabalho utilizou, para predição de cobertura, o software VOACAP – *Voice of America Coverage Analysis Program*, que possui um banco de dados com as características do ano de 1976.

Antenas

Optou-se por simular, neste trabalho, a pior condição de transmissão e recepção possível, tendo em vista incertezas sobre os equipamentos de recepção utilizados, à época, pela população em geral, na região amazônica.

Teoricamente todos os tipos de antenas de transmissão podem ser usados para fins de recepção. Na prática, por questões de custo, as antenas receptoras de HF são menos sofisticadas que as de transmissão. Assim, há diversos tipos de antenas para recepção externa: Dipolo de Banda Larga (*Broadband dipole*), Dipolos Alimentados pelo centro de meia onda de multifrequência (*Multi-frequency half-wave centre-fed dipoles*), Dipolo dobrado de meia onda (*Half-wave folded dipole*), Dipolo de gaiola de onda completa (*Full-wave cage dipole*), V inclinado (*Sloping vee*) e Fio longo (*Long wire*). Para recepção interna têm-se as seguintes antenas: *Loop*, *Whip monopole* e *Active whip monopole*.

Neste trabalho, para a predição da recepção do sinal, foi utilizada uma antena de referência isotrópica de 0 dBi de ganho, por ser menos eficiente em relação às demais. Em termos de transmissão, em virtude do software utilizado, optou-se pela antena dipolo, que é menos eficiente que todas as antenas levantadas à época.

Receptores

Os receptores usados no serviço de transmissão na faixa HF (caso das estações em ondas curtas) se enquadram em duas categorias gerais: os produzidos para o usuário profissional e para o casual. Neste trabalho foram considerados os requisitos técnicos do equipamento destinado a esse segundo grupo, também com o objetivo de se configurar a pior realidade possível em termos de recepção.

Os receptores de HF devem observar o seu desempenho de acordo com os padrões mínimos da indústria, que são estabelecidos em recomendação internacional (ITU, 1986). A Tabela 1 ilustra, de maneira resumida, os principais parâmetros dos receptores usando antena embutida, tal como a referência adotada neste estudo:

Tabela 1: Sensibilidade do receptor Double sideband (DSB) (AM). Fonte: ITU, 1990.

Parâmetros	Valores
Qualidade de recebimento exigida	Frequência de áudio S/N: 26 dB com 30% (-10,5 dB) modulação (Rec. ITU-R BS.703)
C/N em (dB) necessário para a qualidade acima	26 + 10.5 = 36.5
Largura de banda de FI do receptor (kHz)	8
Sensibilidade do receptor C/N (dB(μV/m))	40 requerido na Recomendação ITU-R BS.703
Ruído intrínseco do receptor relacionado à força de campo, para a sensibilidade (dB(μV/m)) acima	23.5 (36,5 dB (C/N) abaixo de sensibilidade)

Software de simulação

Para a simulação das coberturas foi utilizado o VOACAP, software on-line gratuito de predição de propagação na faixa de HF. Por ser desenvolvido de forma colaborativa, permite incorporações constantes de dados atribuídos por usuários experientes, o que o torna mais preciso. É importante salientar que a frequência, como dado de entrada, é definida em intervalos e dada em metros, conforme quadro síntese disponibilizado pela União Internacional de Telecomunicações (ITU, 2022). Até o momento de conclusão deste artigo (e provavelmente depois disso), esse programa estava disponível para uso gratuito por qualquer interessado no site mencionado na seção de referências.

Há uma limitação importante neste software: ele permite projeções com potências de, no máximo, 20 kW no transmissor e 16 kW entregues na antena. No entanto, segundo registros técnicos, as emissoras aqui consideradas operavam com potências de 100 kW a 500 kW (WRTH, 1976). Como a potência máxima do software é muito inferior às reais, deve ser ressaltado que as condições de recepção, à época, eram bem melhores que as observadas neste estudo. Não foi encontrado freeware que permita a simulação com as potências reais na faixa de ondas curtas.

Por fim, a Tabela 2 ilustra os principais parâmetros utilizados no software, que poderão ser úteis na reprodução e checagem dos resultados aqui apresentados:

Tabela 2: Parâmetros utilizados nas simulações. Fonte: Elaborado pelos autores.

Lat. Tx	Long. Tx	Lat. Rx	Long. Rx	Noise	DX Sites	UTC
Local do Transmissor		-15.7711	-47.9002	Residencial (145)	CQ Zones	Local do Tx

Análise de cobertura das estações

Considerando-se os padrões expostos na seção anterior, simulou-se a cobertura de emissoras operando na faixa de ondas curtas a partir de sete países socialistas: Rádio Tirana (mantida pelo governo da Albânia); Rádio Berlim Internacional (Alemanha Oriental); Rádio China Internacional (China); Rádio Havana (Cuba); Rádio Romênia Internacional (Romênia); Rádio Praga Internacional (Tchecoslováquia); e Rádio Moscou (União Soviética).

Vários desses serviços internacionais eram conhecidos também por outros nomes (por exemplo, Radio Bucharest, a estação romena); siglas (RRI, no caso romeno, ou CRI, no chinês); ou pelo nome da entidade governamental responsável por operá-la (*Ceskoslovensky Rozhlas*, no caso tchecoslovaco, ou *Radiodiffusion Television Albanaise*, no albanês). Neste artigo, adotou-se, como padrão, um nome popular de cada uma delas, traduzido para o português.

Esta seção está estruturada em subseções relativas a cada uma dessas estações. Em cada uma delas, será apresentada uma tabela com os dados técnicos da emissora; o mapa de cobertura simulada; e comentários acerca das condições de transmissão e recepção.

Conforme a seção anterior, vale lembrar que, para efeito de simulação e tendo em vista as limitações do software, adotaram-se por padrão antenas e respectivos ganhos de sinal bem aquém dos modelos abaixo listados. Ou seja, as condições de recepção eram bem melhores que as delineadas nos mapas a seguir. Ainda assim, optou-se por mencionar, nas próximas tabelas, os dados reais para configurar cada estação de forma mais precisa.

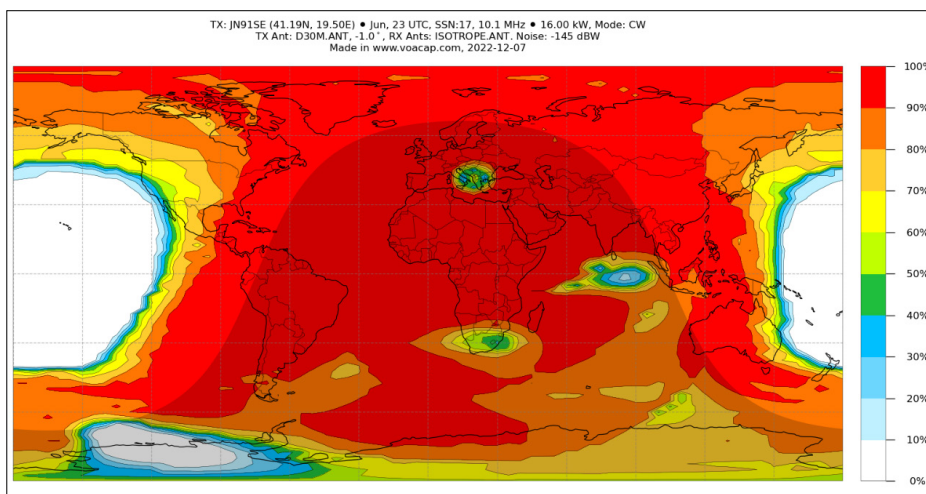
Os horários citados na tabela referem-se ao fuso horário de Brasília, ou seja, UTC-3. No entanto, o horário como dado de entrada no software de simulação é em UTC do parque de transmissão. Portanto, os mapas de cobertura terão como legenda o horário UTC local de cada emissora.

Albânia

Tabela 3: Operação da Rádio Tirana voltada à América do Sul. Fonte: Elaborado pelos autores, com base em WRTH (1976) e BB (2022).

País	Albânia						
Emissora	Rádio Tirana						
Local	Latitude	Longitude	Potência (kW)	Frequência em kHz	Horário de Recepção no Brasil	Antena de Transmissão	Ganho em dB
Tirana	41.19N	19.50E	3/15/ 50/100	9526,83	04:00 - 04:30	---	---
				11853,02	07:00 - 07:30		
				9526,83	18:30 - 19:00		
				9548,05	20:00 - 21:00		
				9548,05	22:00 - 23:00		

Figura 1: Mapa de cobertura – Rádio Tirana



Inicialmente, é importante salientar que não foi possível definir com precisão o modelo e ganho da antena de transmissão. Fotos da época sugerem o uso de antenas dipolos com cortinas e com elevados valores de ganhos (CONTI, s/d).

Pelo menos desde 1968 a Rádio Tirana contava com equipe para a produção de noticiário em português a ser transmitido para o Brasil (JOFFILY, 1990). De acordo com a figura 1, pode-se verificar que, no dia 1º de junho de 1976, nos horários escolhidos pela emissora para transmissão do sinal para a América do Sul, todo o território brasileiro estava sendo coberto, havendo pelo menos 90% de chance de recepção do sinal. O mapa ilustra a cobertura na faixa de 30 metros, utilizada pela emissora.

Adicionalmente, foi examinada a cobertura da estação, em média, ao longo do ano, conforme outras figuras geradas pelo software. Em regra, observou-se condição semelhante de recepção. No geral, pode-se afirmar que esta emissora, transmitindo em ondas curtas a partir da Albânia, cobriu bem o território brasileiro no ano de 1976.

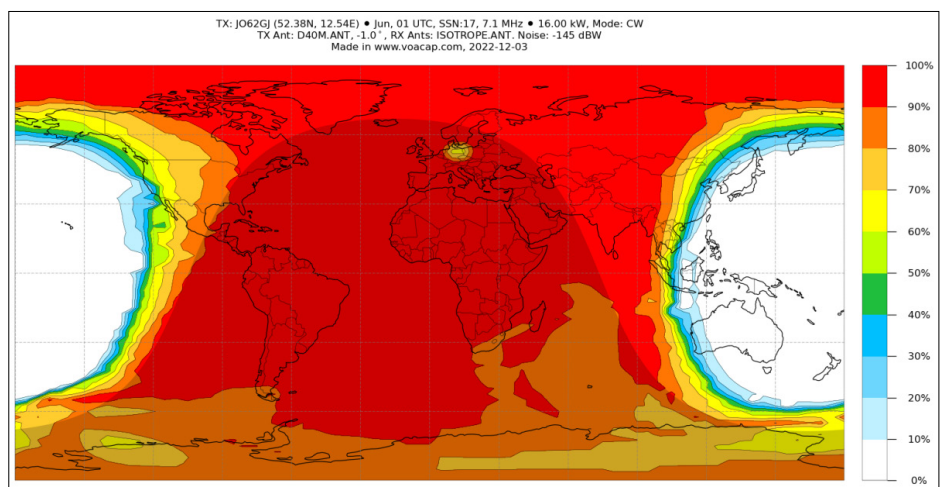
Alemanha Oriental

Tabela 4: Operação da Rádio Berlim Internacional voltada à América do Sul. Fonte: Elaborado pelos autores, com base em WRTH (1976) e BB (2022).

País	Alemanha						
Emissora	Rádio Berlim Internacional						
Local	Latitude	Longitude	Potência (kW)	Frequência em kHz	Horário de Recepção no Brasil	Antena de Transmissão	Ganho em dB
Nauen	52.38N	12.54E	50/ 100/ 500	5955	20:15 - 21:00	Rotatable ALLISS antennas from Thomcast	14.1 a 20
				6010	20:15 - 21:00		
				6040	20:15 - 21:00		
				6070	20:15 - 21:00		
				9500	20:15 - 21:00		
				9600	20:15 - 21:00		

Nauen	52.38N	12.54E	50/ 100/ 500	9755	20:15 - 21:00	Rotatable ALLISS antennas from Thomcast	14.1 a 20
				11785	20:15 - 21:00		
				11825	20:15 - 21:00		
				6040	00:00 - 00:45		
				9500	01:00 - 01:45		
K. Wusterhausen	52.18N	13.37E	50/100				
Leipzig	51.14N	12.22E	10/ 50/ 100	9730			

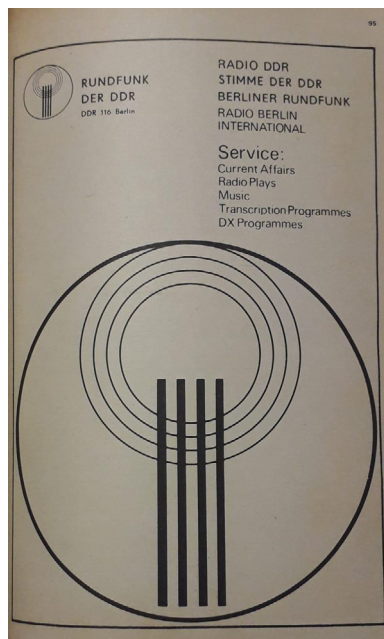
Figura 2 – Mapa de cobertura – Rádio Berlim Internacional



De acordo com a figura 2, pode-se verificar que, no dia 1º de junho de 1976, nos horários escolhidos pela emissora para transmissão do sinal para a América do Sul, todo o território brasileiro estava sendo coberto de forma similar à da emissora albanesa (e de outras a seguir). O mapa ilustra a cobertura na faixa de frequências de 40 metros. Também foram verificadas as coberturas nas faixas 30 e 60 metros, atribuídas à emissora conforme a tabela, e o resultado foi o mesmo.

Adicionalmente, foi examinada a cobertura da estação, em média, ao longo do ano, conforme outras figuras geradas pelo software. Em regra, observou-se condição semelhante de transmissão. A pior situação ocorreu em julho de 1976, quando a cobertura caiu para 98% do tempo na região sul do país. No geral, pode-se afirmar que esta emissora, transmitindo em ondas curtas a partir da Alemanha Oriental, também cobriu bem o território brasileiro no ano de 1976.

Figura 3 – Anúncio da Rádio Berlim Internacional.
Fonte: WRTH (1976).



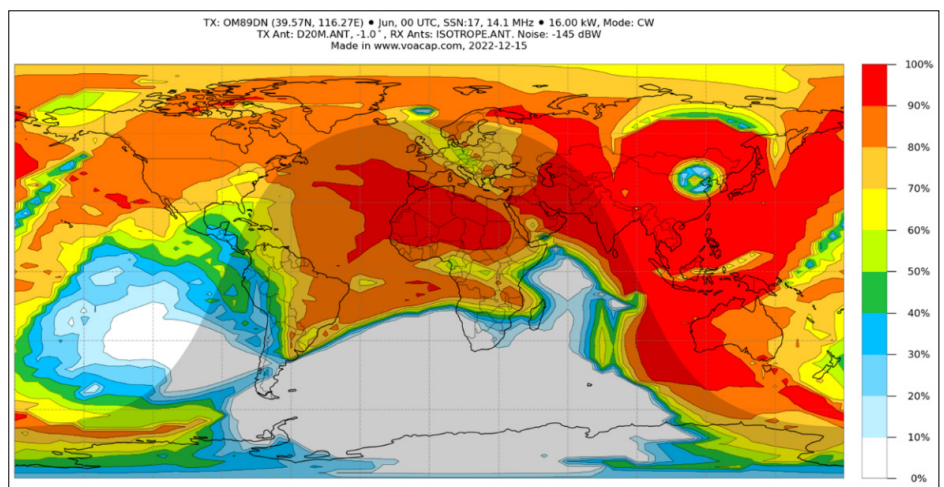
China

Tabela 5: Operação da Rádio China Internacional voltada à América do Sul.
Fonte: Elaborado pelos autores, com base em WRTH (1976) e BB (2022).

Pais	China						
Emissora	Rádio China Internacional						
Local	Latitude	Longitude	Potência (kW)	Frequência em kHz	Horário de Recepção no Brasil	Antena de Transmissão	Ganho em dB
Beijing	39.57N	116.27E	100/ 350/ 500	7095	16:00 - 16:55	---	---
				9860	16:00 - 16:55		
				11650	16:00 - 16:55		
				3270	17:00 - 17:55		
				4020	17:00 - 17:55		
				5030	17:00 - 17:55		
				6345	17:00 - 17:55		
				6430	17:00 - 17:55		
				6935	17:00 - 17:55		
				12080	17:00 - 17:55		
				4020	19:00 - 19:55		
				5030	19:00 - 19:55		
				5295	19:00 - 19:55		
				7010	19:00 - 19:55		
				7310	19:00 - 19:55		
7780	19:00 - 19:55						
9860	19:00 - 19:55						
9965	19:00 - 19:55						

Beijing	39.57N	116.27E	100/ 350/ 500	11375	19:00 - 19:55	---	---
				11650	19:00 - 19:55		
				15105	19:00 - 19:55		
				6410	21:00 - 21:55		
				7315	21:00 - 21:55		
				9340	21:00 - 21:55		
				9860	21:00 - 21:55		
				9965	21:00 - 21:55		
				11685	21:00 - 21:55		
				12015	21:00 - 21:55		

Figura 4 – Mapa de cobertura – Rádio China Internacional



Possivelmente as preocupações da ditadura militar quanto às “irradiações alienígenas” estavam mais relacionadas a esta emissora que às outras. Os documentos oficiais referenciados nesta pesquisa não os citam, porém, à época, movimentos guerrilheiros brasileiros dedicavam-se à luta no interior do país e na área rural. Um dos mais expressivos na região amazônica foi a Guerrilha do Araguaia, instalada no fim da década de 1960 e debelada na primeira metade da seguinte. Realizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), inspirado pelo modelo comunista chinês, foi protagonizada por militantes com treinamento na China e proximidade política com esse país (GORENDER, 2014).

Também no caso desta emissora, não foi possível definir com precisão o modelo e o ganho da antena de transmissão. Ainda assim, de acordo com as premissas adotadas para elaboração das áreas de cobertura neste artigo, a figura 4 ilustra que, no dia 1º de junho de 1976, nos horários escolhidos pela emissora para transmissão do sinal para a América do Sul, o território brasileiro tinha probabilidade de recepção do sinal entre 40% a 90%, variando de acordo com a região.

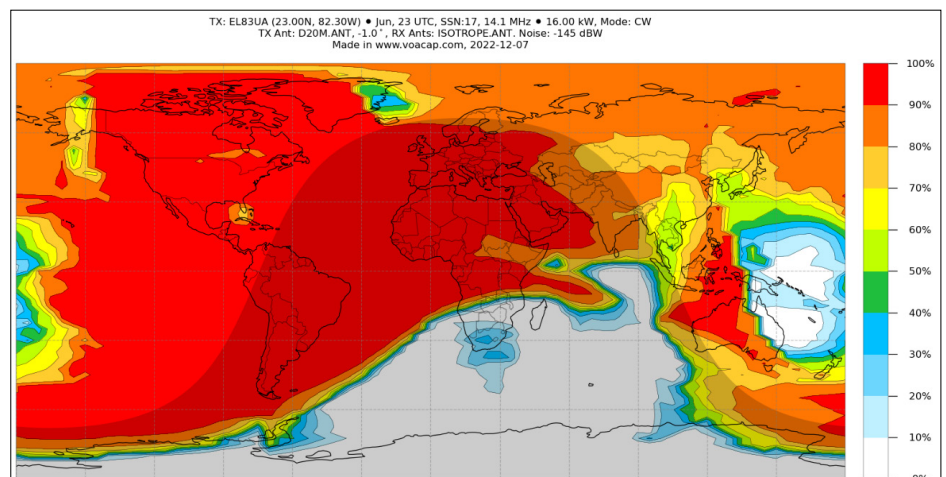
É possível inferir que essa qualidade tão ruim de recepção, quando comparada à das outras estudadas, se dá em virtude das limitações impostas no artigo em relação aos parâmetros técnicos. Estas limitações são mais notáveis quanto maior a distância entre os pontos de transmissão e recepção. Nesse sentido, é possível supor que as condições de recepção eram bem melhores na realidade.

Cuba

Tabela 6: Operação da Rádio Havana voltada à América do Sul. Fonte: Elaborado pelos autores, com base em WRTH (1976) e BB (2022).

Pais	Cuba						
Emissora	Rádio Havana						
Local	Latitude	Longitude	Potência (kW)	Frequência em kHz	Horário de Recepção no Brasil	Antena de Transmissão	Ganho em dB
Bauta	23.00N	82.30W	7,5/10/ 20/30/100	11930	06:00 - 07:00	---	---
				15340	20:00 - 21:00		

Figura 5 – Mapa de cobertura – Rádio Havana.



A atuação de emissoras cubanas despertava atenção especial por alguns motivos. Primeiro, um de cunho histórico. Tornara-se mítico o papel da Rádio Rebelde, mantida pelos guerrilheiros em Sierra Maestra, para a desestabilização da ditadura de Fulgencio Batista. As condições dessa operação, contudo, eram bem distintas das aqui estudadas. Inicialmente os guerrilheiros comunicavam-se entre si por meio de aparelhos portáteis, alimentados por baterias, que operavam na faixa de radioamadorismo, na banda de 20 metros. Apenas em dezembro de 1958, quando o movimento aproximava-se da vitória, foi capturada uma estação local, que passou a operar em parceria com outras no território nacional, no exterior e com os equipamentos portáteis. Formou-se, então, a Cadeia da Liberdade, com 32 estações, agora

com programação que podia ser acompanhada por toda a população, colaborando na derrocada do regime (PASQUALINO, 2013; PIERANTI, 2022).

Outro motivo era o tamanho da operação montada pelo governo socialista cubano, em parceria com o soviético, para direcionar transmissões para o exterior. No início da década de 1960, a CIA conduziu amplo estudo sobre a indústria eletrônica cubana e, dentre outros tópicos, suas transmissões em ondas curtas. Constatou, por exemplo, que a Rádio Havana chegou a fazer uso de cinco transmissores para irradiar em seis idiomas distintos, por quase 188 horas semanais, das quais sete em português, com foco no Brasil. A esse serviço oficial somavam-se outros, também mantidos pelo governo local (CIA, 1963).

As transmissões continuaram ao longo das décadas seguintes. Dentre todos os países aqui mencionados, Cuba era o mais próximo do território brasileiro, uma vantagem significativa para a transmissão e recepção das programações. É, ainda, o único latino-americano, o que sugere uma proximidade cultural maior e, por isso, talvez uma possibilidade maior de aceitação da programação pelo público brasileiro.

Assim como em casos anteriores, não foi possível definir com precisão o modelo e o ganho da antena de transmissão da Rádio Havana. No entanto, de acordo com as premissas adotadas para elaboração das áreas de coberturas neste artigo, a figura 5 ilustra que, no dia 1º de junho de 1976, nos horários escolhidos pela emissora para transmissão do sinal para a América do Sul, todo o território brasileiro estava sendo coberto. O mapa ilustra a cobertura na faixa de frequências de 20 metros, utilizada pela emissora.

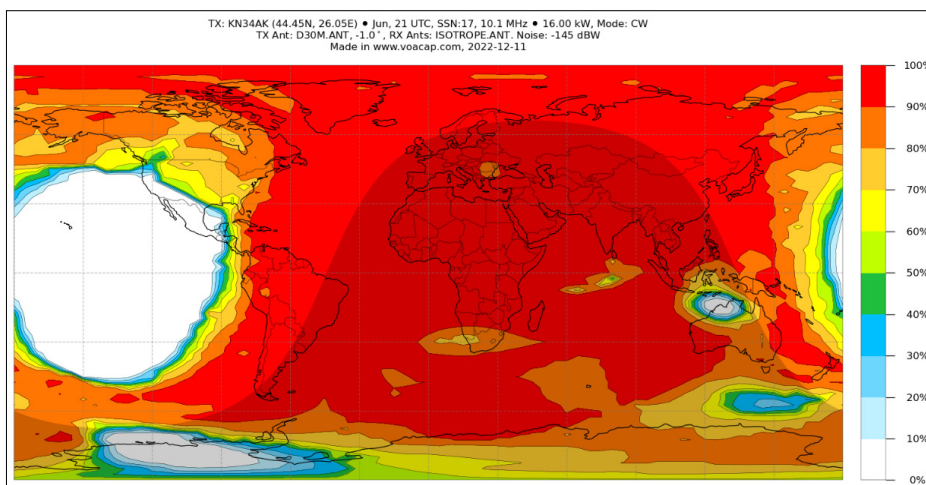
Adicionalmente, foi examinada a cobertura da estação, em média, ao longo do ano, conforme outras figuras geradas pelo software. Em regra, observou-se condição semelhante de recepção. No geral, pode-se afirmar que esta emissora, transmitindo em ondas curtas a partir de Cuba, cobriu bem o território brasileiro, em sua integralidade, ao longo de todo o ano de 1976.

Romênia

Tabela 7: Operação da Rádio Romênia Internacional voltada à América do Sul. Fonte: Elaborado pelos autores, com base em WRTH (1976) e BB (2022).

País	Romênia						
Emissora	Rádio Romênia Internacional						
Local	Latitude	Longitude	Potência (kW)	Frequência em kHz	Horário de Recepção no Brasil	Antena de Transmissão	Ganho em dB
Galbeni	46.45N	26.41E	120/250	5990/7225/ 9690	18:30 - 19:00	Log- Periódica	13 a 25
Saftica	44.38N	26.05E	18/50/100	5990/7225/ 9690	18:30 - 19:00		
Tiganesti	44.45N	26.05E	250	5990/7225/ 9690	18:30 - 19:00		

Figura 6 – Mapa de cobertura – Rádio Romênia Internacional



Pela literatura, não foi possível identificar o local exato das transmissões em língua portuguesa irradiadas para a América do Sul. No entanto, conforme a Tabela 7, somente as localidades de Galberni e Tiganesti tinham transmissores com potências relevantes que justificassem tais transmissões para o continente. De qualquer maneira, neste trabalho, foram realizadas predições considerando as três localidades, ou seja, Galbeni, Saftica e Tiganesti, e os resultados foram bem semelhantes. A figura 6 refere-se à emissora localizada em Tiganesti.

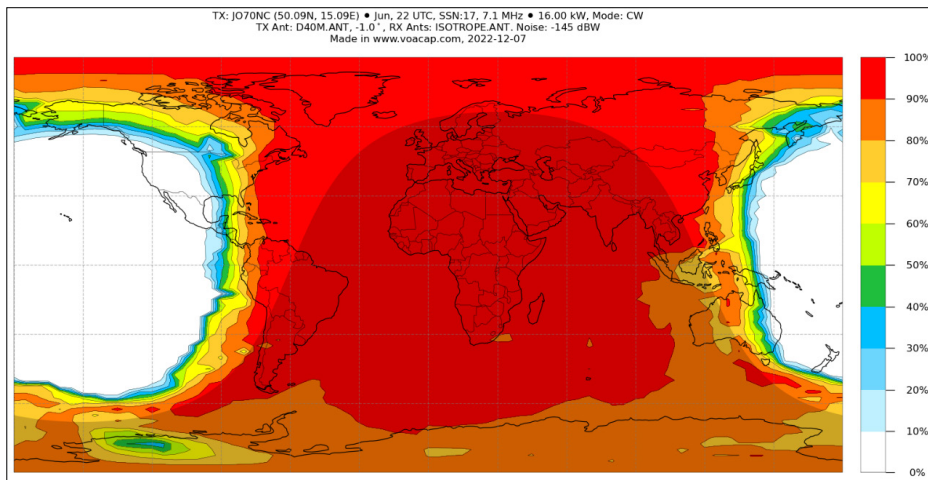
Verifica-se que, no dia 1º de junho de 1976, nos horários escolhidos pela emissora para transmissão da programação em português para a América do Sul, todo o território brasileiro estava sendo coberto na faixa de frequências de 30 metros. Também foram analisadas as coberturas nas faixas de frequências de 40 e 60 metros, atribuídas às emissoras conforme a tabela 7, e o resultado foi o mesmo. Ao contrário de outras emissoras, esta apresentou recepção quase 100% do tempo no território brasileiro durante todo o ano de 1976.

Tchecoslováquia

Tabela 8: Operação da Rádio Praga Internacional voltada à América do Sul. Fonte: Elaborado pelos autores, com base em WRTH (1976) e BB (2022).

Pais	Tchecoslováquia						
Emissora	Rádio Praga Internacional						
Local	Latitude	Longitude	Potência (kW)	Frequência em kHz	Horário de Recepção no Brasil	Antena de Transmissão	Ganho em dB
Podebrady	50.09N	15.09E	120/200	7345	19:30 - 19:57	---	---

Figura 7- Mapa de cobertura – Rádio Praga Internacional



Também neste caso não foi possível definir com precisão modelo e ganho da antena de transmissão. A figura 7 ilustra a predição da área de cobertura da Rádio Praga Internacional. De acordo com a área de cobertura do dia 1º de junho de 1976, nos horários escolhidos pela emissora para transmissão do sinal, a partir de Podebrady para a América do Sul, havia probabilidade de 100% de recepção da programação em todo o território brasileiro.

Adicionalmente, foi examinada a cobertura da estação, em média, ao longo do ano, conforme outras figuras geradas pelo software. Em regra, pode-se afirmar que esta emissora, transmitindo em ondas curtas a partir da Tchecoslováquia, cobriu em 100% o território brasileiro ao longo do ano de 1976.

Figura 8 – Anúncio da Rádio Praga Internacional.
Fonte: WRTH (1976).



União Soviética

Tabela 9: Operação da Rádio Moscou voltada à América do Sul. Fonte: Elaborado pelos autores, com base em WRTH (1976) e BB (2022).

Pais	USSR						
Emissora	Radio Moscow						
Local	Latitude	Longitude	Potência (kW)	Frequência em kHz	Horário de Recepção no Brasil	Antena de Transmissão	Ganho em dB
Moscou	58.64N	38.08E	50/ 100/ 240	9677,4/ 7317,07/ 6122,4	22:00 - 22:30	HRS 8/8/1 antennas (horizontal dipole curtain, eight columns, eight rows, with electrically steerable pattern)	15 a 20

Figura 9 – Mapa de cobertura em 40 metros – Rádio Moscou.

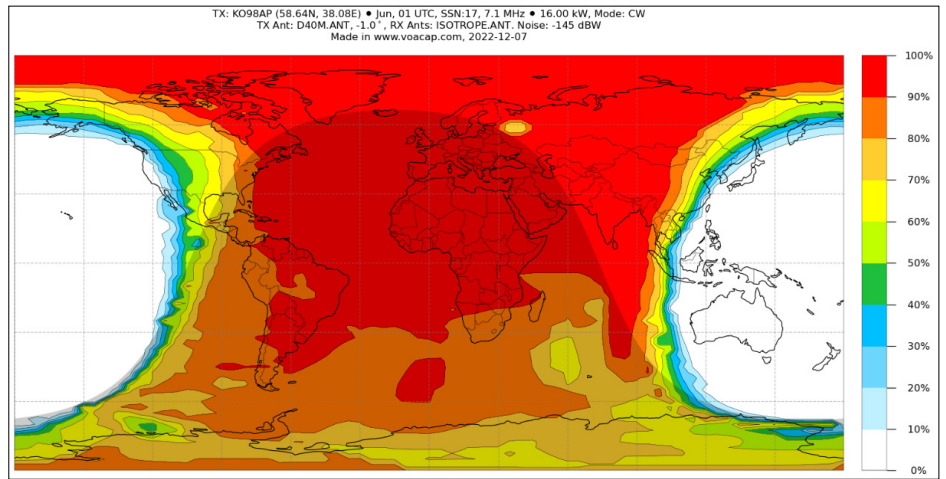
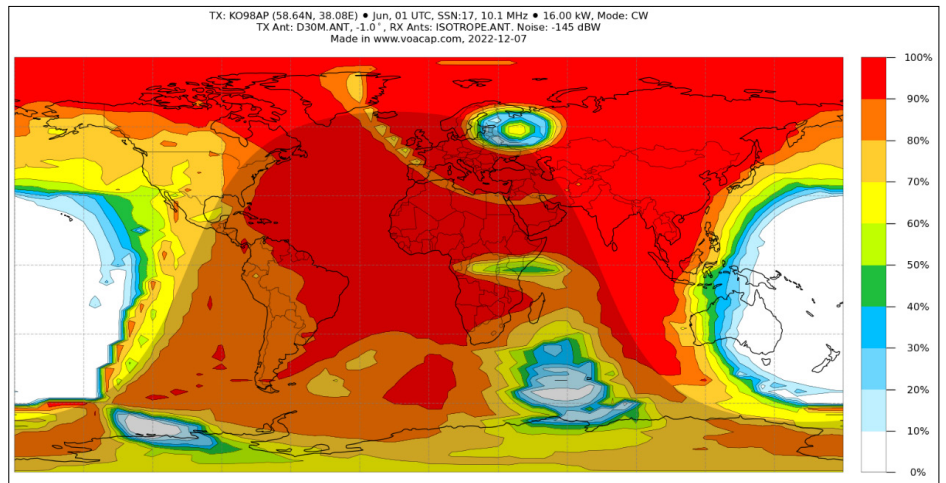
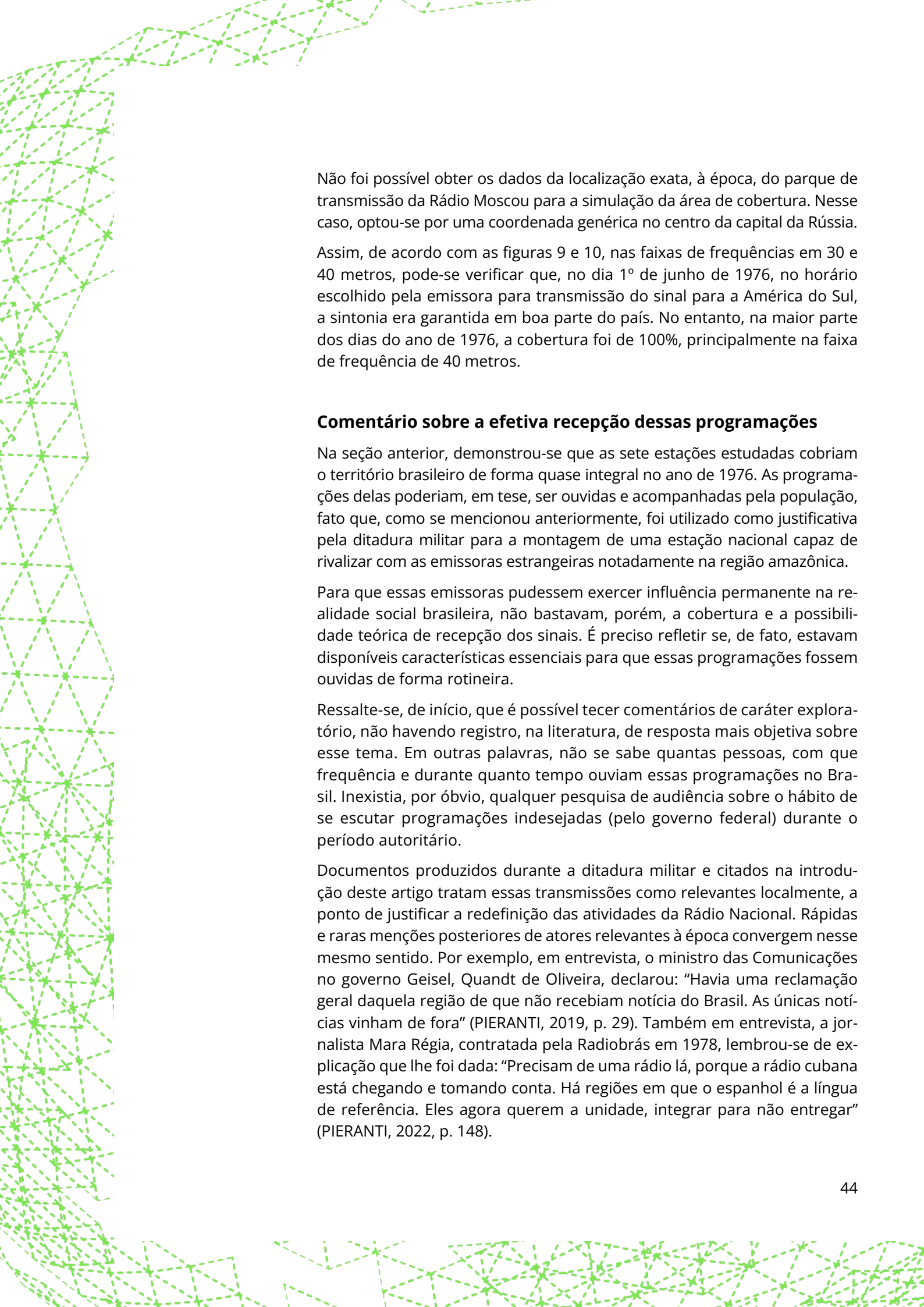


Figura 10 – Mapa de cobertura em 30 metros – Rádio Moscou.





Não foi possível obter os dados da localização exata, à época, do parque de transmissão da Rádio Moscou para a simulação da área de cobertura. Nesse caso, optou-se por uma coordenada genérica no centro da capital da Rússia.

Assim, de acordo com as figuras 9 e 10, nas faixas de frequências em 30 e 40 metros, pode-se verificar que, no dia 1º de junho de 1976, no horário escolhido pela emissora para transmissão do sinal para a América do Sul, a sintonia era garantida em boa parte do país. No entanto, na maior parte dos dias do ano de 1976, a cobertura foi de 100%, principalmente na faixa de frequência de 40 metros.

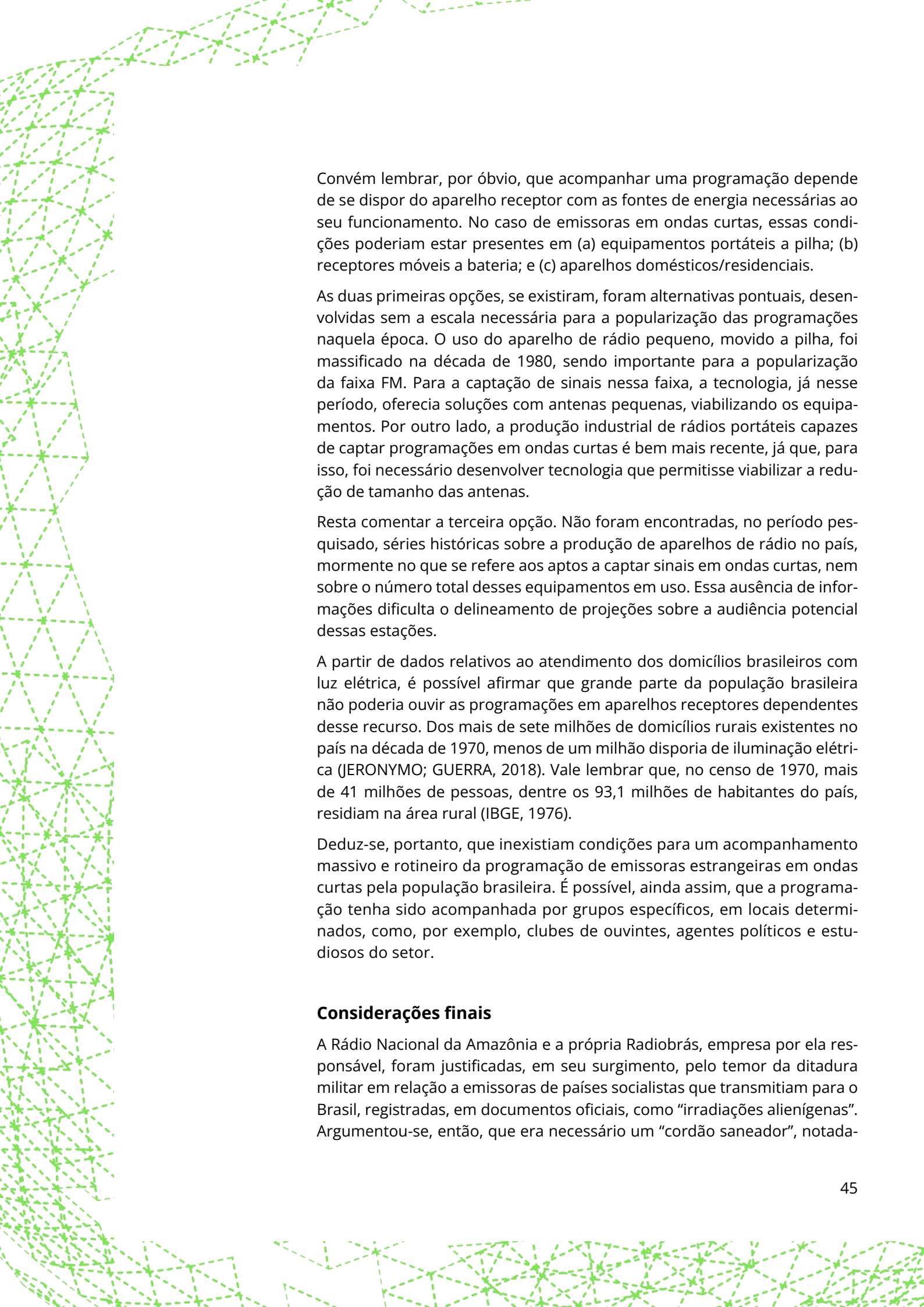
Comentário sobre a efetiva recepção dessas programações

Na seção anterior, demonstrou-se que as sete estações estudadas cobriam o território brasileiro de forma quase integral no ano de 1976. As programações delas poderiam, em tese, ser ouvidas e acompanhadas pela população, fato que, como se mencionou anteriormente, foi utilizado como justificativa pela ditadura militar para a montagem de uma estação nacional capaz de rivalizar com as emissoras estrangeiras notadamente na região amazônica.

Para que essas emissoras pudessem exercer influência permanente na realidade social brasileira, não bastavam, porém, a cobertura e a possibilidade teórica de recepção dos sinais. É preciso refletir se, de fato, estavam disponíveis características essenciais para que essas programações fossem ouvidas de forma rotineira.

Ressalte-se, de início, que é possível tecer comentários de caráter exploratório, não havendo registro, na literatura, de resposta mais objetiva sobre esse tema. Em outras palavras, não se sabe quantas pessoas, com que frequência e durante quanto tempo ouviam essas programações no Brasil. Inexistia, por óbvio, qualquer pesquisa de audiência sobre o hábito de se escutar programações indesejadas (pelo governo federal) durante o período autoritário.

Documentos produzidos durante a ditadura militar e citados na introdução deste artigo tratam essas transmissões como relevantes localmente, a ponto de justificar a redefinição das atividades da Rádio Nacional. Rápidas e raras menções posteriores de atores relevantes à época convergem nesse mesmo sentido. Por exemplo, em entrevista, o ministro das Comunicações no governo Geisel, Quandt de Oliveira, declarou: “Havia uma reclamação geral daquela região de que não recebiam notícia do Brasil. As únicas notícias vinham de fora” (PIERANTI, 2019, p. 29). Também em entrevista, a jornalista Mara Régia, contratada pela Radiobrás em 1978, lembrou-se de explicação que lhe foi dada: “Precisam de uma rádio lá, porque a rádio cubana está chegando e tomando conta. Há regiões em que o espanhol é a língua de referência. Eles agora querem a unidade, integrar para não entregar” (PIERANTI, 2022, p. 148).



Convém lembrar, por óbvio, que acompanhar uma programação depende de se dispor do aparelho receptor com as fontes de energia necessárias ao seu funcionamento. No caso de emissoras em ondas curtas, essas condições poderiam estar presentes em (a) equipamentos portáteis a pilha; (b) receptores móveis a bateria; e (c) aparelhos domésticos/residenciais.

As duas primeiras opções, se existiram, foram alternativas pontuais, desenvolvidas sem a escala necessária para a popularização das programações naquela época. O uso do aparelho de rádio pequeno, movido a pilha, foi massificado na década de 1980, sendo importante para a popularização da faixa FM. Para a captação de sinais nessa faixa, a tecnologia, já nesse período, oferecia soluções com antenas pequenas, viabilizando os equipamentos. Por outro lado, a produção industrial de rádios portáteis capazes de captar programações em ondas curtas é bem mais recente, já que, para isso, foi necessário desenvolver tecnologia que permitisse viabilizar a redução de tamanho das antenas.

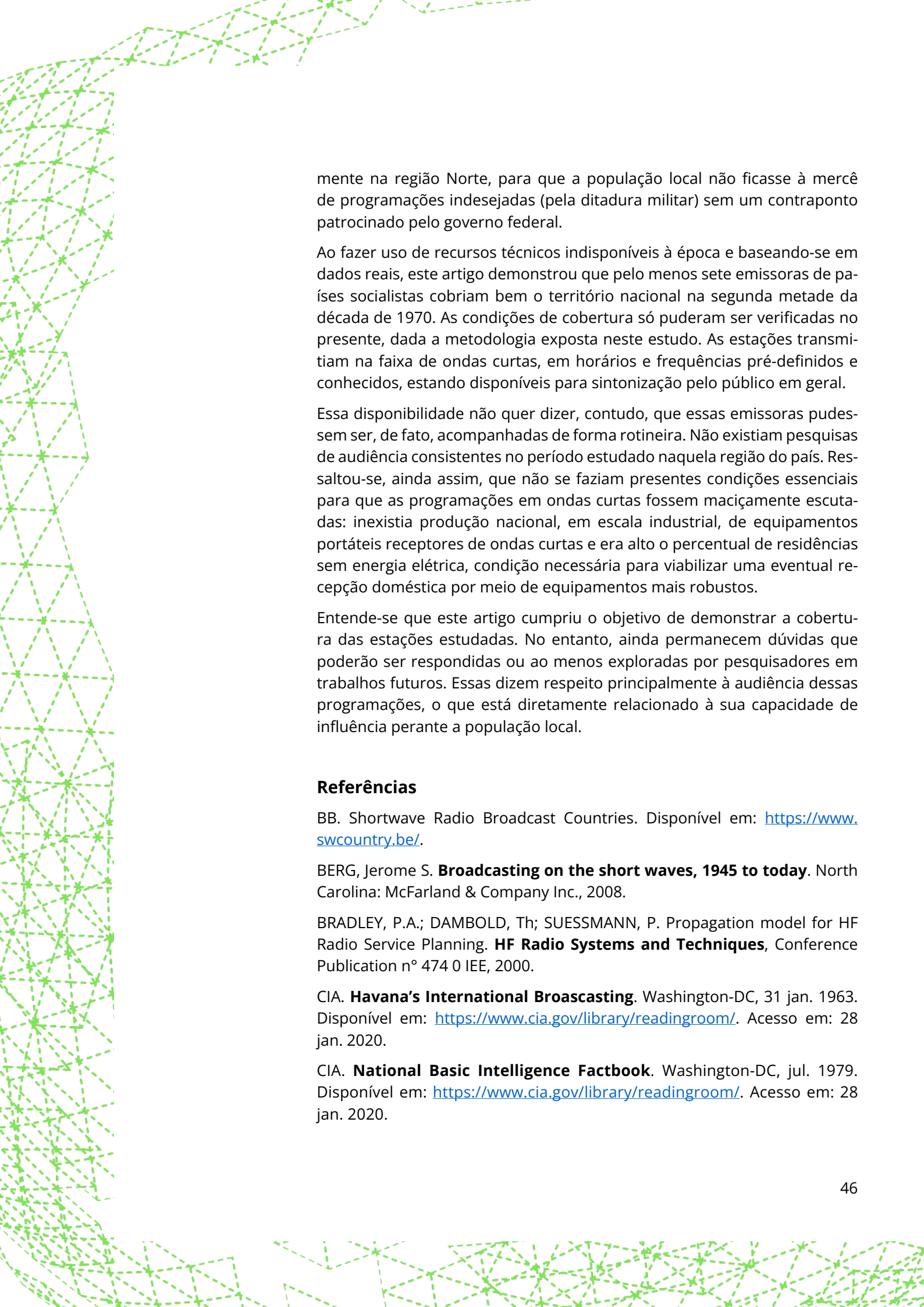
Resta comentar a terceira opção. Não foram encontradas, no período pesquisado, séries históricas sobre a produção de aparelhos de rádio no país, mormente no que se refere aos aptos a captar sinais em ondas curtas, nem sobre o número total desses equipamentos em uso. Essa ausência de informações dificulta o delineamento de projeções sobre a audiência potencial dessas estações.

A partir de dados relativos ao atendimento dos domicílios brasileiros com luz elétrica, é possível afirmar que grande parte da população brasileira não poderia ouvir as programações em aparelhos receptores dependentes desse recurso. Dos mais de sete milhões de domicílios rurais existentes no país na década de 1970, menos de um milhão disporia de iluminação elétrica (JERONYMO; GUERRA, 2018). Vale lembrar que, no censo de 1970, mais de 41 milhões de pessoas, dentre os 93,1 milhões de habitantes do país, residiam na área rural (IBGE, 1976).

Deduz-se, portanto, que inexistiam condições para um acompanhamento massivo e rotineiro da programação de emissoras estrangeiras em ondas curtas pela população brasileira. É possível, ainda assim, que a programação tenha sido acompanhada por grupos específicos, em locais determinados, como, por exemplo, clubes de ouvintes, agentes políticos e estudiosos do setor.

Considerações finais

A Rádio Nacional da Amazônia e a própria Radiobrás, empresa por ela responsável, foram justificadas, em seu surgimento, pelo temor da ditadura militar em relação a emissoras de países socialistas que transmitiam para o Brasil, registradas, em documentos oficiais, como “irradiações alienígenas”. Argumentou-se, então, que era necessário um “cordão saneador”, notada-



mente na região Norte, para que a população local não ficasse à mercê de programações indesejadas (pela ditadura militar) sem um contraponto patrocinado pelo governo federal.

Ao fazer uso de recursos técnicos indisponíveis à época e baseando-se em dados reais, este artigo demonstrou que pelo menos sete emissoras de países socialistas cobriam bem o território nacional na segunda metade da década de 1970. As condições de cobertura só puderam ser verificadas no presente, dada a metodologia exposta neste estudo. As estações transmitiam na faixa de ondas curtas, em horários e frequências pré-definidos e conhecidos, estando disponíveis para sintonização pelo público em geral.

Essa disponibilidade não quer dizer, contudo, que essas emissoras pudessem ser, de fato, acompanhadas de forma rotineira. Não existiam pesquisas de audiência consistentes no período estudado naquela região do país. Ressaltou-se, ainda assim, que não se faziam presentes condições essenciais para que as programações em ondas curtas fossem maciçamente escutadas: inexistia produção nacional, em escala industrial, de equipamentos portáteis receptores de ondas curtas e era alto o percentual de residências sem energia elétrica, condição necessária para viabilizar uma eventual recepção doméstica por meio de equipamentos mais robustos.

Entende-se que este artigo cumpriu o objetivo de demonstrar a cobertura das estações estudadas. No entanto, ainda permanecem dúvidas que poderão ser respondidas ou ao menos exploradas por pesquisadores em trabalhos futuros. Essas dizem respeito principalmente à audiência dessas programações, o que está diretamente relacionado à sua capacidade de influência perante a população local.

Referências

BB. Shortwave Radio Broadcast Countries. Disponível em: <https://www.swcountry.be/>.

BERG, Jerome S. **Broadcasting on the short waves, 1945 to today**. North Carolina: McFarland & Company Inc., 2008.

BRADLEY, P.A.; DAMBOLD, Th; SUESSMANN, P. Propagation model for HF Radio Service Planning. **HF Radio Systems and Techniques**, Conference Publication n° 474 0 IEE, 2000.

CIA. **Havana's International Broadcasting**. Washington-DC, 31 jan. 1963. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

CIA. **National Basic Intelligence Factbook**. Washington-DC, jul. 1979. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

CONTI, Bruce A. **Radio Tirana Albania**. Disponível em: <http://www.bamlog.com/rtirana.htm> . Acesso em: 4 jan. 2023.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil – 1973**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1973.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil – 1976**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720> . Acesso em: 5 jan. 2023.

ITU. **High Frequency (HF) Bands for international broadcasting under RR12**. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-R/terrestrial/broadcast/Pages/Bands.aspx>. Acesso: 06 nov. 2022.

ITU. **Rec. ITU-R BS.705-1** - HF transmitting and receiving antennas characteristics and diagrams. 1995.

ITU. **Rec. ITU-R BS.415-2** - Minimum performance specifications for low-cost sound broadcasting receivers. 1986.

ITU. **Rec. ITU-R BS.703** - Characteristics of AM sound broadcasting reference receivers for planning purposes. 1990.

JERONYMO, Alexandre Cosme José; GUERRA, Sinclair Mallet-Guy. Caracterizando a evolução da eletrificação rural brasileira. **Redes**, v. 23, n. 1, jan.-abr. 2018, p. 133-156.

JOFFILY, Bernardo. **O Bastião Albanês**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **Vozes de Londres: Memórias Brasileiras da BBC**. São Paulo: EdUSP, 2008.

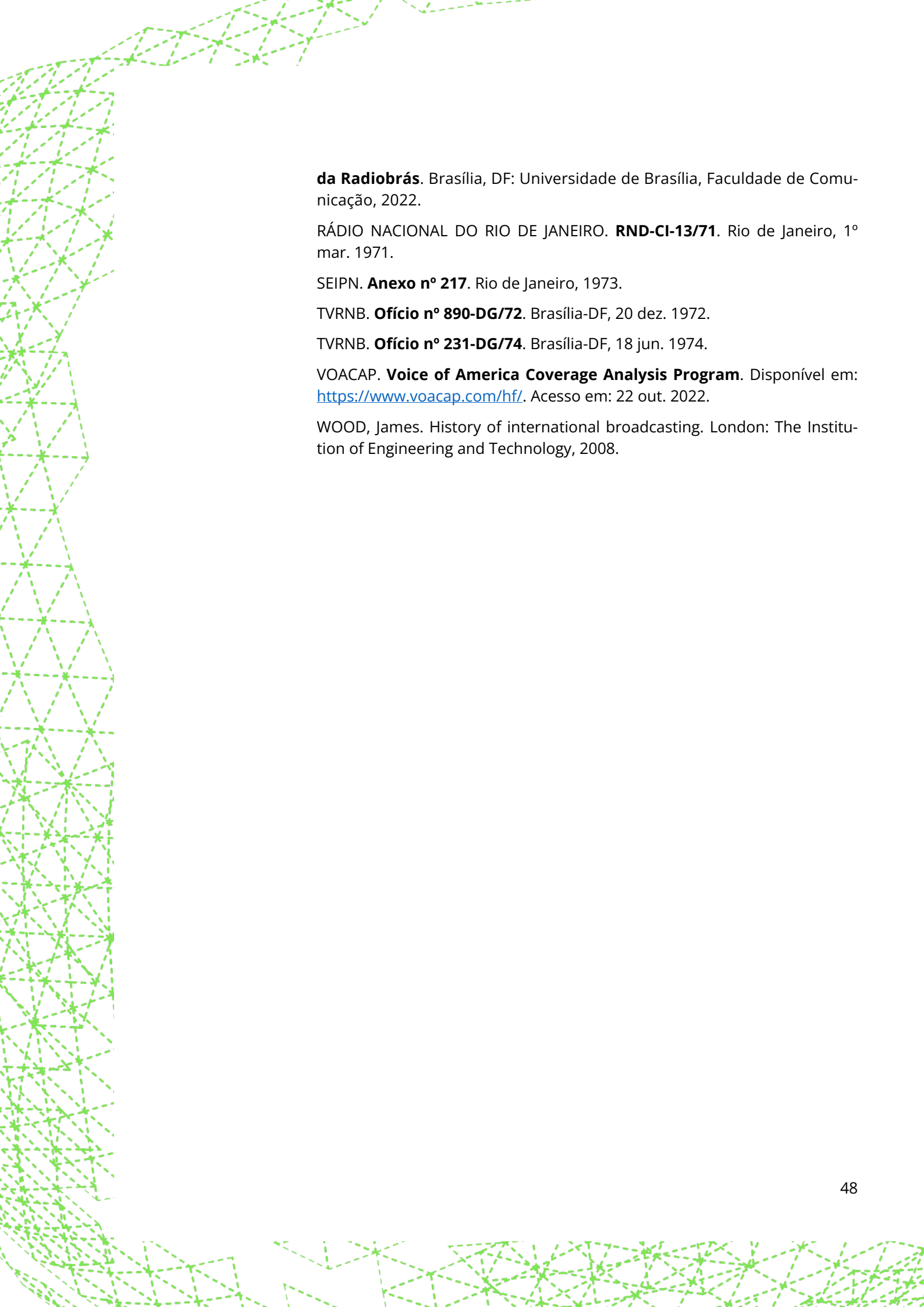
LOBATO, Elvira. **Antenas da floresta: a saga das TVs da Amazônia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

MARINESCU, Valentina. Romania: Private versus State Television. **The Public**, v. 2, 3, 1995, p. 81-95.

PASQUALINO, Beatriz Buschel. Os 311 dias da Rádio Rebelde como arma guerrilheira cubana. **Revista Alterjor**, ano 4, v. 2, ed. 8, jul-dez. 2013. Disponível em: http://usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj8-esp2/pdf_117. Acesso em: 23 out. 2020.

PIERANTI, Octavio Penna. **Memória das Comunicações no Brasil: entrevistas**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2019.

PIERANTI, Octavio Penna. **Entre plantações de morangos, florestas e oceanos: arquivos esquecidos da Rádio Nacional recontam a origem**



da Radiobrás. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2022.

RÁDIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **RND-CI-13/71.** Rio de Janeiro, 1º mar. 1971.

SEIPN. **Anexo nº 217.** Rio de Janeiro, 1973.

TVRNB. **Ofício nº 890-DG/72.** Brasília-DF, 20 dez. 1972.

TVRNB. **Ofício nº 231-DG/74.** Brasília-DF, 18 jun. 1974.

VOACAP. **Voice of America Coverage Analysis Program.** Disponível em: <https://www.voacap.com/hf/>. Acesso em: 22 out. 2022.

WOOD, James. History of international broadcasting. London: The Institution of Engineering and Technology, 2008.

A constituição do campo de pesquisa da Economia Criativa no âmbito internacional: estudo bibliométrico¹

La constitución del campo de investigación de la Economía Creativa a nivel internacional: estudio bibliométrico

The constitution of the Creative Economy research field at the international level: bibliometric study

Florence Dravet

Doutora em Didactologie des Langues et des Cultures (Paris Sorbonne). Professora do Mestrado Inovação em Comunicação e Economia Criativa da Universidade Católica de Brasília (UCB). Contato: flormd@gmail.com

Alberto Marques

Doutor em Comunicação (UnB) e professor do Mestrado Inovação em Comunicação e Economia Criativa da Universidade Católica de Brasília (UCB). Contato: alberto.marques@gmail.com

Beatriz Chaves

Mestranda em Inovação em Comunicação e Economia Criativa da Universidade Católica de Brasília (UCB). Contato: delimabeatrizch@gmail.com

Maira Sardinha

Mestre em Governança, Tecnologia e Inovação (UCB). Professora do Eixo Gestão e Negócios do Centro Universitário de Brasília. Contato: maira-sardinha@gmail.com



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhado

1 Artigo produzido no âmbito da pesquisa “Panorama da Economia Criativa do Distrito Federal”, desenvolvida pelo grupo de pesquisa em Economia Criativa do Mestrado Profissional Inovação em Comunicação e Economia Criativa da Universidade Católica de Brasília, com o apoio da Secretaria de Turismo (SETUR/DF) por demanda da Câmara de Economia Criativa da Fecomércio e emendas parlamentares da Câmara Legislativa do DF, efetivadas por meio do Termo de Fomento (MROSC) N.º 30/2021 -PROCESSO N.º 04009-00000567/2021-53.

Resumo

Estudo bibliométrico com objetivo de conhecer o estado atual do campo da Economia Criativa na pesquisa internacional. A partir do estudo quantitativo de 3.084 artigos na base Scopus e do estudo qualitativo de 56 artigos, conclui-se que o paradigma da indústria criativa está posto de acordo com as definições do British Council (2005), tendo setores definidos e problemáticas recorrentes de caráter interdisciplinar que passam por revisões e críticas. Questiona-se se tal paradigma não estaria vigente apenas nos países representados na amostra e se outros países, com realidades econômicas, sociais e culturais distintas poderiam contribuir para revisão ou alargamento deste paradigma.

Palavras chave: Economia criativa. Indústrias Criativas. Bibliometria.

Resumen

Estudio bibliométrico con el objetivo de conocer el estado actual del campo de la Economía Creativa en la investigación internacional. Del estudio cuantitativo de 3.084 artículos y del estudio cualitativo de 56 artículos en la base Scopus, se concluye que el paradigma de la industria creativa está de acuerdo con las definiciones del British Council (2005), teniendo sectores definidos y problemas recurrentes de carácter interdisciplinario que sufren revisiones, y críticas. Se cuestiona si tal paradigma no estaría vigente sólo en los países representados en la muestra y si otros países, con realidades económicas, sociales y culturales diferentes, podrían contribuir a la revisión o expansión de este paradigma.

Palabras clave: Economía creativa. Industrias creativas. Bibliometria.

Abstract

Bibliometric study with the objective of knowing the current state of the field of Creative Economy in international research. From the quantitative study of 3.084 articles and the qualitative study of 56 articles on the Scopus base, it is concluded that the paradigm of the creative industry is in accordance with the definitions of the British Council (2005), having defined sectors and recurring problems of an interdisciplinary character that undergo revisions, criticisms and adjustments. It is questioned if such a paradigm would not be in force only in the countries represented in the sample and if other countries, with different economic, social and cultural realities could contribute to the revision or expansion of this paradigm.

Keywords: Creative economy. Creative Industries. Bibliometrics.



Introdução


Antes de se constituir em um campo de pesquisa acadêmica (enquanto lugar estruturado de produção, validação e circulação de saber), a economia criativa surge na última década do século XX como uma proposta política de reorganização econômica para fazer frente a transformações estruturais da sociedade, que afetam as dinâmicas econômicas globais. Modos de circulação de bens, serviços e pessoas em um contexto de globalização; desenvolvimentos tecnológicos que reconfiguram os postos de trabalho e as dinâmicas sociais; aceleração dos modos de produção do conhecimento e de circulação de informações são alguns dos fatores que alteraram profundamente a organização social e, conseqüentemente, a economia, a política, a arte, a cultura e as relações entre eles.

Costuma-se apontar para as propostas políticas australiana e inglesa como os lugares de nascedouro da economia criativa, que já teria surgido como conhecimento aplicado e se caracterizaria por uma perspectiva intrinsecamente pragmática. Todavia, alguns antecedentes do termo “economia criativa” precisam ser considerados. A ideia correlata de “indústrias criativas”, por exemplo, não pode ser discutida sem que se faça referência a sua antecessora mais próxima, a indústria cultural e ao debate gerado em torno dela e de sua subserviência às leis do mercado e à lógica publicitária feito por Adorno e Horkheimer em sua obra *Dialética do esclarecimento*, de 1947:

A cultura é uma mercadoria paradoxal. É de tal modo sujeita à lei da troca que não é nem mesmo trocável; resolve-se tão cegamente no uso que não é mais possível utilizá-la. Funde-se por isso com a propaganda, que se faz tanto mais onipotente quanto mais parece absurda, onde a concorrência é apenas aparente. Os motivos, no fundo, são econômicos. É evidente que se poderia viver sem a indústria cultural, pois já é enorme a saciedade e a apatia que ela gera entre os consumidores. Por si mesma ela pode bem pouco contra esse perigo. A publicidade é o seu elixir da vida. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 39).

Tal condicionamento econômico seria, de acordo com os autores, a sentença de morte da liberdade criativa e intelectual do sujeito, agora transformado em consumidor dependente da indústria, ela mesma técnica e economicamente fundida à publicidade e ao marketing.

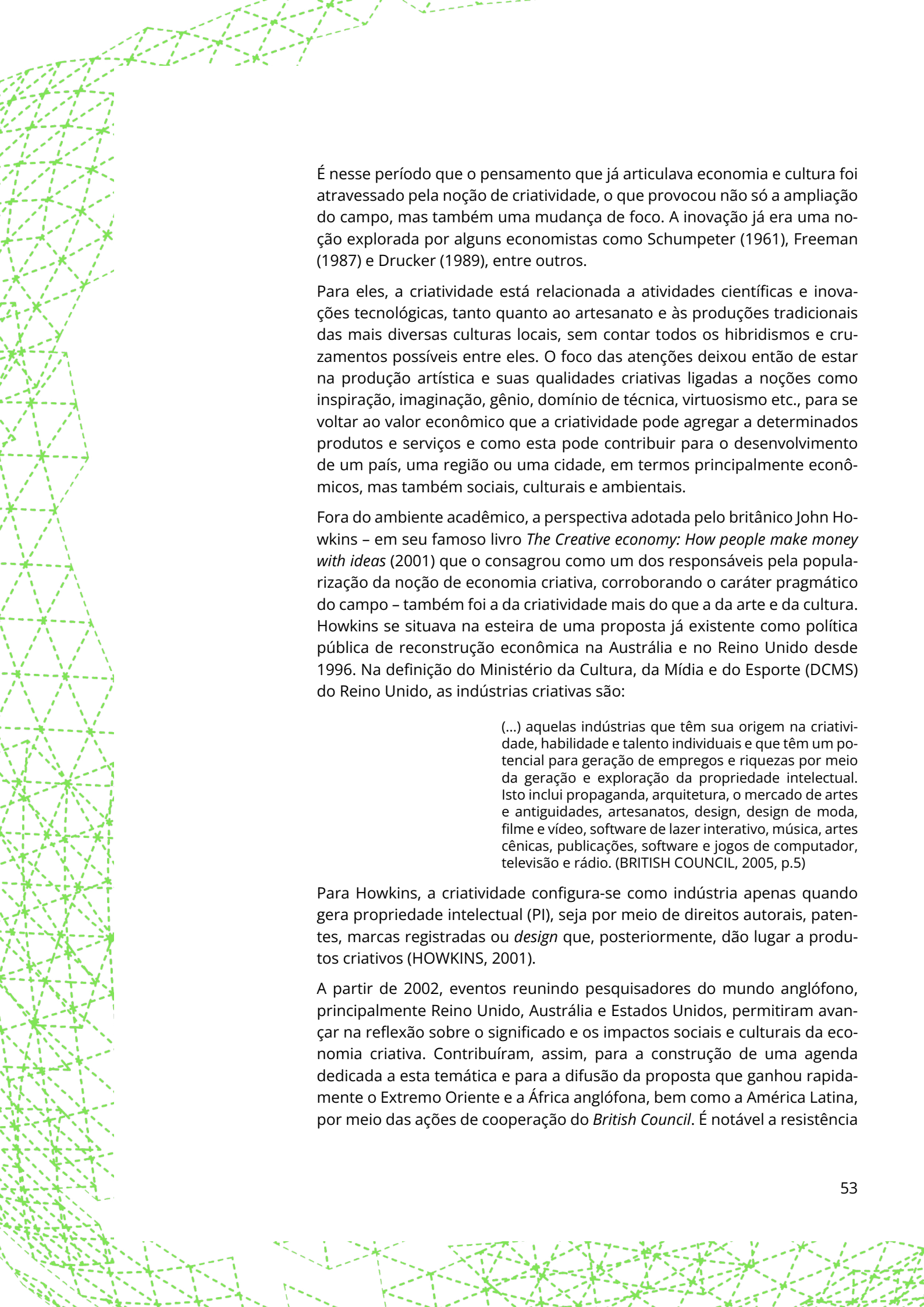
Para Adorno, ainda, “através da ideologia da indústria cultural, o conformismo substitui a consciência: jamais a ordem por ela transmitida é confrontada com o que ela pretende ser ou com os reais interesses dos homens.” (ADORNO, 1987, p. 293). Desta maneira, com a conformação dos indivíduos ao seu papel de consumidores, a indústria cultural “impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente” (ADORNO, 1987, p. 295).



Com o avanço inegável da indústria cultural e de sua dependência da grande mídia e da lógica publicitária, aos poucos, a discussão inicialmente levantada pelos teóricos críticos de Frankfurt muda de direção. Pensadores como Edgar Morin (1972), Roland Barthes (2002) e Bourdieu (1979), na França, e Richard Hoggart (1957), Raymond Williams (1958) e Stuart Hall (1990), no Reino Unido, entre outros, debruçam-se sobre a indústria cultural com olhares investigadores críticos que, ainda que sejam muito diversos e apresentem diferenças entre si, levam em conta uma relação entre a indústria e os consumidores em que esses últimos não são apenas objetos da indústria, mas também e ao mesmo tempo sujeitos de seu próprio consumo. Para esses pensadores, os sujeitos da cultura participam ativamente com desempenhos interpretativos próprios no complexo processo de integração social gerado pelo modelo capitalista e pela lógica do consumo.

A crítica feita tanto por Morin, na França, como pelos estudos culturais ingleses, reside então na percepção de um grau preocupante de homogeneização do grande público e suas várias segmentações, frente à evidente necessidade de se considerar também as minorias, as culturas periféricas e as culturas populares com suas tradições idiossincráticas. A homogeneização tende a trazer mediocridade, a relação de consumo tende a trazer frustração; por outro lado, nasce uma nova mitologia, um novo Olimpo, com suas estrelas e heróis, efigies impressas em camisetas, canecas e pôsteres, objetos de desejo e de consumo, mas também de culto. Percebe-se que é possível captar a dinâmica da vida social, na qual os indivíduos “não só pensam e agem de acordo com uma razão instrumental, mas também sentem, conferem significados distintos aos mais diversos elementos que compõem a sua vida e que lhe dão um sentido próprio” (MACHADO, 2009, p. 91).

Não surpreende, assim, que cultura e criatividade passem a ser percebidas pelos economistas como objetos a serem considerados, quiçá motores de uma indústria a ser levada “a sério”, como o são as indústrias siderúrgicas e farmacêuticas (CAVES, 2000). Os economistas Richard Caves, da Universidade de Harvard, e David Throsby, da Universidade Macquarie, em Sydney, foram os primeiros a se referir explicitamente à economia criativa, em publicações acadêmicas da área de Economia. O primeiro, de forma imprecisa, considerava criativa toda indústria que “contém dose substancial de esforço artístico ou criativo” (CAVES, 2000, p. 34). O segundo, em seu clássico *Economics and Culture* (2001), discutiu as relações entre criatividade e economia e apontou as indústrias culturais como aquelas que podem assegurar à cultura artística e criativa um lugar nas políticas culturais aos olhos dos detentores da política econômica que, segundo ele, controlam de fato as rédeas do poder. Mais tarde, frente às críticas dos artistas à mercantilização da criatividade, sua perspectiva continuava positiva: “Afinal, a tarefa da política cultural, em qualquer nível em que seja praticada, deve encontrar esse equilíbrio indescritível entre a criação de valor econômico e cultural na produção e uso da arte e da cultura na sociedade contemporânea” (THROSBY, 2008, p. 230).



É nesse período que o pensamento que já articulava economia e cultura foi atravessado pela noção de criatividade, o que provocou não só a ampliação do campo, mas também uma mudança de foco. A inovação já era uma noção explorada por alguns economistas como Schumpeter (1961), Freeman (1987) e Drucker (1989), entre outros.


Para eles, a criatividade está relacionada a atividades científicas e inovações tecnológicas, tanto quanto ao artesanato e às produções tradicionais das mais diversas culturas locais, sem contar todos os hibridismos e cruzamentos possíveis entre eles. O foco das atenções deixou então de estar na produção artística e suas qualidades criativas ligadas a noções como inspiração, imaginação, gênio, domínio de técnica, virtuosismo etc., para se voltar ao valor econômico que a criatividade pode agregar a determinados produtos e serviços e como esta pode contribuir para o desenvolvimento de um país, uma região ou uma cidade, em termos principalmente econômicos, mas também sociais, culturais e ambientais.

Fora do ambiente acadêmico, a perspectiva adotada pelo britânico John Howkins – em seu famoso livro *The Creative economy: How people make money with ideas* (2001) que o consagrou como um dos responsáveis pela popularização da noção de economia criativa, corroborando o caráter pragmático do campo – também foi a da criatividade mais do que a da arte e da cultura. Howkins se situava na esteira de uma proposta já existente como política pública de reconstrução econômica na Austrália e no Reino Unido desde 1996. Na definição do Ministério da Cultura, da Mídia e do Esporte (DCMS) do Reino Unido, as indústrias criativas são:

(...) aquelas indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que têm um potencial para geração de empregos e riquezas por meio da geração e exploração da propriedade intelectual. Isto inclui propaganda, arquitetura, o mercado de artes e antiguidades, artesanatos, design, design de moda, filme e vídeo, software de lazer interativo, música, artes cênicas, publicações, software e jogos de computador, televisão e rádio. (BRITISH COUNCIL, 2005, p.5)

Para Howkins, a criatividade configura-se como indústria apenas quando gera propriedade intelectual (PI), seja por meio de direitos autorais, patentes, marcas registradas ou *design* que, posteriormente, dão lugar a produtos criativos (HOWKINS, 2001).

A partir de 2002, eventos reunindo pesquisadores do mundo anglófono, principalmente Reino Unido, Austrália e Estados Unidos, permitiram avançar na reflexão sobre o significado e os impactos sociais e culturais da economia criativa. Contribuíram, assim, para a construção de uma agenda dedicada a esta temática e para a difusão da proposta que ganhou rapidamente o Extremo Oriente e a África anglófona, bem como a América Latina, por meio das ações de cooperação do *British Council*. É notável a resistência



2 Para uma visão mais precisa de quais são as tendências teóricas da pesquisa em Economia Criativa no Brasil, ver DRAVET, F. SILVA, A. e CHAVES, B. Perspectivas teóricas e aplicadas na pesquisa em Economia Criativa no Brasil. *Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional*, v. 18, n. 3, 2022, p. 254-267.

da França e dos países francófonos quanto à adoção do termo e da lógica da economia criativa, preferindo ficar com a expressão “cultura e comunicação” para designar as atividades clássicas do campo da cultura e da indústria midiática.

No Brasil, o Ministério da Cultura, a partir de 2003, começou a debater de forma sistêmica a dimensão econômica da cultura, amplamente influenciado pelos estudos de Celso Furtado, pelo desenvolvimentismo, também pauta da UNESCO, e pela noção de economia da cultura, visando especialmente a produção cultural, deixando fora as criações tecnológicas como as da indústria de softwares e as inovações científicas.²

Em 2007, Miguez sugeriu que a economia criativa ainda era um “campo do conhecimento pré-paradigmático” (MIGUEZ, 2007, p. 98). Ou seja, um campo no qual ainda não se podia identificar teorias, metodologias e objetos que permitissem circunscrevê-lo conceitualmente, de forma homogênea e consensual, para a partir dali trazer à tona as realidades empíricas com suas pormenorizações, desdobramentos, ampliações e avanços. Nesse sentido, as questões que ora nos ocupam são as seguintes: Quais são as referências que fundamentam hoje a pesquisa internacional, de alto impacto, em economia criativa? Como se distribui a produção, temporal e geograficamente? Como ela se organiza entre as áreas do conhecimento?

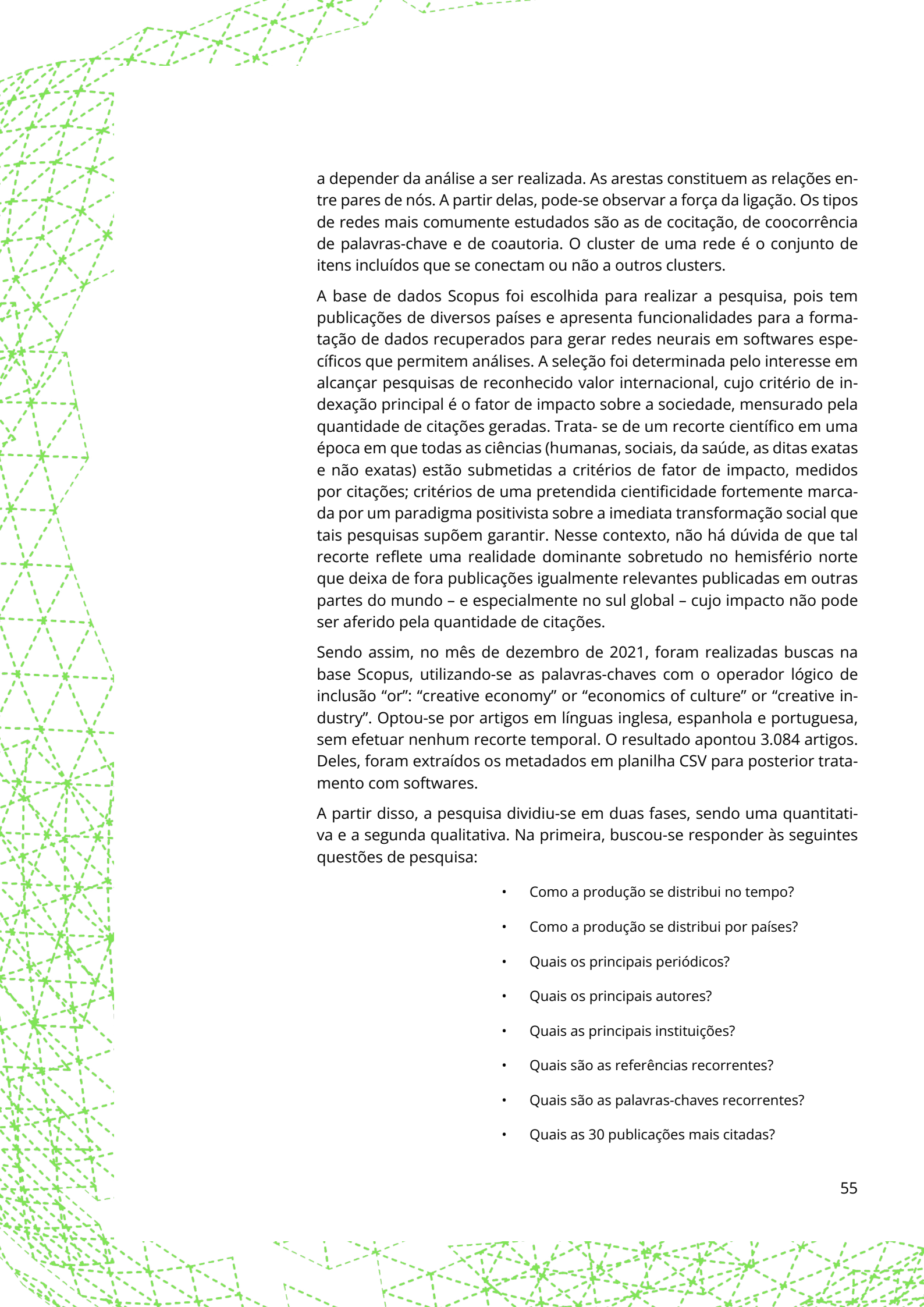
Metodologia

A presente pesquisa visa identificar o estado da arte do campo da economia criativa no âmbito internacional a fim de verificar se, desde 2007, ele se consolidou e apresenta um paradigma, ou seja, referências comuns, práticas de pesquisa consolidadas e conceituação consensual, ainda que passíveis de pormenorizações, desdobramentos e avanços.

Foi realizado, na base Scopus, um levantamento dos artigos internacionais que têm por objeto a economia criativa, recorrendo-se a técnicas bibliométricas para identificação dos dados quantitativos e à análise de conteúdo por amostra, para os aspectos qualitativos.

A bibliometria é baseada em métodos matemáticos e estatísticos (Pritchard, 1969). No campo das ciências sociais aplicadas, “(...) os estudos bibliométricos se concentram em examinar a produção de artigos em um determinado campo de saber, mapear as comunidades acadêmicas e identificar as redes de pesquisadores e suas motivações” (Chueke e Amatucci, 2015, p. 2).

Neste trabalho, foram usados os softwares “VOSviewer”, “Gephi” e “yED”, todos disponíveis gratuitamente. As redes são grafos que compreendem: nós (unidades de análise) e arestas (tipos de análises). Os nós podem ser publicações, periódicos, pesquisadores, países, organizações ou palavras-chave,



a depender da análise a ser realizada. As arestas constituem as relações entre pares de nós. A partir delas, pode-se observar a força da ligação. Os tipos de redes mais comumente estudados são as de cocitação, de coocorrência de palavras-chave e de coautoria. O cluster de uma rede é o conjunto de itens incluídos que se conectam ou não a outros clusters.

A base de dados Scopus foi escolhida para realizar a pesquisa, pois tem publicações de diversos países e apresenta funcionalidades para a formação de dados recuperados para gerar redes neurais em softwares específicos que permitem análises. A seleção foi determinada pelo interesse em alcançar pesquisas de reconhecido valor internacional, cujo critério de indexação principal é o fator de impacto sobre a sociedade, mensurado pela quantidade de citações geradas. Trata-se de um recorte científico em uma época em que todas as ciências (humanas, sociais, da saúde, as ditas exatas e não exatas) estão submetidas a critérios de fator de impacto, medidos por citações; critérios de uma pretendida cientificidade fortemente marcada por um paradigma positivista sobre a imediata transformação social que tais pesquisas supõem garantir. Nesse contexto, não há dúvida de que tal recorte reflete uma realidade dominante sobretudo no hemisfério norte que deixa de fora publicações igualmente relevantes publicadas em outras partes do mundo – e especialmente no sul global – cujo impacto não pode ser aferido pela quantidade de citações.

Sendo assim, no mês de dezembro de 2021, foram realizadas buscas na base Scopus, utilizando-se as palavras-chaves com o operador lógico de inclusão “or”: “creative economy” or “economics of culture” or “creative industry”. Optou-se por artigos em línguas inglesa, espanhola e portuguesa, sem efetuar nenhum recorte temporal. O resultado apontou 3.084 artigos. Deles, foram extraídos os metadados em planilha CSV para posterior tratamento com softwares.

A partir disso, a pesquisa dividiu-se em duas fases, sendo uma quantitativa e a segunda qualitativa. Na primeira, buscou-se responder às seguintes questões de pesquisa:

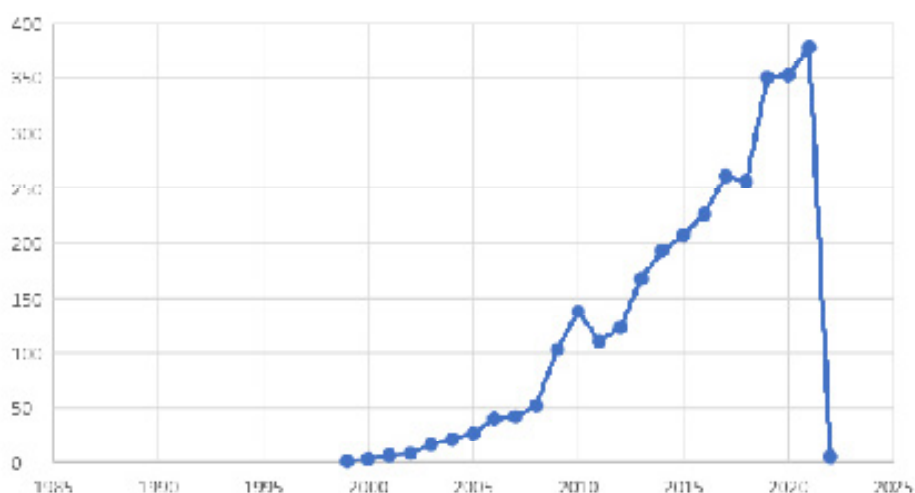
- Como a produção se distribui no tempo?
- Como a produção se distribui por países?
- Quais os principais periódicos?
- Quais os principais autores?
- Quais as principais instituições?
- Quais são as referências recorrentes?
- Quais são as palavras-chaves recorrentes?
- Quais as 30 publicações mais citadas?

A fim de observar as palavras-chaves recorrentes utilizadas nos artigos, foi gerada a rede de coocorrência de termos, a partir dos metadados CSV. Posteriormente, foi criada a rede de cocitação para observar também as referências recorrentes. Por fim, com base na identificação dos clusters da rede de cocitação, para cumprir a segunda etapa, foram utilizados os resultados de 0,5 acima como números inteiros ($1,5 = 2$) e no total, foram selecionadas as 60 referências mais recorrentes que, somadas aos 30 artigos mais citados da totalidade do escopo, equivaleram a 90 artigos para a análise qualitativa.

Resultados *Análise Bibliométrica*

Foram recuperados 3.084 artigos distribuídos no período de 1999 até os que seriam disponibilizados em 2022. A distribuição de publicações por ano encontra-se na Figura 1.

Figura 1 – Distribuição das publicações por ano. Fonte: Dados da pesquisa na base Scopus, elaboração própria

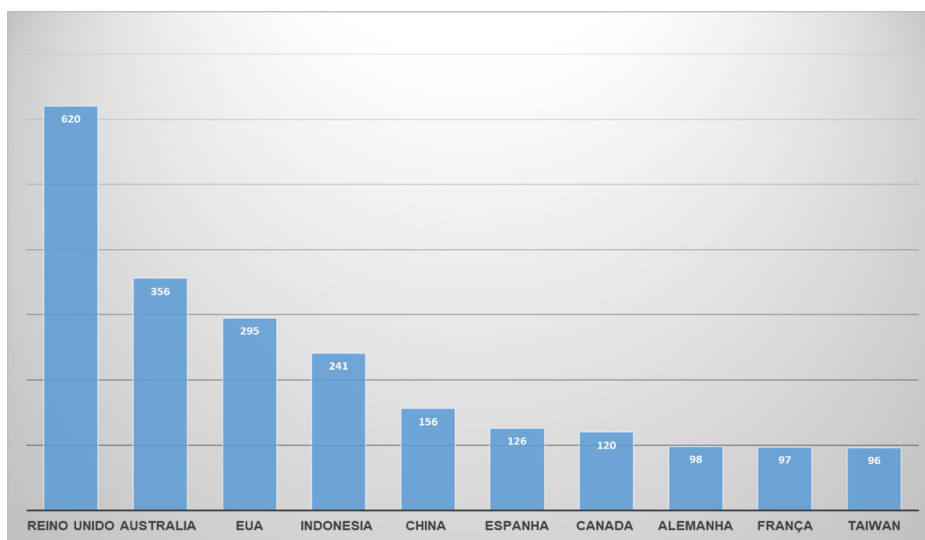


O primeiro artigo, de 1999, publicado por Keith Hill, trata da criação de identificadores para membros da indústria criativa que trabalham com arquivos em formato MPEG-4. O texto é todo centrado na tecnologia e na preocupação com os direitos autorais das criações, todavia não estabelece nenhuma base teórica para a noção de economia criativa.

Na década de 2000 a 2009, esta quantidade aumentou ainda de forma incipiente, com 307 artigos no total. A partir de 2010, houve um crescimento para mais de uma centena por ano, sendo o ápice no ano de 2020, com 378 documentos. Na última década, de 2012 a 2021, estão concentradas aproximadamente 81% das publicações (2.514 artigos). Isso significa que o tema ganhou mais relevância e interesse de pesquisa.

Em relação à distribuição geográfica, 80 diferentes países publicaram. A figura 2 mostra os dez primeiros países em que mais foram encontrados

Figura 2 – Distribuição das publicações nos 10 principais países. Fonte: Dados da pesquisa na base Scopus, elaboração própria



Os achados encontram-se em países de língua inglesa como Reino Unido (620), Austrália (356) e Estados Unidos (295), que totalizam mais de 41%, 1.271 do conjunto de textos. Somam-se a eles Indonésia (241), China (156), Espanha (126), Canadá (120), Alemanha (98), França (97) e Taiwan (96).

Na ordem decrescente verificada na base Scopus, seguem ainda em número de publicações: Países Baixos (95), Itália (93), Coreia do Sul (72), Brasil (68) e Suécia (61).

As produções distribuem-se entre 180 periódicos. Os dez principais estão representados na figura 3. São revistas em língua inglesa, cujo acesso para leitura é pago e que possuem conselhos editoriais formados por membros de diferentes países como Reino Unido, EUA, Austrália.

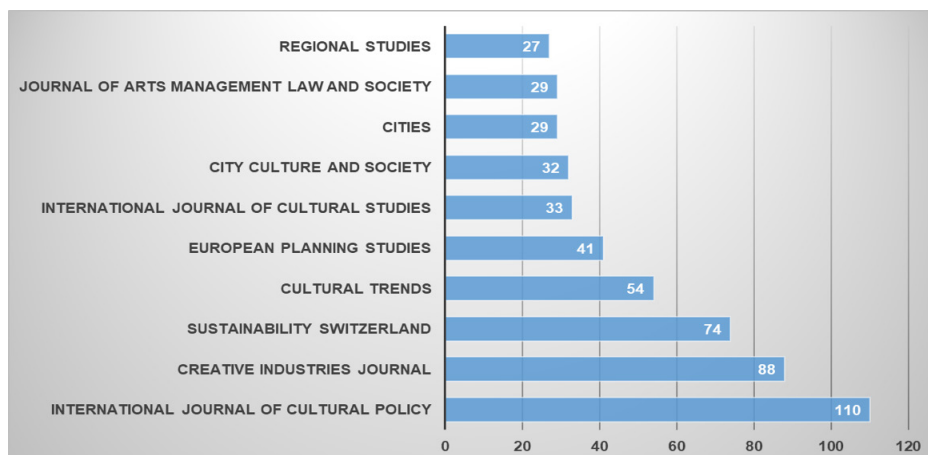
Entre os dez periódicos que mais publicaram no escopo, nota-se a presença de um periódico inteiramente dedicado ao assunto: “Creative Industries Journal”. Ao olhar de perto como ele define seu escopo – focado na indústria criativa – percebe-se a definição do campo:

The scope of the **Creative Industries Journal** is global, primarily aimed at those studying and practicing activities which have their origin in individual creativity, skill and talent, and which have a potential for wealth creation. These activities primarily take place in advertising, architecture, the art and antiques market, crafts, design, fashion, film, interactive leisure software, music, the performing arts, publishing, television and radio. (Creative Industry Journal³)

Ou seja, a exata definição publicada em 2005 pelo *British Council*, a partir da setorização do Ministério da Cultura, da Mídia e do Esporte (DCMS) do Reino Unido.

3 “O escopo do *Creative Industries Journal* é global, principalmente direcionado para aquelas indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que têm um potencial para geração de empregos e riquezas por meio da geração e exploração da propriedade intelectual. Isto inclui propaganda, arquitetura, o mercado de artes e antiguidades, artesanatos, design, design de moda, filme e vídeo, software de lazer interativo, música, artes cênicas, publicações, software e jogos de computador, televisão e rádio. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/journalInformation?show=aimsScope&journalCode=rcij20> Acesso em março 2022.

Figura 3 – Distribuição das publicações nos 10 principais periódicos. Fonte: Dados da pesquisa na base *Scopus*, elaboração própria



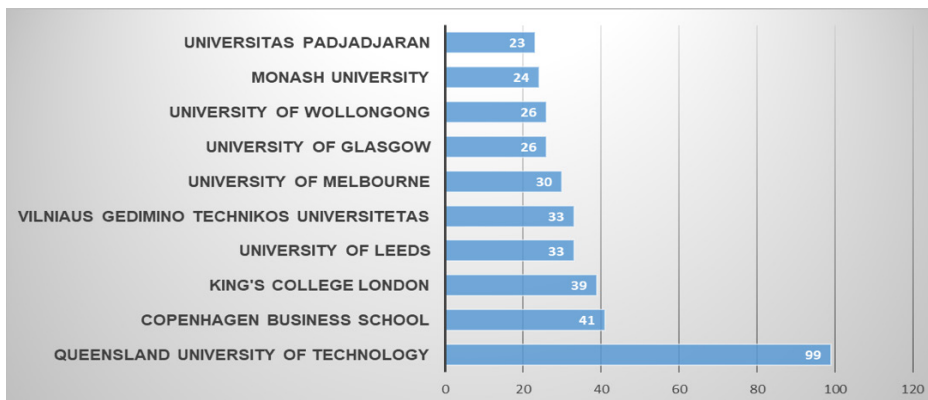
Entre os dez principais autores de artigos, 40%, estão vinculados a instituições da Austrália. Também se destacam organizações do Reino Unido, EUA, Dinamarca, Espanha e França, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – 10 autores que mais publicaram artigos. Fonte: Dados da pesquisa na base *Scopus*, elaboração própria.

Autor	País (instituição vinculada)	Nº de Documento	Citações
Gibson, C.	Austrália	22	1366
Cunningham, S.	Austrália	20	640
Daniel, R.	Austrália	19	114
Comunian, R.	Reino Unido	16	952
Jones, C.	EUA	14	68
Flew, T.	Austrália	12	312
Strandgaard, J.	Dinamarca	12	5
Svejenova, S.	Espanha	12	5
O'brien, D.	Reino Unido	11	168
Hennekam, S.	França	11	166

As dez instituições de pesquisa que mais aparecem entre as que desenvolvem estudos estão representadas na figura 4.

Figura 4 – 10 instituições que mais publicaram. Fonte: Dados da pesquisa na base *Scopus*, elaboração própria.



Entre as dez primeiras nas quais mais foram encontrados artigos no escopo da pesquisa, quatro são da Austrália – Queensland University of Technology (99), University of Melbourne (30), University of Wollongong (26) e Monash University (24) – e três do Reino Unido – King’s College London (39), University of Leeds (33) e University of Glasgow (26). As demais – Copenhagen Business School (41), Vilnius Gedimino Technikos Universitetas (33) e Universitas Padjadjaran (23) – são, respectivamente, da Dinamarca, da Lituânia e da Indonésia.

Por fim, do total de 3084 documentos, foram extraídos para comporem a amostra os trinta artigos mais citados, conforme tabela 2.

Tabela 2 – 30 artigos mais citados. Fonte: Dados da pesquisa na base Scopus, elaboração própria.

Autor/ano	Título	Citações
Gill, R. e Pratt, A. (2008)	In the Social Factory?: Immaterial Labour, Precariousness and Cultural Work	723
Mudambi,R. (2008)	Location, control and innovation in knowledge-intensive industries	628
Evans, G. (2009)	Creative cities, creative spaces and urban policy	486
Garnham, N. (2005)	From cultural to creative industries: An analysis of the implications of the “creative industries” approach to arts and media policy making in the United Kingdom	450
Lewis, S.C. (2012)	The tension between professional control and open participation: Journalism and its boundaries	444
Pratt, A.C. (2008)	Creative cities: The cultural industries and the creative class	397
Richards, G. (2011)	Creativity and tourism. The state of the art	379
Mossberg, L. (2007)	A Marketing Approach to the Tourist Experience	310
Gertler, M.S. (2010)	Rules of the game: The place of institutions in regional economic change	281
Potts, J.; Cunningham, S.; Hartley J.; Ormerod P. (2008)	Social network markets: A new definition of the creative industries	273
Hesmondhalgh, D.; Pratt, A.C. (2005)	Cultural industries and cultural policy	263
Neff, G.; Wissinger, E.; Zukin S. (2005)	Entrepreneurial labor among cultural producers: “cool” jobs in “hot” industries	258
Drake, G. (2003)	‘This place gives me space’: Place and creativity in the creative industries	253
Gibson, C.; Kong, L. (2005)	Cultural economy: A critical review	240
Storper, M.,;Manville, M. (2006)	Behaviour, preferences and cities: Urban theory and urban resurgence	230

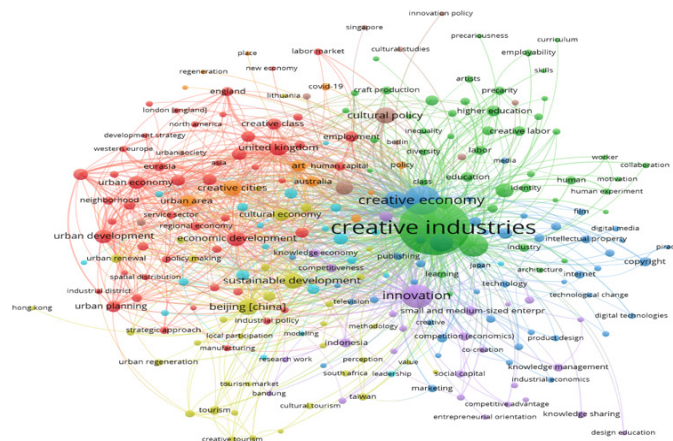
Ross, A. (2008)	The New Geography of Work: Power to the Precarious?	199
Galloway, S.; Dunlop, S. (2007)	A critique of definitions of the cultural and creative industries in public policy	190
Markusen, A.; Wassall, G.H.; DeNatale, D.; Cohen, R. (2008)	Defining the creative economy: Industry and occupational approaches	188
Banks, M.; Hesmondhalgh, D. (2009)	Looking for work in creative industries policy	186
Era, D. (2005)	Entrepreneurial learning: A narrative-based conceptual model	185
Hotho, S.; Champion, K. (2011)	Small businesses in the new creative industries: Innovation as a people management challenge	183
Tschang, F.T. (2007)	Balancing the tensions between rationalization and creativity in the video games industry	181
Richards, G. (2018)	Cultural tourism: A review of recent research and trends	180
Lazzeretti, L.; Boix, R.; Capone, F. (2008)	Do creative industries cluster? Mapping creative local production systems in Italy and Spain	178
Prince, R. (2010)	Policy transfer as policy assemblage: Making policy for the creative industries in New Zealand	177
Waitt, G.; Gibson, C. (2009)	Creative small cities: Rethinking the creative economy in place	175
Flew, T.; Cunningham, S. (2010)	Creative industries after the first decade of debate	172
Hesmondhalgh, D.; Baker, S. (2010)	'A very complicated version of freedom': Conditions and experiences of creative labour in three cultural industries	165
Duffy, B.E. (2016)	The romance of work: Gender and aspirational labour in the digital culture industries	160
Comunian, R. (2011)	Rethinking the creative city: The role of complexity, networks and interactions in the urban creative economy	160

Rede de coocorrência

O uso do software VOSViewer (VAN ECK e WALTMAN, 2019) para gerar a rede de coocorrência permitiu observar que existem 8.890 termos recorrentes no total das 3.089 publicações. Após o refinamento dos termos, definindo-se o parâmetro de, no mínimo, 10 ocorrências de palavras-chaves, com elaboração de tesouros para controle de vocabulário e normalização (termos repetidos ou sinônimos são eliminados), o resultado foi de 251 termos.

A rede de coocorrência de termos no software VOSviewer resultou em oito (08) clusters, com 251 nós, conectados em 7.454 arestas, conforme demonstra a figura 5.

Figura 5 – Rede de coocorrência. Fonte: Dados da pesquisa na base Scopus utilizado no software VOSviewer, elaboração própria.



As conexões estão mais concentradas no cluster vermelho (50), seguido do verde (48), do azul escuro (47) e do amarelo (37). Os clusters lilás (26); azul claro (21); laranja (11) e marrom (11) compõem as demais redes. O total de 250 nós representa as palavras-chave recorrentes nas 3.089 publicações, que se conectam entre si em 7.504 arestas.

- O cluster vermelho corresponde a palavras-chave como “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento urbano”, “planejamento urbano”, “economia urbana” e “Reino Unido”.
- O cluster verde organiza-se em torno das palavras-chave “Indústria criativa”, “Japão”, “aprendizagem”, “identidade”, “trabalho criativo”, “educação superior”, entre outras.
- O cluster azul escuro contém as palavras-chave “Economia criativa”, “propriedade intelectual”, “copyright”, “indústria”, “tecnologia”, “marketing”, entre outras.
- O cluster amarelo estrutura-se ao redor de “desenvolvimento sustentável”, “Beijing” e “Economia cultural”.
- O cluster lilás apresenta as palavras-chave “inovação”, “pequena e média empresa”, “Indonésia”, “gestão do conhecimento”, etc.
- O cluster laranja expõe as palavras-chave “Austrália”, “cidade criativa” e “arte”.
- O cluster marrom está disposto em torno da palavra-chave “Política cultural”.
- O cluster azul-claro ao redor das palavras-chaves “desenvolvimento sustentável”, “renovação urbana”, “economia cultural”.

Posteriormente, as quinze palavras com maior centralidade autovetor e grau assim como o cluster a que pertencem foram observados no laboratório de dados do software Gephi e organizados na tabela 3. A palavra com maior centralidade é “indústria criativa”, que apresentou 1.0 como resultado. Isso significa que é o nó com maior número de conexão a outros nós. Os 15 termos selecionados são os que mais têm ligações com outros e pertencem aos conjuntos – *clusters* – que se conectam entre si.

Tabela 3 – 15 Palavras-chaves da rede de coocorrência. Fonte: Dados da pesquisa extraídos do Laboratório de Dados do software Gephi.

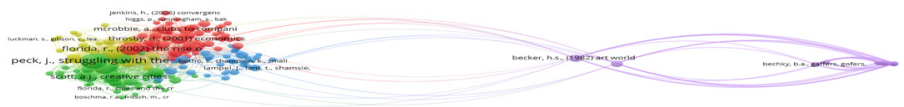
Palavra-chave	Centralidade de autovetor	Grau	Cluster
creative industries	1.0	248	2
innovation	1.91	211	5
creative economy	0.88	204	3
Creativity	0.83	188	2
united kingdom	0.77	161	1
economic development	0.76	152	1
cultural industries	0.75	168	3
beijing [china]	0.69	144	4
sustainable development	0.69	138	4
creative cities	0.67	135	7
Culture	0.66	134	8
Art	0.63	123	7
Design	0.53	103	2
cultural policy	0.51	105	8
entrepreneurship	0.44	91	2

Observa-se que as três palavras-chaves mais utilizadas no total de 3.084 artigos na ordem são: creative industries (indústria criativa), innovation (inovação) e creative economy (economia criativa). A primeira e a terceira são as mesmas utilizadas na busca na base Scopus, pois têm o maior número de resultados de nós e conexões.

Rede de cocitação

Para gerar a rede de cocitação de referência, foi utilizado o software VOS-Viewer que observou 136.442 referências no total das 3.084 publicações. Para uma investigação mais precisa, foi feito um refinamento nas referências, definindo-se o parâmetro de, no mínimo, 10 artigos por referências, com elaboração de tesouros para controle de vocabulário e normalização (referências repetidas são eliminadas). O resultado foi 192 referências mais citadas nos 3.089 documentos, que são representadas em nós da rede, conectadas em cinco clusters, com 192 nós, conectados em 4.983 arestas de acordo com a figura 6.

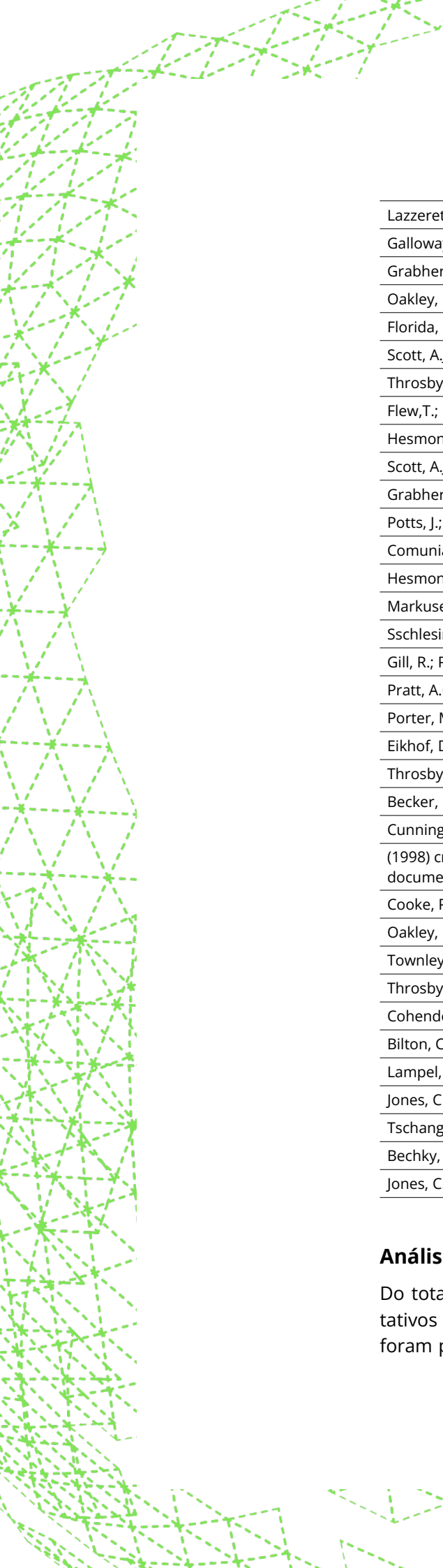
Figura 6 – Rede de cocitação. Fonte: Dados da pesquisa na base Scopus no software VOSViewer, elaboração própria



Nota-se que as conexões estão mais concentradas nos *clusters* vermelho (60) e verde (55) e conectam-se a eles o amarelo (35) e o azul (30). O lilás tem poucas conexões (12). Os 192 nós representam as referências mais citadas nas publicações. Do total de 192 referências (nós) com maior centralidade de autovetor extraídas do laboratório de dados, foram selecionados os 30% proporcionais de cada *cluster* para serem analisados qualitativamente junto com os 30% dos artigos mais citados já apresentados na tabela 2. Essas referências são apresentadas na tabela 4 abaixo:

Tabela 4 – 30% das referências recorrentes de cada *cluster*. Fonte: Elaboração própria.

Referência	Centralidade de Autovetor	Cluster	Grau
Peck, J. (2005)	1.0	2	141
Hall, P. (2000)	0.93	2	130
Evans, G.A. (2009)	0.92	2	124
Caves, R.E. (2000)	0.89	1	129
Scott, A.J. (2006)	0.84	2	112
Potts, J.; Cunningham, S., Hartley, J., Ormerod, P. (2008)	0.84	3	116
Florida, R. (2002)	0.83	1	113
Food, J. (2009)	0.82	4	109
Drake, G. (2003)	0.82	4	108
Markusen, A (2006)	0.82	2	107
Bathelt, H.; Malmberg, A., Maskell, P. (2004)	0.82	2	111
Florida, R. (2002)	0.80	4	109
Turok, I. (2003)	0.78	4	102
Garnham, N.(2005)	0.77	1	101
Howkins, J., (2001)	0.76	1	99
Scott, A.J. (2006)	0.75	3	93
Scott, A.J., (2000)	0.74	4	96
Mcrobbie, A. (2002)	0.74	1	102
Scott, A.J. (1997)	0.73	2	92
Florida, R. (2002)	0.72	4	94
Landry, C. (2000)	0.70	4	89
Gibson, C.; Kong, L. (2005)	0.69	4	84
Mommaas, H. (2004)	0.69	2	87
Storper, M.; Scott, A.J. (2009)	0.67	2	87
Storper, M.; Venables, A.J. (2004)	0.67	2	88



Lazzeretti, L.; Boix, R.; Capone, F. (2008)	0.66	2	82
Galloway, S.; Dunlop, D. (2007)	0.65	1	87
Grabher, G. (2002)	0.65	3	84
Oakley, K. (2004)	0.64	4	82
Florida, R. (2005)	0.62	2	76
Scott, A.J. (2010)	0.62	2	73
Throsby, D. (2001)	0.61	1	80
Flew,T.; Cunningham, S. (2010)	0.61	1	83
Hesmondhalgh, D. (2002)	0.59	1	79
Scott, A.J. (2004)	0.58	2	70
Grabher, G. (2002)	0.58	3	68
Potts, J.; Cunningham, S. (2008)	0.57	1	76
Comunian, R.; Chapain, C.; Clifton, N. (2010)	0.57	2	68
Hesmondhalgh, D.; Pratt, A.C. (2005)	0.57	1	70
Markusen, A.; Schrock, G. (2006)	0.55	2	69
Sschlesinger, P. (2007)	0.52	1	65
Gill, R.; Pratt, A. (2008)	0.52	1	72
Pratt, A.C. (2000)	0.52	3	63
Porter, M.E. (1998)	0.52	3	68
Eikhof, D.R.; Haunschild, A. (2006)	0.49	3	74
Throsby, D. (2008)	0.47	3	62
Becker, H.S. (1982)	0.46	5	71
Cunningham, S. (2009)	0.46	1	59
(1998) creative industries mapping document, london: dcms	0.46	1	52
Cooke, P.; de Propris, L. (2011)	0.46	1	57
Oakley, K. (2009)	0.46	1	58
Townley, B.; Beech, N.; Mckinlay, A. (2009)	0.44	1	66
Throsby, D. (2008)	0.44	3	59
Cohendet, P.; Simon, L. (2007)	0.42	3	50
Bilton, C.; Leary, R. (2002)	0.41	3	51
Lampel, J.; Lant, T.; Shamsie, J. (2000)	0.40	3	56
Jones, C (2010)	0.40	3	48
Tschang, F.T. (2007)	0.31	5	51
Bechky, B.A. (2006)	0.098	5	21
Jones, C. (2010)	0.05	5	16

Análise da amostra

Do total da amostra (90 artigos), após serem aplicados os critérios qualitativos de exclusão, retiradas as repetições e excluídos os textos que não foram publicados em periódico, ficaram 57 artigos que têm relação direta

com o escopo pesquisado e correspondem aos critérios de busca. Essas referências são apresentadas, por ordem cronológica de publicação, na tabela 5 e são objeto de uma análise qualitativa.

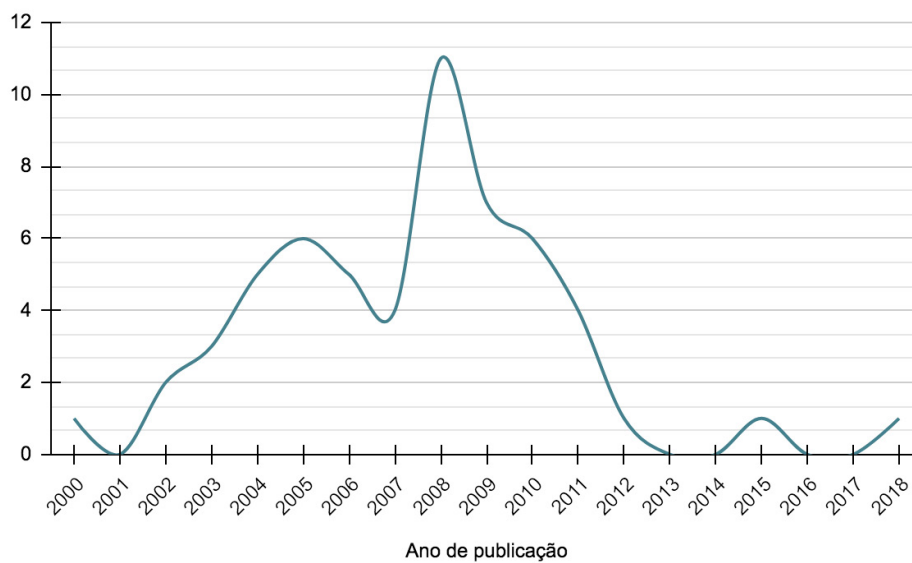
Tabela 5 – Amostra qualitativa. Fonte: Elaboração própria.

Número	Autor	Ano
1	Lampel, J., Lant, T., Shamsie, J.,	2000
2	Mcrobbie, A.	2002
3	Bilton, C., Leary, R.,	2002
4	Drake, G.	2003
5	Turok, I.	2003
6	Caves, R.E.	2003
7	Mommaas, H.	2004
8	Scott, A.J	2004
9	Oakley, K.	2004
10	Bathelt, H., Malmberg, A., Maskell, P.	2004
11	Storper, M., Venables, A.J.,	2004
12	Rae D.	2005
13	Neff G., Wissinger E., Zukin S.	2005
14	Peck J.	2005
15	Gibson, C., Kong, L.	2005
16	Hesmondhalgh D., Pratt A.C.	2005
17	Garnham, N.	2005
18	Eikhof, D.R., Haunschild, A.	2006
19	Markusen, A.	2006
20	Scott, A.J.	2006a
21	Scott, A. J.	2006b
22	Storper M., Manville M.	2006
23	Cohendet, P., Simon, L.	2007
24	Tschang F.T.	2007
25	Mossberg L.	2007
26	Galloway S., Dunlop S.	2007
27	Tschang, F.T.	2007
28	Throsby, D.	2008a
29	Markusen A., Wassall G.H., De Natale D., Cohen R.	2008
30	Throsby, D	2008b
31	Gill R., Pratt A.	2008
32	Lazzeretti L., Boix R., Capone F.	2008
33	Potts J., Cunningham S., Hartley J., Ormerod P.	2008
34	Potts, J., Cunningham, S.	2008
35	Storper, M., Scott, A.J.,	2008
36	Pratt, A.C.	2008
37	Ross A.	2008

38	Foord, J.	2009
39	Evans, G.	2009
40	Waitt G., Gibson C.	2009
41	Banks M., Hesmondhalgh D.	2009
42	Oakley, K.	2009
43	Townley, B., Beech, N., Mckinlay, A.	2009
44	Cunningham, S.	2009
45	Hesmondhalgh D., Baker S.	2010
46	Prince R.	2010
47	Flew, T. , Cunningham, S.	2010
48	Comunian, R., Chapain, C., Clifton, N.	2010
49	Gertler M.S.	2010
50	Scott, A. J.	2010
51	Hotho S., Champion K.	2011
52	Comunian R.	2011
53	Richards G.	2011
54	Cooke, p., de Propris, I.	2011
55	Lewis S.C.	2012
56	Duffy B.E.	2015
57	Richards G.	2018

Sistematizando a distribuição temporal desses artigos, chegamos ao representado na figura 7. Os artigos mais citados e mais co-referenciados da nossa amostra foram produzidos no período entre 2000 e 2018. Percebe-se que, em 2008, houve a produção mais significativa para o campo, com dez artigos de referência.

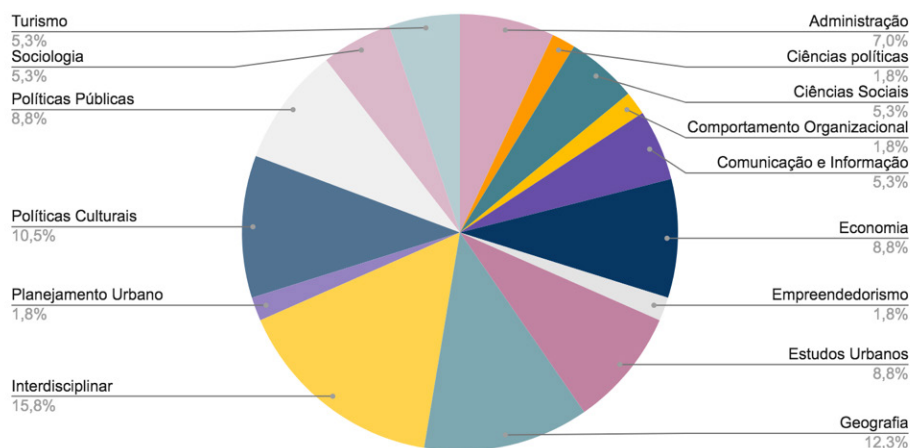
Figura 7 - Distribuição no tempo. Fonte: elaboração própria.



Ao buscar as áreas de conhecimento em que essas pesquisas foram publicadas, obteve-se uma grande diversidade de áreas, considerando que nem todos os países têm a mesma classificação (Figura 8). Sendo assim, encontraremos Ciências Sociais como uma categoria e Sociologia como outra, além de áreas que no Brasil não possuem autonomia, como “Empreendedorismo” ou “Comportamento Organizacional”. Optou-se aqui por respeitar a categorização por área empregada pelos periódicos consultados.

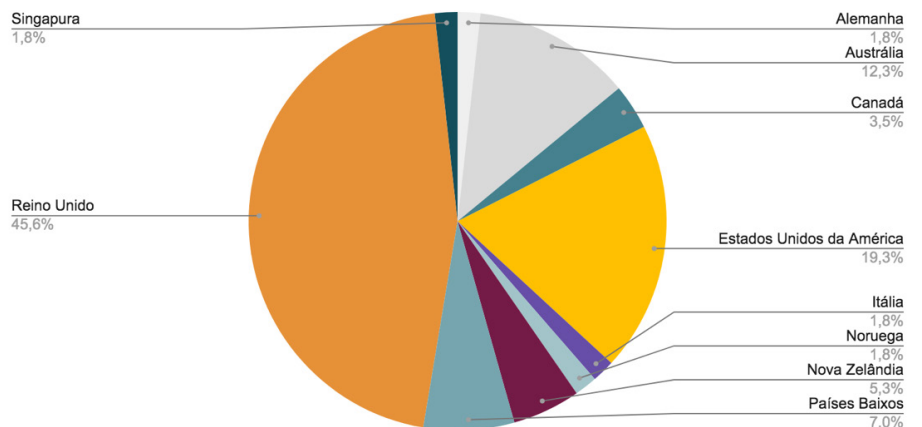
Ao todo, 15,8% dos artigos foram classificados como pertencentes à área Interdisciplinar. Na sequência, a Geografia e as Políticas culturais representam respectivamente 12,3% e 10,5 % da amostra. Destacam-se ainda as áreas de Políticas Públicas (8,8%), Estudos urbanos (8,8%) e Economia (8,8%). Por ordem decrescente, constam ainda as áreas de Administração (7%), Sociologia (5,3%), Ciências Sociais (5,3%), Turismo (5,3%), Comunicação e Informação (5,3%). Com uma participação bastante insipiente encontramos ainda as áreas de Planejamento Urbano (1,8%), Empreendedorismo (1,8%), Comportamento Organizacional (1,8%) e Ciências Políticas (1,8%).

Figura 8 – Distribuição por áreas de conhecimento.
Fonte: Elaboração própria.



No que diz respeito à origem geográfica dos estudos mais influentes no escopo, utilizou-se aqui o país de vinculação institucional do primeiro autor de cada trabalho e chegou-se ao seguinte resultado (Figura 9):

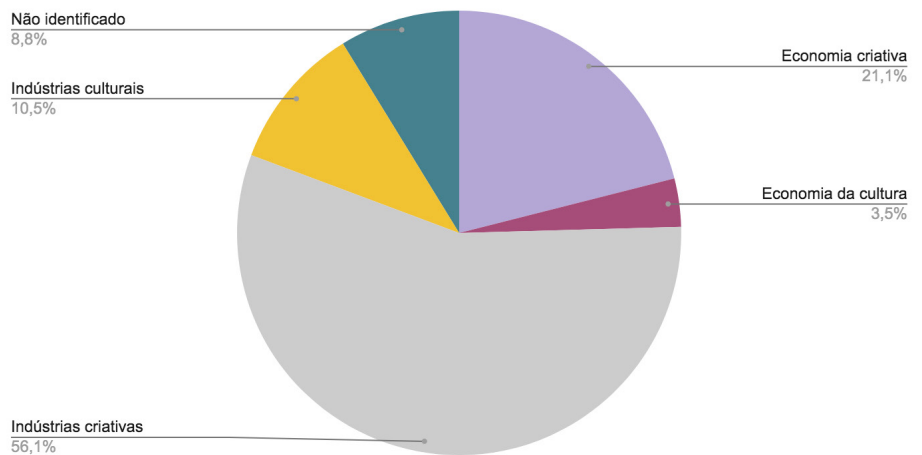
Figura 9 – Distribuição por país de vinculação institucional do primeiro autor.
Fonte: elaboração própria.



O Reino Unido concentra 45,6% dos artigos mais citados e co-referenciados do escopo, seguido pelos Estados Unidos da América (19,3%) e a Austrália (12,3%). Muito abaixo estão os Países Baixos (7%), Nova Zelândia (5,3%) e Canadá (3,5%). Por fim, há autor vinculado a instituições na Itália (1,8%), na Alemanha (1,8%), na Noruega (1,8%) e em Singapura (1,8%). Com isso, percebe-se que os trabalhos são oriundos em sua grande maioria do conjunto de países anglófonos formado por Reino Unido, Estados Unidos da América, Austrália, Nova Zelândia e Canadá que juntos totalizam 86% da produção mais influente sobre o assunto.

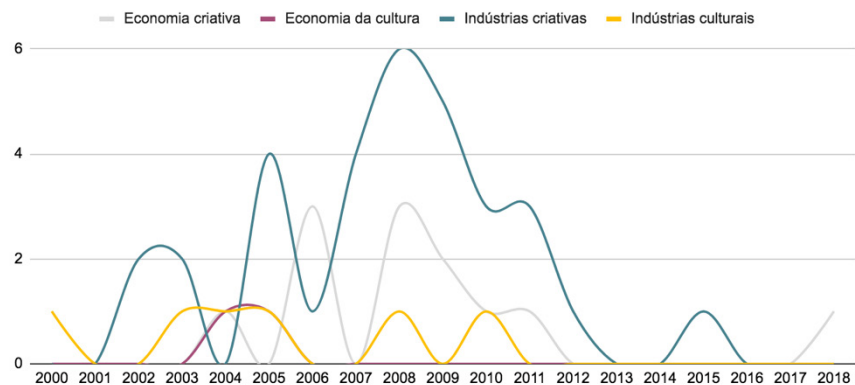
Identificou-se também entre os 57 artigos, as principais noções prioritariamente utilizadas pelos autores dos artigos analisados, para tratar do que aqui é considerado como o campo da economia criativa, a saber: “Economia criativa”, “Indústrias criativas”, “Economia da cultura” e “Indústrias culturais” (Figura 10).

Figura 10 – Noções prioritárias da Economia criativa. Fonte: Elaboração própria.



Fica evidente que, nos artigos mais influentes do nosso escopo, a noção de “Indústrias criativas” é dominante e representa 56,1% do conjunto de 57 artigos. Segue-se a noção de “Economia criativa” com 21,1% e de “Indústrias culturais” com 10,5%. A “Economia da cultura” é uma noção pouco abordada, presente em apenas 3,5% dos textos. No caso de vários artigos (8,8% do total) não foi possível identificar uma noção prioritária precisa.

Figura 11 – Uso das noções prioritárias ao longo do tempo. Fonte: Elaboração própria.



Ao cruzar a variável das noções prioritárias com o fator temporal, percebeu-se a grande oscilação no uso dos termos no período entre 2000 e 2018, não havendo a possibilidade de identificar nenhuma tendência no uso das noções de Economia criativa e Indústrias criativas relacionada com o tempo. Já, a noção de “Indústrias culturais” parece ter sido abandonada nos artigos em estudo a partir de 2011 e percebe-se que o breve aparecimento da noção de “Economia da cultura” se deu em 2003 e 2004 (Figura 11). Cabe destacar aqui que, a esse respeito, Garnham (2005) analisa as implicações da política cultural no Reino Unido de uma mudança na terminologia de indústrias culturais para indústrias criativas. Para o autor, a mudança está ligada ao poder político e ideológico, ao prestígio e à importância econômica atribuída aos conceitos de inovação, aos trabalhadores da informação e ao impacto das tecnologias de informação e comunicação.

O conjunto das palavras-chaves dos artigos permite perceber o alcance temático das pesquisas e identificar desde os temas dominantes até os mais periféricos, conforme figura 12 abaixo:

Figura 12 – Nuvem das palavras-chaves. Fonte: Elaboração própria.



A palavra-chave “Indústrias criativas” é a predominante, seguida por “Indústrias culturais” e “Criatividade”. Na ordem decrescente, aparecem em seguida “Inovação”, seguida por “política cultural”. Em proporção menor, as palavras “Políticas culturais”, “aglomeração”, “redes sociais”, “clusters”, “lugar”, “Economia da cultura”, “Economia criativa”, “videogame” e “trabalho” têm recorrência. Muitos outros termos aparecem apenas uma vez, mostrando o caráter difuso do domínio de aplicação e de reflexão dessa área de pesquisa.


Considerações finais

Entre as publicações mais referenciadas e citadas, é possível afirmar que o que estamos tratando aqui como Economia criativa é majoritariamente estudado do ponto de vista das Indústrias criativas, por vezes também denominadas de “Indústrias criativas e culturais”. É fato que a denominação predominante de “Indústrias criativas” reflete o pioneirismo e a liderança dos países anglo-saxônicos envolvidos na política de valorização econômica do setor cultural e sua ampliação para outros setores criativos que acabaram por tomar a frente da cena da inovação no contexto da sociedade da informação e do conhecimento como bem apontou Garnham (2005).

A problematização sobre os setores não parece ser objeto de estudos, uma vez que a maioria dos artigos de países de língua inglesa, muito influenciados pelas propostas do Reino Unido, fazem referência à classificação por setor determinada pelo Ministério da Cultura, da Mídia e do Esporte (DCMS) desse país.

É possível perceber questões recorrentes que perpassam as diferentes áreas centrais no tratamento do assunto, tais como problemáticas relativas, por um lado, à definição e problematização de noções chaves como as de inovação, criatividade, propriedade intelectual, educação e conhecimento; por outro lado, à importância do setor no desenvolvimento econômico e no desenvolvimento urbano, às questões relativas ao trabalho e às políticas públicas e estratégias necessárias. Por fim, a grande questão da sustentabilidade que desde sempre esteve atrelada às propostas de desenvolvimento da Economia Criativa.

Alguns estudos da amostra apontam para especificidades locais que se diferenciam das questões paradigmáticas. O estudo de Prince (2010) trata da transferência de políticas, apelando para a Geografia e disciplinas cognatas para compreender como as políticas públicas ‘viajam’ e se internacionalizam. O autor toma como exemplo o caso da transferência política das indústrias criativas do Reino Unido para a Nova Zelândia. Flew e Cunningham (2010) também fazem uma crítica às apropriações das políticas adotadas a partir de *Creative Industries Mapping*, publicado na Grã-Bretanha. Para os autores, fora do contexto anglo-americano, esse documento pode apresentar problemas. Galloway e Dunlop (2007) criticam as noções oficiais de indústrias criativas com referência às definições de cultura e criatividade. Os autores defendem uma política cultural que tenha como objeto todas as formas de produção cultural, seja industrial ou artesanal. Também questionam os motivos e as consequências, a longo prazo, para a política cultural da agenda das indústrias criativas. Ainda, em levantamento bibliográfico, Cunningham (2009) faz uma reflexão teórica sobre a política das indústrias criativas, vista como uma espécie de cavalo de Troia. Ao rever a ampla adoção do conceito no discurso político em todo o mundo, o autor sugere que, em vez de um cavalo de Troia, a política das indústrias criativas possa ser



vista como teste de Rorschach, sendo investida por várias razões e com ênfases e resultados variados.

Para concluir, a questão colocada por Miguez (2007) a partir do Brasil e apresentada na Introdução, segundo a qual ainda não há um paradigma da economia criativa, não parece se verificar entre os artigos da amostra. Ainda que essa perspectiva seja questionável, a noção de indústria criativa parece querer se colocar como paradigma e abranger, conforme definição do *British Council* (2005): “as indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que têm um potencial para geração de empregos e riquezas por meio da geração e exploração da propriedade intelectual”, com setores definidos, problemáticas recorrentes de caráter interdisciplinar que passam por revisões e críticas.

A questão que se coloca a partir dessa constatação é se tal pretendido paradigma não estaria vigente apenas nos países representados na amostra – todos pertencentes ao eixo Reino Unido, Austrália, Estados Unidos – e se outros países, com realidades econômicas, sociais e culturais distintas poderiam contribuir para sua revisão ou ampliação. Esta parece ter sido a proposta de Reis com a organização, em 2008, do livro “Economia criativa como estratégia de desenvolvimento”, em que especialistas de vários países do Sul global contribuíram com visões locais e adaptadas ao modo de desenvolvimento de cada país ali representado. É evidente que a base de dados aqui utilizada para se fazer uma revisão das publicações internacionalmente mais influentes não é representativa do que se passa no Sul global.

A América Latina e os países da região têm claro potencial para desenvolver índices da literatura regional ou nacional. Pode-se optar pela criação de índices nacionais ou buscar a integração dos países em bases regionais exaustivas. Pensar a ciência regional em rede pressupõe pensar nos instrumentos que a retroalimentam e que fortalecem a avaliação integrada da ciência.” (SANTIN; CAREGNATO, 2018, p. 61)


Concluimos ressaltando, portanto, a importância da criação, do fortalecimento e do constante aperfeiçoamento tecnológico de bases de dados brasileiras, latino-americanas e regionais para que se possa proceder a revisões sistemáticas como esta, em contexto mais representativos de um eventual paradigma do sul.

Referências

ADORNO, T. A indústria cultural. In: **Comunicação e indústria cultural**. (org. de Cohn, Gabriel. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

ADORNO, T. & HORKHEIMER, W. O iluminismo como mistificação das massas. In: **Teoria da Cultura de Massa**. (org. de Luiz Costa Lima) Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

- BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, P. **La distinction**. Critique sociale du jugement. Paris: Minit, 1979.
- BRITISH council. **Mapping the creative industries: the uk context**. London, oct. 2005a.
- CAVES, R. E. **Creative industries: Contracts between art and commerce**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.
- CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. *InternexT - Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM*, v. 10, n. 2, 2015, p. 1-5.
- CUNNINGHAM, S. Trojan Horse or Rorschach Blot? Creative industries discourse around the world. *International Journal of Cultural Policy*, v. 15, n. 4, 2009, p. 375-386.
- DRAVET, F. SILVA, A. e CHAVES, B. Perspectivas teóricas e aplicadas na pesquisa em Economia Criativa no Brasil. *Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional*, v. 18, n. 3, 2022, p. 254-267.
- DRUCKER, P. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- FLEW, T.; CUNNINGHAM, S. Creative industries after the first decade of debate. *Information Society*, v. 26, n. 2, mar. 2010, p. 113-123.
- FREEMAN, C. **Technology, policy and economic performance**. Londres: Pinter publishers, 1987.
- GALLOWAY, S.; DUNLOP, S. A critique of definitions of the cultural and creative industries in public policy. *International Journal of Cultural Policy*, v. 13, n. 1, 2007, p. 17-31.
- GARNHAM, N. From cultural to creative industries: An analysis of the implications of the "creative industries" approach to arts and media policy making in the United Kingdom. *International Journal of Cultural Policy*, v. 11, n. 1, 2005, p. 15-29.
- HALL, S. The Emergence of Cultural Studies and the Crisis of the Humanities. *The Humanities as Social Technology*, Vol. 53, October, 1990, p. 11-23.
- HOGGART, R. **The Uses of Literacy: Aspects of Working-Class Life with special reference to publications and entertainments**. Londres, Chatto and Windus, 1957.
- HOWKINS, J. **The creative economy: how people make money from ideas**. London: Penguin Books, 2001.
- MACHADO, R. M. Da indústria cultural à economia criativa. *Alceu*, v. 9 n. 18, 2009, p. 83-95.



MIGUEZ, P. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, G. M. (org). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 95-114.

MORIN, E. **Les stars**. Paris: Seuil, 1972. 188p.

PRINCE, R. Policy transfer as policy assemblage: Making policy for the creative industries in New Zealand. **Environment and Planning A**, v. 42, n. 1, 2010, p. 169-186.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, 1969, p. 348-349.

REIS, A. C. F. **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento**. Garimpo de soluções e Itaú Cultural, 2008.

SANTIN, Dirce Maria; CAREGNATO, Sônia Elisa. **Índices de citação nacionais e regionais: importância, experiências e perspectivas para a América Latina**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/118593>. Acesso em 10/09/2022.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

THROSBY, D. **Economics and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

THROSBY, D. The concentric circles model of the cultural industries. **Cultural Trends**, v. 17, n. 3, 2008b, p. 147-164.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. **VOSviewer manual**. Leiden: Universiteit Leiden, 2019.

WILLIAMS, R. **Culture and Society 1780-1950**. Nova Iorque, Anchor Books, 1958.

Apresentação do Dossiê Temático

Comunicação e Marxismo na arena epistemológica e política

Pablo Nabarrete Bastos

Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF). Pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (JCNE). Contato: pablobastos@id.uff.br.

Manoel Dourado Bastos

Professor Associado do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UEL. Doutor em História pela Unesp. Coordena o GT de Teoria e Epistemologia da Economia Política da Comunicação da Ulepicc-Brasil. Coordenador do Laboratório CUBO - Economia Política da Comunicação e Crise do Capitalismo. Atualmente faz um pós-doutorado sobre as relações entre a EPC e a Nova Leitura de Marx no PPG/FAC/UnB. Contato: manoel.bastos@gmail.com.



Creative Commons




Atribuição



Não Comercial




Compartilhalgal



A relação entre Comunicação e o método materialista dialético, seus diálogos, entrecruzamentos e intersecções, embora possua tradição na própria constituição do marxismo, do pensamento de Marx, na formação da Economia Política da Comunicação, é um campo em constante formação com muitos desafios científicos, políticos e sociais para enfrentar. Não partiu apenas de autores marxistas a constatação acerca da indissociabilidade entre as disputas epistemológicas e políticas. Contudo, neste campo do conhecimento e das lutas políticas e sociais, estas também inseparáveis como reconhecia Marx (2009), essa premissa é ainda mais evidente, visto que temos disputas históricas que compõem a construção do próprio marxismo. Apenas para citar algumas disputas e lembrar alguns tensionamentos que nos constituem, podemos mencionar: Lênin e Plekhanov, Lukács e Brecht, Adorno e Benjamin, E. P. Thompson e Louis Althusser, estruturalistas, hegelianos e historicistas, entre outros.

Mais recentemente, tivemos um grande debate entre, de um lado, o austríaco Christian Fuchs (2015), e do outro lado, autores que fazem parte desta revista e da escola brasileira da Economia Política da Comunicação (EPC), César Bolaño (2015) e Rodrigo Moreno Marques (2018), acerca da comunicação e do trabalho digital (na entrevista com César Bolaño, que compõe este dossiê, o pesquisador fala um pouco mais sobre este debate). Vale dizer que estamos do lado de Bolaño e Marques neste embate. Grosso modo, partilhamos da perspectiva de que as interações do usuário com as plataformas não podem ser compreendidas como trabalho, tampouco como produtoras de valor. Esses exemplos mostram como nosso campo é pródigo em fornecer imenso cabedal teórico que nos possibilitaria dedicar a vida inteira ao estudo de um autor ou até de uma categoria, suas bases teóricas, metodológicas, nuances, contendas, movimentos etc. E, certamente, estamos em um campo no qual não falta seriedade, profunda dedicação, erudição e compromisso com o conhecimento. Um campo que exige continuamente o mergulho nos clássicos e as atualizações à luz das transformações históricas, do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.


A maior aproximação dos pesquisadores que organizaram este dossiê, Manoel Bastos e Pablo Nabarrete Bastos, se deu na movimentação para propor um Grupo de Trabalho *Comunicação e Marxismo* no processo de reativação da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), ocorrido em 2022. A proposta foi negada em votação que é feita pelos PPGs em Comunicação filiados à Compós. É claro que gostaríamos de ter um GT de Comunicação e Marxismo, uma proposta inédita e promissora, neste espaço de institucionalização. Contudo, talvez derrota não seja a melhor forma de avaliar o processo, já que pudemos observar uma demanda latente e uma ampla movimentação, principalmente por parte de jovens pesquisadores, que neste momento não possuem poder político para incidir nas disputas de nossa área. Pelo sim, pelo não, derrotas fazem



parte da organização política dos marxistas, que nos melhores casos procuraram tirar lições delas.

Assim, ao analisar a derrota do movimento operário em Turim, no ano de 1921, quando 5.000 operários revolucionários da FIAT foram demitidos, os conselhos de fábrica foram abolidos e os salários reais diminuídos, Gramsci (1978) afirma que o sacrifício não foi inútil e que é difícil mensurar o retorno imediato dessas ações. Dito de outra maneira, o acúmulo das lutas e dos movimentos contribui com a criação de substrato histórico, que pode fortalecer epistemologicamente e politicamente o marxismo. Parte dos signatários da proposta do GT Comunicação e Marxismo para a Compós estão aqui compondo este dossiê com ótimos trabalhos, outros atuaram como pareceristas rigorosos e cuidadosos, o que revela a força do campo de estudos *Comunicação e Marxismo*. São reflexões fundamentais na academia, mas que não se reduzem a ela. Muito pelo contrário, a origem e a força do marxismo estão no diálogo com seu tempo histórico, nos esforços para investigar as relações entre a gênese, a dinâmica do capital, a luta de classes e as lutas populares. Nesse sentido, há uma dimensão moral intrínseca ao pensamento marxista, que nos movimenta a lutar contra todas as formas de exploração, expropriação e opressão que se iniciam e se irradiam a partir da própria gênese do capital, mas que não se manifestam somente nas relações de classe, mas também de raça, gênero e outras. Como destaca Lênin (1978, p. 55), em *Que fazer?*, texto publicado como brochura pela primeira vez em 1902, “a consciência de classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência...”

De maneira geral, a partir do que discutimos nas movimentações para a proposição do GT à Compós, o campo de estudos Comunicação e Marxismo abarca os processos comunicacionais, simbólicos, estéticos e interativos, com eixo epistemológico, teórico e metodológico central no materialismo histórico dialético. Privilegia abordagens que investiguem as determinações econômicas, sociais e culturais da comunicação e suas transformações históricas, no contexto da luta de classes. Inclui reflexões sobre as disputas ideológicas, as conformações hegemônicas, as disputas de hegemonia, as práticas contra-hegemônicas, considerando as materialidades, o âmbito cultural e simbólico, buscando debater a formação de consciências, nas perspectivas política e de classe. A partir do estudo do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e reprodução próprias às mediações sociais, promove diálogos entre a Economia Política da Comunicação, o materialismo cultural, os estudos culturais críticos, com atenção para a dinâmica da comunicação como lócus organizativo do capitalismo contemporâneo, as transformações no mundo do trabalho e as formas de organização e luta da classe trabalhadora, incluindo as diferentes formas de exploração, expropriação e opressão, como de raça e gênero.




Vale destacar a importância do marxismo na formação da escola brasileira de Economia Política da Comunicação. À medida em que a espessura social nacional, com dualidades por todos os lados, exige uma abordagem dialética para que seja apreendida de maneira correta, foi possível encontrar na tradição crítica brasileira um conjunto de autoras e autores que, marxistas ou não, ofereceram mote para uma compreensão da comunicação baseada no materialismo de Marx. Assim, diante do girar em falso das categorias críticas destinadas a compreender a Indústria Cultural, por outro lado absolutamente inescapáveis, a EPC produzida no Brasil pode, ao mesmo tempo, incorporar as categorias marxistas para o estudo da Comunicação como oferecer uma abordagem bastante original, em que as determinações locais reconfiguram o olhar sobre o todo.

Esses são alguns caminhos que conformam uma agenda de pesquisas para o nosso campo, mas não se limitam a eles. O Dossiê Temático “Comunicação e marxismo: contribuições históricas, desafios do presente”, composto por sete artigos, mais uma entrevista realizada com César Bolaño pelos coordenadores deste dossiê, que apresentaremos a seguir, expõe uma gama de pesquisas que denotam a vitalidade, a atualidade, a diversidade e o vigor epistemológico e político do nosso campo de estudos, em permanente movimento e construção.

Abre o dossiê uma entrevista que César Bolaño concedeu aos organizadores do sobre as relações entre Comunicação e Marxismo. Abordando tanto sua trajetória pessoal, como a do marxismo em geral e suas relações com a Comunicação em particular, Bolaño indica aspectos cruciais da luta epistemológica que caracteriza o campo. A entrevista carrega importância, pois se configura como um chamado para a articulação em torno de eixos comuns entre diferentes vertentes do pensamento marxista e suas abordagens da Comunicação. O primeiro ensaio deste dossiê, escrito por Eduardo Granja Coutinho, intitulado “Brecht: arte de vanguarda e luta ideológica”, discute a relação entre ideologia e estética na obra do pensador e dramaturgo marxista Bertolt Brecht. Principalmente a partir de um olhar sobre as artes cênicas e o teatro dialético, Coutinho revela a luta de Brecht para desconstruir a ideologia burguesa.

Na sequência, o artigo de autoria de Rafael Bellan Rodrigues de Souza, com o título “O jornalismo crítico-emancipatório como “arma de combate”: aportes marxistas para a superação do subjetivismo”, apresenta crítica ontológica ao que o autor compreende como perspectivas subjetivistas de um jornalismo ativista, ao que contrapõe com base epistemológica marxista e a hermenêutica dialética um jornalismo crítico-emancipatório de inspiração marxista. O artigo “Jornalismo, Conhecimento e Pensamento Marxista: de Antonio Gramsci a Adelmo Genro Filho”, de Clarissa Peixoto e Samuel Lima, realiza discussão teórica acerca da noção de práxis jornalística a partir de Marx, colocando em diálogo e debate a obra de Antonio Gramsci e Adelmo



Genro, sobretudo a partir de suas respectivas perspectivas de “jornalismo integral” e “teoria marxista do jornalismo”.

Em “A teoria dialética da informação e as mudanças nas mediações comunicacionais”, os autores Luana Bonone, André Januário e Miguel Pap trazem uma crítica do fetichismo tecnológico a partir de um debate dos aspectos lógicos e de método de teorias marxistas, de onde compreendem como o capital historicamente alcançou a condição de mediador das relações sociais. Com “Subimperialismo de dados: uma crítica ao colonialismo de dados a partir da Teoria Marxista da Dependência e da emergência das Big Techs sul-americanas”, Kenzo Soares Seto indica a obra de Ruy Mauro Marini como uma importante abordagem ante os problemas colocados pelo assim chamado “capitalismo de plataformas” no contexto sul-americano e as Big Techs do continente.

“Hegemonia, senso comum e ideologia: contribuições do marxismo para o debate sobre desinformação e ‘pós-verdade’”, de Cátia Guimarães, encara o problema da desinformação a partir da tradição marxista, com a perspectiva da totalidade, mobilizando principalmente os conceitos de hegemonia e senso comum, em Gramsci, e de ideologia, a partir de Marx e Engels, com foco na perspectiva desenvolvida em “Ideologia Alemã”. Fecha o dossiê o artigo “Influenciadores-mirins digitais e sua função na circulação do capital”, de Veridiana Zurita e José Paulo Guedes Pinto que, a partir de uma abordagem da presença infantil nas redes, aborda sua relevância na circulação do capital, a partir de um tensionamento com os decisivos debates sobre trabalho e redes sociais digitais

O material do dossiê indica diversos rumos de investigação que, avaliados em conjunto, demonstram a correção da assertiva sobre a atualidade do método dialético. Com isso, convidamos às investigadoras e aos investigadores do campo Comunicação e Marxismo que se posicionem na organização que a luta epistemológica exige de nós.


Referências

BOLAÑO, César R. S. The Political Economy of the Internet: Social Networking Sites and a Reply to Fuchs. **Television & New Media**, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1527476414527137>. Acesso em: 09 out. 2023.

FUCHS, Christian. Digital Labour: A Comment on César Bolaño’s tripleC Reflection. **TripleC**, 2015b. Disponível em: <https://www.triple-c.at/index.php/triplec/article/view/675>. Acesso em: 09 out. 2023.

GRAMSCI, Antonio. Alguns temas da questão meridional. *In: Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1978. v. 4.

LÊNIN, V.I. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978



MARQUES, Rodrigo Moreno. Trabalho e valor nas mídias sociais: Uma análise sob as lentes do Marxismo. **Trabalho & Educação**, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9784>. Acesso em: 09 out. 2023.

Marx, Karl. **Miséria da filosofia**: Resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.

“Comunicação é organização” – Entrevista com César Bolaño

Por Pablo Nabarrete Bastos e Manoel Dourado Bastos

Há quem aponte um distanciamento entre Comunicação e Marxismo, na boa intenção de conjugá-los. O que não se leva em conta nesse tipo de observação é que, em si mesmo, o marxismo refletiu de variadas maneiras sobre a comunicação e temas correlatos, contribuindo não só para o âmbito do marxismo como para o próprio campo da Comunicação. Se há de fato uma separação, ela se dá de acordo com posições políticas e instituições na luta epistemológica que fundamenta o campo, o que, por sua vez, expressa aspectos das pressões sobre o marxismo no contexto social mais amplo. Por outro lado, certo refúgio do marxismo em alguns ambientes acadêmicos também expressa questões objetivas das contradições próprias às lutas de classes. Levando em conta que o longo processo de reestruturação produtiva da última quadra histórica colocou a comunicação em seu centro, reconhecer as possíveis relações entre Comunicação e Marxismo é tarefa urgente para avaliar e enfrentar as razões dos bloqueios a uma teoria marxista da comunicação, que conta com tradição sólida e multifacetada. Para falar sobre o tema, convidamos César Bolaño para uma entrevista em que ele trata de sua trajetória pessoal, as formulações originais da EPC, suas relações com outras correntes do marxismo tanto em geral quanto no âmbito da comunicação e as tarefas que se apresentam.



Creative Commons




Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual




PABLO BASTOS: Você se formou em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade de São Paulo, em 1979, depois fez Mestrado e Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, respectivamente em 1987 e 1993. Queremos fazer as primeiras perguntas com base nessa trajetória de formação. Em primeiro lugar, que fatores te levaram a fazer a pós-graduação na área da Economia? Os primeiros contatos com a Economia Política foram na graduação?

CÉSAR BOLAÑO: A minha opção pela economia foi, fundamentalmente, em função da formação política que eu tive anteriormente. A minha formação política aconteceu na universidade e no teatro estudantil, basicamente. Primeiro, eu comecei a universidade fazendo engenharia e fiquei seis meses no Instituto Mauá de Tecnologia e acabei entrando no grupo de teatro estudantil. Na época era uma coisa muito importante da atividade política no movimento estudantil. Eu segui no teatro estudantil, além da minha trajetória na graduação em Comunicação, mas naquele tempo era normal, todo mundo tinha uma formação paralela no grupo de estudo, no grupo de teatro e nos debates no interior do movimento estudantil. Nisso tudo eu sentia muita falta de uma formação econômica, principalmente o interesse pela leitura d'O Capital, que passava muito longe na Comunicação. Apesar de que, acredito que a formação em comunicação na época era melhor do que hoje, havia uma formação crítica. Era uma coisa mais voltada para a Escola de Frankfurt, mas naquela época já havia muito interesse na literatura francesa. Faltava, contudo, uma formação mais sólida de leitura d'O Capital e eu fui fazendo esse tipo de coisa por conta própria. Quando chegou no final da minha graduação, eu acabei entrando para o curso de Administração Pública na FGV, era um curso gratuito nesse caso e entrei para estudar mais as disciplinas voltadas para a economia e tal, a fim de tentar o mestrado. Acabei conseguindo entrar no mestrado na Unicamp, que era onde eu queria realmente fazer, pois era a grande escola crítica brasileira de economia política na época, com um conjunto de grandes professores ali. Eu acabei entrando com esse objetivo de ter uma formação mais sólida do que aquela que a ECA poderia me dar. Então, foi assim que começou a minha trajetória no campo do marxismo.

MANOEL BASTOS: Como avalia que a formação em Ciência Econômica na Unicamp influenciou a formação do seu pensamento crítico?

CÉSAR BOLAÑO: Na verdade, minha formação, na leitura d'O Capital e na leitura do Marx de um modo geral, foi toda lá, apesar de que eu sempre tive essa leitura paralela, principalmente com uma preocupação forte com a questão da Comunicação. Porque eu saí do jornalismo nesse momento, mas eu sempre tive essa coisa do jornalismo, de escrever, de fazer alguma coisa nessa área e na minha pós-graduação eu mantive essa preocupação.



Primeiro, preciso fazer um parêntese e dizer que o mestrado na época era uma coisa muito importante. Não é como hoje que você faz um mestrado em dois anos, um ano e meio. Naquela época era diferente. Eu fiz um concurso para entrar, a famosa prova da Anpec, que existe até hoje. Após entrar, durante dois anos, eu estava estudando e continuando como a minha formação. Não tinha projeto de dissertação nem nada. Só depois que eu terminei os créditos é que eu fui pensar num projeto de dissertação. De maneira que o meu mestrado demorou mais que o doutorado. Então eu tive uma formação muito boa. Como eu vinha de uma outra área e não tinha formação em economia, foi uma coisa que exigiu muito de mim. Uma dedicação de 24 horas por dia de leitura muito intensa, foi uma coisa muito envolvente naquele momento. Assim, eu acabei definindo um projeto a partir dessa literatura que estava disponível, nem era tão marxista naquele momento. Quer dizer, só para deixar claro, era marxista no sentido geral, pois eu queria estudar um setor chave, que é o setor da comunicação, que tem um papel na estrutura social. Mas, quando eu fui estudar, primeiro eu tinha uma dúvida se ia pegar as indústrias culturais de modo geral ou se ia pegar só a televisão. Acabei pegando só televisão para dar mais um foco, mas entendendo a televisão como o núcleo de uma coisa maior. Em segundo lugar, eu tive que utilizar ferramentas de microeconomia heterodoxa para estudar aquilo enquanto mercado. Então, eu vou estudar a televisão brasileira historicamente como a constituição de um determinado mercado cultural, que é o mercado central da grande indústria cultural no Brasil. Nesse encaminhamento você pode ver que a influência do Furtado não é muito grande nesse momento. Minha leitura mais detalhada dele vai se dar muito depois, ali eu cito basicamente só a Formação Econômica do Brasil. A dissertação é muito mais influenciada pelos trabalhos do Instituto de Economia da Unicamp. Mas, há nela, por exemplo, uma questão que é fundamental no Furtado, também fundamental no Marx, observando como a economia é determinada por fatores de ordem extraeconômica que são fundamentais. Isso na comunicação fica bem evidente, você percebe claramente naquela análise que eu fiz sobre o mercado de televisão. Então, tem ali um fundo marxista importante, apesar de que eu tomei o cuidado de não citar o Marx, porque eu achava que não podia citar naquele nível que eu ainda estava de conhecimento, sem ter entrado mais a fundo na discussão teórica propriamente marxista. Mas, se você analisar o texto, você vai ver que no fundo, é uma abordagem marxista do fenômeno, incorporando a estrutura da análise do mercado etc., mas que a preocupação é fundamentalmente de definir historicamente uma estrutura de dominação como é a indústria cultural no Brasil.


PABLO BASTOS: Você tocou num ponto importante. Quando você fala em fatores extraeconômicos na Economia, a que exatamente você se refere? A categorias relacionadas a níveis mais altos de abstração em

Marx ou outras esferas que se relacionam com a Economia, como a Comunicação?

No caso do Max fica bem claro. Ele analisa o objeto como totalidade. Quer dizer, ele vai fazer a crítica da economia política, mas ele está estudando o modo de produção capitalista de um modo geral. E o que fica muito claro no trabalho dele, diferentemente dos economistas que virão depois, é que você tem elementos de ordem extraeconômica que estão no fundamento da economia. Então, no próprio processo de exploração do trabalho, as variáveis que definem são de ordem extraeconômica: o tempo de trabalho socialmente necessário, a duração da jornada de trabalho, são fatores de ordem política que definem a taxa de exploração, que definem a economia nos seus fundamentos. No Marx isso é muito evidente. No Furtado também, ele tem uma visão importante a respeito desse problema. Quando ele define o estruturalismo histórico latino-americano, diferente do estruturalismo francês (é outra coisa), ele diz que o que caracteriza o estruturalismo histórico latino-americano é a preocupação com as estruturas e com os fatores extraeconômicos que estão relacionados com as estruturas econômicas. É uma coisa profundamente arraigada no Marx de maneira muito clara e que tem profundas raízes no pensamento latino-americano, no Furtado em particular. Isso está presente na minha formação, embora talvez não tivesse tão evidente para mim naquele momento. Mas, hoje, pensando mais no assunto, eu vejo qual é a raiz da minha própria visão das coisas.

MANOEL BASTOS: Aproveitando que a gente está falando da influência do Instituto de Economia da Unicamp no seu pensamento na primeira metade dos anos 1980, podemos falar sobre a importância para você de três fatores relevantes do pensamento de Marx nessa escola. Primeiro, a importância do marxismo na perspectiva sobre o capitalismo tardio do João Manuel Cardoso de Mello e nas pesquisas da Maria da Conceição Tavares. Em seguida, o trabalho de Frederico Mazzucchelli (*A contradição em processo*) estudando o debate marxista sobre a crise. Por fim, a chegada da *Teoria Marxista do Valor*, de Isak Illich Rubin, com prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. Você toma contato imediato com tudo isso ou só com o tempo foi assimilando a suas pesquisas?

Minha formação foi justamente nesse período. Eu fui aluno do Mazzucchelli, que deu um curso de economia política junto com Belluzzo, que deu algumas aulas. Então eu tive esse acompanhamento do Rubin na época, mas também o do Rosdolsky. São trabalhos que tiveram muita influência no debate que eu acompanhei lá na Unicamp. Teve uma leitura que eu fiz depois dos *Grundrisse*. Essa foi a formação que a gente teve naquela época e eu acredito que até hoje é uma perspectiva muito sólida do ponto de vista intelectual. O Rubin eu uso até hoje para dar aula, é um autor fundamental.

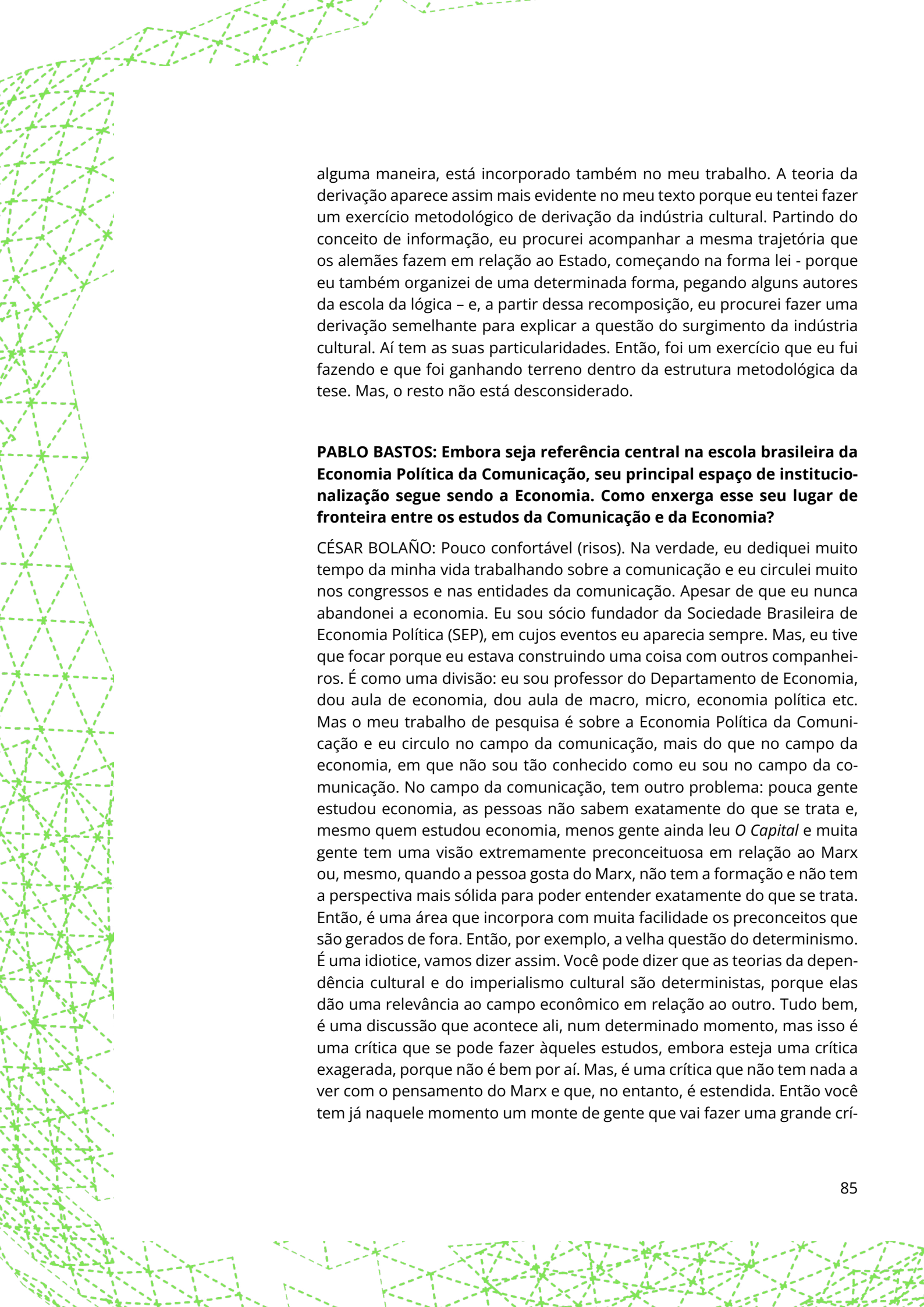


Quer dizer, depois vieram outras coisas, que foram sendo publicadas e a gente foi acompanhando, mas eu acho que essa formação inicial, para mim, foi fundamental.

MANOEL BASTOS: O debate sobre a derivação chega a sua mão pelo pessoal da Unicamp?

Não, o debate sobre a derivação veio de fora. Foi depois do mestrado, na produção da minha tese de doutorado. Eu tive um contato com pensamento alemão quando eu cheguei em Aracaju. Eu fui trabalhar com o professor alemão Heinz Dieter Heidemann, um geógrafo que à época estava na UFS. A gente nem coincide tanto do ponto de vista teórico, mas é um bom amigo e com ele comecei a estudar alemão, mas depois parei. Eu estava muito interessado nesse tipo de pensamento e não me lembro em que condições caiu na minha mão o livro organizado por Holloway e Picciotto e que faz um resumo do debate alemão da derivação do Estado. Eu estava preocupado com a questão do Estado. Tem até um parêntesis interessante. Uma das pessoas que participou da minha banca de mestrado foi professor Fausto Castilho, um filósofo, não sei se todo mundo conhece, pois não tem muita coisa publicada, mas é uma figura importante da filosofia paulista e brasileira. Foi quem escreveu a famosa carta para o Sartre, quando veio e foi visitar ele lá no interior. Fausto Castilho é uma figura polêmica e teve uma passagem na ECA que teve uma influência muito grande sobre a minha geração na época. Ele me influenciou no meu período inicial e eu o chamei para minha banca. Na banca, ele levantou: existe um problema aqui, que está faltando, a questão do Estado que você não equacionou no mercado brasileiro de televisão. Porque, eu fiz um recorte para trabalhar o sistema comercial brasileiro de televisão, aliás, a dissertação se chamava inicialmente assim. O livro que depois virou o *Mercado Brasileiro de Televisão*. Então, ali a questão do Estado não estava, de fato, equacionada, apesar de que estava demarcada. Estava dito: o meu objeto é esse, eu não vou derivar para discussão do sistema público, porque o meu foco é entender esse mercado enquanto o mercado mesmo. E quando eu fui para o doutorado, eu fui já com isso em mente, pegar a questão do Estado e esmiuçar. Nesse momento, eu encontrei o debate alemão sobre a derivação do Estado e estudei muito. Teve uma outra pessoa que fez o mestrado na Unicamp (Sérgio Roberto Rios do Prado), que fez uma dissertação que também faz menção ao debate alemão da derivação que eu faço referência. Ou seja, é um debate que surgiu num determinado momento e que foi discutido na Unicamp, mas que eu trouxe um pouco de fora essa discussão.


Bom, não é só a derivação que está no meu trabalho. Tem toda a discussão sobre o Poulantzas, que eu estudei muito lá na Unicamp, fiz curso de teoria do Estado com a Sonia Draibe, que é próxima do Instituto de Economia, uma pessoa importante na área de teoria do Estado. Isso daí, de



alguma maneira, está incorporado também no meu trabalho. A teoria da derivação aparece assim mais evidente no meu texto porque eu tentei fazer um exercício metodológico de derivação da indústria cultural. Partindo do conceito de informação, eu procurei acompanhar a mesma trajetória que os alemães fazem em relação ao Estado, começando na forma lei - porque eu também organizei de uma determinada forma, pegando alguns autores da escola da lógica - e, a partir dessa recomposição, eu procurei fazer uma derivação semelhante para explicar a questão do surgimento da indústria cultural. Aí tem as suas particularidades. Então, foi um exercício que eu fui fazendo e que foi ganhando terreno dentro da estrutura metodológica da tese. Mas, o resto não está desconsiderado.

PABLO BASTOS: Embora seja referência central na escola brasileira da Economia Política da Comunicação, seu principal espaço de institucionalização segue sendo a Economia. Como enxerga esse seu lugar de fronteira entre os estudos da Comunicação e da Economia?

CÉSAR BOLAÑO: Pouco confortável (risos). Na verdade, eu dediquei muito tempo da minha vida trabalhando sobre a comunicação e eu circulei muito nos congressos e nas entidades da comunicação. Apesar de que eu nunca abandonei a economia. Eu sou sócio fundador da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), em cujos eventos eu aparecia sempre. Mas, eu tive que focar porque eu estava construindo uma coisa com outros companheiros. É como uma divisão: eu sou professor do Departamento de Economia, dou aula de economia, dou aula de macro, micro, economia política etc. Mas o meu trabalho de pesquisa é sobre a Economia Política da Comunicação e eu circulo no campo da comunicação, mais do que no campo da economia, em que não sou tão conhecido como eu sou no campo da comunicação. No campo da comunicação, tem outro problema: pouca gente estudou economia, as pessoas não sabem exatamente do que se trata e, mesmo quem estudou economia, menos gente ainda leu *O Capital* e muita gente tem uma visão extremamente preconceituosa em relação ao Marx ou, mesmo, quando a pessoa gosta do Marx, não tem a formação e não tem a perspectiva mais sólida para poder entender exatamente do que se trata. Então, é uma área que incorpora com muita facilidade os preconceitos que são gerados de fora. Então, por exemplo, a velha questão do determinismo. É uma idiotice, vamos dizer assim. Você pode dizer que as teorias da dependência cultural e do imperialismo cultural são deterministas, porque elas dão uma relevância ao campo econômico em relação ao outro. Tudo bem, é uma discussão que acontece ali, num determinado momento, mas isso é uma crítica que se pode fazer àqueles estudos, embora esteja uma crítica exagerada, porque não é bem por aí. Mas, é uma crítica que não tem nada a ver com o pensamento do Marx e que, no entanto, é estendida. Então você tem já naquele momento um monte de gente que vai fazer uma grande crí-




tica ao pensamento marxista, dizendo que ele é determinista. E essas pessoas são as mais deterministas tecnológicas! Vão pegar o McLuhan e vão se servir da coisa mais banal, do materialismo mais vulgar e mais determinista para fazer a crítica de um determinismo, que é uma coisa complexa. Tem autores deterministas e tem outros que não são. O pensamento do Marx propriamente não é. Então, tem toda uma confusão que circula muito forte no terreno da Comunicação e eu acho que eu sofri incompreensão, muitas vezes, porque o debate não chega nem a começar, muitas vezes o debate morre lá no início, quando você toma posição preconceituosa desse tipo.

Eu acho que tive um trabalho no campo da comunicação, de uma certa maneira eu continuo tendo. O pessoal que me acompanha, meus amigos, colegas que trabalham comigo etc., são em sua maioria do campo da comunicação. Mas, de uns tempos para cá, vamos dizer desde o início da pandemia ou um pouquinho antes, eu estou mais preocupado em aprofundar os meus estudos e a minha produção no campo da economia, mas agora carregando para a economia as descobertas que nós fizemos coletivamente na comunicação para o terreno da economia. Isso hoje é uma felicidade, com a economia da internet, da maneira como ela se constituiu hoje, com as plataformas etc., está na onda. Já antes, esse processo já vinha quando os nossos colegas, por exemplo, dos Estudos Culturais - que acham que nós somos deterministas - vão procurar alianças com economistas convencionais para poder entender um problema que eles não têm a capacidade de entender. Tem a problemática das chamadas indústrias criativas. Enfim, começa a ficar muito evidente o aspecto econômico da comunicação. Então, isso acaba ajudando a nossa inserção no debate, tanto de um lado como do outro. De qualquer maneira, a nossa posição continua sendo desconfortável, porque praticamente não temos pós-graduação em Economia Política da Comunicação. Na economia isso não existe. Eles sabem que existem pessoas que lidam com isso e acham interessante, mas não está em currículo nenhum. Não faz parte, então. A gente continua sendo um grupo periférico no interior tanto da economia como na comunicação no Brasil.

MANOEL BASTOS: Sabemos que, mesmo dentro da EPC, Marx e o marxismo não constituem corrente teórica unânime, talvez nem hegemônica em alguns espaços de institucionalização. No campo da Comunicação, certamente os pesquisadores de Marx e do marxismo estamos em uma posição bastante minoritária. Como você enxerga hoje o espaço do marxismo na EPC e no campo da Comunicação?


CÉSAR BOLAÑO: Com relação à comunicação, é aquilo que eu já falei. Não acho que isso seja particularmente ruim. Eu disse que é desconfortável porque a gente tem que dar nó em pingo d'água para estar no debate. Mas, a gente tem uma vantagem muito grande, que é o método. Nós temos uma capacidade de entendimento da realidade que os outros não tem. Isso daí




está muito evidente. Por exemplo, quando surgiu a internet, todo mundo achava que aquilo era uma maravilha. Todo mundo na comunicação entrou na onda. Eu cito sempre um jornalista, muito conhecido, não vou falar o nome dele aqui, que quando surgiu a televisão segmentada ele dizia: olha, agora não existe mais controle da informação, porque agora uma pessoa pode ter acesso a 500 canais. Na época, eu escrevi dizendo que não era bem assim. Depois, com a internet, esse mesmo jornalista disse a mesma coisa. "Mas, já não tinha acabado?" (risos) Na verdade, ele não disse que se enganou, mas ele disse que agora, com a internet, não existe mais controle da informação, a mesma conversa. Então, isso é uma coisa recorrente. Nós temos a capacidade crítica, que é herança do pensamento crítico marxista. Hoje em dia, todo mundo está dizendo que com a inteligência artificial o mundo vai acabar, os robôs vão tomar conta da realidade. Também tem esse outro negócio, de ficção científica. Então, nós temos uma vantagem, temos um pensamento sério e muito sólido, que tem 200 anos de elaboração, de grandes figuras intelectuais e gente engajada com as lutas sociais. Nós temos orgulho da nossa tradição. Quer queiram, quer não, somos respeitados. Isso é um ponto pacífico. Agora, o fato de sermos periféricos - talvez não seja a palavra, porque nós somos contra-hegemônicos. O contra-hegemônico é necessariamente minoritário, você não pode ser majoritário não sendo hegemônico, se não seria outra coisa.

Isso no campo da comunicação, no campo da economia a discussão seria um pouco diferente. Não vou entrar nela aqui agora, mas de qualquer maneira, no campo da economia o pensamento marxista também tem sido escanteado já faz muito tempo. Aliás, é um movimento mundial, isso tem acontecido há décadas. Mas, na verdade, quando Marx escreveu não tinha nenhuma relação com a academia. Quer dizer, todo o pensamento marxista foi construído dentro do movimento operário. Nós é que recebemos a tradição universitária, nós que temos essa formação. Mas, vamos dizer, não é necessariamente o campo de atuação dos marxistas de um modo geral. O problema que nós precisaríamos enfrentar na área é a nossa relação com os movimentos sociais. Isso é um problema que, quando nós fundamos a União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Ulepicc), estava posto no primeiro plano. Nós temos um tipo de produção acadêmica, que nós gostamos, achamos fundamental; no entanto, a nossa relação com o movimento social precisaria ser maior. Porque o movimento social no campo da comunicação, o campo da democratização da comunicação, por exemplo, muitas vezes é influenciado por teorias funcionalistas. Esse é um problema que nós deveríamos enfrentar e eu acredito que as nossas organizações têm tentado enfrentar da maneira possível.

Com relação à própria Economia Política da Comunicação, existem diferentes tradições. Então, nós temos uma tradição brasileira que é esta que nós criamos, um grupo pequeno, mas forte que foi criando, ao longo do tempo, essa tradição, que é uma tradição marxista e que tem esse tipo de influên-




cia. É nesse conjunto que meu trabalho circula. Mas, você tem depois outras pessoas que vão se considerar Economia Política da Comunicação que vêm de outras origens. Alguns, inclusive, nem leram o Marx ou não o leram originalmente, que vem de outro tipo de formação, porque a comunicação não dá essa formação para as pessoas. Em terceiro lugar, você tem uma importante influência externa do pensamento europeu, do pensamento americano no campo da comunicação, uma influência do pensamento não marxista, de um pós-modernismo de esquerda, como Foucault, gente que segue essa tradição e que leva, por exemplo, a uma escola importante, como é a do Negri e Hardt e aquele grupo todo que tem uma visão extremamente equivocada e passa uma visão extremamente equivocada em relação ao marxismo. Tudo isso são influências que entram nesse campo, que acabou sendo chamado de Economia Política da Comunicação, inclusive, por influência estrangeira. Nós adotamos o termo da Economia Política da Comunicação para facilitar o nosso diálogo Internacional. Esse que é o fato. Eu não chamava isso de Economia Política da Comunicação. Quando eu escrevi minha tese queria produzir uma teoria marxista da comunicação. Os franceses não chamavam de Economia Política da Comunicação. Os franceses chamavam de Economia da Comunicação e da Cultura. Então, quem chamava isso de Economia Política da Comunicação eram os americanos e os ingleses. Nós passamos a adotar essa denominação, quando o campo começou a se unificar em nível Internacional - uma unificação que a gente precisa pensar bem, talvez seja matéria de uma outra conversa - no interior da Aieri/Iamcr a partir de 1992, basicamente, quando há uma confluência e essa chave da EPC passa a ser adotada e tal. Ela reúne diferentes perspectivas teóricas e não acho que isso seja ruim. Eu acho que isso é interessante porque mostra que existe vida lá dentro e que existe um debate. Se existisse um debate seria bastante interessante, por exemplo, com os franceses. Eu fiz uma crítica geral dos franceses, nunca recebi uma resposta. Aí já é outro problema, mas a crítica está lá, está posta. Quais são os defeitos e quais são as qualidades daquele tipo de pensamento? Nós até trabalhamos muito com eles num determinado momento, mas sempre numa perspectiva muito formal e eles evitaram sempre nos publicar. Nós sempre tivemos muita dificuldade nisso em função do tipo de estrutura acadêmica que eles têm. Eu acho que esse debate é relevante e eu acho que, quem vai continuar defendendo a perspectiva da EPC brasileira tem que entrar mesmo nesse debate. Tem que tentar furar os bloqueios e entrar na luta epistemológica. Nesse campo é mais fácil, porque as pessoas se dizem marxistas, mas sem ter o mínimo conhecimento do Marx. Eu falo, por exemplo, daquele diálogo que eu tive com o Fuchs e a linha de raciocínio dele é bastante complicada. Não vou entrar no detalhe, mas, se você for pensar numa perspectiva ortodoxa, no bom sentido, do que é o marxismo, é bastante complicada. É um autor que é um ícone hoje da EPC Internacional, mas que é pouco reconhecido fora dela. No campo da economia, por exemplo, já não tem a mesma entrada. Por isso, esse nosso debate é importante. Essa crítica nós



temos que fazer, não apenas desse autor, mas desses autores de um modo geral. Nós temos que entrar nisso. O debate das plataformas hoje e o debate sobre o trabalho hoje são centrais no diálogo Internacional no campo da comunicação e no campo da economia. Nós estamos muito bem situados para assumir esse debate. O nosso grupo, que é menor, o Obscom-CEPOS, está se preparando para isso, tem participado disso. Há com um grupo de estudo, grupo de pesquisa, as pessoas estão publicando, tem gente que está se formando no mestrado, no doutorado e estamos avançando nesse negócio. Seria importante a gente ter mais diálogo. Eu lamento muito que a proposta do Pablo tenha sido recusada, que era uma proposta que eu apoiei em enfaticamente desde o início, de criação de um campo um pouco maior dentro da Compós - mas não precisa ser na Compós, podemos fazer isso fora - de diálogo entre as diferentes abordagens marxistas - porque a EPC não é a única, existem outros enfoques marxistas, porque o marxismo é uma coisa que não se limita à Economia Política -, porque a ampliação desse diálogo no interior do próprio marxismo seria algo fundamental. Eu acho que é uma coisa que vocês devem fazer e que podem contar comigo, porque é a luta que a gente vai desenvolver daqui para frente.

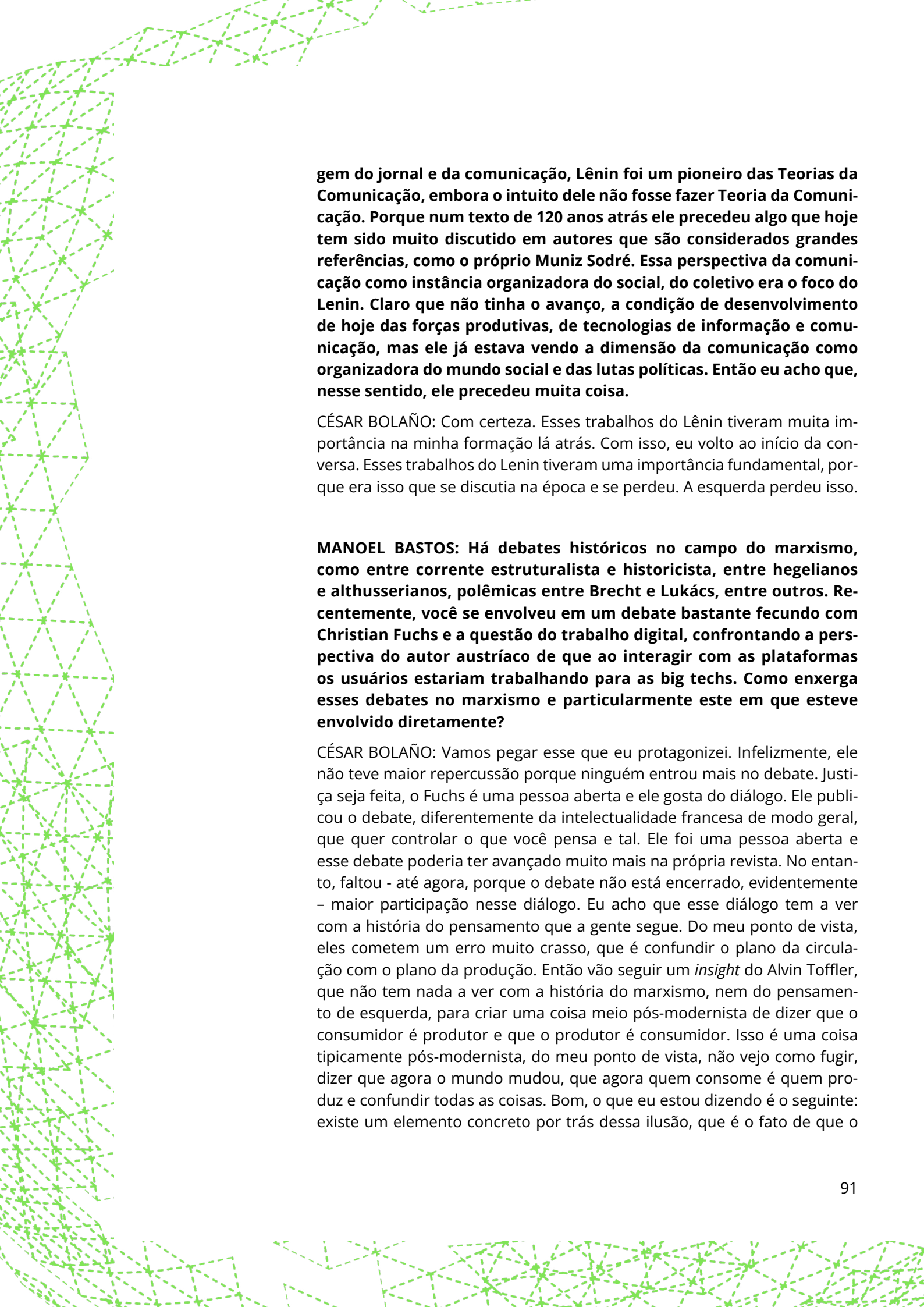
PABLO BASTOS: O filósofo marxista Ernst Bloch faz distinção entre o que reconhece como “corrente fria” e “corrente quente do marxismo”. A distinção apresenta relação com o que Ingo Elbe (2021) categorizou como uma tendência “exotérica” e “esotérica” de Marx. A exotérica é descrita assim no sentido de ser desenvolvida e projetada para “fora”, para um público mais amplo, mais difundida e utilizada por partidos políticos, movimentos sindicais e sociais. A outra tendência é mais restrita aos meios acadêmicos, ligada ao marxismo ocidental e à Nova Leitura de Marx (*Neue Marx-Lektüre*), que Elbe compreende como o conteúdo “esotérico” da análise crítica de Marx e da sociedade, por isso um “marxismo subterrâneo” (*Untergrund-Marxismus*). Você compreende que essas distinções fazem sentido? Se sim, como enxerga as particularidades, diferenças e complementaridades entre essas correntes de estudo no marxismo?

CÉSAR BOLAÑO: Eu acho que a distinção é relevante, mas eu só acho que isso não é propriamente uma opção. Isso daí é decorrência da condição histórica em que nos encontramos. Então eu acredito que tenha sido uma grande luta introduzir o marxismo na academia e que as pessoas que fizeram isso tinham boas intenções e eu concordo com isso. No entanto, essa separação, ela acaba se constituindo em função das condições históricas existentes e isso tem que ser entendido também dentro do desenvolvimento do pensamento e do desenvolvimento da própria realidade nesse processo. Então, o que aconteceu com a classe trabalhadora? Como nossa conta que você chamou de esotérica, acaba ficando encastelada na academia?



Não necessariamente por opção, mas porque a academia é envolvente, porque tem uma dinâmica própria que você precisa seguir. Porque também nossa relação externa com a classe trabalhadora foi cortada politicamente. Então, isso daí é um problema que nós precisamos enfrentar. A Ulepicc na sua fundação e a Ulepicc-Brasil de forma muito particular tiveram essa preocupação desde o início. Isso não é fácil para quem está encastelado lá na academia. Então, eu acho que isso tem a ver mais com um projeto de como nós poderíamos sair dessa condição. Por outro lado, quem está na linha de frente do movimento operário não sabe o que nós estamos discutindo. A discussão sobre a comunicação é uma discussão chave para as lutas do movimento operário. Tem um artigo meu, um ensaio que ganhou o prêmio dos 50 anos da Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e teve pouca divulgação, onde eu vou fazer uma crítica geral a esse problema da comunicação, dizendo a comunicação não é como os governos da onda rosa latino-americana viram, utilizar como marketing político como forma de conquistar corações e mentes. Quer dizer, na tradição marxista não era isso. Eu entro num debate, inclusive, com Adelmo Genro Filho, que é um autor marxista muito importante, fundador do campo dos estudos de jornalismo no Brasil, mas que acreditava que o jornalismo era uma forma de conhecimento nova e que a grande imprensa teria um papel superior que a imprensa que ele chama de artesanal não poderia ter. Ele faz uma crítica ao Mattelart e eu defendo, neste caso, o Mattelart, para dizer que não é bem assim. Porque ele cita o Lênin de depois da revolução e eu retomo um pouco os textos do Lênin anteriores sobre a construção do jornal operário para toda a Rússia e a perspectiva da construção do jornal do partido e o papel que isso tem na organização. Porque Comunicação é Organização. A gente está vendo que isso hoje é uma grande questão, ou deveria ser uma grande questão para o os movimentos de esquerda de um modo geral e não está sendo. O debate todo que nós estamos vendo é um debate que se resume ao YouTube, às redes sociais e, no caso dos partidos que estão disputando o poder - sempre institucional - é marketing, estratégias comunicacionais que não avançam em nada na construção da consciência da classe trabalhadora e da sua organização revolucionária. Então, nós estamos afastados dessa discussão. Se você verificar quem são os autores, quem são os intelectuais, os partidários que estão participando disso, você vê que nós estamos fora dessa discussão. Esse é um problema que é a Ulepicc-Brasil se propôs a tratar, que não é fácil, mas está sendo tratado. Eu acho que o problema principal nisso tudo é a desorganização da classe trabalhadora e a despreocupação da esquerda nacional com esse problema. Despreocupação ou impotência diante da situação, é um problema político grave.

PABLO BASTOS: Curioso você mencionar esse texto do Lênin (*Que fazer?*, publicado pela primeira vez em brochura, em março de 1902). Escrevi recentemente um artigo em que eu falo que, com essa aborda-




gem do jornal e da comunicação, Lênin foi um pioneiro das Teorias da Comunicação, embora o intuito dele não fosse fazer Teoria da Comunicação. Porque num texto de 120 anos atrás ele precedeu algo que hoje tem sido muito discutido em autores que são considerados grandes referências, como o próprio Muniz Sodré. Essa perspectiva da comunicação como instância organizadora do social, do coletivo era o foco do Lenin. Claro que não tinha o avanço, a condição de desenvolvimento de hoje das forças produtivas, de tecnologias de informação e comunicação, mas ele já estava vendo a dimensão da comunicação como organizadora do mundo social e das lutas políticas. Então eu acho que, nesse sentido, ele precedeu muita coisa.

CÉSAR BOLAÑO: Com certeza. Esses trabalhos do Lênin tiveram muita importância na minha formação lá atrás. Com isso, eu volto ao início da conversa. Esses trabalhos do Lenin tiveram uma importância fundamental, porque era isso que se discutia na época e se perdeu. A esquerda perdeu isso.

MANOEL BASTOS: Há debates históricos no campo do marxismo, como entre corrente estruturalista e historicista, entre hegelianos e althusserianos, polêmicas entre Brecht e Lukács, entre outros. Recentemente, você se envolveu em um debate bastante fecundo com Christian Fuchs e a questão do trabalho digital, confrontando a perspectiva do autor austríaco de que ao interagir com as plataformas os usuários estariam trabalhando para as big techs. Como enxerga esses debates no marxismo e particularmente este em que esteve envolvido diretamente?

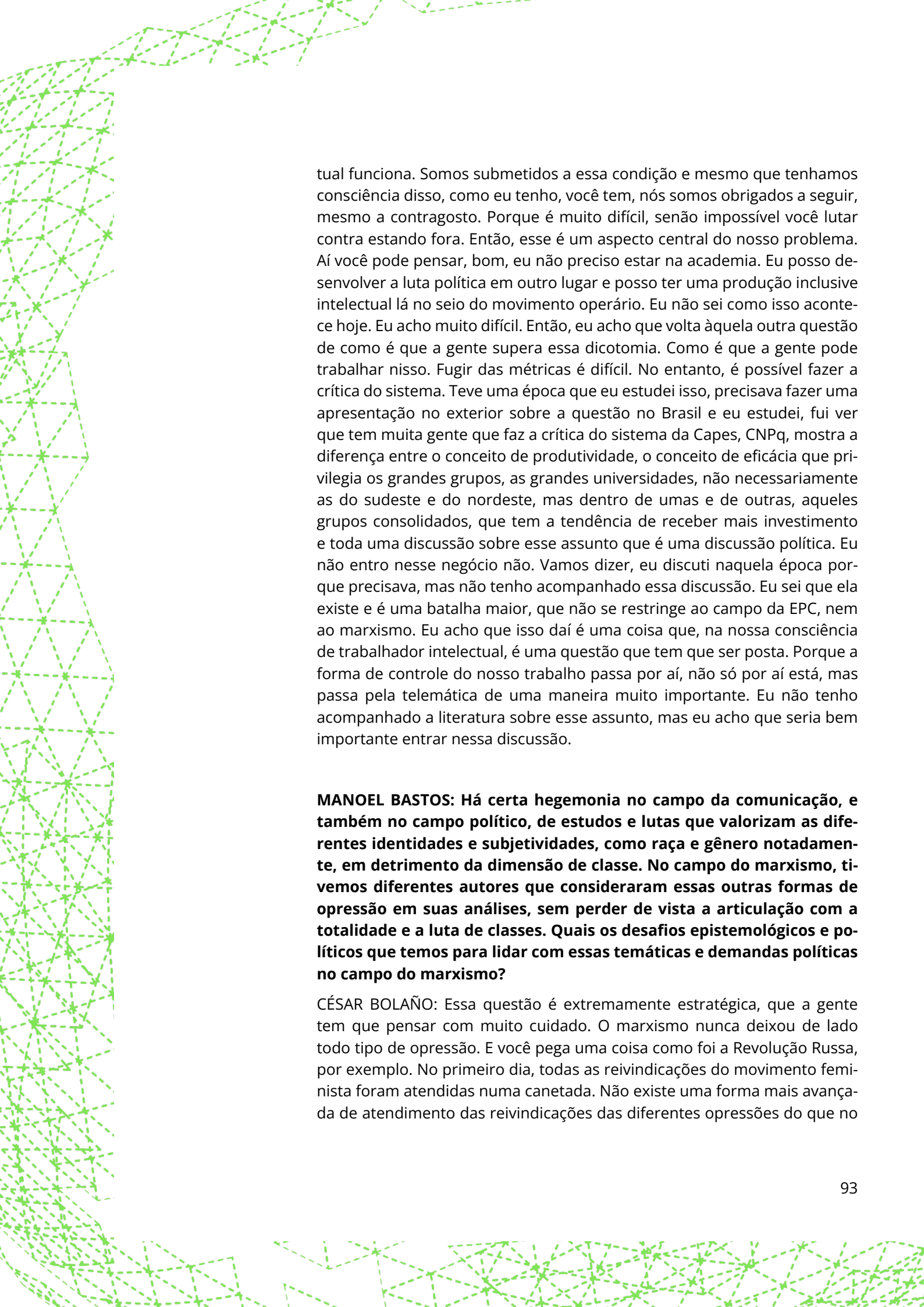
CÉSAR BOLAÑO: Vamos pegar esse que eu protagonizei. Infelizmente, ele não teve maior repercussão porque ninguém entrou mais no debate. Justiça seja feita, o Fuchs é uma pessoa aberta e ele gosta do diálogo. Ele publicou o debate, diferentemente da intelectualidade francesa de modo geral, que quer controlar o que você pensa e tal. Ele foi uma pessoa aberta e esse debate poderia ter avançado muito mais na própria revista. No entanto, faltou - até agora, porque o debate não está encerrado, evidentemente - maior participação nesse diálogo. Eu acho que esse diálogo tem a ver com a história do pensamento que a gente segue. Do meu ponto de vista, eles cometem um erro muito crasso, que é confundir o plano da circulação com o plano da produção. Então vão seguir um *insight* do Alvin Toffler, que não tem nada a ver com a história do marxismo, nem do pensamento de esquerda, para criar uma coisa meio pós-modernista de dizer que o consumidor é produtor e que o produtor é consumidor. Isso é uma coisa tipicamente pós-modernista, do meu ponto de vista, não vejo como fugir, dizer que agora o mundo mudou, que agora quem consome é quem produz e confundir todas as coisas. Bom, o que eu estou dizendo é o seguinte: existe um elemento concreto por trás dessa ilusão, que é o fato de que o



capitalismo avançado, tal como ele se apresenta hoje, utiliza os mesmos mecanismos para o controle do trabalho e para o controle social. Ou seja, para o controle da divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na fábrica para fazer uma comparação. Há um problema aqui. Quando você pega essa discussão lá no Marx, divisão social do trabalho e divisão do trabalho na manufatura, você vê que são dois elementos opostos. A anarquia da produção se opõe ao controle despótico do processo produtivo. Aí não existe democracia. A democracia está no plano da aparência e no plano da circulação geral das mercadorias. Então existe uma contradição e é essa contradição que o Marx revela. Nossa pergunta, hoje, deveria ser: bom, o que que está acontecendo aí? Onde ficou a democracia, se esse controle do trabalho e o controle social se utilizam dos mesmos mecanismos ou de mecanismos semelhantes, que são as redes, as plataformas etc.? Porque aqui tem um problema, não dá para resolver rápido como essas pessoas querem resolver, não é só o Fuchs. E a teoria do Fuchs passa fácil porque ela é muito fácil. Eu acho que falta nesse caso uma perspectiva metodológica mais correta do Marx, na verdade. O método é tudo. A nossa arma é o método. Temos que nos armar do método para poder entender a realidade. Mas, o que que está acontecendo hoje? Eu estou vendo esta tendência de unificação, mas isso não unifica os momentos, isso não transforma o consumo e exploração. O mínimo que as pessoas deveriam fazer é dizer: bom, aqui deve haver algum tipo de mascaramento, o que que tem por trás disso? Essa é a pergunta que tem que ser feita. E não resolver rapidamente, *a la* pós-estruturalismo. Há uma solução aí de narrativa. Acho que esse é o ponto de debate. Eu acho que isso daí talvez tenha a ver também com essa dissociação que vocês estavam falando entre o exotérico e o esotérico. As pessoas estão preocupadas em encontrar uma solução ali, um modelo, uma solução genial para uma pergunta meramente acadêmica. Quando, na verdade, a questão marxiana seria outra completamente diferente.

PABLO BASTOS: Sabemos desde Marx e dos autores da teoria crítica acerca da indissociabilidade entre a dimensão epistemológica e política, mais precisamente da economia política e da luta de classes na ciência e no trabalho de pesquisa. E cada vez mais, nosso trabalho passa a ser avaliado por métricas e análises de performance de plataformas, como o Google Scholar. Como enxerga os desafios para o trabalho científico crítico hoje, com relação às seguintes dimensões: as pressões para a produtividade, o papel central desempenhado pelas plataformas digitais, o que inclui o avanço da inteligência artificial, e a subsunção do trabalho intelectual?


CÉSAR BOLAÑO: Bom, não sei se eu tenho muita coisa a falar sobre essa questão. Eu acho que isso daí é o que você disse. Tem a ver com a subsunção do trabalho intelectual. E mostra que a subsunção do trabalho intelectual



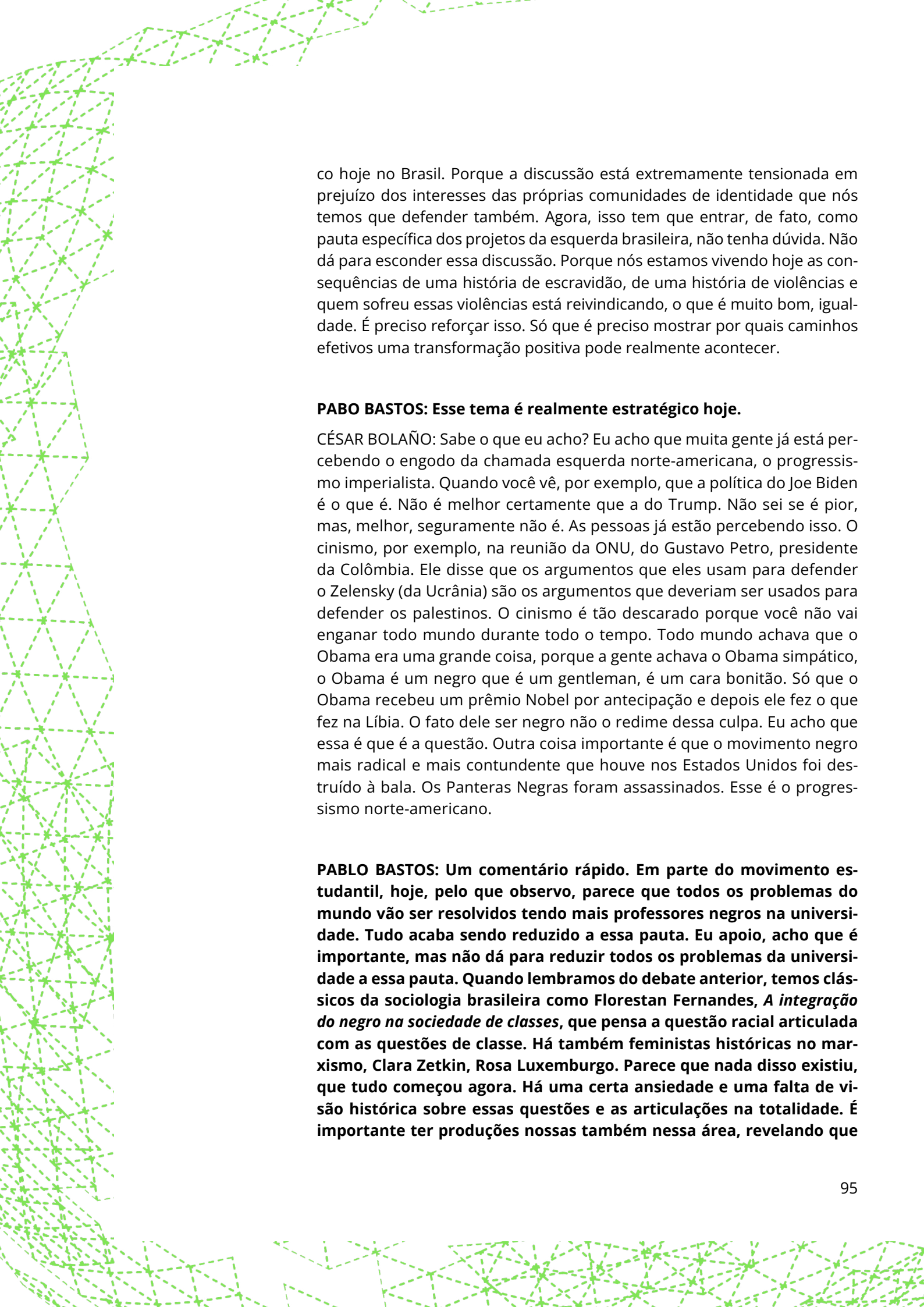
tual funciona. Somos submetidos a essa condição e mesmo que tenhamos consciência disso, como eu tenho, você tem, nós somos obrigados a seguir, mesmo a contragosto. Porque é muito difícil, senão impossível você lutar contra estando fora. Então, esse é um aspecto central do nosso problema. Aí você pode pensar, bom, eu não preciso estar na academia. Eu posso desenvolver a luta política em outro lugar e posso ter uma produção inclusive intelectual lá no seio do movimento operário. Eu não sei como isso acontece hoje. Eu acho muito difícil. Então, eu acho que volta àquela outra questão de como é que a gente supera essa dicotomia. Como é que a gente pode trabalhar nisso. Fugir das métricas é difícil. No entanto, é possível fazer a crítica do sistema. Teve uma época que eu estudei isso, precisava fazer uma apresentação no exterior sobre a questão no Brasil e eu estudei, fui ver que tem muita gente que faz a crítica do sistema da Capes, CNPq, mostra a diferença entre o conceito de produtividade, o conceito de eficácia que privilegia os grandes grupos, as grandes universidades, não necessariamente as do sudeste e do nordeste, mas dentro de umas e de outras, aqueles grupos consolidados, que tem a tendência de receber mais investimento e toda uma discussão sobre esse assunto que é uma discussão política. Eu não entro nesse negócio não. Vamos dizer, eu discuti naquela época porque precisava, mas não tenho acompanhado essa discussão. Eu sei que ela existe e é uma batalha maior, que não se restringe ao campo da EPC, nem ao marxismo. Eu acho que isso daí é uma coisa que, na nossa consciência de trabalhador intelectual, é uma questão que tem que ser posta. Porque a forma de controle do nosso trabalho passa por aí, não só por aí está, mas passa pela telemática de uma maneira muito importante. Eu não tenho acompanhado a literatura sobre esse assunto, mas eu acho que seria bem importante entrar nessa discussão.

MANOEL BASTOS: Há certa hegemonia no campo da comunicação, e também no campo político, de estudos e lutas que valorizam as diferentes identidades e subjetividades, como raça e gênero notadamente, em detrimento da dimensão de classe. No campo do marxismo, tivemos diferentes autores que consideraram essas outras formas de opressão em suas análises, sem perder de vista a articulação com a totalidade e a luta de classes. Quais os desafios epistemológicos e políticos que temos para lidar com essas temáticas e demandas políticas no campo do marxismo?

CÉSAR BOLAÑO: Essa questão é extremamente estratégica, que a gente tem que pensar com muito cuidado. O marxismo nunca deixou de lado todo tipo de opressão. E você pega uma coisa como foi a Revolução Russa, por exemplo. No primeiro dia, todas as reivindicações do movimento feminista foram atendidas numa canetada. Não existe uma forma mais avançada de atendimento das reivindicações das diferentes opressões do que no



interior de um processo de transformação socialista. Bom, o que aconteceu depois, é preciso ver. Você tem toda uma produção intelectual africana, por exemplo, marxista, no momento dos processos de Independência que é fundamental, que tem reflexos até hoje. O que está acontecendo na África hoje tem uma relação muito forte com o que aconteceu naquele momento, com o apoio que eles tiveram da União Soviética, o grande movimento anticolonial e anti-imperialista que está posto ali. As acusações de machismo, racismo ao Marx são totalmente infundadas, apesar de que, evidentemente, no interior daquele processo, dentro do sindicato, pode existir de tudo. Mas, como uma posição marxista, quando existe tem que ser denunciado. Na verdade, toda essa discussão vem dos chamados novos movimentos sociais lá dos anos 1960 e 1970. Eu acho que esses novos movimentos sociais trouxeram uma renovação para o pensamento de esquerda. E essa renovação deve ser muito bem-vinda. Então, colocar no primeiro plano a questão da raça, por exemplo, eu acho fundamental num país como o Brasil, por exemplo, em que, sei lá, 60 a 70% da população operária é negra. Porque o tipo de opressão que um operário negro e operário branco sentem talvez seja diferente. Então essa questão tem que ser pautada, tem que ser colocada. O problema que nós enfrentamos é que estas questões foram apropriadas por um pensamento integrado, inclusive imperialista, de origem norte-americana, claro. Esse é que o problema, que vem com todas as suas *fake news* (risos) em relação ao marxismo etc., porque os comunistas, a Rússia e não sei mais o que, para enxovalhar as décadas de luta do movimento operário em defesa dos direitos da mulher, direitos dos trabalhadores de um modo geral, negros, brancos e asiáticos pela independência nacional contra o colonialismo. Isso é uma luta do pensamento marxista. Então, no entanto, existe um *tour de force* que faz com que setores imperialistas se apropriem disso e que proponham formas, o que se chama hoje de identitarismo - nós somos a favor de todas as identidades, defesa das identidades, não é esse o problema. O problema é que isso que se chama hoje de identitarismo prejudica a constituição de uma consciência verdadeiramente transformadora. Porque foca em questões específicas. Veja o que acontece nos Estados Unidos, os campeões do direito dos negros. Você pega aí, negros que estão em posições chave no sistema imperialista norte-americano (Condoleezza Rice, Colin Powell, Barack Obama) como um grande exemplo de integração. Mas, o que que acontece com a população negra norte-americana? Está sendo assassinada nos guetos. Isso não resolve nada. Não é esse tipo de *approach* que vai resolver o problema, que é muito mais grave no Brasil, porque a população negra no Brasil é muito maior, é a maioria da classe trabalhadora. No limite, é ela que tem que comandar a transformação. E comandar a transformação não significa colocar um negro ou uma negra numa determinada posição na estrutura de poder do estado brasileiro. Comandar a transformação significa fazer a transformação de fato a serviço do conjunto da classe trabalhadora, que é uma classe trabalhadora majoritariamente negra. Isso para dar um exemplo, que talvez seja o exemplo mais polêmi-



co hoje no Brasil. Porque a discussão está extremamente tensionada em prejuízo dos interesses das próprias comunidades de identidade que nós temos que defender também. Agora, isso tem que entrar, de fato, como pauta específica dos projetos da esquerda brasileira, não tenha dúvida. Não dá para esconder essa discussão. Porque nós estamos vivendo hoje as consequências de uma história de escravidão, de uma história de violências e quem sofreu essas violências está reivindicando, o que é muito bom, igualdade. É preciso reforçar isso. Só que é preciso mostrar por quais caminhos efetivos uma transformação positiva pode realmente acontecer.

PABLO BASTOS: Esse tema é realmente estratégico hoje.

CÉSAR BOLAÑO: Sabe o que eu acho? Eu acho que muita gente já está percebendo o engodo da chamada esquerda norte-americana, o progressismo imperialista. Quando você vê, por exemplo, que a política do Joe Biden é o que é. Não é melhor certamente que a do Trump. Não sei se é pior, mas, melhor, seguramente não é. As pessoas já estão percebendo isso. O cinismo, por exemplo, na reunião da ONU, do Gustavo Petro, presidente da Colômbia. Ele disse que os argumentos que eles usam para defender o Zelensky (da Ucrânia) são os argumentos que deveriam ser usados para defender os palestinos. O cinismo é tão descarado porque você não vai enganar todo mundo durante todo o tempo. Todo mundo achava que o Obama era uma grande coisa, porque a gente achava o Obama simpático, o Obama é um negro que é um gentleman, é um cara bonitão. Só que o Obama recebeu um prêmio Nobel por antecipação e depois ele fez o que fez na Líbia. O fato dele ser negro não o redime dessa culpa. Eu acho que essa é que é a questão. Outra coisa importante é que o movimento negro mais radical e mais contundente que houve nos Estados Unidos foi destruído à bala. Os Panteras Negras foram assassinados. Esse é o progressismo norte-americano.

PABLO BASTOS: Um comentário rápido. Em parte do movimento estudantil, hoje, pelo que observo, parece que todos os problemas do mundo vão ser resolvidos tendo mais professores negros na universidade. Tudo acaba sendo reduzido a essa pauta. Eu apoio, acho que é importante, mas não dá para reduzir todos os problemas da universidade a essa pauta. Quando lembramos do debate anterior, temos clássicos da sociologia brasileira como Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, que pensa a questão racial articulada com as questões de classe. Há também feministas históricas no marxismo, Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo. Parece que nada disso existiu, que tudo começou agora. Há uma certa ansiedade e uma falta de visão histórica sobre essas questões e as articulações na totalidade. É importante ter produções nossas também nessa área, revelando que

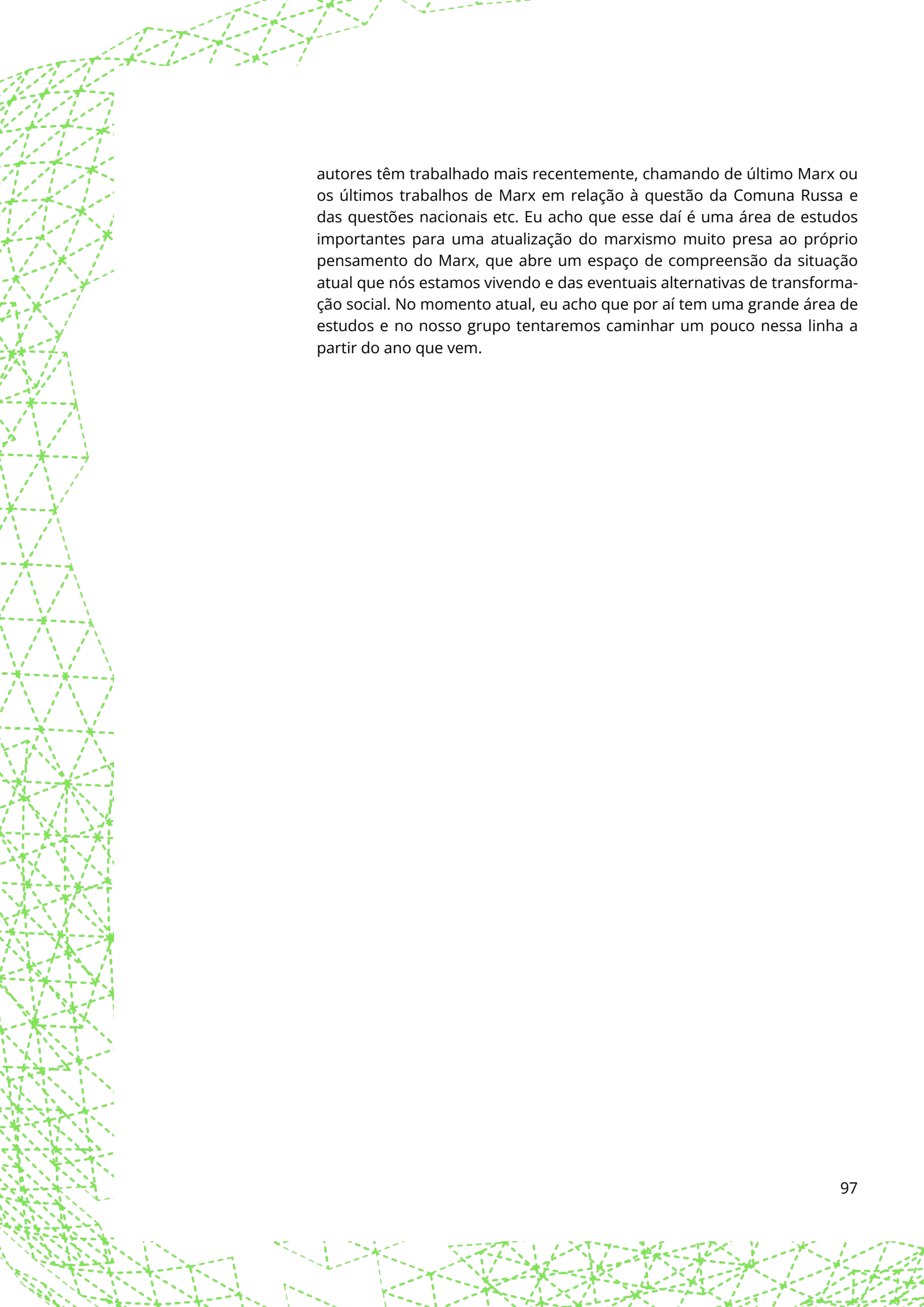


existe uma historicidade desse debate, uma inclusão dentro das lutas de classe e do debate marxista também.

CÉSAR BOLAÑO: E é importante também atrairmos para as nossas fileiras intelectuais mulheres e negros. Infelizmente, na EPC nós temos muito poucos. Mulheres, foi um problema maior no passado. Isso foi discutido inclusive internamente. Eu me lembro que na segunda reunião de constituição da Ulepicc nós tivemos essa discussão, porque tinha poucas mulheres no grupo. Isso daí foi levantado como um problema, porque só as mulheres é que podem trazer de fato os seus problemas para a análise com as nossas ferramentas. E houve uma preocupação forte nesse sentido, a mesma coisa com relação aos negros. É preciso chamar intelectuais jovens, intelectuais negros para se unirem às nossas fileiras para construir um pensamento negro da EPC brasileira. Isso é fundamental porque eu não posso falar sobre esse assunto sendo branco, eu posso entender, eu posso apoiar, eu posso escrever um texto, mas quem tem que assumir essa construção são os intelectuais negros que estão nas nossas fileiras. Essa é uma tarefa para vocês, trazer gente nova, bem formada, estudiosa, que vá produzir conhecimento nessa área.

PABLO BASTOS: Para concluir, avaliamos que este dossiê apresenta um breve retrato de alguns temas emergentes e desdobramentos de objetos relevantes na interface entre comunicação e marxismo. Dentro de uma proposta de agenda de pesquisa para o campo, o que considera que são assuntos que devemos ter atenção nos próximos anos?

CÉSAR BOLAÑO: Eu acho que esse último assunto é fundamental. Outro assunto fundamental também é aquela discussão sobre o esotérico e o exotérico. Como a EPC vai se inserir nos processos de luta da classe trabalhadora, como vai contribuir com as suas ferramentas do campo da comunicação? Acho que essas duas são questões fundamentais. Uma terceira questão que eu acho importante é o diálogo com o marxismo de um modo geral. Isso nós estamos procurando fazer no nosso grupo de estudos, conhecer o que está sendo produzido, os debates que estão acontecendo no campo do marxismo nos níveis nacional e internacional. No interior disso, uma corrente que vamos estudar com mais cuidado no ano que vem é a do marxismo no campo dos estudos decoloniais. Os estudos decoloniais surgiram com muita força, mas tem uma corrente pós-moderna que eu acredito que seja hegemônica, predominante sem dúvida. No entanto, existe um pensamento marxista muito forte lá dentro que, do meu ponto de vista, é perfeitamente aceitável. Mais do que isso, o professor Enrique Dussel, nos seus muitos trabalhos de leitura do Marx, acho que tem uma contribuição muito grande que pode nos abrir uma porta importante para o diálogo. Isso vai ter consequências nesse debate dessa última questão que estávamos colocando. Eu acho que tem uma relação forte também com aquilo que alguns



autores têm trabalhado mais recentemente, chamando de último Marx ou os últimos trabalhos de Marx em relação à questão da Comuna Russa e das questões nacionais etc. Eu acho que esse daí é uma área de estudos importantes para uma atualização do marxismo muito presa ao próprio pensamento do Marx, que abre um espaço de compreensão da situação atual que nós estamos vivendo e das eventuais alternativas de transformação social. No momento atual, eu acho que por aí tem uma grande área de estudos e no nosso grupo tentaremos caminhar um pouco nessa linha a partir do ano que vem.

Brecht: arte de vanguarda e luta ideológica

Brecht: arte de vanguardia y lucha ideológica

Brecht: avant-garde art and ideological struggle

Eduardo Granja Coutinho

Professor do Programa de Pós-Graduação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Contato: edugraco8@gmail.com

Submetido em: 07 mai. 2023

Aprovado em: 19 ago. 2023



CreativeCommons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal



Resumo

O presente ensaio aborda a questão da ideologia na obra de Bertolt Brecht. Foi no campo da estética, particularmente no terreno das artes cênicas, que Brecht travou a sua luta, colocando-se basicamente como tarefa a crítica e desconstrução da ideologia burguesa, cujo poder consiste em apresentar como naturais as relações de exploração e opressão. Em seu teatro dialético, o dramaturgo alemão revela o quão *estranhável*, na verdade, são essas relações que aos oprimidos parecem ser normais, evidentes.

Palavras-chave: Bertolt Brecht; Ideologia; Teatro de vanguarda.

Resumen

Este ensayo aborda el tema de la ideología en la obra de Bertolt Brecht. Fue en el campo de la estética, particularmente en el campo de las artes escénicas, donde Brecht libró su lucha, fijándose básicamente la tarea de criticar y deconstruir la ideología burguesa, cuyo poder consiste en presentar las relaciones de explotación y opresión como naturales. En su teatro dialéctico, el dramaturgo alemán revela cuán extrañas son, de hecho, estas relaciones que a los oprimidos les parecen normales, evidentes.

Palabras clave: Bertolt Brecht; Ideología; Teatro de vanguardia.

Summary

This essay addresses the issue of ideology in the work of Bertolt Brecht. It was in the field of aesthetics, particularly in the field of the performing arts, that Brecht waged his struggle, basically setting himself the task of criticizing and deconstructing bourgeois ideology, whose power consists in presenting relations of exploitation and oppression as natural. In his dialectical theater, the German playwright reveals how strange, in fact, these relationships are, which to the oppressed seem to be normal, evident.

Key words: Bertolt Brecht; Ideology; Avant-garde theater.

1 Esses versos do próprio Brecht fazem parte do poema “Elogio do revolucionário”, que integra a peça “A mãe: a vida da revolucionária Pelagea Wlassowa (segundo o romance de Máximo Gorki)”, 1931/1932. In: *Brecht, Teatro completo*, v.4 (1990, p. 198).

2 *A exceção e a regra* (1929/30). Trad. Geir Campos. In: *Brecht, Teatro completo* (1990, p. 132)

Introdução: Brecht e a ideologia

Essa concepção interesseira, que vos leva a transformar em leis eternas da natureza e da razão as relações sociais oriundas do vosso modo de produção e de propriedade — relações transitórias que surgem e desaparecem no curso da produção —, é por vós compartilhada com todas as classes dominantes já desaparecidas.

K.Marx e F. Engels

Essa cortina que nos oculta isto e aquilo, é preciso arrancá-la!

B. Brecht

O poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht (1898-1956) é, no campo das artes, um dos grandes herdeiros da dialética marxista. Em suas representações do convívio humano, ao colocar em relevo a conexão entre as relações de produção e a esfera social, política e intelectual, Brecht lança mão da teoria de Marx, que lhe permite perguntar ao capital: “de onde você vem?”; e indagar às ideias: “a quem estão servindo?”. Sua obra é toda marcada pela tentativa de desmascarar as manobras ideológicas daqueles que estão empenhados em legitimar as relações de exploração e opressão, apresentando-as como algo eterno, inquestionável, obscurecendo as contradições sociais, naturalizando a história. Essa postura crítica se evidencia, exemplarmente, na peça didática *A exceção e a regra*², que começa com a seguinte exortação dos atores ao público:

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente:

Não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,

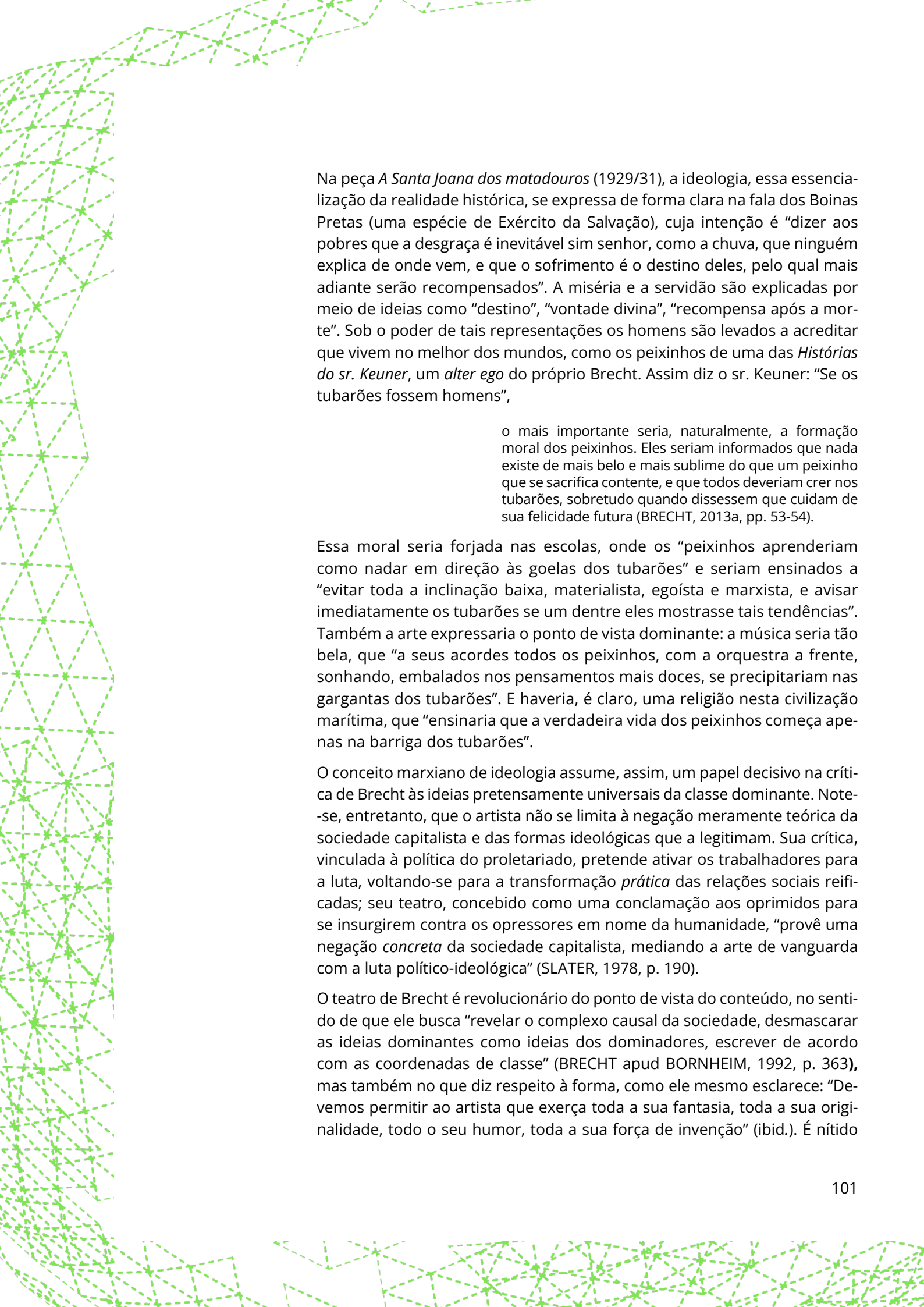
pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada,

De arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada,

Nada deve parecer natural

Nada deve parecer impossível de mudar.

Se o poder da ideologia consiste em apresentar como naturais as relações de dominação, a tarefa dos que lutam pela transformação social é a de historicizar aquilo que aparenta ser fixo e imutável. É o que faz Brecht em seu teatro, mostrando o quão *estranhável*, na verdade, são essas relações que aos oprimidos parecem ser normais, evidentes.



Na peça *A Santa Joana dos matadouros* (1929/31), a ideologia, essa essencialização da realidade histórica, se expressa de forma clara na fala dos Boínas Pretas (uma espécie de Exército da Salvação), cuja intenção é “dizer aos pobres que a desgraça é inevitável sim senhor, como a chuva, que ninguém explica de onde vem, e que o sofrimento é o destino deles, pelo qual mais adiante serão recompensados”. A miséria e a servidão são explicadas por meio de ideias como “destino”, “vontade divina”, “recompensa após a morte”. Sob o poder de tais representações os homens são levados a acreditar que vivem no melhor dos mundos, como os peixinhos de uma das *Histórias do sr. Keuner*, um *alter ego* do próprio Brecht. Assim diz o sr. Keuner: “Se os tubarões fossem homens”,

o mais importante seria, naturalmente, a formação moral dos peixinhos. Eles seriam informados que nada existe de mais belo e mais sublime do que um peixinho que se sacrifica contente, e que todos deveriam crer nos tubarões, sobretudo quando dissessem que cuidam de sua felicidade futura (BRECHT, 2013a, pp. 53-54).

Essa moral seria forjada nas escolas, onde os “peixinhos aprenderiam como nadar em direção às goelas dos tubarões” e seriam ensinados a “evitar toda a inclinação baixa, materialista, egoísta e marxista, e avisar imediatamente os tubarões se um dentre eles mostrasse tais tendências”. Também a arte expressaria o ponto de vista dominante: a música seria tão bela, que “a seus acordes todos os peixinhos, com a orquestra a frente, sonhando, embalados nos pensamentos mais doces, se precipitariam nas gargantas dos tubarões”. E haveria, é claro, uma religião nesta civilização marítima, que “ensinaria que a verdadeira vida dos peixinhos começa apenas na barriga dos tubarões”.

O conceito marxiano de ideologia assume, assim, um papel decisivo na crítica de Brecht às ideias pretensamente universais da classe dominante. Note-se, entretanto, que o artista não se limita à negação meramente teórica da sociedade capitalista e das formas ideológicas que a legitimam. Sua crítica, vinculada à política do proletariado, pretende ativar os trabalhadores para a luta, voltando-se para a transformação *prática* das relações sociais reificadas; seu teatro, concebido como uma conclamação aos oprimidos para se insurgirem contra os opressores em nome da humanidade, “provê uma negação *concreta* da sociedade capitalista, mediando a arte de vanguarda com a luta político-ideológica” (SLATER, 1978, p. 190).

O teatro de Brecht é revolucionário do ponto de vista do conteúdo, no sentido de que ele busca “revelar o complexo causal da sociedade, desmascarar as ideias dominantes como ideias dos dominadores, escrever de acordo com as coordenadas de classe” (BRECHT apud BORNHEIM, 1992, p. 363), mas também no que diz respeito à forma, como ele mesmo esclarece: “Devemos permitir ao artista que exerça toda a sua fantasia, toda a sua originalidade, todo o seu humor, toda a sua força de invenção” (ibid.). É nítido

3 Brecht é um autor realista, mas o seu realismo é de um tipo particular, diferente do realismo socialista que marcou a estética oficial soviética. Seu herói, diversamente do herói proletário, positivo, presente na literatura soviética, é, no dizer de Benjamin, um “herói surrado”, um personagem contraditório, privado de consciência de classe (possuindo, ao invés, um *instinto de classe*, como Schwejk). Seu realismo, “amplo e político, liberal no estético, soberano em relação às convenções” (Brecht apud Bornheim, 1992, p. 363), difere, por outro lado, do de Lukács, muito preso, segundo Brecht, “a modelos literários” e “técnicas narrativas determinadas”.

4 Nesse momento em que a intelectualidade de esquerda se distanciava criticamente do stalinismo, Brecht foi questionado por figuras, como Hannah Arendt, por ter se “instalado em Berlim-Leste, onde podia ver, dia após dia, o que significava para o povo viver sob um regime comunista” (1991, p. 250). O fato é que as autoridades norte-americanas lhe recusaram o visto para a Alemanha Ocidental. A Guerra Fria não lhe deixou como opção senão Berlim-Leste, onde, apesar dos problemas com a censura e a burocracia, recebeu prêmios importantes do governo, estabeleceu a sua companhia e obteve uma casa de espetáculos. Em seus *Escritos sobre teatro*, ele justifica a sua posição: “Moro atualmente num país onde


em sua arte o encontro da intenção política com o espírito de vanguarda. Opondo-se, por um lado, ao formalismo que via nas imagens estéticas fechadas e no repúdio à comunicação discursiva um potencial emancipatório mais genuíno, e por outro ao realismo socialista do período soviético³, cuja ênfase recaía sobre o conteúdo em detrimento da forma, o teatro de Brecht é um teatro político tanto pelo que diz quanto pela maneira extremamente inovadora e subversiva como o diz. Brecht criou uma forma dramática que revela ao público o caráter mistificado das ideias da dominação, desnudando o mundo para a plateia a fim de que “ela por sua vez pudesse colocar as mãos sobre o mundo” (BRECHT apud SLATER, 1978, p. 189). Nisso consiste, veremos a seguir, a genialidade de seu teatro épico.

Os que falam e os que ouvem

Brecht, disse Hannah Arendt, viveu em “tempos sombrios”: o das duas grandes guerras mundiais entremeadas pelo período de ascensão do nazismo. Em 1919, filiou-se ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha. Em 1923, quando Hitler tentou o fracassado *putsch* de Munique, o poeta se encontrava na lista dos primeiros que deveriam ser detidos. Em 1933, quando finalmente eclodiu o “ovo da serpente”, Brecht deixou o país com Helene Weigel e o filho. Iniciou-se um longo período de exílio com os nazistas em seu encalço: Praga, Viena, Zurique, Paris, Copenhague, Helsinque, Moscou, Califórnia. Este é, certamente, o período mais fértil de sua dramaturgia. Em 1947, após ter comparecido diante do Comitê de Atividades Antiamericanas, foi expulso dos EUA, acusado de fazer apologia do sistema comunista. Voltou à Europa e em 1949 se instalou na Alemanha, onde fundou o Berliner Ensemble e seguiu trabalhando, do lado oriental de Berlim⁴, para a transformação do mundo. A ele bem se aplica o seu famoso poema “Os que lutam”:

Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém, há os que lutam toda a vida,
Estes são os imprescindíveis.

Foi no campo da estética, particularmente no terreno das artes cênicas, que Brecht travou a sua luta, colocando-se basicamente como tarefa a crítica e desconstrução da ideologia burguesa. Nesse terreno, investiu contra a dramaturgia tradicional como forma de comunicação, combatendo implacavelmente a empatia aristotélica, que garante ao drama o poder encantatório de produzir o envolvimento emocional do público com os heróis e, conseqüentemente, a identificação dos que ouvem com as ideias e valores dos que falam.



está se efetivando um esforço gigantesco para modificar a sociedade. Podem condenar os meios e processos - espero, aliás, que os conheçam de fato, e não através dos jornais (...) -, não hão, porém, de pôr em dúvida que, no país onde vivo, se trabalha para a modificação do mundo, para a modificação do convívio dos homens. E talvez concordem comigo que o mundo de hoje precisa de uma transformação" (1978, p. 6).


O teatro épico de Brecht é responsável pela quebra do que se chamou de "quarta parede", uma parede imaginária que separa os atores da plateia, os falantes dos ouvintes, interpondo-se entre os sujeitos, convertendo uma das partes em objeto. Uma barreira semelhante à que garante, nos cultos, a apassivação do crente; e, na radiodifusão, o silêncio das massas diante dos meios de informação. Embora o público possa ver através dessa parede invisível, os atores agem como se ele não estivesse lá, focam sua atenção no drama como se estivessem "sozinhos em público" (Stanislavski). Essa "parede" funciona como uma espécie de filtro que deixa livre o fluxo da ideologia (das ideias e da emoção) somente em um sentido, do palco para a plateia. Ela impede o público de participar ativamente, mantendo afastado da cena o seu pensamento crítico e as suas próprias emoções, mas não impede que a sua consciência seja afetada, no sentido contrário, pelo espetáculo.

Esse tipo de relação comunicativa em que apenas um dos lados fala, enredando sentimentalmente o auditório, engendra a ilusão de que o mundo encenado é o mundo real e de que as ideias e valores transmitidos são universais, inquestionáveis. O espectador, que sequer é tratado como sujeito, é incapaz de um distanciamento crítico em relação à cena representada. "Por toda a parte, as coisas que aparecem são de uma evidência de si tão grande que não precisamos fazer esforço para sua compreensão. Os homens encaram tudo como um dado preestabelecido" (BRECHT, 1978, p. 116).

Com o surgimento do palco italiano na Renascença tardia, a separação entre os que falam e os que ouvem se impõe numa medida desconhecida em toda a história dos espetáculos. A partir desse momento, observa Bornheim, "o público, sentado no escuro, limita-se a um silêncio passivo que se contrapõe à luz, à ação, ao pensamento". O palco passa a exercer as funções do sujeito, definindo aquilo que o objeto, ou o público, é (1992, p. 198 *et passim*). Diversamente, por exemplo, das festas populares, como o carnaval de rua antigo, em que não havia, ou era menos nítida essa dicotomia sujeito-objeto, o espetáculo burguês restringe a autonomia e a possibilidade de resposta por parte do público. Assim como na moderna comunicação de massa, é praticamente absoluto o poder do falante sobre o ouvinte. Falar- é um ato unilateral, observa Sodré, referindo-se à radiodifusão. "Sua regra de ouro é silenciar ou manter à distância o interlocutor. (...) O que a caracteriza é a sua *não-comunicação*, entendendo-se comunicação como troca, reciprocidade de discursos" (1986, p. 25). É fundamentalmente contra essa forma unilateral de relação social que Brecht se volta em suas peças teatrais. O poema "O teatro, casa dos sonhos" (2000, p. 240), explicita essa crítica ao teatro burguês, compreendido como um lugar de apassivamento, consolo, fuga e esquecimento do mundo real.

Muitos vêem o teatro como casa

De produção de sonhos. Vocês atores são vistos



Como vendedores de drogas. Em seus locais escurecidos

As pessoas se transformam em reis e realizam
Atos heróicos sem perigo. Tomado de entusiasmo
Consigo mesmo ou de compaixão por si mesmo
Fica-se sentado, em feliz distração esquecendo
As dificuldades do dia-a-dia - um fugitivo.

Todo tipo de fábulas preparam com mãos hábeis, de modo a

Mexer com nossas emoções.

(...)

Muitos, é verdade

Vêm essa atividade como inocente. Na mesquinhez

E uniformidade de nossas vidas, dizem, sonhos

São bem-vindos. Como suportar

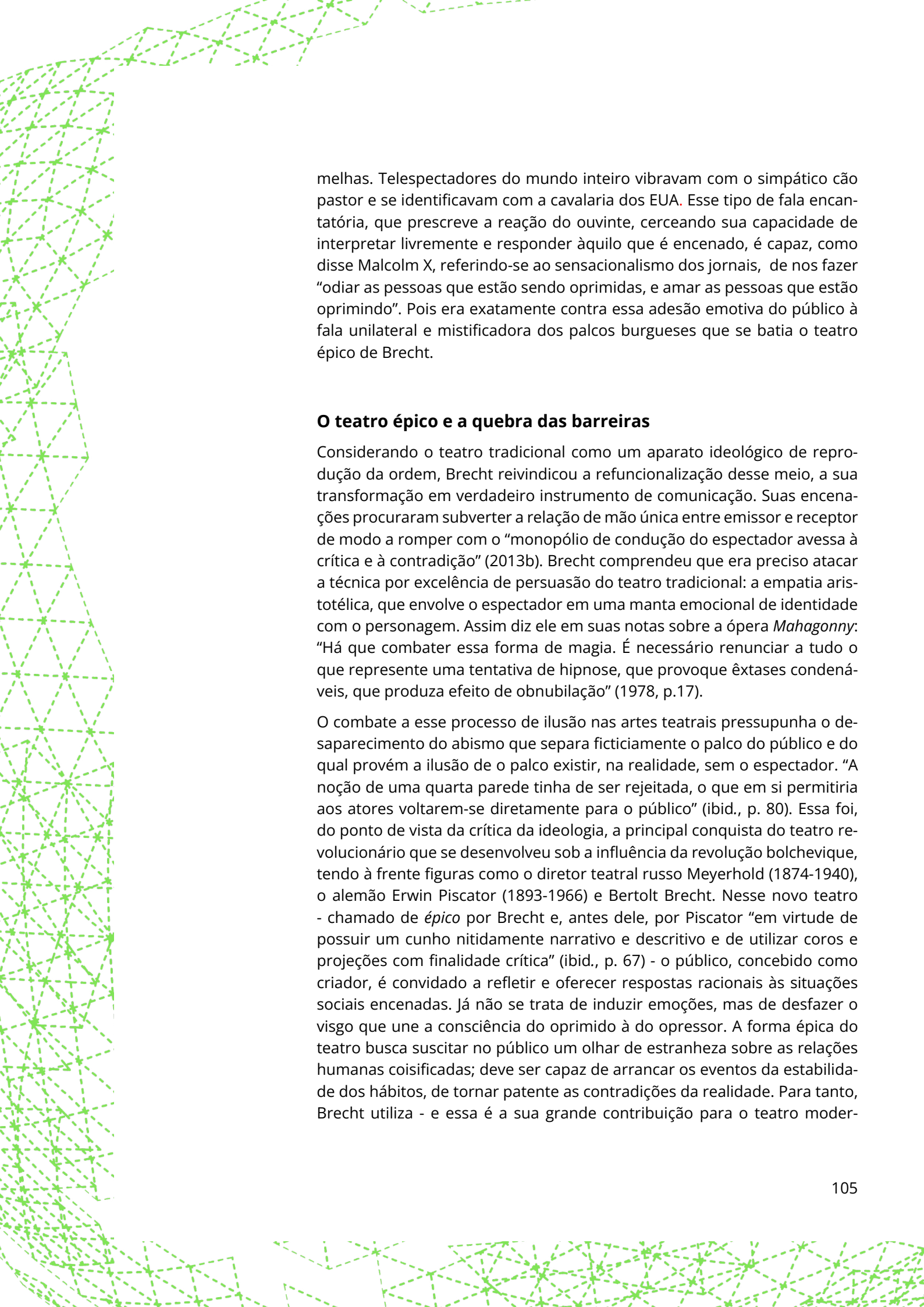
Sem sonhos? Mas assim, atores, seu teatro torna-se

Uma casa onde aprende-se a suportar

A vida mesquinha e uniforme (...).

Nessa casa de sonhos, diz Brecht em seu “Pequeno Organon para o teatro” (1978), o público é transformado numa “intimidada massa crente, fascinada”, que deseja “usufruir emoções bem determinadas. O que lhe interessa é poder substituir um mundo contraditório por outro harmonioso, um mundo que conhece mal por um mundo onírico”. Sabedor desses desejos, o construtor de intrigas domina a técnica de “mexer com as emoções” do público. Técnicas tão eficazes, assinala Umberto Eco, que “mesmo com um coração de pedra, a gente não escaparia provavelmente ao tributo emotivo que essas fábulas requerem” (1993, p. 13). Isso por uma razão simples, diz ele: dramas como *Love Story* são concebidos para fazer chorar; outros, para proporcionar a satisfação da vingança consumada, da vitória do bem contra o mal. De um modo geral, o melodrama romântico, cujo exemplo extremo talvez sejam as novelas televisivas, obedecem a fórmulas capazes de causar fortes sensações. É impossível, diz Eco, comer um bombom de mel e pretender sentir gosto de sal. «A química não se engana jamais. Ora, existe também uma química das emoções, e, segundo uma tradição ancestral, uma intriga bem urdida é um componente gerador de emoções» (ibid.).

Conhecida como a “fábrica de sonhos”, Hollywood é certamente o lugar onde melhor se produz essa química também chamada de “magia do entretenimento”. Seu público é levado a salivar, como as cobaias de Pavlov, diante das telas hipnóticas do cinema e da televisão. Quem foi criança nos anos 1970 certamente se lembra do cachorro racista Rin-tin-tin, que ao comando do cabo Rusty - *Yo ho, Rinty!* - avançava sobre os temíveis peles-ver-



melhas. Telespectadores do mundo inteiro vibravam com o simpático cão pastor e se identificavam com a cavalaria dos EUA. Esse tipo de fala encantatória, que prescreve a reação do ouvinte, cerceando sua capacidade de interpretar livremente e responder àquilo que é encenado, é capaz, como disse Malcolm X, referindo-se ao sensacionalismo dos jornais, de nos fazer “odiar as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as pessoas que estão oprimindo”. Pois era exatamente contra essa adesão emotiva do público à fala unilateral e mistificadora dos palcos burgueses que se batia o teatro épico de Brecht.

O teatro épico e a quebra das barreiras

Considerando o teatro tradicional como um aparato ideológico de reprodução da ordem, Brecht reivindicou a refuncionalização desse meio, a sua transformação em verdadeiro instrumento de comunicação. Suas encenações procuraram subverter a relação de mão única entre emissor e receptor de modo a romper com o “monopólio de condução do espectador avessa à crítica e à contradição” (2013b). Brecht compreendeu que era preciso atacar a técnica por excelência de persuasão do teatro tradicional: a empatia aristotélica, que envolve o espectador em uma manta emocional de identidade com o personagem. Assim diz ele em suas notas sobre a ópera *Mahagonny*: “Há que combater essa forma de magia. É necessário renunciar a tudo o que represente uma tentativa de hipnose, que provoque êxtases condenáveis, que produza efeito de obnubilação” (1978, p.17).

O combate a esse processo de ilusão nas artes teatrais pressupunha o desaparecimento do abismo que separa ficticiamente o palco do público e do qual provém a ilusão de o palco existir, na realidade, sem o espectador. “A noção de uma quarta parede tinha de ser rejeitada, o que em si permitiria aos atores voltarem-se diretamente para o público” (ibid., p. 80). Essa foi, do ponto de vista da crítica da ideologia, a principal conquista do teatro revolucionário que se desenvolveu sob a influência da revolução bolchevique, tendo à frente figuras como o diretor teatral russo Meyerhold (1874-1940), o alemão Erwin Piscator (1893-1966) e Bertolt Brecht. Nesse novo teatro - chamado de *épico* por Brecht e, antes dele, por Piscator “em virtude de possuir um cunho nitidamente narrativo e descritivo e de utilizar coros e projeções com finalidade crítica” (ibid., p. 67) - o público, concebido como criador, é convidado a refletir e oferecer respostas racionais às situações sociais encenadas. Já não se trata de induzir emoções, mas de desfazer o visgo que une a consciência do oprimido à do opressor. A forma épica do teatro busca suscitar no público um olhar de estranheza sobre as relações humanas coisificadas; deve ser capaz de arrancar os eventos da estabilidade dos hábitos, de tornar patente as contradições da realidade. Para tanto, Brecht utiliza - e essa é a sua grande contribuição para o teatro moder-

5 *Verfremdung* pode ser traduzido como “alienação”, mas não se confunde com *Entfremdung*, que é o termo marxista que expressa alienação econômica.

no - o *efeito de distanciamento* ou de *estranhamento* (*Verfremdungseffekt* ou *V-Effect*).⁵ “Distanciar um acontecimento ou um caráter significa antes de tudo retirar do acontecimento ou do caráter aquilo que parece o óbvio, o conhecido, o natural, e lançar sobre eles o espanto e a curiosidade” (BRECHT apud BORNHEIM, 1992, p. 243).

Para que as situações sociais corriqueiras não apareçam aos espectadores como naturais, é preciso apresentar os acontecimentos sociais nas suas relações causais, encenar “os processos por trás dos processos, aqueles que estão encobertos e devem ser descobertos, a partir dos quais o que é observado como usual pode ser considerado como estranho” (2013b). Mais do que nas peças escritas, é na encenação que se produz esse efeito de estranhamento. Para criá-lo, o tratamento épico recorre a uma técnica de atuação e a um conjunto de recursos - coro, canções, letreiros, projeções, arquitetura cênica, etc. - no sentido de paralisar o fluxo envolvente das ações e mostrar o que nelas há de estranho apesar de seu caráter habitual, trivial. Com essa finalidade, os atores interrompem constantemente a ação, dirigindo-se diretamente ao público, comentando as situações ou fornecendo explicações sobre o sentido do que está acontecendo em cena. Em momento algum eles devem transformar-se completamente na sua personagem. Seus “sentimentos pessoais não devem ser os mesmos da personagem respectiva, para que os do público não se tornem também, em princípio, os da personagem (BRECHT, 1978, p. 118). O distanciamento consiste na técnica de manter separados esses elementos.

Para se produzir o efeito de distanciamento, diz Brecht, “é necessário, que, em tudo o que o ator mostre ao público, seja nítido o gesto de mostrar” (ibid, p. 79); é preciso que, por trás dos papéis, os atores permaneçam visíveis como aqueles que os encenam. Esse traço fundamental do épico é tematizado em um de seus poemas, “O mostrar tem que ser mostrado” (2000, p. 241):

A atitude de mostrar deve ser a base de todas as atitudes

Eis o exercício: antes de mostrarem como

Alguém comete uma traição, ou é tomado pelo ciúme

Ou conclui um negócio, lancem um olhar


À platéia, como se quisessem dizer:

Agora prestem atenção, agora ele trai e o faz deste modo.

Assim ele fica quando o ciúme o toma, assim ele age

Quando faz negócio.

Ao mostrar que está mostrando, o ator desfaz a confusão entre o teatro e a realidade. Fica claro para o espectador de que se trata de uma representação. O real representado já não se mostra como algo dado, autoevidente,



6 As canções compostas por Brecht em parceria com Kurt Weill, Hans Eisler e outros, cantadas por ele próprio, Ernst Busch e Helene Weigel em tavernas e em grandes restaurantes, tinham um caráter narrativo e ocuparam um lugar central em sua dramaturgia. Algumas delas como "Mack the knife" da *Ópera dos três vinténs* transbordaram o âmbito teatral, tornando-se clássicos da canção universal. Sobre as canções de agitação de Brecht, cf. Slater, 1978; Peixoto, 1974.

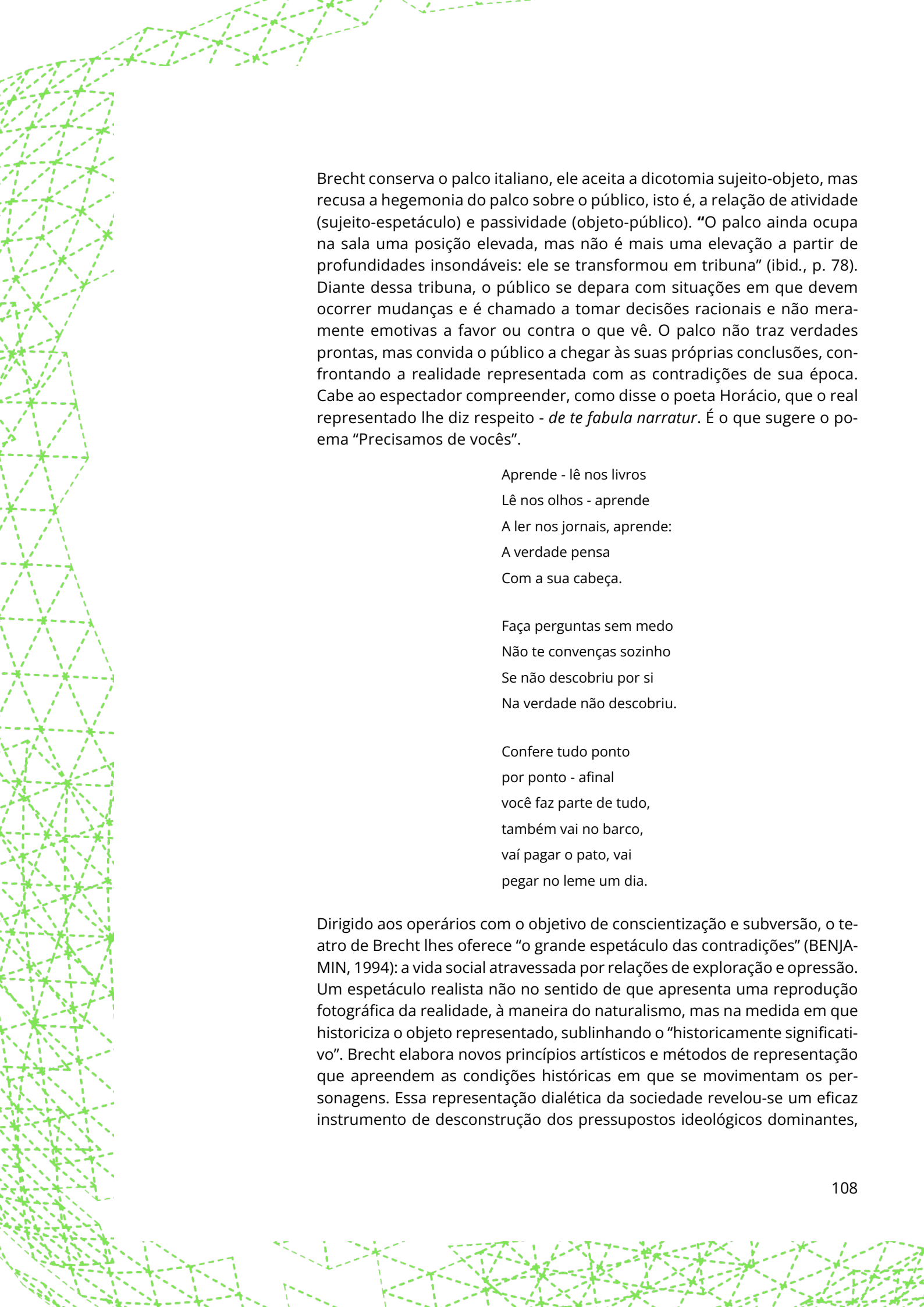
mas como um processo histórico no qual os homens são sujeitos ativos e que, por isso, pode ter diferentes desfechos. Esse era um ponto fundamental para Brecht. Seu teatro dialético buscou mostrar como o mundo é passível de ser modificado por meio da ação consciente. Para tanto, pedia a seus intérpretes uma atuação descritiva, crítica e sugestiva. Cobrava-lhes que descobrissem nos ensaios um conjunto de *gestus* que revelassem o personagem em seu contexto social específico.

Para esse teatro essencialmente narrativo, a interrupção da ação está no primeiro plano. Quando se interrompe por um instante o fluxo dos acontecimentos, paralisando a cadência que embala o público, permite-se o assombro do espectador diante do quadro que, momentaneamente livre da neblina do sonho, se faz social. É a esse emolduramento episódico da ação que se refere Walter Benjamin em seu estudo sobre Brecht, *Que é o teatro épico* (1994, p. 89): "Quando o fluxo real da vida é represado, imobilizando-se, essa interrupção é vivida como se fosse um refluxo: o assombro é esse refluxo". Esse espanto provocado pela contemplação do processo histórico, dialético, "em estado de repouso" - acompanha a tomada de consciência, arrancando as coisas das suas rotinas desgastantes e tornando-as estranhas como se estivessem sendo vistas pela primeira vez.

Nesse breve represamento da existência, "reside a função formal das canções brechtianas", com seus estribilhos rudes e dilacerantes" (ibid., p. 80). Já não se trata de utilizar a música para "criar estados de alma que facilitem ao público abandonar-se irresistivelmente aos acontecimentos em cena" (BRECHT, 1978, p. 132), mas de favorecer uma atitude crítica por parte do espectador. Também a cenografia, recusando a ilusão de um quarto ou de uma paisagem, deve evitar que o público seja transportado para dentro da ação. O cenário precisa expor toda sua estrutura técnica, deixando claro que aquilo é teatro, e não a realidade. Daí o recurso também a títulos, cartazes e montagens cinematográficas, que interrompem a ação de maneira a impedir o enredamento sentimentalista do espectador na trama. Um teatro que tudo extrai do *gesto* não pode prescindir tampouco da coreografia. «A elegância de um movimento e a graça de determinada disposição coreográfica são, já em si, efeitos de distanciamento» (ibid.). Combate-se assim de diferentes maneiras a magia do teatro.

Por meio dessas técnicas, o teatro de Brecht altera fundamentalmente as relações entre o palco e o público. Não pretende aliciar pelo sentimento os indivíduos, mas organizá-los em uma grande massa de ouvintes e pensantes. Para seu público, diz Benjamin,

o palco não se apresenta sob a forma de tábuas que significam o mundo (ou seja, como um espaço mágico), e sim como uma sala de exposição, disposta num ângulo favorável. Para seu palco, o público não é mais um agregado de cobaias hipnotizadas, e sim uma assembleia de pessoas interessadas" (1994, p. 79).



Brecht conserva o palco italiano, ele aceita a dicotomia sujeito-objeto, mas recusa a hegemonia do palco sobre o público, isto é, a relação de atividade (sujeito-espetáculo) e passividade (objeto-público). “O palco ainda ocupa na sala uma posição elevada, mas não é mais uma elevação a partir de profundidades insondáveis: ele se transformou em tribuna” (ibid., p. 78). Diante dessa tribuna, o público se depara com situações em que devem ocorrer mudanças e é chamado a tomar decisões racionais e não meramente emotivas a favor ou contra o que vê. O palco não traz verdades prontas, mas convida o público a chegar às suas próprias conclusões, confrontando a realidade representada com as contradições de sua época. Cabe ao espectador compreender, como disse o poeta Horácio, que o real representado lhe diz respeito - *de te fabula narratur*. É o que sugere o poema “Precisamos de vocês”.

Aprende - lê nos livros
Lê nos olhos - aprende
A ler nos jornais, aprende:
A verdade pensa
Com a sua cabeça.

Faça perguntas sem medo
Não te convenças sozinho
Se não descobriu por si
Na verdade não descobriu.

Confere tudo ponto
por ponto - afinal
você faz parte de tudo,
também vai no barco,
vai pagar o pato, vai
pegar no leme um dia.

Dirigido aos operários com o objetivo de conscientização e subversão, o teatro de Brecht lhes oferece “o grande espetáculo das contradições” (BENJAMIN, 1994): a vida social atravessada por relações de exploração e opressão. Um espetáculo realista não no sentido de que apresenta uma reprodução fotográfica da realidade, à maneira do naturalismo, mas na medida em que historiciza o objeto representado, sublinhando o “historicamente significativo”. Brecht elabora novos princípios artísticos e métodos de representação que apreendem as condições históricas em que se movimentam os personagens. Essa representação dialética da sociedade revelou-se um eficaz instrumento de desconstrução dos pressupostos ideológicos dominantes,

7 “Necessidade da propaganda” (dos *Poemas de Svendborg*), trad. Paulo César de Souza. In: *Poemas 1913-1956* (2000, p. 195).

8 “Dificuldade de governar” (dos *Poemas de Svendborg*), trad. Paulo César de Souza. In: *Poemas 1913-1956* (2000, p. 194).

9 “Expulso por um bom motivo” (dos *Poemas de Svendborg*), trad. Paulo César de Souza. In: *Poemas 1913-1956* (2000, p. 210).

rasgando o véu da reificação, tornando transparente a retórica dos poderosos, notadamente a propaganda nazista de Joseph Goebbels e Adolf Hitler:

É possível que em nosso país nem tudo ande como deveria andar

Mas ninguém pode negar que a propaganda é boa.

Mesmo os famintos devem admitir

Que o Ministério da Alimentação fala bem.⁷

À fala dos governantes e empresários sobre a “dificuldade de governar” e a necessidade de se deixar o governo do país e o controle da produção na mão de doutores e “espíritos iluminados como o *Führer*”, e não na dos trabalhadores, ele responde:

É possível que

Governar seja tão difícil

Apenas porque a fraude e a exploração

Exigem algum aprendizado?⁸

Tendo compreendido com “os clássicos” (assim ele se referia a Marx, Engels e Lenin) o segredo do caráter fetichista das ideias dominantes, o poeta o revela à classe trabalhadora. Como um intelectual orgânico, nos termos de Gramsci, Brecht liga-se aos de baixo por meio de uma instituição de classe, o teatro proletário, um espaço de diálogo e aprendizado, onde os sujeitos ouvem e falam.

Sim, eu conto os seus segredos. Fico

Entre o povo e explico

Como eles trapaceiam,

E digo o que virá, pois

Estou instruído em seus planos.

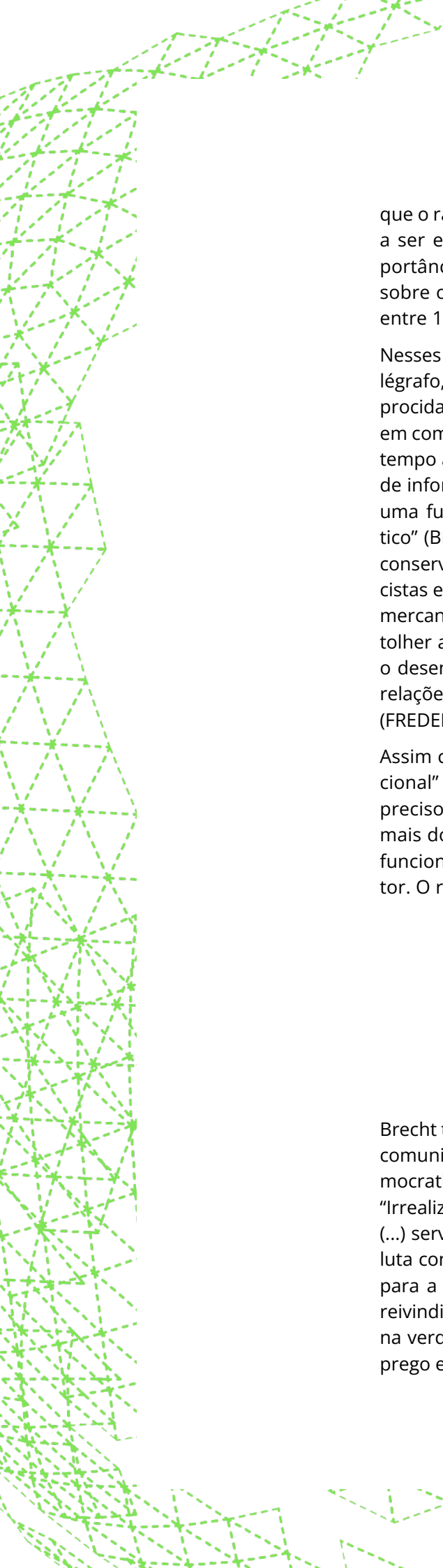
O latim de seus clérigos corruptos

Traduzo palavra por palavra em linguagem comum, então

Ele se revela uma farsa.⁹

O trabalho de Brecht no rádio

A busca por novas formas de comunicação que possibilitassem ao espectador uma atitude analítica, crítica e participativa sempre esteve no centro das preocupações políticas e estéticas de Brecht. Em suas experiências radiofônicas, observa-se a mesma intenção do teatro épico de romper com a hegemonia do falante sobre o ouvinte. “Em ambas as intervenções encontra-se o apelo à participação, o incentivo para que o mundo do trabalho tome a palavra” (Frederico, 2016, p.111). No momento mesmo em



que o rádio despontava como meio de comunicação de massa e começava a ser explorado econômica e politicamente, Brecht compreendeu a importância de se lutar por um uso revolucionário do meio. Suas reflexões sobre o rádio estão sintetizadas num conjunto de breves artigos escritos entre 1927 e 1932.

Nesses artigos, Brecht observa que o rádio nasceu, como substituto do telégrafo, com o potencial de permitir a interação entre os homens, a reciprocidade de discursos. Por meio dele seria possível colocar a sociedade em comunicação. No entanto, essa possibilidade não se concretizou. Pouco tempo após a sua criação, o rádio passou a funcionar como um dispositivo de informação unilateral. Nas mãos dos grupos dominantes, logo assumiu uma função comercial, operando como uma espécie de “armazém acústico” (BRECHT, 2016), ao mesmo tempo em que se prestou a uma política conservadora, tendo sido utilizado com muita eficiência pelos regimes fascistas e liberais. Instrumentalizadas pelos monopólios e submetida à lógica mercantil, a nova tecnologia de comunicação transformou-se em meio de tolher a consciência das massas. “As possibilidades da técnica, ou melhor, o desenvolvimento das forças produtivas, encontrava-se bloqueado pelas relações de produção e sua expressão jurídica, as relações de propriedade” (FREDERICO, 2016, p. 117).

Assim como o fez com o teatro, Brecht reivindicou a “transformação funcional” do rádio segundo os interesses da comunicação proletária. Era preciso, segundo ele, subverter o *medium* como forma de relação social: mais do que permitir a veiculação de conteúdos revolucionários, essa refuncionalização permitiria uma participação ativa do ouvinte como produtor. O rádio seria, assim,

o maior aparato de comunicação imaginável para a vida pública, isto é, poderia ser uma rede maciça se visasse claramente não apenas transmitir, mas também receber, fazendo o ouvinte falar, não o isolando como objeto passivo, mas colocando-o em contato ativo com outros ouvintes-falantes. O rádio, segundo nossa concepção, deveria ser mais que um transmissor: deveria organizar o ouvinte como transmissor (BRECHT apud SLATER, 1978, p. 198).

Brecht tinha consciência de que a verdadeira democratização dos meios de comunicação seria algo impossível sob o capitalismo. Como pretender democratizar as armas que garantem as relações de produção e propriedade? “Irrealizáveis nessa ordem social, realizáveis numa outra, essas propostas (...) servem à propagação e formação dessa outra ordem” (2016, p. 126). A luta contra o monopólio da fala é fundamental na medida em que aponta para a superação do modo de produção burguês e de sua ideologia. Ao reivindicar a refuncionalização do aparato de informação, Brecht pretendia, na verdade, “abalar a base social desse aparato, e desacreditar o seu emprego em função do interesse de poucos” (2016, p. 126).

10 "As novas eras". In: *Poemas 1913-1956* (2000, p. 294).

Precursor da luta pela democratização da comunicação de massa, o poeta tinha plena consciência de que, no mundo burguês,

Das velhas antenas vêm as velhas tolices.

A sabedoria é transmitida de boca em boca.¹⁰

Alienação e ideologia

Brecht, como foi dito, é tributário da noção marxiana de ideologia, compreendida como falsa consciência da realidade. Essa ideia de uma consciência falseada, distorcida está presente já na primeira frase de *A ideologia alemã* (1987): "Até o presente, os homens sempre fizeram falsas representações sobre si mesmos, sobre o que são ou deveriam ser". Em seguida Marx e Engels informam que essa consciência distorcida é, na verdade, uma consciência invertida da realidade: "os produtos de sua cabeça acabaram por se impor à sua própria cabeça. Eles, os criadores, renderam-se às suas próprias criações". As suas ideias lhes aparecem não como criações suas, mas como ideias autônomas, transcendentais, capazes de determinar a sua vida. O homem criou Deus e se curvou diante de suas criação; ele criou, historicamente, valores morais e passou a acreditar que esses valores eram divinos ou naturais; criou as leis do Estado e acreditou que essas eram leis absolutas, racionais. Em suma, o homem obedece as leis dos deuses que ele próprio criou.

Essas representações invertidas da realidade, as ideias da dominação, possuem, segundo o materialismo histórico, um fundamento terreno: são determinadas por inversões práticas que têm lugar no mundo da produção material, isto é, pela alienação do trabalho humano, que consiste no fato dos indivíduos não se reconhecerem no produto do seu trabalho e nas relações sociais que eles mesmos criam. A questão da ideologia encontra-se, portanto, estreitamente ligada ao problema da alienação humana. Se o homem se curva diante das ideias dominantes - da ideia de Deus ou de Estado, por exemplo -, não se reconhecendo como sujeito, criador de todas as ideias e valores, isso tem a ver com o fato de que ele tampouco se reconhece como criador no seu processo de trabalho. Como disse Marx nas *Teses sobre Feuerbach*, o fato de que os homens projetem nas nuvens um mundo religioso, místico, fantástico "só pode ser explicado a partir do autodilaceramento e pela autocontradição desse fundamento terreno" (1987, p. 12). As ideias dominantes nada mais são do que a expressão, no plano das ideias, dessas relações sociais reificadas, marcadas pelo fenômeno da alienação. A ideologia cristaliza em representações a visão invertida do real.

Daí a dificuldade de se refutar a ideologia dominante, isto é, de se explicar para um homem comum, como o fez Brecht, que ele é sujeito da história: no seu trabalho alienado ele não se percebe como sujeito. A sua experiência concreta cotidiana confirma para ele aquelas ideias invertidas, falseadas.

11 Do poema "O operário em construção" [1956] de Vinicius de Moraes. In: _____. *O operário em construção e outros poemas*. Nova Fronteira, 1983.

12 "Perguntas de um trabalhador que lê" (dos *Poemas de Svendborg*), trad. Paulo César de Souza. In: *Poemas 1913-1956* (2000, p. 166).

E a ideologia, por sua vez, corrobora a percepção que ele tem de si mesmo como objeto, adquirida no mundo do trabalho. Por isso o mundo lhe parece natural, impossível de mudar.

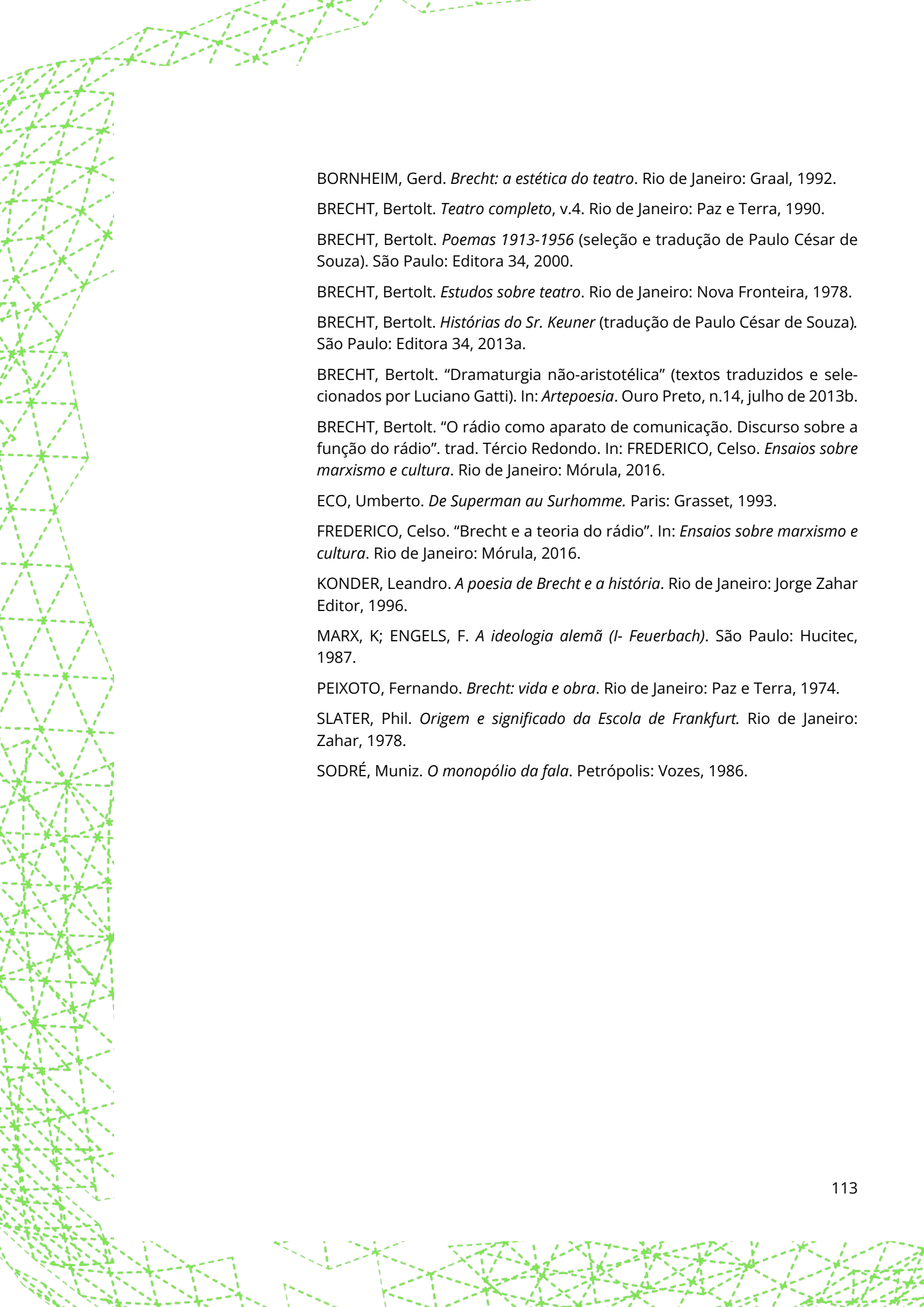
A problemática da alienação humana e de sua superação revolucionária que atravessa as peças de Brecht comparece de forma bastante nítida em um de seus *Poemas de Svendborg*, "Perguntas de um trabalhador que lê". Esse trabalhador lê os livros que lhe contam a história oficial, na perspectiva dos de cima, mas os lê criticamente, com aquele distanciamento proposto por Brecht, indagando sobre o papel desempenhado na história pelos de baixo, os oprimidos e silenciados. Contemplando o real histórico livre da neblina do sonho, o trabalhador constata *assombrado* que "tudo o que existia era ele quem o fazia".¹¹ Agora ele é capaz de falar, reabrindo as questões que estão soterradas por explicações doutrinárias de fundo conservador.

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída -
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas
Da Lima dourada moravam os construtores?
(...)
Cada página uma vitória.
Quem cozinhou o banquete?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?
Tantas histórias.
Tantas questões.¹²

As indagações se sucedem, reavivando "o poder de 'estranhar', que reage às construções ideológicas", observa Leandro Konder (1996). O trabalhador que lê estranha o que é dito nos livros, o que ouve no rádio e assiste nos espetáculos; estranha a fala unilateral dos "grandes homens" e pergunta pelos que não falam, pelos criadores expropriados do seu trabalho, pelos sujeitos apagados da história. E, assim, *arranca a cortina* que oculta as contradições sociais, camufla a luta de classes e encobre o mundo dilacerado pela alienação humana.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hanna. *Homens em tempos sombrios*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BENJAMIN, Walter. "O que é o teatro épico? Um estudo sobre Brecht". In: *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- 
- BORNHEIM, Gerd. *Brecht: a estética do teatro*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- BRECHT, Bertolt. *Teatro completo*, v.4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956* (seleção e tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Editora 34, 2000.
- BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- BRECHT, Bertolt. *Histórias do Sr. Keuner* (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Editora 34, 2013a.
- BRECHT, Bertolt. "Dramaturgia não-aristotélica" (textos traduzidos e selecionados por Luciano Gatti). In: *Artepoesia*. Ouro Preto, n.14, julho de 2013b.
- BRECHT, Bertolt. "O rádio como aparato de comunicação. Discurso sobre a função do rádio". trad. Tércio Redondo. In: FREDERICO, Celso. *Ensaio sobre marxismo e cultura*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- ECO, Umberto. *De Superman au Surhomme*. Paris: Grasset, 1993.
- FREDERICO, Celso. "Brecht e a teoria do rádio". In: *Ensaio sobre marxismo e cultura*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- KONDER, Leandro. *A poesia de Brecht e a história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã (I- Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- PEIXOTO, Fernando. *Brecht: vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- SLATER, Phil. *Origem e significado da Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala*. Petrópolis: Vozes, 1986.

O jornalismo crítico-emancipatório como “arma de combate”: aportes marxistas para a superação do subjetivismo

Critical-emancipatory journalism as a “combat weapon”: marxist contributions to overcoming subjectivism

El periodismo crítico-emancipador como “arma de combate”: aportes marxistas a la superación del subjetivismo

Rafael Bellan Rodrigues de Souza

Professor adjunto do curso de Comunicação Social/Jornalismo, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades e docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Submetido em: 15 mai. 2023

Aprovado em: 09 ago. 2023



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual



Resumo

O atual momento histórico demarca um ponto crucial para a sobrevivência da humanidade. A crise do capital avança sobre suas próprias bases e coloca ao jornalismo como conhecimento novos desafios. Nesse artigo, apresentamos uma crítica ontológica às perspectivas subjetivistas de defesa de um jornalismo ativista, e assinalamos as possibilidades de um jornalismo crítico-emancipatório de inspiração marxista. A abordagem segue a hermenêutica dialética para questionar os norteamientos ideológicos irracionais das teorias subjetivistas do jornalismo. O texto também traz possíveis fundamentos para a práxis noticiosa necessária em tempos de catástrofe.

Palavras-Chave: Jornalismo crítico-emancipatório. Capitalismo. Subjetividade. Marxismo.

Resumen

El momento histórico actual marca un punto crucial para la supervivencia de la humanidad. La crisis del capital avanza sobre sus propias bases y plantea nuevos desafíos al periodismo como conocimiento. En este artículo presentamos una crítica ontológica a las perspectivas subjetivistas en defensa del periodismo activista, y señalamos las posibilidades de un periodismo crítico-emancipador de inspiración marxista. El enfoque sigue la hermenéutica dialéctica para cuestionar las orientaciones ideológicas irracionales de las teorías subjetivistas del periodismo. El texto también trae posibles fundamentos para la necesaria praxis informativa en tiempos de catástrofe.

Palabras clave: Periodismo crítico-emancipador. Capitalismo. Subjetividad. Marxismo.

Abstract

The current historical moment marks a crucial point for the survival of humanity. The capital crisis advances on its own bases and poses new challenges to journalism as knowledge. In this article, we present an ontological critique of the subjectivist perspectives in defense of activist journalism, and outline the possibilities of an emancipatory critical journalism of Marxist inspiration. The approach follows dialectical hermeneutics to question the irrationalist ideological orientations of subjectivist theories of journalism. The text also brings possible foundations for the necessary news praxis in times of catastrophe.

Keywords: Emancipatory critical journalism. Capitalism. Subjectivity. Marxism.

1. Introdução

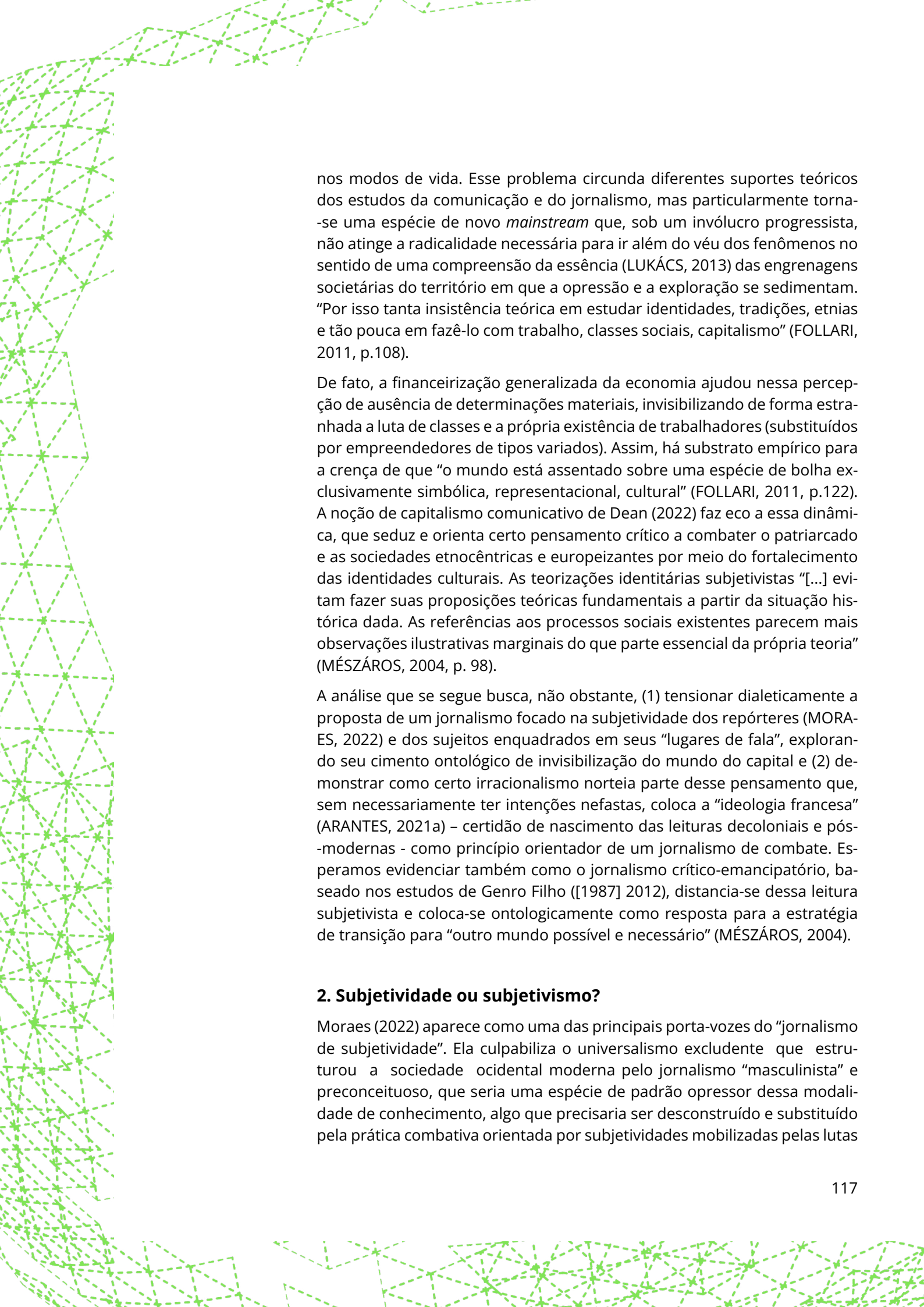
O artigo desenvolve uma crítica ontológica (DUAYER, 2014) às perspectivas subjetivistas de defesa do posicionamento ativista no jornalismo, no sentido de, longe de reafirmar o jornalismo hegemônico liberal, apresentar as possibilidades de um jornalismo crítico-emancipatório de inspiração marxista. Nesse sentido, a abordagem segue a hermenêutica dialética (TERTULIAN, 2008) e com ela buscaremos demonstrar os norteamientos ideológicos dessas perspectivas teóricas subjetivistas, que assentam uma prática jornalística demonstrada como posicionada e combativa, mas que, de um ponto de vista materialista, se mostra aquém do desafio de recompor o papel do jornalismo como conhecimento radicalmente transformador – único capaz de resistir à crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Como aponta Genro Filho (2012), um enfoque marxista do jornalismo deve tecer “uma relação dialética entre o aspecto histórico transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução” (p.23). Além disso, como observa Lukács (2012) o ponto de vista ontológico do ser social trata de “compreender o ser-propriadamente-assim de um complexo fenomênico em conexão com as legalidades gerais que o condicionam e das quais, ao mesmo tempo, ele parece se desviar” (p. 369).

Por mais que pareça incômodo, tal percurso reflexivo não se caracteriza por uma disputa de “campo” científico em busca de posição social e/ou de recursos de fomento, nem tampouco a críticas *ad hominem* a quem quer que seja. Pelo contrário, de forma fraternal visa recolocar a inadiável luta contra a barbárie contemporânea na pauta de debate da comunicação, das teorias do jornalismo e também dos que buscam saídas ao capitalismo pandêmico (ANTUNES, 2021), cuja metástase de catástrofes ambientais já se fazem presentes (FOSTER e SUWANDI, 2021) em um modelo apoiado em fluxos comunicativos (DEAN, 2021) extremamente fetichizados. Além disso, o texto faz honra a um importante legado dos estudos marxistas do jornalismo, visando manter viva as ideias mais rebeldes de Genro Filho (2012).

A crítica ontológica questiona os pressupostos estruturais de uma determinada tradição de pensamento, vai a fundo na avaliação das disputas entre formas de pensamento e teorias, expressando que tais diferenças “[...] dependem no fundo das distintas concepções sobre o ser em que posições controversas se baseiam” (DUAYER, 2014, p.248). A concretude das determinações dos fenômenos merece destaque, assim como a percepção de que muitas das teorias próximas à fenomenologia e aos inúmeros pós-modernismos fixam o mundo do capital como ontologicamente intransponível, contribuindo para a consolidação das coordenadas ideológicas hegemônicas.

Tal diagnóstico envolve a percepção de que setores do pensamento crítico encontraram sua bandeira no multiculturalismo, abandonando as relações econômicas que se articulam decisivamente nas contradições culturais e



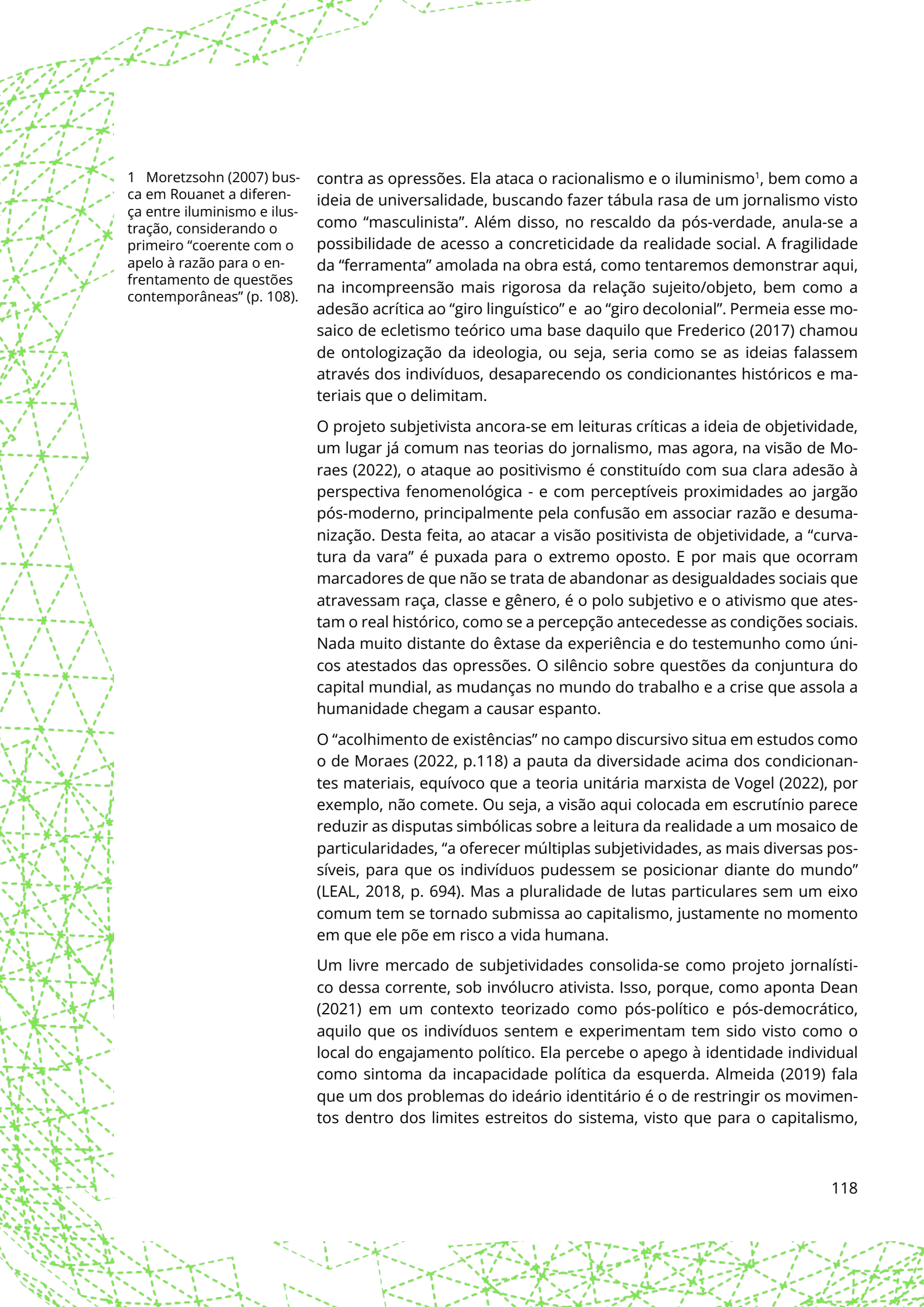
nos modos de vida. Esse problema circunda diferentes suportes teóricos dos estudos da comunicação e do jornalismo, mas particularmente torna-se uma espécie de novo *mainstream* que, sob um invólucro progressista, não atinge a radicalidade necessária para ir além do véu dos fenômenos no sentido de uma compreensão da essência (LUKÁCS, 2013) das engrenagens societárias do território em que a opressão e a exploração se sedimentam. “Por isso tanta insistência teórica em estudar identidades, tradições, etnias e tão pouca em fazê-lo com trabalho, classes sociais, capitalismo” (FOLLARI, 2011, p.108).

De fato, a financeirização generalizada da economia ajudou nessa percepção de ausência de determinações materiais, invisibilizando de forma estranhada a luta de classes e a própria existência de trabalhadores (substituídos por empreendedores de tipos variados). Assim, há substrato empírico para a crença de que “o mundo está assentado sobre uma espécie de bolha exclusivamente simbólica, representacional, cultural” (FOLLARI, 2011, p.122). A noção de capitalismo comunicativo de Dean (2022) faz eco a essa dinâmica, que seduz e orienta certo pensamento crítico a combater o patriarcado e as sociedades etnocêntricas e europeizantes por meio do fortalecimento das identidades culturais. As teorizações identitárias subjetivistas “[...] evitam fazer suas proposições teóricas fundamentais a partir da situação histórica dada. As referências aos processos sociais existentes parecem mais observações ilustrativas marginais do que parte essencial da própria teoria” (MÉSZÁROS, 2004, p. 98).

A análise que se segue busca, não obstante, (1) tensionar dialeticamente a proposta de um jornalismo focado na subjetividade dos repórteres (MORAES, 2022) e dos sujeitos enquadrados em seus “lugares de fala”, explorando seu cimento ontológico de invisibilização do mundo do capital e (2) demonstrar como certo irracionalismo norteia parte desse pensamento que, sem necessariamente ter intenções nefastas, coloca a “ideologia francesa” (ARANTES, 2021a) – certidão de nascimento das leituras decoloniais e pós-modernas - como princípio orientador de um jornalismo de combate. Esperamos evidenciar também como o jornalismo crítico-emancipatório, baseado nos estudos de Genro Filho ([1987] 2012), distancia-se dessa leitura subjetivista e coloca-se ontologicamente como resposta para a estratégia de transição para “outro mundo possível e necessário” (MÉSZÁROS, 2004).

2. Subjetividade ou subjetivismo?

Moraes (2022) aparece como uma das principais porta-vozes do “jornalismo de subjetividade”. Ela culpabiliza o universalismo excludente que estruturou a sociedade ocidental moderna pelo jornalismo “masculinista” e preconceituoso, que seria uma espécie de padrão opressor dessa modalidade de conhecimento, algo que precisaria ser desconstruído e substituído pela prática combativa orientada por subjetividades mobilizadas pelas lutas



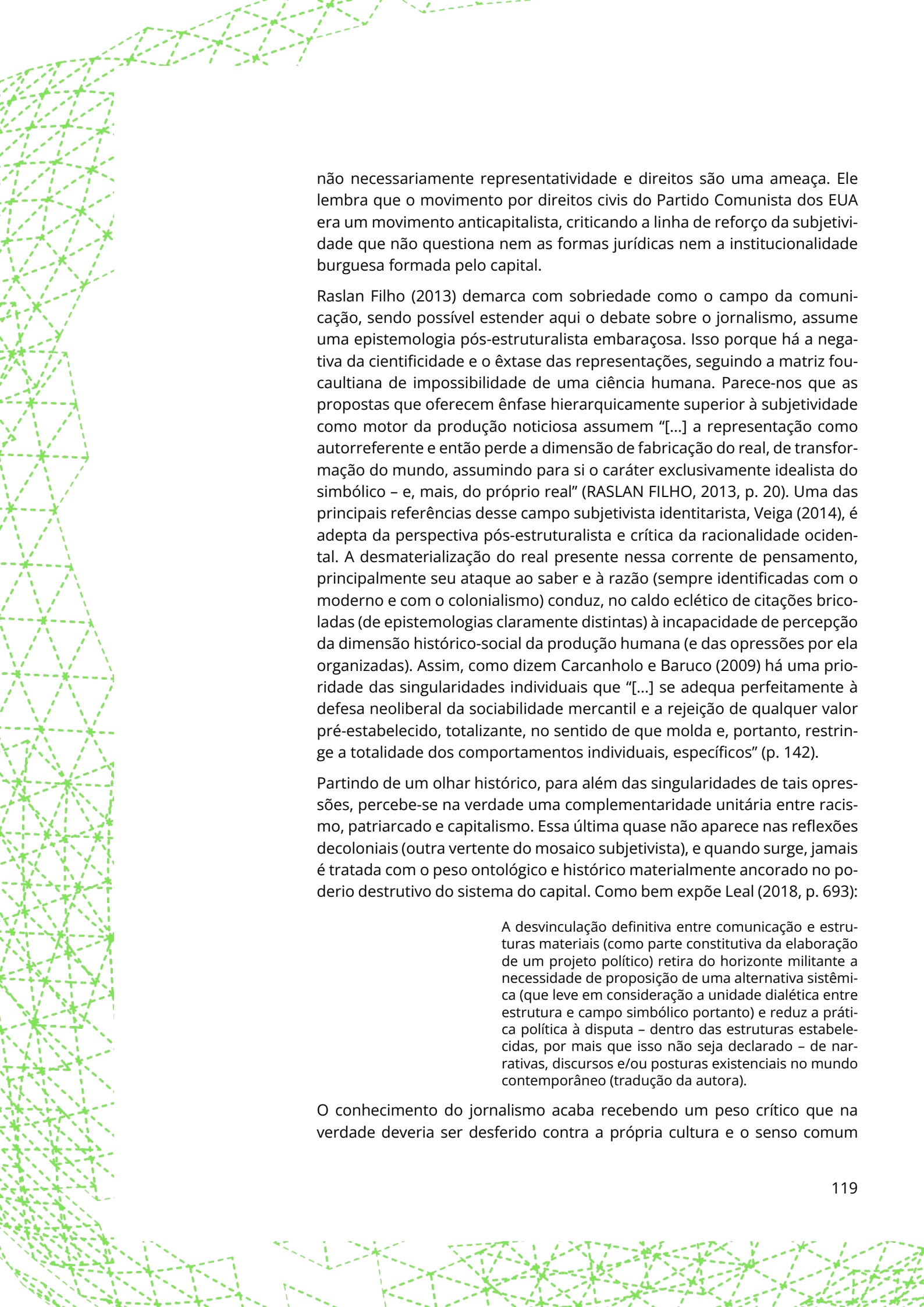
1 Moretzsohn (2007) busca em Rouanet a diferença entre iluminismo e ilustração, considerando o primeiro “coerente com o apelo à razão para o enfrentamento de questões contemporâneas” (p. 108).

contra as opressões. Ela ataca o racionalismo e o iluminismo¹, bem como a ideia de universalidade, buscando fazer tábula rasa de um jornalismo visto como “masculinista”. Além disso, no rescaldo da pós-verdade, anula-se a possibilidade de acesso a concreticidade da realidade social. A fragilidade da “ferramenta” amolada na obra está, como tentaremos demonstrar aqui, na incompreensão mais rigorosa da relação sujeito/objeto, bem como a adesão acrítica ao “giro linguístico” e ao “giro decolonial”. Permeia esse mosaico de ecletismo teórico uma base daquilo que Frederico (2017) chamou de ontologização da ideologia, ou seja, seria como se as ideias falassem através dos indivíduos, desaparecendo os condicionantes históricos e materiais que o delimitam.

O projeto subjetivista ancora-se em leituras críticas a ideia de objetividade, um lugar já comum nas teorias do jornalismo, mas agora, na visão de Moraes (2022), o ataque ao positivismo é constituído com sua clara adesão à perspectiva fenomenológica - e com perceptíveis proximidades ao jargão pós-moderno, principalmente pela confusão em associar razão e desumanização. Desta feita, ao atacar a visão positivista de objetividade, a “curvatura da vara” é puxada para o extremo oposto. E por mais que ocorram marcadores de que não se trata de abandonar as desigualdades sociais que atravessam raça, classe e gênero, é o polo subjetivo e o ativismo que atestam o real histórico, como se a percepção antecedesse as condições sociais. Nada muito distante do êxtase da experiência e do testemunho como únicos atestados das opressões. O silêncio sobre questões da conjuntura do capital mundial, as mudanças no mundo do trabalho e a crise que assola a humanidade chegam a causar espanto.

O “acolhimento de existências” no campo discursivo situa em estudos como o de Moraes (2022, p.118) a pauta da diversidade acima dos condicionantes materiais, equívoco que a teoria unitária marxista de Vogel (2022), por exemplo, não comete. Ou seja, a visão aqui colocada em escrutínio parece reduzir as disputas simbólicas sobre a leitura da realidade a um mosaico de particularidades, “a oferecer múltiplas subjetividades, as mais diversas possíveis, para que os indivíduos pudessem se posicionar diante do mundo” (LEAL, 2018, p. 694). Mas a pluralidade de lutas particulares sem um eixo comum tem se tornado submissa ao capitalismo, justamente no momento em que ele põe em risco a vida humana.

Um livre mercado de subjetividades consolida-se como projeto jornalístico dessa corrente, sob invólucro ativista. Isso, porque, como aponta Dean (2021) em um contexto teorizado como pós-político e pós-democrático, aquilo que os indivíduos sentem e experimentam tem sido visto como o local do engajamento político. Ela percebe o apego à identidade individual como sintoma da incapacidade política da esquerda. Almeida (2019) fala que um dos problemas do ideário identitário é o de restringir os movimentos dentro dos limites estreitos do sistema, visto que para o capitalismo,




não necessariamente representatividade e direitos são uma ameaça. Ele lembra que o movimento por direitos civis do Partido Comunista dos EUA era um movimento anticapitalista, criticando a linha de reforço da subjetividade que não questiona nem as formas jurídicas nem a institucionalidade burguesa formada pelo capital.

Raslan Filho (2013) demarca com sobriedade como o campo da comunicação, sendo possível estender aqui o debate sobre o jornalismo, assume uma epistemologia pós-estruturalista embaraçosa. Isso porque há a negativa da cientificidade e o êxtase das representações, seguindo a matriz foucaultiana de impossibilidade de uma ciência humana. Parece-nos que as propostas que oferecem ênfase hierarquicamente superior à subjetividade como motor da produção noticiosa assumem “[...] a representação como autorreferente e então perde a dimensão de fabricação do real, de transformação do mundo, assumindo para si o caráter exclusivamente idealista do simbólico – e, mais, do próprio real” (RASLAN FILHO, 2013, p. 20). Uma das principais referências desse campo subjetivista identitarista, Veiga (2014), é adepta da perspectiva pós-estruturalista e crítica da racionalidade ocidental. A desmaterialização do real presente nessa corrente de pensamento, principalmente seu ataque ao saber e à razão (sempre identificadas com o moderno e com o colonialismo) conduz, no caldo eclético de citações bricoladas (de epistemologias claramente distintas) à incapacidade de percepção da dimensão histórico-social da produção humana (e das opressões por ela organizadas). Assim, como dizem Carcanholo e Baruco (2009) há uma prioridade das singularidades individuais que “[...] se adequa perfeitamente à defesa neoliberal da sociabilidade mercantil e a rejeição de qualquer valor pré-estabelecido, totalizante, no sentido de que molda e, portanto, restringe a totalidade dos comportamentos individuais, específicos” (p. 142).

Partindo de um olhar histórico, para além das singularidades de tais opressões, percebe-se na verdade uma complementaridade unitária entre racismo, patriarcado e capitalismo. Essa última quase não aparece nas reflexões decoloniais (outra vertente do mosaico subjetivista), e quando surge, jamais é tratada com o peso ontológico e histórico materialmente ancorado no poderio destrutivo do sistema do capital. Como bem expõe Leal (2018, p. 693):

A desvinculação definitiva entre comunicação e estruturas materiais (como parte constitutiva da elaboração de um projeto político) retira do horizonte militante a necessidade de proposição de uma alternativa sistêmica (que leve em consideração a unidade dialética entre estrutura e campo simbólico portanto) e reduz a prática política à disputa – dentro das estruturas estabelecidas, por mais que isso não seja declarado – de narrativas, discursos e/ou posturas existenciais no mundo contemporâneo (tradução da autora).

O conhecimento do jornalismo acaba recebendo um peso crítico que na verdade deveria ser desferido contra a própria cultura e o senso comum



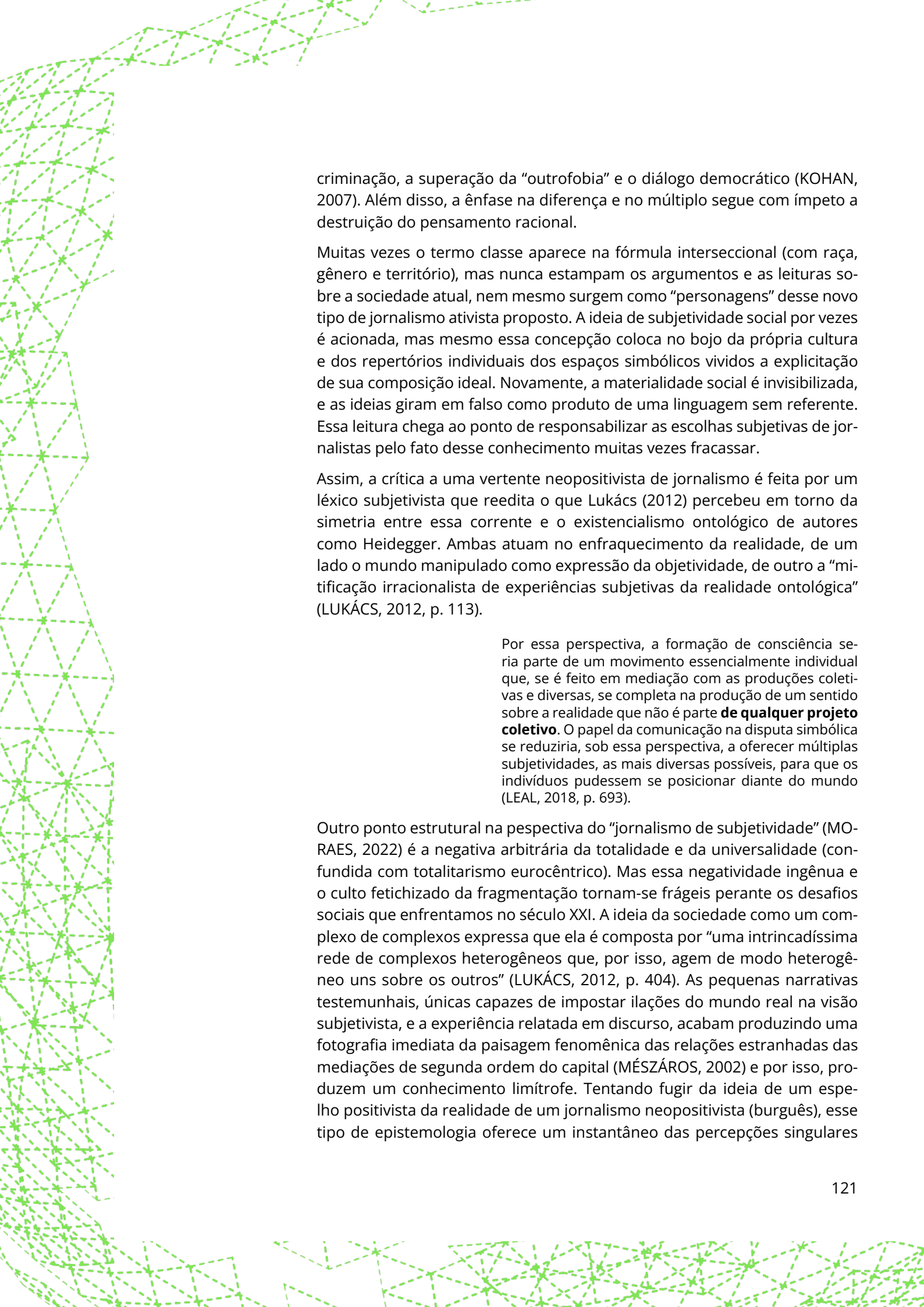
estruturado ideologicamente pelo sistema sociometabólico de reprodução do capital. Joga-se fora rapidamente a materialidade da realidade social e, como num exercício textual, coloca-se em embate as narrativas, em que certo politicismo discursivo substitui a luta de classes. A noção de intersubjetividade, construída por uma ideia de cultura idealista, não consegue perceber como subjetividade e objetividade se constituem dialeticamente, de forma contraditória, já que ser social e sociedade se produzem historicamente.

Em um texto em que Stuart Hall (2016) ainda buscava a construção de uma teoria materialista da cultura e não representações sem referente do caldo pós-estruturalista, ele aponta que os sentidos preferenciais se articulam hegemonicamente aos mapas de sentido predominantes em uma dada sociedade. Mesmo no popular ensaio *Codificação/Decodificação* (HALL, 2003), ele demonstra que há um código dominante e sentidos que estão articulados à materialidade social. Pode-se confirmar empiricamente que a objetividade é branca, machista, racista, etc, mas não porque vêm de cabeças europeias em ações subjetivas que podem ser extintas por decreto textual, mas porque a realidade capitalista instaura concretamente um cotidiano e um senso comum que reproduzem distinções e diferenças reificadas que ajudam a ordem capitalista a manter sua espoliação desumana.

A lógica fetichista do capital combina de forma dialética a privatização da vida cotidiana, o culto à identidade micro e aos guetos, com a expansão totalizante e mundializada dos mercados globais, isto é, a postura pós-moderna com a lógica do capitalismo neoliberal e mundializado (CARCANHOLO e BAROCO, 2009, p. 141).

A exploração e a opressão não podem ser vistas desconectadas, sem uma totalidade orgânica que as incorpore mutuamente. As teorias subjetivistas que desferem sua insurgência e sua militância contra a racionalidade dialética, a totalidade (confundidas com a quimera do iluminismo europeu) e silenciam-se sobre as engrenagens do capitalismo em crise erram o alvo (o jornalismo burguês e a subjetividade estranhada capitalista) e colaboram, sem saber, com a manutenção desse sistema (visto que o neoliberalismo progressista consegue abarcar tais reivindicações fragmentadas).

Negando uma realidade concreta objetiva (sem as distinções entre ontologia orgânica, inorgânica e social) independente da percepção imediata, a subjetividade “desconstruída” aparece como o locus animador das produções jornalísticas combativas de estudos como os de Veiga (2014) e Moraes (2022). Embora as ideias tenham realmente uma autonomia relativa, a ideologia decolonial de horizonte identitário, na verdade, faz parte de uma agenda discursiva e de visibilidade que titubeia na hora de questionar a raiz efetiva dos problemas gerados na totalidade do sistema capitalista. As referências bibliográficas utilizadas revelam tal postura, pois são adeptas mais ou menos declaradas do “giro decolonial” e do “giro linguístico”. Para a maioria dessas leituras o capitalismo pode ser compatível com a não dis-



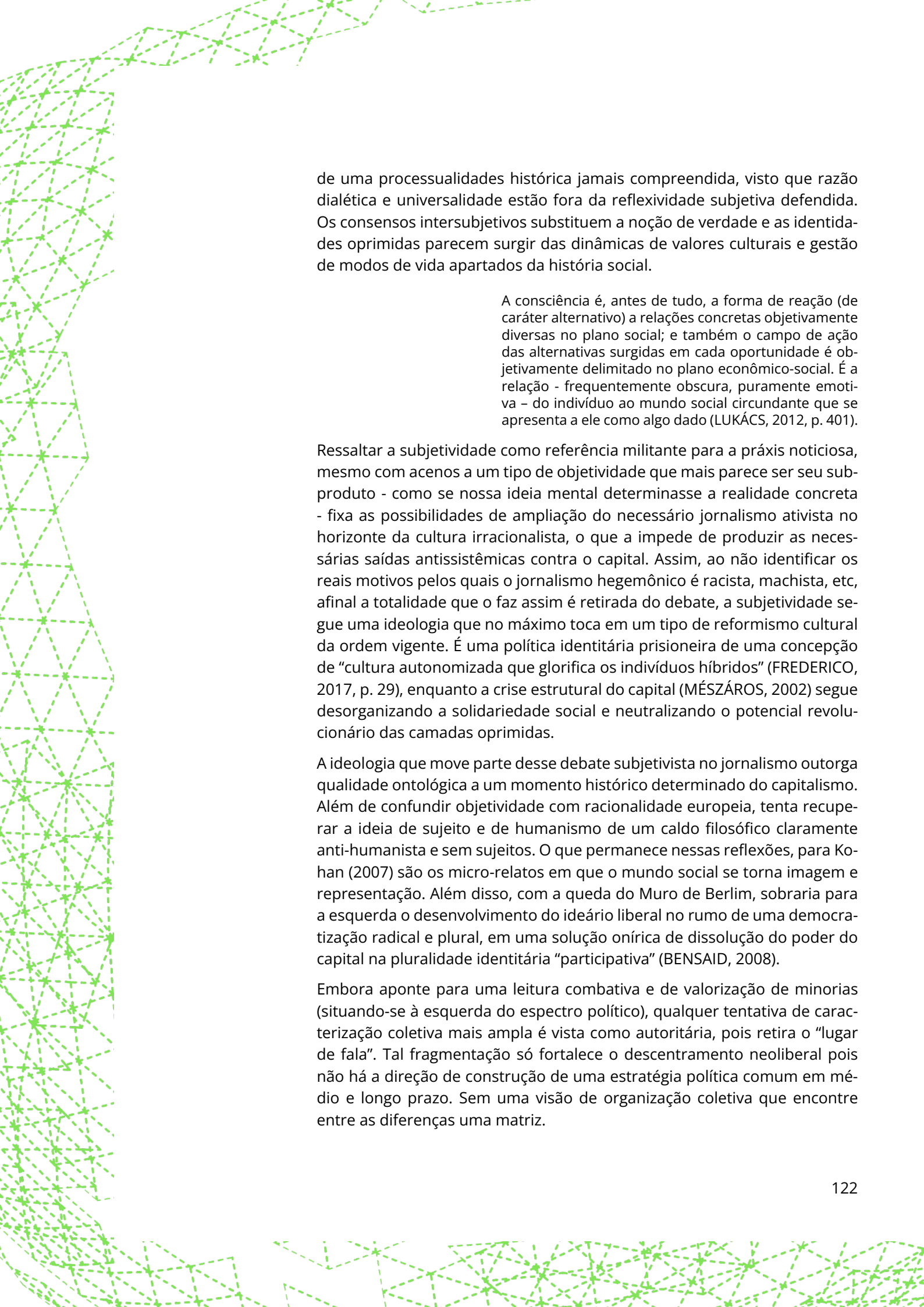
criminação, a superação da “outrofobia” e o diálogo democrático (KOHAN, 2007). Além disso, a ênfase na diferença e no múltiplo segue com ímpeto a destruição do pensamento racional.

Muitas vezes o termo classe aparece na fórmula interseccional (com raça, gênero e território), mas nunca estampam os argumentos e as leituras sobre a sociedade atual, nem mesmo surgem como “personagens” desse novo tipo de jornalismo ativista proposto. A ideia de subjetividade social por vezes é acionada, mas mesmo essa concepção coloca no bojo da própria cultura e dos repertórios individuais dos espaços simbólicos vividos a explicitação de sua composição ideal. Novamente, a materialidade social é invisibilizada, e as ideias giram em falso como produto de uma linguagem sem referente. Essa leitura chega ao ponto de responsabilizar as escolhas subjetivas de jornalistas pelo fato desse conhecimento muitas vezes fracassar.

Assim, a crítica a uma vertente neopositivista de jornalismo é feita por um léxico subjetivista que reedita o que Lukács (2012) percebeu em torno da simetria entre essa corrente e o existencialismo ontológico de autores como Heidegger. Ambas atuam no enfraquecimento da realidade, de um lado o mundo manipulado como expressão da objetividade, de outro a “mitificação irracionalista de experiências subjetivas da realidade ontológica” (LUKÁCS, 2012, p. 113).

Por essa perspectiva, a formação de consciência seria parte de um movimento essencialmente individual que, se é feito em mediação com as produções coletivas e diversas, se completa na produção de um sentido sobre a realidade que não é parte **de qualquer projeto coletivo**. O papel da comunicação na disputa simbólica se reduziria, sob essa perspectiva, a oferecer múltiplas subjetividades, as mais diversas possíveis, para que os indivíduos pudessem se posicionar diante do mundo (LEAL, 2018, p. 693).

Outro ponto estrutural na perspectiva do “jornalismo de subjetividade” (MORAES, 2022) é a negativa arbitrária da totalidade e da universalidade (confundida com totalitarismo eurocêntrico). Mas essa negatividade ingênua e o culto fetichizado da fragmentação tornam-se frágeis perante os desafios sociais que enfrentamos no século XXI. A ideia da sociedade como um complexo de complexos expressa que ela é composta por “uma intrincadíssima rede de complexos heterogêneos que, por isso, agem de modo heterogêneo uns sobre os outros” (LUKÁCS, 2012, p. 404). As pequenas narrativas testemunhais, únicas capazes de impostar ilações do mundo real na visão subjetivista, e a experiência relatada em discurso, acabam produzindo uma fotografia imediata da paisagem fenomênica das relações estranhadas das mediações de segunda ordem do capital (MÉSZÁROS, 2002) e por isso, produzem um conhecimento limítrofe. Tentando fugir da ideia de um espelho positivista da realidade de um jornalismo neopositivista (burguês), esse tipo de epistemologia oferece um instantâneo das percepções singulares



de uma processualidades histórica jamais compreendida, visto que razão dialética e universalidade estão fora da reflexividade subjetiva defendida. Os consensos intersubjetivos substituem a noção de verdade e as identidades oprimidas parecem surgir das dinâmicas de valores culturais e gestão de modos de vida apartados da história social.

A consciência é, antes de tudo, a forma de reação (de caráter alternativo) a relações concretas objetivamente diversas no plano social; e também o campo de ação das alternativas surgidas em cada oportunidade é objetivamente delimitado no plano econômico-social. É a relação - frequentemente obscura, puramente emotiva - do indivíduo ao mundo social circundante que se apresenta a ele como algo dado (LUKÁCS, 2012, p. 401).

Ressaltar a subjetividade como referência militante para a práxis noticiosa, mesmo com acenos a um tipo de objetividade que mais parece ser seu subproduto - como se nossa ideia mental determinasse a realidade concreta - fixa as possibilidades de ampliação do necessário jornalismo ativista no horizonte da cultura irracionalista, o que a impede de produzir as necessárias saídas antissistêmicas contra o capital. Assim, ao não identificar os reais motivos pelos quais o jornalismo hegemônico é racista, machista, etc, afinal a totalidade que o faz assim é retirada do debate, a subjetividade segue uma ideologia que no máximo toca em um tipo de reformismo cultural da ordem vigente. É uma política identitária prisioneira de uma concepção de "cultura autonomizada que glorifica os indivíduos híbridos" (FREDERICO, 2017, p. 29), enquanto a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) segue desorganizando a solidariedade social e neutralizando o potencial revolucionário das camadas oprimidas.

A ideologia que move parte desse debate subjetivista no jornalismo outorga qualidade ontológica a um momento histórico determinado do capitalismo. Além de confundir objetividade com racionalidade europeia, tenta recuperar a ideia de sujeito e de humanismo de um caldo filosófico claramente anti-humanista e sem sujeitos. O que permanece nessas reflexões, para Kohan (2007) são os micro-relatos em que o mundo social se torna imagem e representação. Além disso, com a queda do Muro de Berlim, sobraria para a esquerda o desenvolvimento do ideário liberal no rumo de uma democratização radical e plural, em uma solução onírica de dissolução do poder do capital na pluralidade identitária "participativa" (BENSAID, 2008).

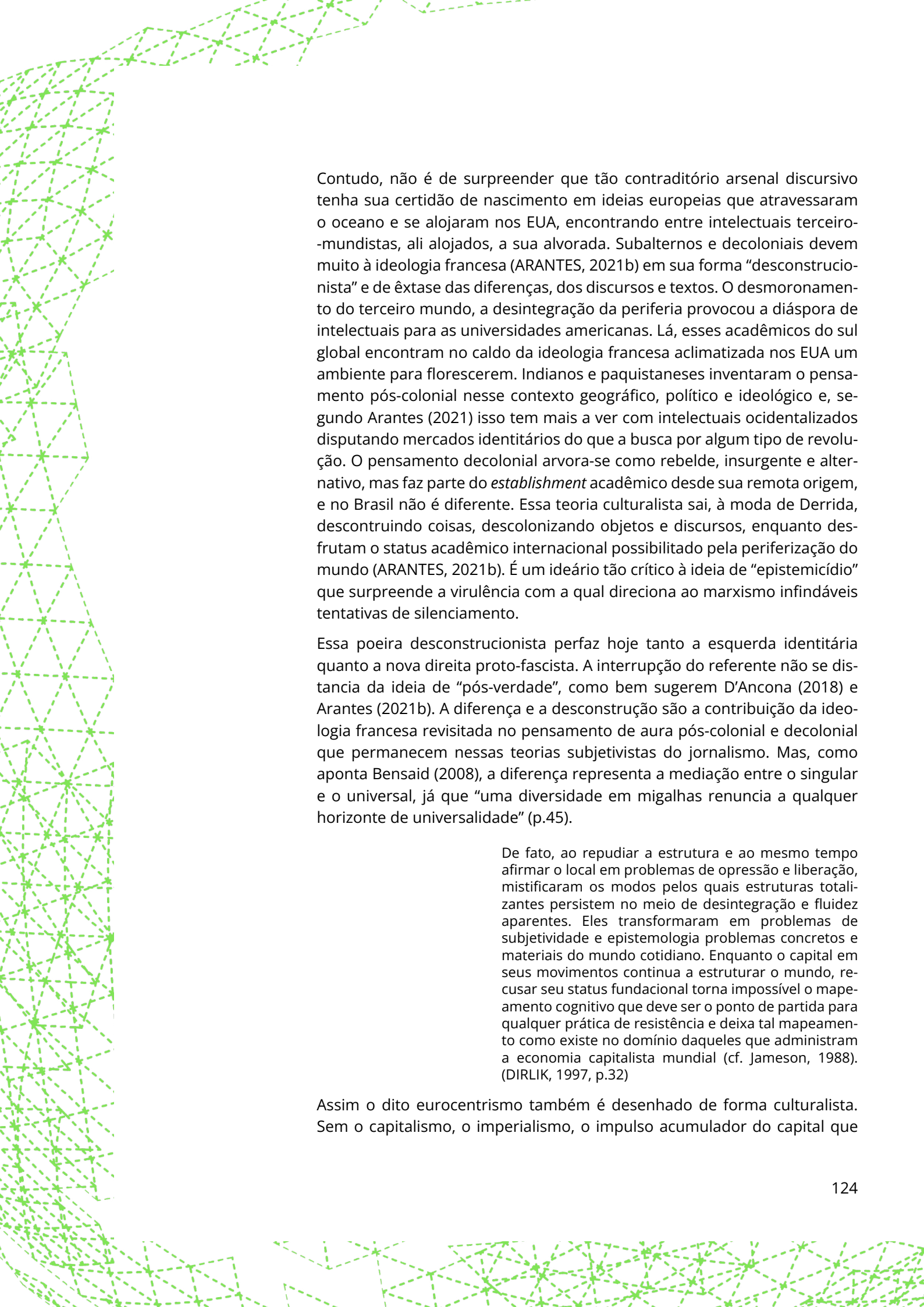
Embora aponte para uma leitura combativa e de valorização de minorias (situando-se à esquerda do espectro político), qualquer tentativa de caracterização coletiva mais ampla é vista como autoritária, pois retira o "lugar de fala". Tal fragmentação só fortalece o descentramento neoliberal pois não há a direção de construção de uma estratégia política comum em médio e longo prazo. Sem uma visão de organização coletiva que encontre entre as diferenças uma matriz.

3. Decolonialidade sem substância e outros equívocos

Os estudos subjetivistas do jornalismo, como tentamos demonstrar até aqui, são guiados por uma ideologia irracionalista e, mesmo que não enquadrados necessariamente em uma vertente única da epistemologia fenomenológica (IANNI, 1999), apontam leituras e práticas que fazem parte de uma agenda pós-moderna. Como o diagnóstico social concentra-se nos tipos diferentes de poder, opressão, identidade e discursos, perde-se o lastro unificador das opressões e aposta-se em resistências singulares e apartadas, pois a interseccionalidade muitas vezes aludida, sem uma ideia de totalidade e unidade dialética, exagera a autonomia relativa de cada complexo. Para essas vertentes, não “[...] apenas temos que rejeitar as antigas ‘grandes narrativas’, como os conceitos iluministas de progresso, mas devemos renunciar a qualquer ideia de processo e causalidade histórica inteligível e, com isso, evidentemente, a toda ideia de ‘fazer história’” (WOOD, 1996, p. 122).

Com alta dose de ecletismo, no caldo teórico dessas leituras, aparecem os estudos subaltermos e alguns autores do pensamento pós-colonial e decolonial (no central muito parecidas, mas difusas nas articulações mais superficiais). A teoria pós-colonial surge no fim do século XX em um período em que as lutas por libertação nacional já haviam encerrado sua trajetória, e assume um discurso pós-revolucionário. Conforme aponta Eagleton (2005) essas vertentes passaram rapidamente da atenção que tinham para as classes sociais diretamente para o colonialismo, como se eles não fossem em si questões que envolvem as classes. O marxismo foi colocado em escanteio, criticado por não ter nada a dizer sobre raça, território, colonialismo e etnicidade, quando na verdade ele foi a principal inspiração das lutas anticoloniais no século XX. Mais do que isso, “[...] os marxistas foram vanguardistas quanto às três maiores lutas políticas da Idade Moderna: a resistência ao colonialismo, a emancipação das mulheres e a luta contra o fascismo” (EAGLETON, 2012, p. 180). Autores e revolucionários como Mariátegui, Che Guevara e Franz Fanon realizaram lutas anticoloniais com inspiração em ideias socialistas e marxistas. A pálida versão culturalista do embate colonial, seduzida pela “desconstrução” na linguagem, distancia-se desses personagens e, mais do que isso, silencia dogmaticamente sobre os fundamentos concretos da ordem societária imperial.

Ao atirar o manto da cultura sobre as relações materiais, como se um tivesse pouco a ver com o outro, tal enfoque desvia a crítica do capitalismo para a crítica da ideologia eurocêntrica, o que ajuda o pós-colonialismo a encobrir sua própria limitação ideológica e, ironicamente, fornece um alibi para a desigualdade, a exploração e a opressão em suas aparências modernas sob relações capitalistas. O argumento pós-colonialista projeta sobre o passado a mesma mistificação da relação entre poder e cultura que é característica da ideologia do capitalismo global do qual é um produto (DIRLIK, 1997, p.23).

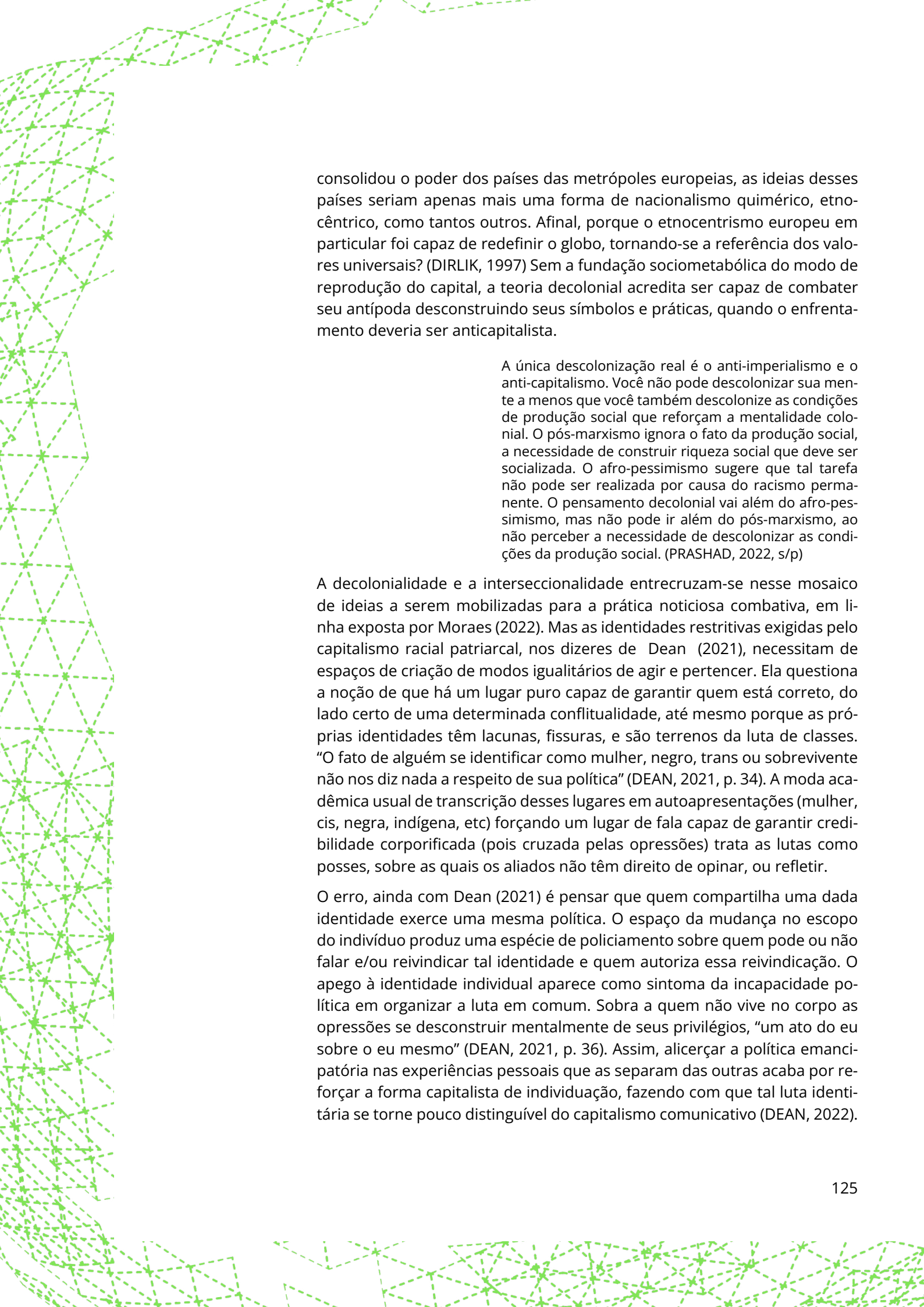


Contudo, não é de surpreender que tão contraditório arsenal discursivo tenha sua certidão de nascimento em ideias europeias que atravessaram o oceano e se alojaram nos EUA, encontrando entre intelectuais terceiro-mundistas, ali alojados, a sua alvorada. Subalternos e decoloniais devem muito à ideologia francesa (ARANTES, 2021b) em sua forma “desconstrucionista” e de êxtase das diferenças, dos discursos e textos. O desmoronamento do terceiro mundo, a desintegração da periferia provocou a diáspora de intelectuais para as universidades americanas. Lá, esses acadêmicos do sul global encontram no caldo da ideologia francesa aclimatizada nos EUA um ambiente para florescerem. Indianos e paquistaneses inventaram o pensamento pós-colonial nesse contexto geográfico, político e ideológico e, segundo Arantes (2021) isso tem mais a ver com intelectuais ocidentalizados disputando mercados identitários do que a busca por algum tipo de revolução. O pensamento decolonial arvora-se como rebelde, insurgente e alternativo, mas faz parte do *establishment* acadêmico desde sua remota origem, e no Brasil não é diferente. Essa teoria culturalista sai, à moda de Derrida, desconstruindo coisas, descolonizando objetos e discursos, enquanto desfrutam o status acadêmico internacional possibilitado pela periferização do mundo (ARANTES, 2021b). É um ideário tão crítico à ideia de “epistemicídio” que surpreende a virulência com a qual direciona ao marxismo infindáveis tentativas de silenciamento.

Essa poeira desconstrucionista perfaz hoje tanto a esquerda identitária quanto a nova direita proto-fascista. A interrupção do referente não se distancia da ideia de “pós-verdade”, como bem sugerem D’Ancona (2018) e Arantes (2021b). A diferença e a desconstrução são a contribuição da ideologia francesa revisitada no pensamento de aura pós-colonial e decolonial que permanecem nessas teorias subjetivistas do jornalismo. Mas, como aponta Bensaid (2008), a diferença representa a mediação entre o singular e o universal, já que “uma diversidade em migalhas renuncia a qualquer horizonte de universalidade” (p.45).

De fato, ao repudiar a estrutura e ao mesmo tempo afirmar o local em problemas de opressão e liberação, mistificaram os modos pelos quais estruturas totalizantes persistem no meio de desintegração e fluidez aparentes. Eles transformaram em problemas de subjetividade e epistemologia problemas concretos e materiais do mundo cotidiano. Enquanto o capital em seus movimentos continua a estruturar o mundo, recusar seu status fundacional torna impossível o mapeamento cognitivo que deve ser o ponto de partida para qualquer prática de resistência e deixa tal mapeamento como existe no domínio daqueles que administram a economia capitalista mundial (cf. Jameson, 1988). (DIRLIK, 1997, p.32)

Assim o dito eurocentrismo também é desenhado de forma culturalista. Sem o capitalismo, o imperialismo, o impulso acumulador do capital que




consolidou o poder dos países das metrópoles europeias, as ideias desses países seriam apenas mais uma forma de nacionalismo quimérico, etnocêntrico, como tantos outros. Afinal, porque o etnocentrismo europeu em particular foi capaz de redefinir o globo, tornando-se a referência dos valores universais? (DIRLIK, 1997) Sem a fundação sociometabólica do modo de reprodução do capital, a teoria decolonial acredita ser capaz de combater seu antípoda desconstruindo seus símbolos e práticas, quando o enfrentamento deveria ser anticapitalista.

A única descolonização real é o anti-imperialismo e o anti-capitalismo. Você não pode descolonizar sua mente a menos que você também descolonize as condições de produção social que reforçam a mentalidade colonial. O pós-marxismo ignora o fato da produção social, a necessidade de construir riqueza social que deve ser socializada. O afro-pessimismo sugere que tal tarefa não pode ser realizada por causa do racismo permanente. O pensamento decolonial vai além do afro-pessimismo, mas não pode ir além do pós-marxismo, ao não perceber a necessidade de descolonizar as condições da produção social. (PRASHAD, 2022, s/p)

A decolonialidade e a interseccionalidade entrecruzam-se nesse mosaico de ideias a serem mobilizadas para a prática noticiosa combativa, em linha exposta por Moraes (2022). Mas as identidades restritivas exigidas pelo capitalismo racial patriarcal, nos dizeres de Dean (2021), necessitam de espaços de criação de modos igualitários de agir e pertencer. Ela questiona a noção de que há um lugar puro capaz de garantir quem está correto, do lado certo de uma determinada conflitualidade, até mesmo porque as próprias identidades têm lacunas, fissuras, e são terrenos da luta de classes. “O fato de alguém se identificar como mulher, negro, trans ou sobrevivente não nos diz nada a respeito de sua política” (DEAN, 2021, p. 34). A moda acadêmica usual de transcrição desses lugares em autoapresentações (mulher, cis, negra, indígena, etc) forçando um lugar de fala capaz de garantir credibilidade corporificada (pois cruzada pelas opressões) trata as lutas como posses, sobre as quais os aliados não têm direito de opinar, ou refletir.

O erro, ainda com Dean (2021) é pensar que quem compartilha uma dada identidade exerce uma mesma política. O espaço da mudança no escopo do indivíduo produz uma espécie de policiamento sobre quem pode ou não falar e/ou reivindicar tal identidade e quem autoriza essa reivindicação. O apego à identidade individual aparece como sintoma da incapacidade política em organizar a luta em comum. Sobra a quem não vive no corpo as opressões se desconstruir mentalmente de seus privilégios, “um ato do eu sobre o eu mesmo” (DEAN, 2021, p. 36). Assim, alicerçar a política emancipatória nas experiências pessoais que as separam das outras acaba por reforçar a forma capitalista de individuação, fazendo com que tal luta identitária se torne pouco distinguível do capitalismo comunicativo (DEAN, 2022).



Nunes (2022) concorda com tal assertiva e analisa no Brasil recente uma hegemonia neoliberal no campo dos afetos, insistindo que a expressão pública da individualidade e dos pertencimentos particulares substituem a ação política. Isso porque, como já ventilamos anteriormente, tira-se o foco do Estado e do capital para ações na mídia e na cultura. Participar torna-se sinônimo de participar no capitalismo comunicativo, e o jornalismo de subjetividade (MORAES, 2022) tenta se situar como parte dessa ação.

Contudo, como as sociedades capitalistas são a origem da opressão da mulher, afinal é ela que organizou a reprodução social baseada no gênero, ela é de interesse da luta feminista. Assim como é esse tipo de sociedade, que precisa da produção de trabalhadores, que instituiu também a divisão racial do trabalho reprodutivo. A classe trabalhadora global, como apresentam bem Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), é composta por imigrantes, pessoas racializadas, mulheres cis e trans, pessoas com deficiência, e cujas vontades são forçadamente delimitadas pelas entranhas do sistema de metabolismo social do capital. “Como ignorar que são as mulheres trabalhadoras, sobretudo jovens, negras e indígenas, que compõem o segmento social mais atingido pela exploração do trabalho, por baixos salários e uma dramática pobreza no Brasil e na América Latina?” (PINASSI, 2013, p. 99-100). O capitalismo em sua forma neoliberal progressista até pode minimizar opressões, fazendo com que as minorias tenham um pouco menos de sofrimento, mas uma solução verdadeira exige uma nova forma de organização social. Sem um horizonte de luta contra o maquinário de explorações e opressões, o feminismo de matriz liberal torna-se um obstáculo à emancipação das mulheres.

A interseccionalidade tem sido questionada, mesmo reconhecendo os méritos em identificar as esferas de opressão feminina, como incapaz de relacionar dialeticamente tais campos. Isso porque delimita o estudo aos lugares sociais específicos e como ele molda uma experiência e investiga pouco a gênese ontológica desses lugares e perde a força na hora de amalgamar raça, classe, gênero e território, porque já o tratou como independente dos demais no início do percurso. Teorias extremamente críticas ao capitalismo, como a obra clássica de Davis (2016), têm sua radicalidade expurgada, quando não são totalmente ignoradas ao ser deslocadas para o pensamento interseccional de cariz liberal.

Dessa forma, percebemos que a proposta do jornalismo de combate circula em reflexões teóricas mais direcionadas a ideia de um neoliberalismo progressista do que uma recuperação da crítica marxista nesse campo. O neoliberalismo progressista defende o livre mercado na política redistributiva e certo progressismo nas políticas de reconhecimento (NUNES, 2022). Seria assim, ideologicamente frágil para o desafio do nosso tempo histórico, visto que teme dar resposta radicais aos problemas que enfrentamos.

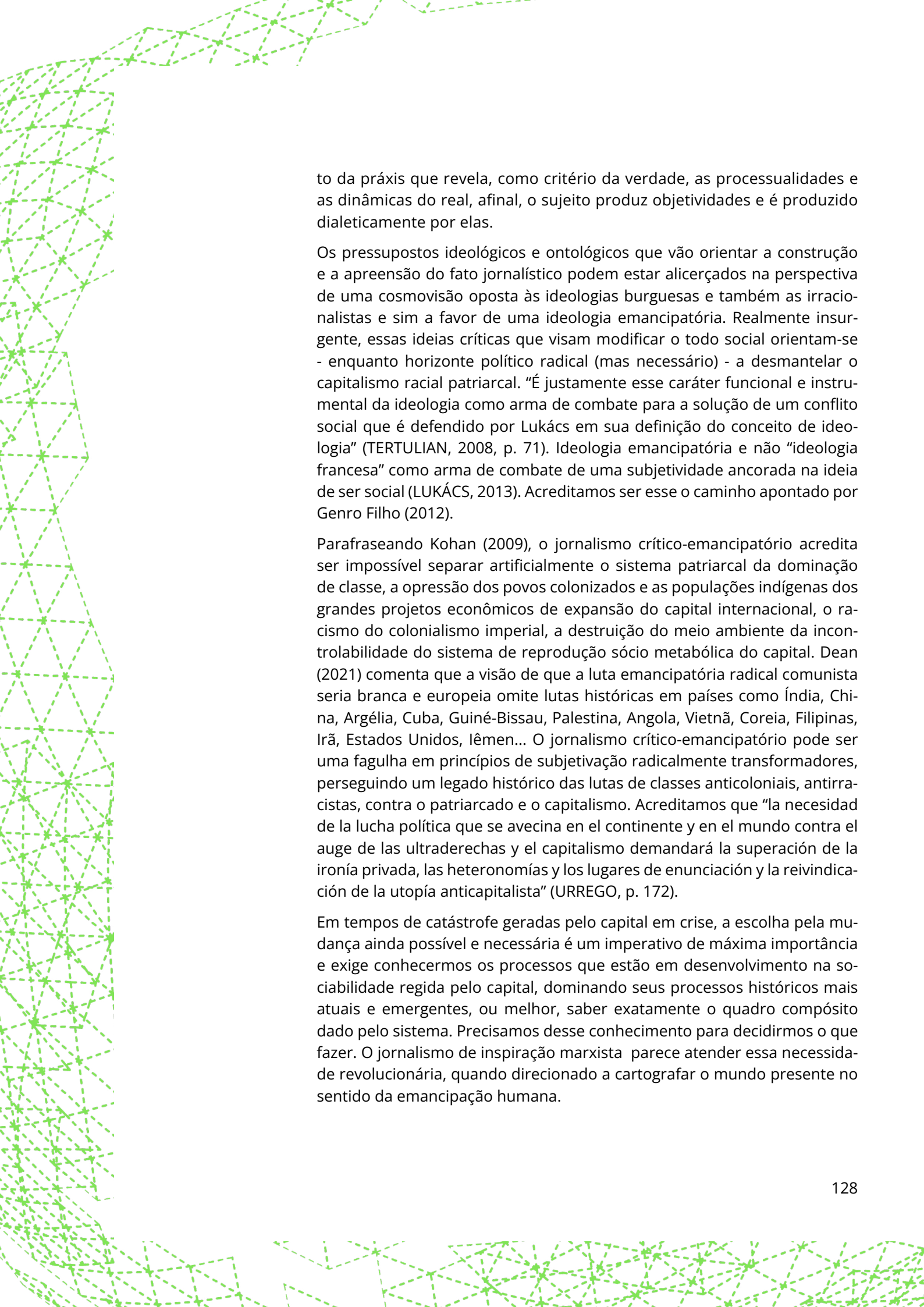
4. Genro Filho, marxista: reflexões finais

Teórico referenciado e exaltado pelo campo de estudos de jornalismo, Genro Filho (2012) também é recuperado no léxico subjetivista do jornalismo ativista (MORAES, 2022). Só que ao retirar de sua articulação teórica o berço no materialismo histórico, e também na reflexão da ontologia lukácsiana (PONTES, 2015), mais do que um equívoco científico, tal postura nubla os leitores de primeira viagem. Isso porque a noção do jornalismo como modalidade social de conhecimento está enraizada na razão dialética e na perspectiva de totalidade. A pasteurização de seu potencial crítico e revolucionário é nítida, expressando o apagamento da direção do autor em criar não só uma leitura marxista do jornalismo, mas também o objetivo político de direcionar a práxis noticiosa na formação ampla de uma consciência sobre os rumos da luta de classes.

Por tudo que tratamos até aqui, o tipo de jornalismo de combate que a realidade histórica necessita precisa estar atento em expressar a conexão dialética entre fenômeno e essência, precisa estar voltado a descortinar a realidade reificada do capitalismo e garantir uma leitura do singular jamais desconectada da particularidade e da universalidade - que está enraizada na lógica societal do modo de produção capitalista. Leva em conta a subjetividade e as motivações ideológicas, mas as percebe como dialeticamente relacionadas à objetividade social, apostando que é possível um conhecimento cristalizado no singular que não se equipara a um panfleto político de agitação e propaganda. Humanista, o jornalismo crítico-emancipatório tem clareza de que a consciência social é produto do ser social, e que fazemos história, mas sob condições que não escolhemos (MARX, 2011).

Podemos exemplificar isso da seguinte forma: em cada homem singularmente considerado estão presentes aspectos universais do gênero humano que dão conta da sua identidade com todos os demais; na ideia universal de gênero humano, por outro lado, estão presentes - como se "dissolvidos" - todos os indivíduos singulares que o constituem; o particular, então, pode ser a família, um grupo, uma classe social ou a nação à qual o indivíduo pertença. O particular é mais amplo que o singular, mas não chega ao universal. (GENRO FILHO, 2012 [1987], p. 170- 171).

Genro Filho (2012) entende a produção e reprodução social como auto-produção humana e vislumbra a subjetividade como algo real e ativo "uma dimensão constituinte da sociedade" (p. 21). Para o autor, as determinações subjetivas têm solo nas dinâmicas de uma totalidade em vias de objetivação. O jornalismo enquanto conhecimento pode revelar as contradições da realidade social. "O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos" (GENRO FILHO, 2012, p. 195). É o movimen-



to da práxis que revela, como critério da verdade, as processualidades e as dinâmicas do real, afinal, o sujeito produz objetividades e é produzido dialeticamente por elas.

Os pressupostos ideológicos e ontológicos que vão orientar a construção e a apreensão do fato jornalístico podem estar alicerçados na perspectiva de uma cosmovisão oposta às ideologias burguesas e também as irracionaisistas e sim a favor de uma ideologia emancipatória. Realmente insurgente, essas ideias críticas que visam modificar o todo social orientam-se - enquanto horizonte político radical (mas necessário) - a dismantelar o capitalismo racial patriarcal. “É justamente esse caráter funcional e instrumental da ideologia como arma de combate para a solução de um conflito social que é defendido por Lukács em sua definição do conceito de ideologia” (TERTULIAN, 2008, p. 71). Ideologia emancipatória e não “ideologia francesa” como arma de combate de uma subjetividade ancorada na ideia de ser social (LUKÁCS, 2013). Acreditamos ser esse o caminho apontado por Genro Filho (2012).

Parafraseando Kohan (2009), o jornalismo crítico-emancipatório acredita ser impossível separar artificialmente o sistema patriarcal da dominação de classe, a opressão dos povos colonizados e as populações indígenas dos grandes projetos econômicos de expansão do capital internacional, o racismo do colonialismo imperial, a destruição do meio ambiente da incontabilidade do sistema de reprodução sócio metabólica do capital. Dean (2021) comenta que a visão de que a luta emancipatória radical comunista seria branca e europeia omite lutas históricas em países como Índia, China, Argélia, Cuba, Guiné-Bissau, Palestina, Angola, Vietnã, Coreia, Filipinas, Irã, Estados Unidos, Iêmen... O jornalismo crítico-emancipatório pode ser uma fagulha em princípios de subjetivação radicalmente transformadores, perseguindo um legado histórico das lutas de classes anticoloniais, antirracistas, contra o patriarcado e o capitalismo. Acreditamos que “la necesidad de la lucha política que se avecina en el continente y en el mundo contra el auge de las ultraderechas y el capitalismo demandará la superación de la ironía privada, las heteronomías y los lugares de enunciación y la reivindicación de la utopía anticapitalista” (URREGO, p. 172).

Em tempos de catástrofe geradas pelo capital em crise, a escolha pela mudança ainda possível e necessária é um imperativo de máxima importância e exige conhecermos os processos que estão em desenvolvimento na sociabilidade regida pelo capital, dominando seus processos históricos mais atuais e emergentes, ou melhor, saber exatamente o quadro compósito dado pelo sistema. Precisamos desse conhecimento para decidirmos o que fazer. O jornalismo de inspiração marxista parece atender essa necessidade revolucionária, quando direcionado a cartografar o mundo presente no sentido da emancipação humana.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. Prefácio. In: HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Venetta, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo, Boitempo, 2022
- ARANTES, Paulo Eduardo. **A formação da desconstrução: museu da ideologia francesa**. São Paulo: Editora 34, 2021a.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **A desconstrução que estamos vivendo**. Canal do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UECE (YouTube), 13/5/2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B5xBEXdBK6Y&t=4998s>. Acesso em janeiro de 2023.
- ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BENSAID, Daniel. **Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- CARCANHOLO, Marcelo; BARUCO, Grasiela. Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. **Revista Lutas Sociais**, PUC, n. 21 e 22, 2009.
- D'ANCONA, Mathew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEAN, Jodi. **Camarada: um ensaio sobre pertencimento político**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- DEAN, Jodi. **Multidões e partido**. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.
- DIRLIK, Arif. A Aura pós-colonial na era do capitalismo global. **Novos Estudos**. CEBRAP nº 49, novembro de 1997.
- DUAYER, Mario. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. In: VAISMAN, Ester; VEDDA, Miguel. **Lukács: estética e ontologia**. São Paulo: Alameda, 2014.
- EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- EAGLETON, Terry. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- FOLLARI, Roberto. O lugar do cultural no social. **Margem Esquerda**, n. 17. São Paulo: Boitempo, 2011.
- FOSTER, John Bellamy e SUWANDI, Intan. COVID-19 e o capitalismo de catástrofe: cadeias mercantis e as crises ecológica-epidemiológica-econômica. **Revista Marx e o Marxismo NIEP**, v. 9, n. 27, 2021.
- FREDERICO, Celso. Gramsci, Hall: o universalismo e o culto das diferenças. **Margem Esquerda**, n. 29. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.



GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Florianópolis, Insular: 2016.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

IANNI, Octavio. A sociedade mundial e o retorno da grande teoria. In: LOPES, Maria Immacolata(Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

KOHAN, Néstor. A herança do fetichismo e o desafio da hegemonia em uma época de rebeldia. **Revista Novos Rumos**, n. 48, ano 22, 2007.

LEAL, Leila. Ideology, Alienation and Reification: concepts for a Radical Theory of Communication in Contemporary Capitalism. **Triple C**, v.16, n. 2, 2018.

LUKÁCS, György. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 233-286.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2018.

PINASSI, Maria Orlanda. Nas sombras do obscurantismo: mulheres, política e religião. **Margem Esquerda**, n. 20. São Paulo: Boitempo, 2013.



PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

PRASHAD, Vijay . Dez teses sobre marxismo e descolonização. **A terra é redonda**, 11 de julho de 2022. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/dez-teses-sobre-marxismo-e-descolonizacao/> Acesso em dezembro de 2022.

RASLAM FILHO, Gilson Soares. Em busca de uma ontologia do processo comunicativo: ou encruzilhadas de um campo científico. **Revista Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.29, p. 18-34, dez. 2013.

TERTULIAN, Nicolas. O conceito de ideologia na ontologia de Lukács. **Margem Esquerda**, n. 11. São Paulo: Boitempo, 2008.

URREGO, Miguel Ángel. Inconsistencias teóricas y políticas del giro decolonial. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (Org.). **Crítica de la razón neocolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; CEIL-CONICET; México: Universidad Autónoma Metropolitana ; Querétaro : Universidad Autónoma de Querétaro, 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.118-127.

VEIGA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: Modos de produção das notícias. Florianópolis, Insular, 2014.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

Jornalismo como forma de produção do conhecimento: práxis jornalística nas obras de Antonio Gramsci e Adelmo Genro Filho

El periodismo como forma de producción del conocimiento: la praxis periodística en las obras de Antonio Gramsci y Adelmo Genro Filho

Journalism as a form of knowledge production: journalistic praxis in the works of Antonio Gramsci and Adelmo Genro Filho

Clarissa do Nascimento Peixoto

Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (UFSC). Contato: clarissa.jnl@gmail.com

Samuel Pantoja Lima

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (UFSC). Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: samuca13@gmail.com

Submetido em: 15 mai. 2023

Aprovado em: 06 set. 2023



Creative Commons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal

RESUMO

A presente exploração teórica é um estudo da obra de Antonio Gramsci e Adelmo Genro Filho sobre jornalismo, entendido como forma social de produção do conhecimento. Procura-se levantar, em Gramsci, a noção de “jornalismo integral” e suas intersecções com os conceitos de hegemonia, conhecimento e práxis. Também explora a obra de Genro Filho e a sua “teoria marxista do jornalismo”, em que os conceitos de conhecimento, objetividade e práxis são fundantes. Pretende-se distinguir ambas perspectivas, em seus pontos de convergência e eventuais divergências, sobretudo no que diz respeito à ideia de práxis jornalística, aqui compreendida como atribuiu-lhe Marx (2013), qual seja a atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o ser humano cria e transforma o mundo e a si mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, conhecimento, práxis, hegemonia, marxismo

RESUMEN

Esta exploración teórica es un estudio del trabajo de Antonio Gramsci y Adelmo Genro Filho sobre el periodismo, entendido como una forma social de producción de conocimiento. Se busca plantear, en Gramsci, la noción de “periodismo integral” y sus intersecciones con los conceptos de hegemonía, conocimiento y praxis. También explora la obra de Genro Filho (2012) y su “teoría marxista del periodismo”, en la que los conceptos de conocimiento, objetividad y praxis son fundamentales. Se pretende distinguir ambas perspectivas, en sus puntos de convergencia y posibles divergencias, especialmente en lo que se refiere a la idea de praxis periodística, entendida aquí como atribuida por Marx (2013), que es la actividad libre, universal, creativa y autocreadora, a través de la cual el ser humano crea y transforma el mundo y a sí mismo.

PALABRAS CLAVE: periodismo, conocimiento, praxis, hegemonía, marxismo

ABSTRACT

This theoretical exploration is a study on the work of Antonio Gramsci and Adelmo Genro Filho on journalism, understood as a social form of knowledge production. It seeks to raise, in Gramsci, the notion of “integral journalism” and its intersections with the concepts of hegemony, knowledge and praxis. It also explores the work of Genro Filho (2012) and his “Marxist theory of journalism”, in which the concepts of knowledge, objectivity and praxis are fundamental. It is intended to distinguish both perspectives, in their points of convergence and possible divergences, especially with regard to the idea of journalistic praxis, understood here as attributed by Marx (2013), which is a free, universal, creative and self-creative activity, through which the human being creates and transforms the world and himself.

KEYWORDS: journalism, knowledge, praxis, hegemony, marxism



Introdução

Este artigo propõe-se a realizar uma exploração teórica a respeito do jornalismo na perspectiva gramsciana e também na de Adelmo Genro Filho (2012), considerando a matriz marxista dos autores. Na primeira parte, procura-se levantar, em Gramsci (1968; 2001; 2014), a noção de jornalismo integral, considerando conceitos como hegemonia, conhecimento e práxis.


Na sequência, explora-se os pressupostos da obra de Genro Filho (2012), também considerando a noção de conhecimento e o conceito de práxis que tem na obra de Marx (2013) um ponto de convergência para o “jornalismo integral” (GRAMSCI, 1968) e para a “teoria marxista do jornalismo” (GENRO FILHO, 2012). Ou seja, está presente em ambos o conceito de práxis no sentido que lhe atribui Marx (2013), referindo-se à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o ser humano cria e transforma seu mundo humano e histórico e a si mesmo.

Busca-se refletir sobre o que fundamenta as visões dos dois autores marxistas que interpretaram, em tempos distintos, a obra de Marx (2013). Nestes recortes teóricos específicos, o conceito de práxis é fundante da chamada filosofia da práxis e, em última análise, de toda estrutura de pensamento marxiana. Em suma, pretende-se fazer uma distinção entre as perspectivas, em seus pontos de convergência e eventuais divergências, sobretudo no que diz respeito à ideia de práxis jornalística relacionada à compreensão do jornalismo como forma social de produção do conhecimento.

Por último, é mister esclarecer que a metodologia que orienta este artigo é a análise crítica lastreada na pesquisa bibliográfica, com os devidos procedimentos de fichamento das obras selecionadas, apropriações, aplicações ao objeto – no caso, o jornalismo entendido como forma social de produção do conhecimento –, reflexões sobre a atualidade e a pertinência de pensar a práxis jornalística a partir desse conceito fundante do materialismo dialético: a práxis (MARX, 2013).

Uma leitura gramsciana sobre o jornalismo e a produção do conhecimento

Gramsci (2001; 2014) concebe a sociedade civil como palco de desenvolvimento da luta política, onde a classe dominante atua por meio de organismos de reprodução de sua ideologia. Os aparelhos privados de hegemonia disseminam a visão de mundo dominante, sustentando a hegemonia por meio de um consenso ético-moral, forjado na arena da luta de classes. Nesse sentido, o papel do jornalismo para Gramsci (2001; 2014) é essencial à compreensão da ideologia do bloco histórico que se reproduz na sociedade e, também, da forma com que as classes subalternas podem lançar mão desse instrumento para construir uma nova hegemonia.




Gramsci (2001), assim como Marx (2013), não separa o pensamento da realidade, nem a ação do conhecimento, ou ainda sujeito do objeto. Nessa forma de ver o mundo, os fatos e suas interpretações não podem ser entendidos como abstrações, mas como resultado da rede social e política em que vivem os indivíduos. Os sujeitos críticos e ativos se forjam nessa visão que articula uma práxis, unificando política, história e conhecimento, e são eles capazes de impulsionar sua autodeterminação e hegemonia (SEMERARO, 2015).

Para Gramsci (1968), o senso comum é uma visão de mundo assimilada pelo conjunto social e cultural, sem percepção crítica da realidade, ou seja, uma espécie de filosofia espontânea peculiar a todos, e é também efeito das relações concretas no curso da história. Para realizar a tarefa de desenvolver o conhecimento ativo, é necessário dar a devida relevância ao senso comum, mesmo que ele seja desagregado e inorgânico, observando criticamente suas crenças e opiniões (SEMERARO, 2015).

Os problemas concebidos na realidade vivida, no entendimento gramsciano, resultam da própria formação econômica e social, delimitando o processo de produção de conhecimento. Na medida em que assume organicidade, esse processo toma concretude. Gramsci (2014) acentua que, sendo qualquer filosofia passível de se tornar senso comum, é preciso formular uma filosofia que o refaça a partir da coerência e do “vigor das filosofias individuais”. Para ele, isso só ocorre quando se está em contato com a cultura do “mais simples” (GRAMSCI, 2014, p. 101).

Uma teoria do conhecimento gramsciana, de acordo com Semeraro (2015), só pode significar a operação que permite o entendimento às classes subalternas, de forma livre e consciente, da relação contraditória entre a sua condição de vida e os discursos da classe dominante que tentam ocultar as relações de poder. As classes subalternas podem influir na construção de sua própria subjetividade e adquirir uma percepção da realidade que conteste o que está posto, com o objetivo de criar uma nova sociedade. Para isso, precisam ter como referência as situações colocadas pela realidade, suas contradições e formas políticas de superá-las.

A ideologia hegemônica prevalece no senso comum das classes subalternas, aparentando um falso equilíbrio das relações sociais. Mascara a realidade, fazendo o poder parecer legítimo por meio da manipulação. Portanto, é necessário combatê-la, pois expressa e universaliza um pensamento hegemônico no qual as relações de poder são naturalizadas (SEMERARO, 2015). É por isso que, para Gramsci, a produção do conhecimento, processo histórico e dialético, é uma possibilidade de desvelamento da realidade e de seus conflitos sociais. Esse fator elevaria a luta política das classes subalternas para a construção de um novo bloco histórico e, portanto, de uma nova hegemonia (MARTINS, 2008).




Ao invisibilizar a ideologia, como faz o jornalismo na lógica hegemônica capitalista, não há como produzir conhecimento, se a leitura se basear em uma compreensão gramsciana. À medida que o jornalismo procura uma neutralidade discursiva, reproduz uma ideologia dominante que busca manter um falso consenso entre classes e, conseqüentemente, um falso conhecimento sobre a realidade. Por outro lado, o jornalismo como forma de produção de conhecimento a partir da consciência crítica das classes subalternas pode não somente visibilizar a ideologia dominante, mas ser ponte entre o senso comum e o rigor científico, instrumento para a formação da consciência coletiva e para a construção de uma nova hegemonia.

De acordo com Moraes (2010), em suas publicações da fase pré-carcerária, em jornais como *L'Ordine Nuovo* e *L'Unità*, Gramsci já expressava compreensão sobre o papel desempenhado pela imprensa hegemônica. Seus textos criticavam o controle dos grandes jornais comerciais sobre as notícias e as opiniões que circulavam à época totalmente alinhadas à ideologia dominante (MORAES, 2010).

O tema é novamente abordado por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 2001; 2014), quando analisa a imprensa italiana. Refere-se a ela como instrumento que mantém, defende e desenvolve ideologicamente o bloco histórico que hegemoniza a sociedade, contribuindo para a difusão de um “tipo de cultura” e orientando o entendimento sobre os fatos sociais a partir da perspectiva ideológica hegemônica. A imprensa italiana de seu tempo interferia na forma de compreensão dos acontecimentos, sendo caracterizada por Gramsci como um partido político – um traço contemporâneo em monopólios de mídia privados, como o que temos hoje no Brasil (MORAES, 2010).

Para Gramsci (2001), era preciso desenvolver um jornalismo crítico que brotasse da consciência das classes subalternas. O filósofo dedicou parte de seus escritos para desenvolver um modelo de jornalismo e tipos de jornais que não se dedicassem apenas às notícias de forma fragmentada, mas pensando em uma totalidade histórica. Havia, para ele, distinção entre jornais de informação e jornais de opinião. Os primeiros seriam aqueles sem partido declarado e que se constituem em empresas jornalísticas, operando na lógica do sistema burguês não apenas ideologicamente, mas na perspectiva do lucro. Já os jornais de opinião trazem o posicionamento oficial de um partido ou organização, como os jornais católicos, frequentemente citados na obra gramsciana.

O jornalismo integral é um modelo que busca reproduzir notícias e ideias articuladas a partir de elementos ideológicos e socioeconômicos para constituir consensos e, portanto, um bloco histórico capaz de constituir uma nova hegemonia das classes subalternas. O jornalismo integral gramsciano é aquele que não se limita a “satisfazer todas as necessidades (de certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver es-



tas necessidades”, o que pode decorrer em aumento de público e de área de influência no contexto da disputa da hegemonia de ideias na sociedade (GRAMSCI, 2001, p. 197).

Para possibilitar a conexão entre senso crítico e realidade histórica, Gramsci (2001) entende ser necessário articular informação e contextualização para formar discursos que permitam o pensamento concreto. Um processo orgânico que evolua do senso comum para um pensar coerente. Para ele, é preciso democratizar a forma de pensar, fornecendo subsídios para que o leitor construa seu entendimento a partir dos fatos, sem interferência de conceitos pré-elaborados.


O jornal da classe trabalhadora, para Gramsci (2001), teria como condição construir a necessidade histórica de transformar as relações sociais de produção. Esse jornalismo se diferencia porque se posiciona em defesa dos interesses das classes subalternas. Busca desvendar a ideologia dominante, distribuída pelos jornais de forma subliminar e fragmentada, através de uma perspectiva histórica e de análise da conjuntura, orientada por uma visão de classe.

Nesse sentido, a notícia ou o acontecimento não poderiam estar descolados da realidade concreta a que pertencem, referindo-se à integralidade ou à ideia de totalidade que envolve toda a produção gramsciana. Gramsci (2001, p. 199-200) categorizou os produtos jornalísticos em tipos de revista, caracterizadas pelo modo como eram redigidas, pelo público leitor a quem se dirigiam e pela função educativa pretendida.

Assim, a produção jornalística, para ele, corresponde a um conjunto de publicações, cada qual com suas características, considerando sempre o objetivo educativo a que se destinam, o público que será atingido e o tipo de redação. Propõe também que se mantenha contato com o simples para aprender com ele e elevá-lo à consciência crítica, superando o senso comum. Dessa forma, se atingiria o maior número de pessoas possível.

A teoria gramsciana da hegemonia não busca caracterizar somente o que seria um modelo de sistema hegemônico. Também não se contenta com a crítica ao capitalismo, à falsa ideologia e aos métodos de manutenção do consenso, que acontecem ora de forma subliminar, ora por força do aparato legal e coercitivo. É uma teoria viva, em que as condições objetivas e subjetivas de determinado período histórico podem reconfigurar a perspectiva hegemônica, possibilitando às classes subalternas transformar as relações de produção e realizar uma reforma intelectual e moral na sociedade. À luz dessa compreensão, a figura do intelectual toma significado importante na obra gramsciana e é fundamental para destacar o papel do jornalista.

Os intelectuais são sujeitos políticos, com uma função condicionada às relações sociais de produção e à classe social a que se vinculam. A concepção de intelectual de Gramsci (2001) toma corpo na medida em que estrutura seu



conceito a partir da crítica ao modelo de intelectual dominante, responsável por reproduzir a ideologia hegemônica do capital por meio dos discursos. De acordo com Pereira (2004), os intelectuais são aqueles cuja existência é paralela a determinado conjunto social ou político, atuando para desenvolver determinada consciência e dar homogeneidade aos sujeitos coletivos. A partir de uma relação entre teoria e prática, esses grupos podem atuar organizadamente e disputar a hegemonia na sociedade (PEREIRA, 2004).


Os intelectuais exerceriam funções subalternas para a ordem hegemônica, em nome do grupo dominante. Primeiro, seriam agentes de um consentimento espontâneo das massas em torno da orientação dominante. Em seguida, teriam papel de coerção, assegurando à ordem hegemônica, dentro da legalidade, a disciplina dos grupos que não aderem ao consenso espontaneamente ou em momentos de crise (GRAMSCI, 2001).

Constituídos no conjunto das relações sociais, os intelectuais se dividem em categorias que se estabelecem, segundo a teoria gramsciana, de duas formas. A primeira é aquela em que o grupo social tem origem em dada função da produção econômica e, a partir dessa referência, desenvolve camadas intelectuais capazes de constituir consciência e homogeneidade ao conjunto social, de modo orgânico. São os intelectuais orgânicos, definidos como aqueles que surgem e são progressivamente desenvolvidos pelas classes sociais emergentes (GRAMSCI, 2001).

A segunda forma reúne as categorias de intelectuais remanescentes de outras formações sociais, políticas e econômicas. Representam “uma continuidade histórica” que não foi rompida pelas novas formas sociais e políticas (GRAMSCI, 2001, p. 16). Essas categorias fazem parte do conjunto que o autor denominou de intelectuais tradicionais. Colocam-se em uma posição de autonomia diante das classes dominantes, refletindo uma concepção idealista, refutada como fundamento da filosofia da práxis (GRAMSCI, 2001).

Gramsci (2001) desmistifica a ideia de intelectual constituída no arquétipo tradicional, que se cristaliza nas figuras do literato, filósofo, artista ou jornalista. Para o pensamento gramsciano, os intelectuais se constituem na base da educação formalizada para o trabalho na indústria e suas funções são dadas dentro das relações sociais. Os intelectuais não podem ser determinados por uma ideia cristalizada de “saber superior”. Para desenvolver esse novo intelectual, é preciso que sua atividade seja constituída criticamente, a partir do grau de desenvolvimento de cada um. Dito de outro modo, todos podem ser intelectuais, embora nem todos tenham esse papel na sociedade. É uma tarefa que exige especialização realizada na relação entre teoria e prática, filosofia e política.

Nesse sentido, é possível relacionar o papel do jornalista como intelectual. O jornalista pode exercer o papel de intelectual tradicional, à medida que opera o jornalismo numa perspectiva calcada nos princípios ético-morais de uma formação socioeconômica e política já superada, mas que ainda re-



presenta o pensamento de uma parcela da sociedade. Também pode atuar como intelectual orgânico, aquele que representa os interesses dos grupos sociais que se instituem na nova estrutura social. Seja para a manutenção dos interesses dos grupos que formam o bloco histórico hegemônico, seja na perspectiva da construção de uma nova hegemonia, de um novo bloco histórico que congregue as classes subalternas, o jornalista como intelectual cumpre um papel político para a orientação das massas, a disseminação da vontade coletiva e a construção de uma reforma intelectual e moral.

O jornalismo, na troca entre senso comum e consciência crítica, entre teoria e prática, poderia emanar as ideias necessárias para a revolução da estrutura econômica e para a reforma no campo das ideias e da cultura. Para Gramsci (2001, p. 199 e 200), o produto jornalístico deveria mobilizar o pensamento concreto, “transformar, homogeneizar, de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático”.

O jornalismo, na visão gramsciana, é uma forma de produção de conhecimento. Considera-se, para tanto, o movimento dialético radical do pensamento de Gramsci (2001) no qual o jornalismo integral reflete uma práxis que condensa luta política e correção científica, em que o conhecer se realiza na relação entre prática e teoria, entre ciência e saber popular. Em última análise, uma relação dialética entre jornalismo – como profissão e forma social de conhecimento – e seus diferentes públicos.

É na sociedade civil que os aparelhos privados de hegemonia exercem sua função de difusores da ideologia dominante. A imprensa ou o jornalismo, para Gramsci (2001), na perspectiva da classe trabalhadora, precisa suplantat a visão de mundo da classe dominante e criar condições para uma nova consciência crítica que articule as classes subalternas, ao mesmo tempo em que é produto dela e de sua consciência de classe.

Na perspectiva do jornalismo integral, os jornalistas adquirem papel de intelectuais orgânicos porque compõem as camadas de intelectuais atuantes na perspectiva histórica de transformação das relações sociais de produção. A racionalidade e o conhecimento, a análise das situações à luz da história e das relações sociais de produção, a unidade entre teoria e prática, entre as condições materiais e a força da vontade coletiva são a base de uma práxis jornalística integral.

Nessa lógica, o jornalismo é um instrumento de crítica à falsa ideologia disseminada pela classe dominante, na mesma medida que é um campo para a disputa de hegemonia, operando para a construção de um novo bloco histórico que represente os interesses das classes subalternas. Requer uma práxis – amálgama da consciência entre teoria e prática – refletindo as disputas de classe na sociedade e, portanto, tem caráter político e ideológico, se configurando como célula ativista em torno do conhecimento e do desvelamento da ideologia.

Jornalismo como forma de produção do conhecimento

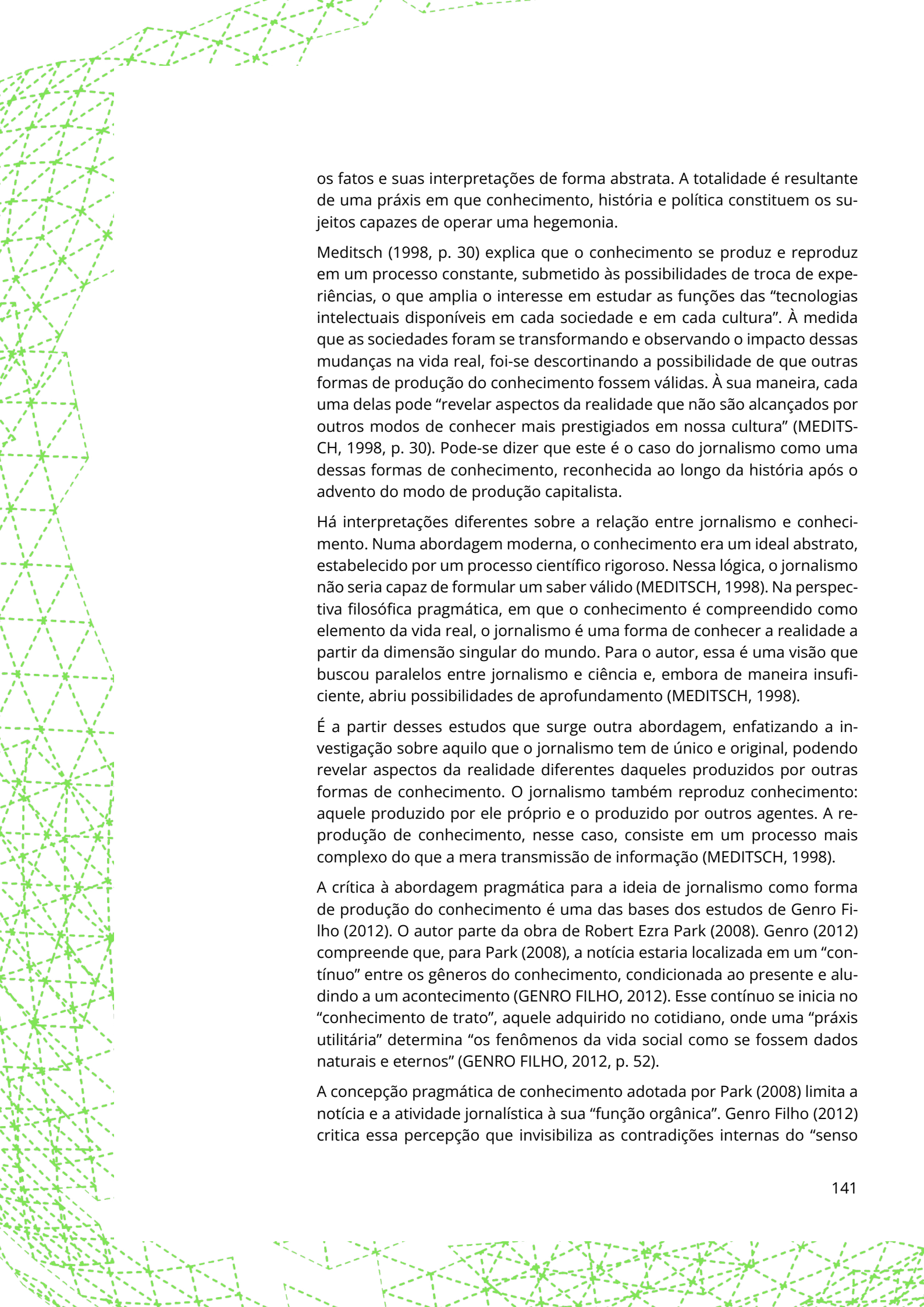
Quando se pensa em conhecimento, imediatamente aciona-se a ideia de saber científico ou, de alguma forma, institucionalizado. Contudo, o conhecimento tem origem na experiência humana do cotidiano, determinada pelas circunstâncias históricas (ZILLE, 2005). Embora a ciência desempenhe um protagonismo na produção do conhecimento, outras formas de conhecer a realidade também são legítimas.

A dialética de Hegel (1995; 2011) e o materialismo de Feuerbach (ENGELS; MARX, 2007) formaram as bases filosóficas do materialismo dialético de Marx e Engels (2007), onde o conhecimento se estabelece na perspectiva histórica e na análise da realidade concreta. A afirmativa de que a existência material independe da consciência do indivíduo sobre ela remete à concepção elementar de conhecimento na perspectiva marxista (MARTINS, 2008). Marx criticou a filosofia que se limitou a interpretar o mundo: para ele, a tarefa do filósofo era transformá-lo (MARX; ENGELS, 2007). Observar a realidade concreta para entender como ela é modificada pelo processo histórico e seu conjunto de determinantes (MARTINS, 2008).

A transformação, por sua vez, é obra de uma ação consciente sobre a realidade concreta; uma alquimia entre teoria e prática, concebida historicamente. Genro Filho (2012) afirma que, para Marx, a práxis, como uma ação prática dotada de consciência crítica, é o cerne do conhecimento. Isso porque não é possível contrapor de forma absoluta “sujeito e objeto” ou a ação prática não está em relação opositora à teoria que a desvela: são parte de um todo.

Na crítica a Feuerbach, Marx (2007) afirma que, ao conceber a operação teórica como algo humano, mas não elevando a prática à mesma condição, ele não teria compreendido o papel da ação revolucionária que se estabelece numa “prática crítica”. O problema do materialismo de Feuerbach estaria em interpretar a realidade na forma da contemplação. Para Marx, era preciso compreendê-la como ação humana prática, não apenas subjetivamente (MARX; ENGELS, 2007).

Essa percepção demonstra que o conhecimento se elabora a partir de uma relação dialética entre ação prática e reflexão teórica, numa visão marcada pela materialidade histórica. O conhecimento detalhado que desvele a realidade requer a consciência sobre os elementos que compõem a sua totalidade, a noção precisa de cada elemento e a superação de uma concepção analítica, mediando as relações das partes entre si e em relação ao todo, produzindo uma síntese (MARTINS, 2008). O conhecimento, nessas bases, revela uma face da realidade mais integral. Em constante movimento, evidencia a mediação como processo estabelecido dialeticamente entre as partes e a totalidade (MARTINS, 2008). De acordo com Semeraro (2001), nem Marx e nem Gramsci distinguiram a ação do conhecimento. Para eles, não era possível compreender a realidade e suas formas de ver o mundo,



os fatos e suas interpretações de forma abstrata. A totalidade é resultante de uma práxis em que conhecimento, história e política constituem os sujeitos capazes de operar uma hegemonia.


Meditsch (1998, p. 30) explica que o conhecimento se produz e reproduz em um processo constante, submetido às possibilidades de troca de experiências, o que amplia o interesse em estudar as funções das “tecnologias intelectuais disponíveis em cada sociedade e em cada cultura”. À medida que as sociedades foram se transformando e observando o impacto dessas mudanças na vida real, foi-se descortinando a possibilidade de que outras formas de produção do conhecimento fossem válidas. À sua maneira, cada uma delas pode “revelar aspectos da realidade que não são alcançados por outros modos de conhecer mais prestigiados em nossa cultura” (MEDITSCH, 1998, p. 30). Pode-se dizer que este é o caso do jornalismo como uma dessas formas de conhecimento, reconhecida ao longo da história após o advento do modo de produção capitalista.

Há interpretações diferentes sobre a relação entre jornalismo e conhecimento. Numa abordagem moderna, o conhecimento era um ideal abstrato, estabelecido por um processo científico rigoroso. Nessa lógica, o jornalismo não seria capaz de formular um saber válido (MEDITSCH, 1998). Na perspectiva filosófica pragmática, em que o conhecimento é compreendido como elemento da vida real, o jornalismo é uma forma de conhecer a realidade a partir da dimensão singular do mundo. Para o autor, essa é uma visão que buscou paralelos entre jornalismo e ciência e, embora de maneira insuficiente, abriu possibilidades de aprofundamento (MEDITSCH, 1998).

É a partir desses estudos que surge outra abordagem, enfatizando a investigação sobre aquilo que o jornalismo tem de único e original, podendo revelar aspectos da realidade diferentes daqueles produzidos por outras formas de conhecimento. O jornalismo também reproduz conhecimento: aquele produzido por ele próprio e o produzido por outros agentes. A reprodução de conhecimento, nesse caso, consiste em um processo mais complexo do que a mera transmissão de informação (MEDITSCH, 1998).

A crítica à abordagem pragmática para a ideia de jornalismo como forma de produção do conhecimento é uma das bases dos estudos de Genro Filho (2012). O autor parte da obra de Robert Ezra Park (2008). Genro (2012) compreende que, para Park (2008), a notícia estaria localizada em um “contínuo” entre os gêneros do conhecimento, condicionada ao presente e aludindo a um acontecimento (GENRO FILHO, 2012). Esse contínuo se inicia no “conhecimento de trato”, aquele adquirido no cotidiano, onde uma “práxis utilitária” determina “os fenômenos da vida social como se fossem dados naturais e eternos” (GENRO FILHO, 2012, p. 52).

A concepção pragmática de conhecimento adotada por Park (2008) limita a notícia e a atividade jornalística à sua “função orgânica”. Genro Filho (2012) critica essa percepção que invisibiliza as contradições internas do “senso




comum”, reduzindo-o à reprodução das relações sociais hegemônicas, integrando o indivíduo ao seu meio social. O conhecimento jornalístico se estabelece no contínuo que tem como principal elemento “a apropriação do real pela via da singularidade”, uma operação que busca reconstruir o fenômeno na sua integridade (GENRO FILHO, 2012, p. 52).

Meditich (1998, p. 6) argumenta que, se o ponto de partida do jornalismo é a imediatividade do real, ele opera no “campo lógico do senso comum”. O autor defende que quando as ciências humanas valorizam a observação do cotidiano como desveladora das relações sociais, se ganha terreno na teoria do conhecimento. De certo modo, a perspectiva gramsciana alerta para a necessidade de compreender o senso comum e como ele se constitui, objetivando um diálogo permanente e crítico que amplie a visão sobre a realidade concreta.

Sob este aspecto, há uma divergência notável entre a leitura de Meditsch (1998) e a abordagem feita por Genro Filho (2012). Para esse último, a dimensão singular da objetividade – que se expressa na imediatividade ou senso comum – é apenas um ponto de chegada para a produção do conhecimento jornalístico porque, para ele, o singular “é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados” (GENRO FILHO, 2012, p. 171-172). Em última análise, compreende que o conteúdo do conhecimento jornalístico estará sempre associado à particularidade e à universalidade que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista.

Para Genro Filho (2012), na obra de Park (2008) há ausência de uma perspectiva histórica de transformação da realidade. Park concebia a notícia como um guia para o indivíduo se adequar ao mundo real e para a sociedade manter o sistema hegemônico (GENRO FILHO, 2012). Porém, se a ação política prescinde da notícia, como pensou Park, o jornalismo poderia apresentar outro potencial. Pensando a história como processo das contradições sociais e a política como arena de disputas que constituem o ser humano “em torno da qualificação da práxis social” (GENRO FILHO, 2012, p. 58), o jornalismo pode ser visto como “desalienante e humanizador” (GENRO FILHO, 2012, p. 58).

Não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma simulação dessa *correspondência*. É a partir dessa simulação que surge propriamente um *gênero de conhecimento*, pois enquanto se trata da relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que povoam o cotidiano, da experiência sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, o que temos é realmente a percepção tal como a psicologia a descreve. Quer dizer, um grau determinado de conhecimento, um nível de abstração elementar (GENRO FILHO, 2012, p. 53).



Embora haja supremacia do “aspecto positivo do fenômeno” na percepção do indivíduo e no senso comum, a tendência é apreender a realidade de uma forma “funcional e orgânica”. Há sempre um elemento interno de insurgência capaz de impulsionar rupturas, que se materializa no protagonismo das massas nas principais transformações ao longo da história e modifica a produção simbólica da práxis, revelando espontaneamente uma ideologia daqueles que são dominados, e possibilita o desenvolvimento dessa “ideologia revolucionária” (GENRO FILHO, 2012, p. 54).

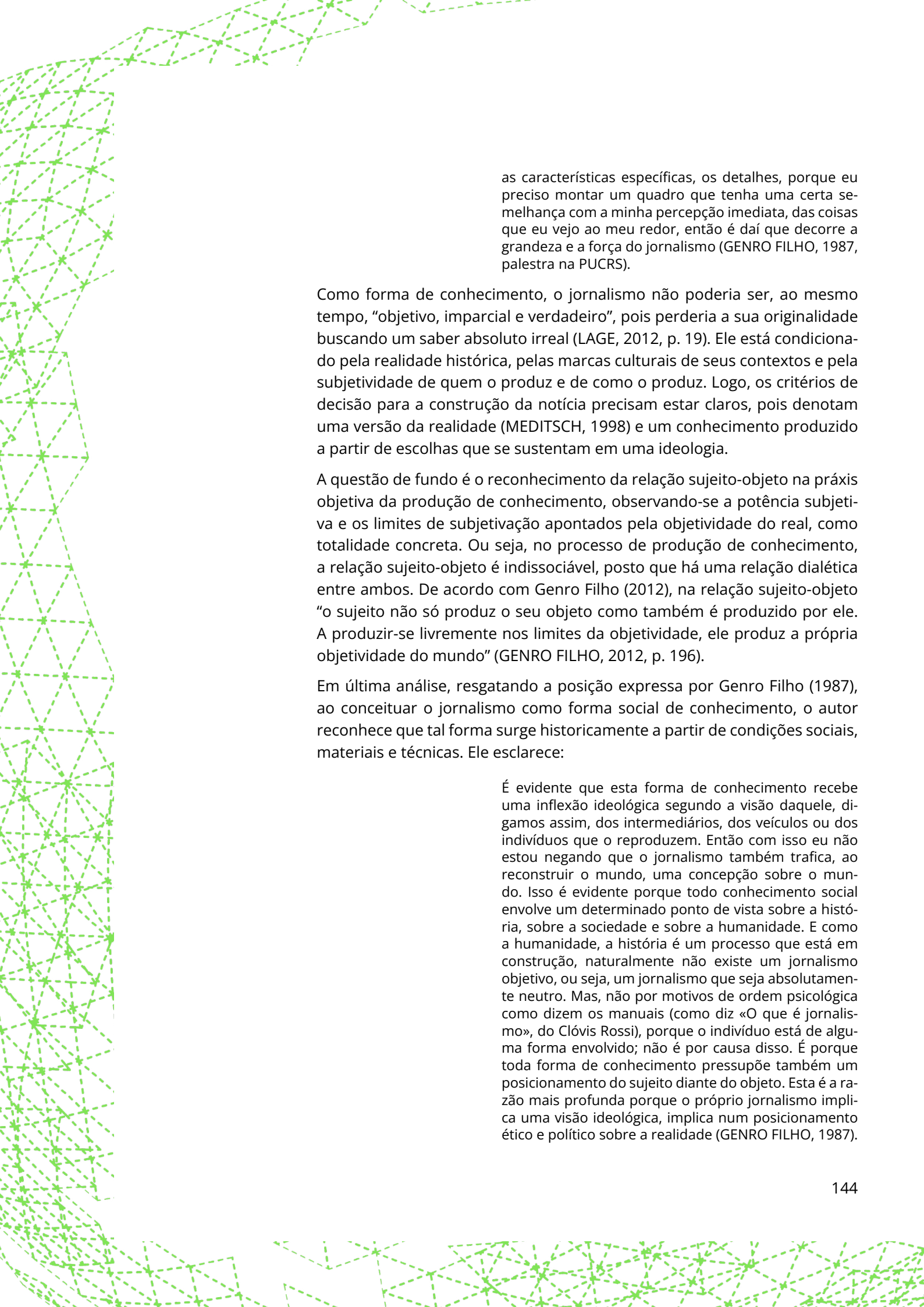
O jornalismo possibilita ao indivíduo fazer parte do mundo, ainda que de forma indireta e incompleta, através do seu caráter “dinâmico e singular”. Tem a capacidade de conectar a realidade mais ampla ao cotidiano imediato e de constituir sentidos. A notícia é o fato elaborado a partir de novos dados, obedecendo a critérios específicos, diferentes daqueles utilizados pela ciência ou pela arte (GENRO FILHO, 2012).

No conhecimento produzido pelo jornalismo, o singular é reconstituído de forma simbólica com consciência da sua perenidade temporal. Já na ciência, a singularidade se dissipa nas categorias universais. No entanto, essa representação não é a projeção de uma subjetividade autoral, como na arte. No jornalismo, o sentido se constitui na intersecção entre dois conjuntos: o primeiro, que correlaciona “as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento” à “totalidade social considerada”; e o segundo, composto pelas “relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação” (GENRO FILHO, 2012, p. 60-61).

No jornalismo, a dimensão objetiva da singularidade impõe limites à atribuição de sentidos pela subjetividade, como acontece na arte. Ao mesmo tempo, o singular busca manter sua originalidade, sobrepondo-se a uma objetividade científica, conferindo ao jornalismo um caráter relacional entre o aspecto objetivo e o subjetivo (GENRO FILHO, 2012). A qualidade da informação é resultado “da subjetividade e da liberdade que a história encerra” e se relaciona ao “processo de totalização objetiva e subjetiva” (GENRO FILHO, 2012, p. 63-64).

Na única palestra que deu sobre a obra, Genro Filho (2012) definiu essa forma de conhecimento configurada pelo jornalismo:

A força do jornalismo é precisamente a singularidade. Os professores, que tem uma atividade empírica no jornalismo, mesmo que não teorizem sobre o problema, eles nos ensinam na escola: olha, ao invés de dizer que o sujeito era muito alto diga que ele tem um metro e noventa - eu estou me lembrando do exemplo que o Nilson Lage dá. Ao invés de dizer que o (presidente José) Sarney estava nervoso, quando anunciou o último Cruzado (plano econômico), diga no seu texto que suas mãos tremiam, diga que ele tinha o senho carregado. (...) A singularidade, aquilo que é menos generalizante, é o que tem mais força no jornalismo. São



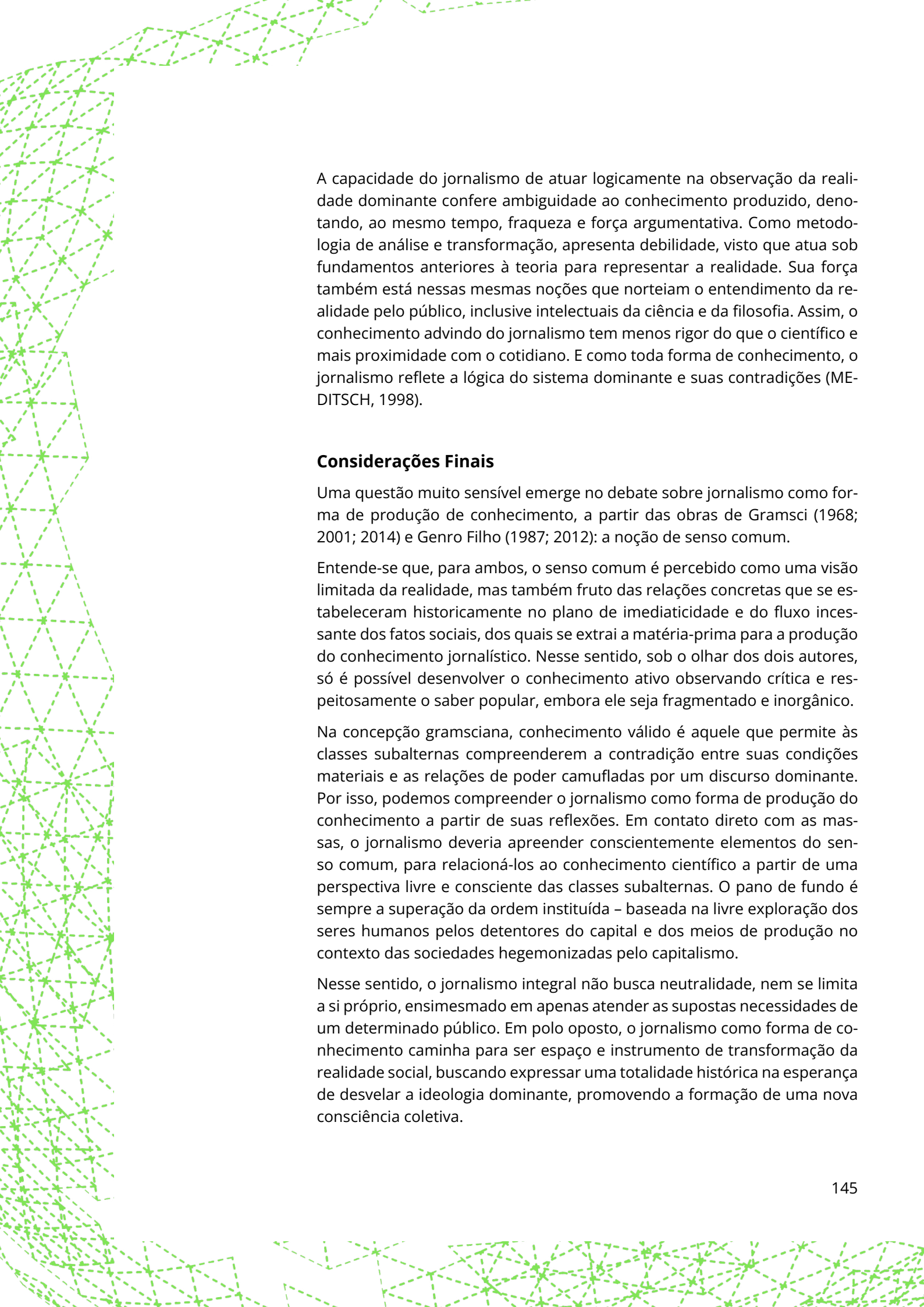
as características específicas, os detalhes, porque eu preciso montar um quadro que tenha uma certa semelhança com a minha percepção imediata, das coisas que eu vejo ao meu redor, então é daí que decorre a grandeza e a força do jornalismo (GENRO FILHO, 1987, palestra na PUCRS).

Como forma de conhecimento, o jornalismo não poderia ser, ao mesmo tempo, “objetivo, imparcial e verdadeiro”, pois perderia a sua originalidade buscando um saber absoluto irreal (LAGE, 2012, p. 19). Ele está condicionado pela realidade histórica, pelas marcas culturais de seus contextos e pela subjetividade de quem o produz e de como o produz. Logo, os critérios de decisão para a construção da notícia precisam estar claros, pois denotam uma versão da realidade (MEDITSCH, 1998) e um conhecimento produzido a partir de escolhas que se sustentam em uma ideologia.

A questão de fundo é o reconhecimento da relação sujeito-objeto na práxis objetiva da produção de conhecimento, observando-se a potência subjetiva e os limites de subjetivação apontados pela objetividade do real, como totalidade concreta. Ou seja, no processo de produção de conhecimento, a relação sujeito-objeto é indissociável, posto que há uma relação dialética entre ambos. De acordo com Genro Filho (2012), na relação sujeito-objeto “o sujeito não só produz o seu objeto como também é produzido por ele. A produzir-se livremente nos limites da objetividade, ele produz a própria objetividade do mundo” (GENRO FILHO, 2012, p. 196).

Em última análise, resgatando a posição expressa por Genro Filho (1987), ao conceituar o jornalismo como forma social de conhecimento, o autor reconhece que tal forma surge historicamente a partir de condições sociais, materiais e técnicas. Ele esclarece:

É evidente que esta forma de conhecimento recebe uma inflexão ideológica segundo a visão daquele, digamos assim, dos intermediários, dos veículos ou dos indivíduos que o reproduzem. Então com isso eu não estou negando que o jornalismo também trafica, ao reconstruir o mundo, uma concepção sobre o mundo. Isso é evidente porque todo conhecimento social envolve um determinado ponto de vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como a humanidade, a história é um processo que está em construção, naturalmente não existe um jornalismo objetivo, ou seja, um jornalismo que seja absolutamente neutro. Mas, não por motivos de ordem psicológica como dizem os manuais (como diz «O que é jornalismo», do Clóvis Rossi), porque o indivíduo está de alguma forma envolvido; não é por causa disso. É porque toda forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Esta é a razão mais profunda porque o próprio jornalismo implica uma visão ideológica, implica num posicionamento ético e político sobre a realidade (GENRO FILHO, 1987).



A capacidade do jornalismo de atuar logicamente na observação da realidade dominante confere ambiguidade ao conhecimento produzido, denotando, ao mesmo tempo, fraqueza e força argumentativa. Como metodologia de análise e transformação, apresenta debilidade, visto que atua sob fundamentos anteriores à teoria para representar a realidade. Sua força também está nessas mesmas noções que norteiam o entendimento da realidade pelo público, inclusive intelectuais da ciência e da filosofia. Assim, o conhecimento advindo do jornalismo tem menos rigor do que o científico e mais proximidade com o cotidiano. E como toda forma de conhecimento, o jornalismo reflete a lógica do sistema dominante e suas contradições (MEDITSCH, 1998).


Considerações Finais

Uma questão muito sensível emerge no debate sobre jornalismo como forma de produção de conhecimento, a partir das obras de Gramsci (1968; 2001; 2014) e Genro Filho (1987; 2012): a noção de senso comum.

Entende-se que, para ambos, o senso comum é percebido como uma visão limitada da realidade, mas também fruto das relações concretas que se estabeleceram historicamente no plano de imediatidade e do fluxo incessante dos fatos sociais, dos quais se extrai a matéria-prima para a produção do conhecimento jornalístico. Nesse sentido, sob o olhar dos dois autores, só é possível desenvolver o conhecimento ativo observando crítica e respeitosamente o saber popular, embora ele seja fragmentado e inorgânico.

Na concepção gramsciana, conhecimento válido é aquele que permite às classes subalternas compreenderem a contradição entre suas condições materiais e as relações de poder camufladas por um discurso dominante. Por isso, podemos compreender o jornalismo como forma de produção do conhecimento a partir de suas reflexões. Em contato direto com as massas, o jornalismo deveria apreender conscientemente elementos do senso comum, para relacioná-los ao conhecimento científico a partir de uma perspectiva livre e consciente das classes subalternas. O pano de fundo é sempre a superação da ordem instituída – baseada na livre exploração dos seres humanos pelos detentores do capital e dos meios de produção no contexto das sociedades hegemônicas pelo capitalismo.

Nesse sentido, o jornalismo integral não busca neutralidade, nem se limita a si próprio, ensimesmado em apenas atender as supostas necessidades de um determinado público. Em polo oposto, o jornalismo como forma de conhecimento caminha para ser espaço e instrumento de transformação da realidade social, buscando expressar uma totalidade histórica na esperança de desvelar a ideologia dominante, promovendo a formação de uma nova consciência coletiva.




Com esse horizonte epistemológico, entende-se que – pensando o jornalismo integral do ponto de vista metodológico e didático – faz todo sentido desenvolver criticamente cada pauta e estudar todos os seus lados, como parte de um conjunto que atua organicamente para a construção de um novo bloco histórico que dispute a hegemonia na sociedade – na espiral permanente da luta de classes. Ao contrário do “jornalismo burguês”, que reproduz uma ideologia que busca integrar o ser humano ao seu papel social, como uma espécie de epifenômeno da história, o jornalismo integral (GRAMSCI, 2001) busca a consciência do processo histórico. Por isso, contempla o contexto e os elementos da realidade concreta, buscando uma visão integral das relações sociais às quais o fato e o acontecimento estão submetidos.

Essa ordem de observações está inserida em um fundamento mais geral, onde se destaca que as mudanças no pensamento, nos aspectos morais e opiniões acontecem não de forma abrupta e simultânea, mas numa série de combinações ao longo do processo histórico com variações nos modos de autoridade. Dito de outro modo, o conhecimento social produzido pelo jornalismo seria mais um elemento na disputa da hegemonia das ideias, em cada tempo e momento histórico – que tanto pode servir à transformação social quanto à preservação do *status quo*, se limitado à perspectiva do modelo empresa (tipicamente burguês, como legado histórico francês de meados do século 19). Tal afirmação está diretamente relacionada ao conceito de hegemonia, como processo de construção das lutas políticas e sociais, o que prescinde de uma práxis.

O conceito de jornalismo integral gramsciano tem como perspectiva uma totalidade do processo histórico, enquanto em Genro Filho (2012) compreende com o ponto de chegada da realidade objetiva na singularidade dos fatos para constituir as dimensões do particular e do universal, sempre presentes em qualquer acontecimento. O jornalismo integral é aquele que busca uma práxis constituída na relação entre objetividade e subjetividade, ideia presente na perspectiva de práxis jornalística de Genro Filho (2012), na qual a singularidade é demarcada pela relação sujeito-objeto, na concretude do devir histórico. Dando um passo adiante, Gramsci (1968; 2001) pensou essa categoria de jornalismo em sua relação mais intensa – e notadamente dialética, transformadora – com os diferentes públicos com os quais o jornalismo se relaciona.

Nesse sentido, é fundamental pensar uma forma de jornalismo que respeite a expectativa e a inteligência de seu público, sua curiosidade e a necessidade social da informação jornalística. Enquanto os veículos de informação tradicionais, baseados no modelo comercial, estão ocupados em demarcar posições e valores da classe dominante, o jornalismo como forma social de conhecimento – numa perspectiva contra-hegemônica – deveria ter como estratégia atender essa necessidade social da informação jornalística, a partir de outro ponto de vista de classe.



Pensar uma práxis jornalística – compreendida como síntese crítica de uma relação dialética entre teoria e prática – a partir das formulações desses dois autores marxistas, leva-nos a reconhecer um exercício em que o conhecimento é produzido a partir do irrepetível e da experiência cotidiana, material e objetiva, no movimento contínuo da história, que conecta o fenômeno à essência dos fatos, ligando as dimensões singular, particular e universal presentes na realidade objetiva.

Essa práxis busca a integralidade como antídoto à fragmentação e o individualismo do pensar. Na unidade entre teoria e prática, objetividade e subjetividade como instâncias distintas e inseparáveis da produção do conhecimento jornalístico, em contato constante com o outro, o jornalismo pode romper sua relação de ancestralidade com o capitalismo. Desse modo, seria possível articular novas fronteiras para si, por meio da relação estreita com os conhecimentos produzidos pela arte e pela ciência, em consonância com a cultura e a luta cotidiana das classes subalternas, fortalecendo a superação do senso comum, como visão hegemônica de mundo, e contribuindo para a construção de caminhos de emancipação política, liberdade e justiça social.

O potencial transformador do jornalismo não está projetado em um futuro incerto e não sabido, depois da superação da ordem capitalista. Ao contrário, se insere nas disputas da hegemonia cotidianas, na luta política mais geral que se desenrola nas sociedades, no espaço configurado das diferentes mídias jornalísticas – das hegemônicas ou tradicionais às independentes – considerando o jornalismo como um espaço permanente de disputa de ideias e de lutas.

Referências

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. Palestra aos estudantes de comunicação reunidos no **Encontro Regional Sul de Comunicação**, na FAMECOS/PUC-RS, em outubro de 1987 (Mimeo e áudio).


GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos (Antologia)**. Madrid: Alianza Editorial, 2017.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.



HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio – Volume 1: A Ciência da Lógica**. São Paulo: Loyola, 1995.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2012.

MALINA, André. **Gramsci e a questão dos intelectuais**. Campo Grande: UFMS, 2016.

MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?** Campinas: Autores Associados, 2008.

MARX, Karl. **O Capital (Vol. 1)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo como forma de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 1, n. 21, p. 25-38, 1998. Disponível em: <https://tinyurl.com/3hp737ba>. Acesso em: 15 set. 2019.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da Sociologia do Conhecimento. In BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PEREIRA, Fábio Henrique. De Gramsci a Ianni: condições histórico-estruturais para a emergência do “intelectual jornalista”. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SPBJOR), 2., 2004, Salvador, BA. **Anais [...]**. Salvador, BA: SPBJOR 2004. p. 1-8. Disponível em: <https://tinyurl.com/37u54d67>. Acesso em: 19 set. 2019.

SEMERARO, Giovanni. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 95-104, Apr. 2001. Disponível em: <http://twixar.me/XWmT>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. 3. ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2015.

ZILLE, Urbano. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. São Paulo: Paulus, 2005.

A teoria dialética da informação e as mudanças nas mediações comunicacionais¹

La teoría dialéctica de la información y los cambios en las mediaciones comunicativas

The dialectical theory of information and changes in communicational mediations

Monique Figueira

Professora do Departamento de Ciência da Informação da UFF e doutora em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ. Contato: niquefig@gmail.com

Luana Bonone

Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO / UFRJ e coordenadora Geral de Popularização da Ciência do MCTI. Contato: luanabonone@gmail.com

André Januário da Silva

Mestre em Memória Social e doutorando em Ciência da Informação no IBICT/UFRJ, arquivista e museólogo. Contato: andrejanuario.silva@gmail.com

Miguel Papi

Doutorando em Ciência da Informação no IBICT / UFRJ. Contato: migpapi@gmail.com

Submetido em: 15 mai. 2023

Aprovado em: 01 set. 2023



Creative Commons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal



1 As reflexões aqui mobilizadas são fruto de mais de cinco anos de atividades do ComMarx - Grupo Marxiano de Pesquisa em Informação, Comunicação e Cultura, formalmente certificado pelo CNPq em 2021. Com coordenação do Prof. Marcos Dantas, o grupo é formado por doutores e pós-graduandos do PPGCI-IBICT/UFRJ e PPGCOM/UFRJ que vêm debatendo obras basilares para a economia política da informação, entre elas os “Grundrisse” de Karl Marx, “O conceito de tecnologia” de Álvaro Vieira Pinto e “Informação” de Anthony Wilden. Seus membros participam em grupo de congressos e publicam artigos em coautoria, como “Sobre o conceito de trabalho: uma leitura nos Grundrisse, de Marx”, apresentado no 11º Congresso Internacional da Ulepicc em 2019, “Nem além, nem contra: Marx no limite de Marx. Resposta à crítica de Spence ao Fragmento sobre a Maquinaria”, apresentado no 8º Encontro da Ulepicc-Brasil em 2020, e o Seminário Internacional Trabalho, Comunicação e Valor, organizado pelo grupo em 2021.

RESUMO

O artigo discute a teoria dialética da informação como lógica e método para criticar o fetichismo tecnológico. As novas tecnologias não remodelam a luta de classes, embora sejam centrais para entender a contemporaneidade. A fim de superar a ingenuidade liberal, resgatamos as teorias de marxistas como Álvaro Vieira Pinto e Anthony Wilden por meio de uma pesquisa bibliográfica. A perspectiva dialética de sistemas abertos expõe a universalidade da informação e comunicação não somente para o modo de produção capitalista, mas para a totalidade do real, onde o capital se alçou como mediador em última instância das relações sociais de produção.

Palavras-chave: marxismo; teoria dialética da informação; teorias da comunicação; tecnologias da informação.

RESUMEN

El artículo discute la teoría dialéctica de la información como lógica y método para criticar el fetichismo tecnológico. Las nuevas tecnologías no remodelan la lucha de clases, aunque son centrales para entender la contemporaneidad. Para superar la ingenuidad liberal, rescatamos las teorías de marxistas como Álvaro Vieira Pinto y Anthony Wilden por medio de una investigación bibliográfica. La perspectiva dialéctica de los sistemas abiertos expone la universalidad de la información y la comunicación, no sólo para el modo de producción capitalista, sino para la totalidad de la realidad, donde el capital se ha convertido en el último mediador de las relaciones sociales de producción.

Palabras clave: marxismo; teoría dialéctica de la información; teorías de la comunicación; tecnologías de la información.

ABSTRACT

The paper discusses the dialectical theory of information as a logic and method to criticize technological fetishism. The new technologies do not remodel the class struggle, although they are central to understand contemporaneity. In order to overcome liberal naivety, we rescued the theories of Marxists such as Álvaro Vieira Pinto and Anthony Wilden through a bibliographical research. The dialectical perspective of open systems exposes the universality of information and communication, not only for the capitalist mode of production, but for the totality of reality, where capital has become the ultimate mediator of the social relations of production.

Keywords: Marxism; dialectical theory of information; communication theories; information technologies.


1. INTRODUÇÃO

Compreender os processos comunicacionais requer ajustar a perspectiva para o âmbito da totalidade. Visões lineares podem nos levar a interpretações restritas da realidade e, conseqüentemente, ações limitadas para combater os problemas decorrentes. A principal expressão desse tipo de visão é o fetiche da tecnologia, que considera o desenvolvimento tecnológico a força motriz da história, seja de modo “pessimista” ou “otimista”, como aponta Vieira Pinto (2005a).

Notícias falsas, manipulação de comportamentos, inteligência artificial e ameaça à democracia são algumas das questões que circulam atualmente nos meios de comunicação. Tais fenômenos são, por vezes, associados mecanicamente à ascensão das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), que nos levariam à eliminação do trabalho vivo ou retomada de autoritarismos. A fim de investigar questões sociais que afligem a contemporaneidade, recorreremos à teoria dialética da informação. Buscamos retomar e aprofundar o diálogo iniciado por Marcos Dantas (2015; 2016) entre Anthony Wilden e Álvaro Vieira Pinto, dois autores centrais para a nossa análise por compartilharem uma perspectiva dialética sobre a informação e comunicação. Embora suas obras tenham sido escritas na mesma época, nos idos dos anos 1970, os contextos históricos e geográficos foram distintos: Vieira Pinto, brasileiro, escreveu nas condições do capitalismo dependente e durante a ditadura civil-militar; Wilden, inglês, produziu nas condições acadêmicas da democracia liberal, no auge do Estado de bem-estar social.

Após esta introdução, na segunda seção discutiremos como a informação é central para a organização da matéria e porque deve ser analisada de forma dialética, buscando a totalidade das relações que compõem a realidade social. Para tal análise, é preciso superar a perspectiva de uma história etapista, um modo de pensar dualista e cartesiano marcado pela produção tecnológica. A abordagem dialética da história segue a linha evolutiva inorgânica e orgânica que amarra o todo e culmina no processo de antropogênese, onde o nível humano é marcado pela mediação do trabalho consciente nas relações com a sociedade e com a natureza. Na terceira seção, discutiremos algumas características da totalidade, vinculando os entes cibernéticos por natureza e os cibernéticos por construção em subsistemas a partir de níveis hierárquicos. Na quarta e última seção, articulamos os conceitos de sistemas abertos, ruído, código e analógico *versus* digital, compondo um quebra-cabeças para abordar a dialética materialista da comunicação e da informação.

A informação e a comunicação são aspectos *existenciais* do ser humano, como sublinha Vieira Pinto (2005a). Em um nível complexo, associado à formação da consciência, a informação e a comunicação, em geral já inerentes às relações entre os seres vivos, tornam-se elementos formadores do ser humano, imbricadas na evolução do trabalho coletivo. Dada tamanha penetração e universalidade, a comunicação, a informação e a tecnologia



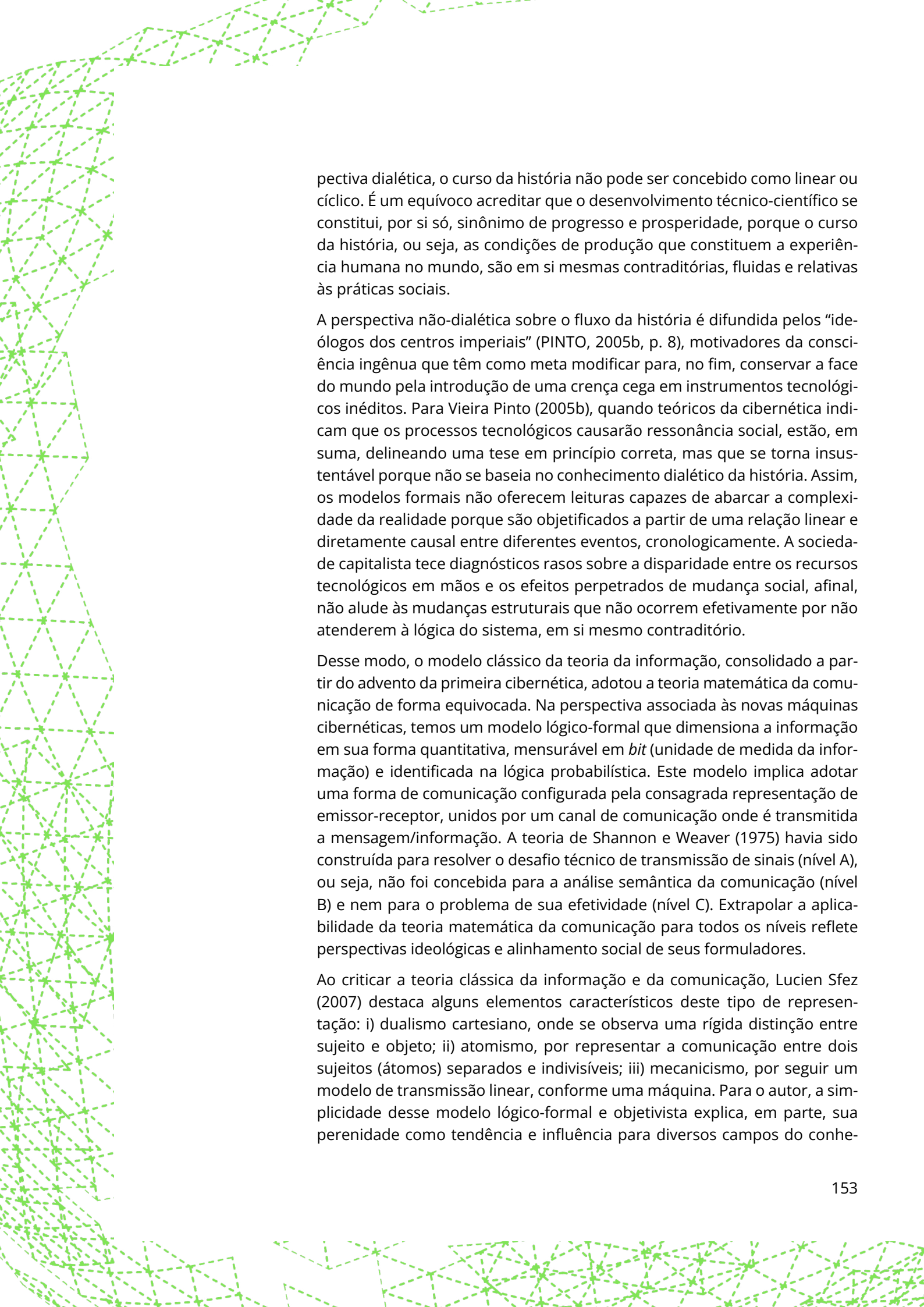
acabam por ocupar o imaginário formal ingênuo como sendo motor da história, mas devem ser compreendidas de forma mais ampla e contraditória, a fim de colaborar com diagnósticos críticos da realidade e a construção de novas relações sociais.

2. Da abordagem matemática à dialética da comunicação

Álvaro Vieira Pinto (2005a; 2005b) cunhou o conceito de consciência ingênuo em referência a um tipo de pensamento que se constitui pelo fenômeno do maravilhamento, o potencial de se deslumbrar com o desenvolvimento tecnológico através dos tempos. O autor traça um panorama crítico em relação ao ideário de crença na “renovação histórica” do desenvolvimento tecnológico, sobretudo aquele relacionado à cibernética e às máquinas autorreguladoras. Para Vieira Pinto (2005a), é errado o entendimento de que a humanidade vive pela primeira vez, nessa época das tecnologias digitais, um progresso tecnológico até então nunca observado. O desenvolvimento tecnológico geralmente é associado a pontos de rupturas a partir de grandes descobertas científicas, mas, para o autor, não é possível falar de uma tal Segunda Revolução Industrial se não podemos, a rigor, apontar quando e onde aconteceu a primeira. Sendo assim, até que ponto pode-se dizer que a cibernética, as tecnologias da informação, os algoritmos ou a inteligência artificial remodelaram o curso dos fatos? Para Vieira Pinto, a informação não é o motor da história, mas o oposto: a luta de classes move a história, logo molda, nas suas contradições, a informação social.

A existência humana sempre se caracterizou pela disposição dos indivíduos à vida social como imperativo para prover a sobrevivência. No trabalho produtivo, comunicação e informação se caracterizam como elementos fundamentais para a subsistência e evolução da espécie. O pensamento cibernético hegemônico tende a ocultar o caráter infocomunicacional inerente à existência dos seres humanos, levando-nos a crer que o processo comunicativo se realiza pela ligação de indivíduos por meio de algum artefato difusor de notícias ou outras formas de conexão. Contrapondo o formalismo amplamente disseminado, Vieira Pinto (2005b) propõe abordar a cibernética a partir da lógica dialética. Podemos afirmar que essa abordagem do filósofo brasileiro é inovadora em nível mundial. Na sua crítica, o teórico marxista não poupa nem mesmo pensadores do leste europeu, então socialista, que buscavam adaptar a teoria cibernética ao cânone oficial soviético.

A suposta natureza inédita das transformações culturais causadas pela cibernética das máquinas não se sustenta como uma virada de página no curso da história. Reside na compreensão do pensamento cibernético clássico um modo de conceber o curso da história sob uma perspectiva cíclica. Por isso, a sensação de transformação dos tempos gera assombro e indagação, pois pressupõe que certas descobertas científicas conduziram profundas alterações nas relações de produção e de convívio social. Segundo a pers-

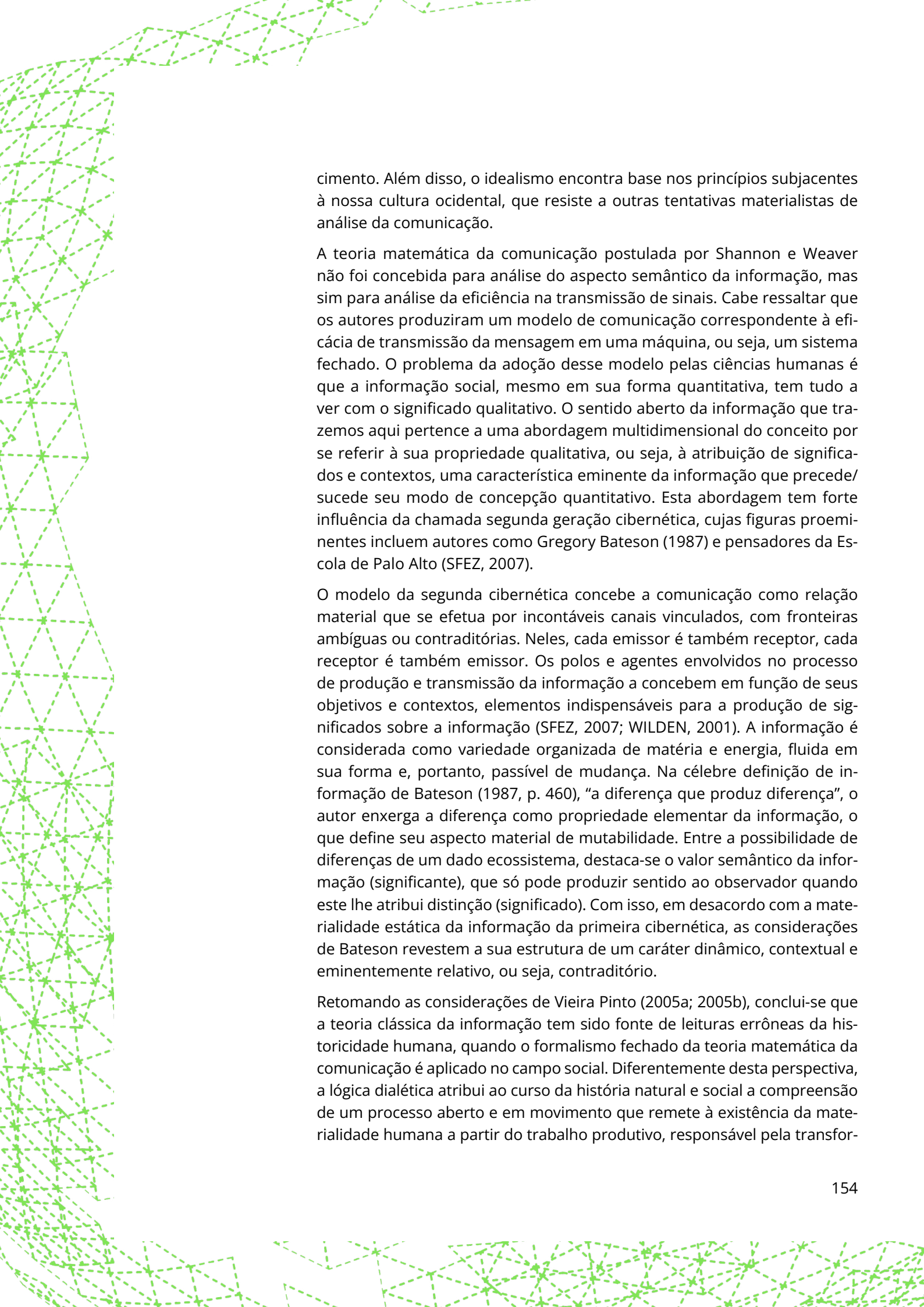


pectiva dialética, o curso da história não pode ser concebido como linear ou cíclico. É um equívoco acreditar que o desenvolvimento técnico-científico se constitui, por si só, sinônimo de progresso e prosperidade, porque o curso da história, ou seja, as condições de produção que constituem a experiência humana no mundo, são em si mesmas contraditórias, fluidas e relativas às práticas sociais.

A perspectiva não-dialética sobre o fluxo da história é difundida pelos “ideólogos dos centros imperiais” (PINTO, 2005b, p. 8), motivadores da consciência ingênua que têm como meta modificar para, no fim, conservar a face do mundo pela introdução de uma crença cega em instrumentos tecnológicos inéditos. Para Vieira Pinto (2005b), quando teóricos da cibernética indicam que os processos tecnológicos causarão ressonância social, estão, em suma, delineando uma tese em princípio correta, mas que se torna insustentável porque não se baseia no conhecimento dialético da história. Assim, os modelos formais não oferecem leituras capazes de abarcar a complexidade da realidade porque são objetificados a partir de uma relação linear e diretamente causal entre diferentes eventos, cronologicamente. A sociedade capitalista tece diagnósticos rasos sobre a disparidade entre os recursos tecnológicos em mãos e os efeitos perpetrados de mudança social, afinal, não alude às mudanças estruturais que não ocorrem efetivamente por não atenderem à lógica do sistema, em si mesmo contraditório.

Desse modo, o modelo clássico da teoria da informação, consolidado a partir do advento da primeira cibernética, adotou a teoria matemática da comunicação de forma equivocada. Na perspectiva associada às novas máquinas cibernéticas, temos um modelo lógico-formal que dimensiona a informação em sua forma quantitativa, mensurável em *bit* (unidade de medida da informação) e identificada na lógica probabilística. Este modelo implica adotar uma forma de comunicação configurada pela consagrada representação de emissor-receptor, unidos por um canal de comunicação onde é transmitida a mensagem/informação. A teoria de Shannon e Weaver (1975) havia sido construída para resolver o desafio técnico de transmissão de sinais (nível A), ou seja, não foi concebida para a análise semântica da comunicação (nível B) e nem para o problema de sua efetividade (nível C). Extrapolar a aplicabilidade da teoria matemática da comunicação para todos os níveis reflete perspectivas ideológicas e alinhamento social de seus formuladores.

Ao criticar a teoria clássica da informação e da comunicação, Lucien Sfez (2007) destaca alguns elementos característicos deste tipo de representação: i) dualismo cartesiano, onde se observa uma rígida distinção entre sujeito e objeto; ii) atomismo, por representar a comunicação entre dois sujeitos (átomos) separados e indivisíveis; iii) mecanicismo, por seguir um modelo de transmissão linear, conforme uma máquina. Para o autor, a simplicidade desse modelo lógico-formal e objetivista explica, em parte, sua perenidade como tendência e influência para diversos campos do conhe-

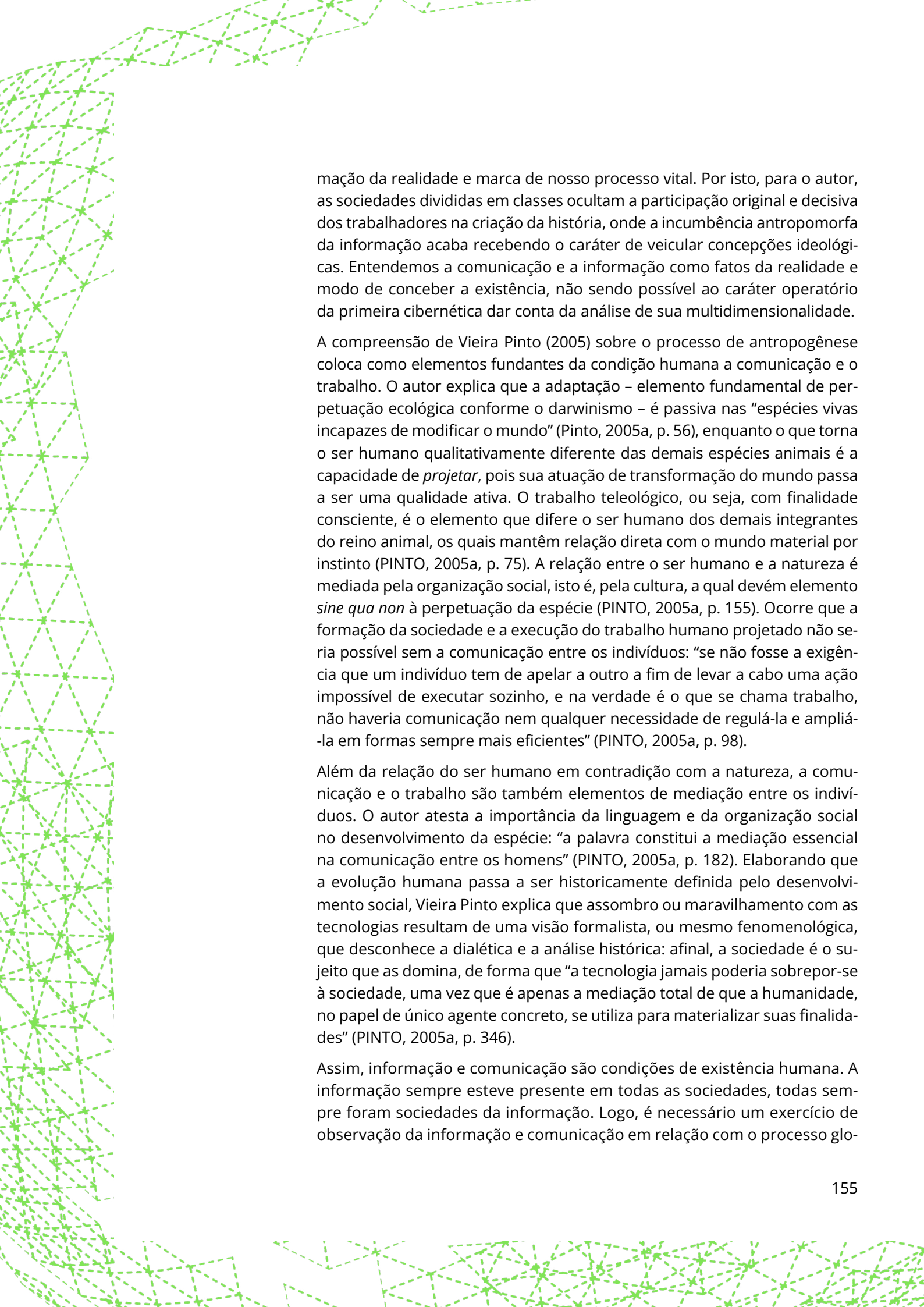


cimento. Além disso, o idealismo encontra base nos princípios subjacentes à nossa cultura ocidental, que resiste a outras tentativas materialistas de análise da comunicação.

A teoria matemática da comunicação postulada por Shannon e Weaver não foi concebida para análise do aspecto semântico da informação, mas sim para análise da eficiência na transmissão de sinais. Cabe ressaltar que os autores produziram um modelo de comunicação correspondente à eficácia de transmissão da mensagem em uma máquina, ou seja, um sistema fechado. O problema da adoção desse modelo pelas ciências humanas é que a informação social, mesmo em sua forma quantitativa, tem tudo a ver com o significado qualitativo. O sentido aberto da informação que trazemos aqui pertence a uma abordagem multidimensional do conceito por se referir à sua propriedade qualitativa, ou seja, à atribuição de significados e contextos, uma característica eminente da informação que precede/sucedee seu modo de concepção quantitativo. Esta abordagem tem forte influência da chamada segunda geração cibernética, cujas figuras proeminentes incluem autores como Gregory Bateson (1987) e pensadores da Escola de Palo Alto (SFEZ, 2007).

O modelo da segunda cibernética concebe a comunicação como relação material que se efetua por incontáveis canais vinculados, com fronteiras ambíguas ou contraditórias. Neles, cada emissor é também receptor, cada receptor é também emissor. Os polos e agentes envolvidos no processo de produção e transmissão da informação a concebem em função de seus objetivos e contextos, elementos indispensáveis para a produção de significados sobre a informação (SFEZ, 2007; WILDEN, 2001). A informação é considerada como variedade organizada de matéria e energia, fluida em sua forma e, portanto, passível de mudança. Na célebre definição de informação de Bateson (1987, p. 460), “a diferença que produz diferença”, o autor enxerga a diferença como propriedade elementar da informação, o que define seu aspecto material de mutabilidade. Entre a possibilidade de diferenças de um dado ecossistema, destaca-se o valor semântico da informação (significante), que só pode produzir sentido ao observador quando este lhe atribui distinção (significado). Com isso, em desacordo com a materialidade estática da informação da primeira cibernética, as considerações de Bateson revestem a sua estrutura de um caráter dinâmico, contextual e eminentemente relativo, ou seja, contraditório.

Retomando as considerações de Vieira Pinto (2005a; 2005b), conclui-se que a teoria clássica da informação tem sido fonte de leituras errôneas da historicidade humana, quando o formalismo fechado da teoria matemática da comunicação é aplicado no campo social. Diferentemente desta perspectiva, a lógica dialética atribui ao curso da história natural e social a compreensão de um processo aberto e em movimento que remete à existência da materialidade humana a partir do trabalho produtivo, responsável pela transfor-

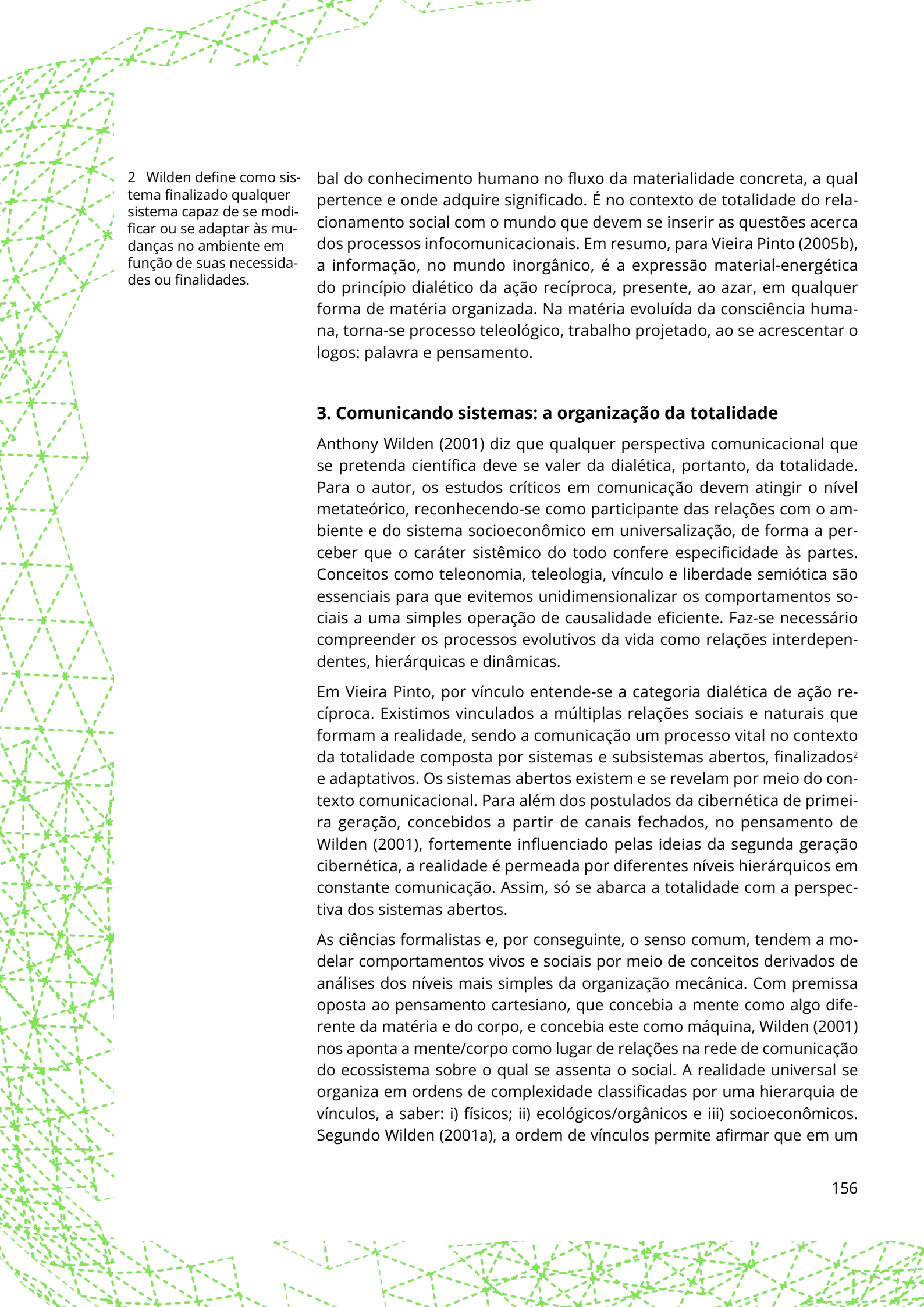


mação da realidade e marca de nosso processo vital. Por isto, para o autor, as sociedades divididas em classes ocultam a participação original e decisiva dos trabalhadores na criação da história, onde a incumbência antropomorfa da informação acaba recebendo o caráter de veicular concepções ideológicas. Entendemos a comunicação e a informação como fatos da realidade e modo de conceber a existência, não sendo possível ao caráter operatório da primeira cibernética dar conta da análise de sua multidimensionalidade.

A compreensão de Vieira Pinto (2005) sobre o processo de antropogênese coloca como elementos fundantes da condição humana a comunicação e o trabalho. O autor explica que a adaptação – elemento fundamental de perpetuação ecológica conforme o darwinismo – é passiva nas “espécies vivas incapazes de modificar o mundo” (Pinto, 2005a, p. 56), enquanto o que torna o ser humano qualitativamente diferente das demais espécies animais é a capacidade de *projetar*, pois sua atuação de transformação do mundo passa a ser uma qualidade ativa. O trabalho teleológico, ou seja, com finalidade consciente, é o elemento que difere o ser humano dos demais integrantes do reino animal, os quais mantêm relação direta com o mundo material por instinto (PINTO, 2005a, p. 75). A relação entre o ser humano e a natureza é mediada pela organização social, isto é, pela cultura, a qual devém elemento *sine qua non* à perpetuação da espécie (PINTO, 2005a, p. 155). Ocorre que a formação da sociedade e a execução do trabalho humano projetado não seria possível sem a comunicação entre os indivíduos: “se não fosse a exigência que um indivíduo tem de apelar a outro a fim de levar a cabo uma ação impossível de executar sozinho, e na verdade é o que se chama trabalho, não haveria comunicação nem qualquer necessidade de regulá-la e ampliá-la em formas sempre mais eficientes” (PINTO, 2005a, p. 98).

Além da relação do ser humano em contradição com a natureza, a comunicação e o trabalho são também elementos de mediação entre os indivíduos. O autor atesta a importância da linguagem e da organização social no desenvolvimento da espécie: “a palavra constitui a mediação essencial na comunicação entre os homens” (PINTO, 2005a, p. 182). Elaborando que a evolução humana passa a ser historicamente definida pelo desenvolvimento social, Vieira Pinto explica que assombro ou maravilhamento com as tecnologias resultam de uma visão formalista, ou mesmo fenomenológica, que desconhece a dialética e a análise histórica: afinal, a sociedade é o sujeito que as domina, de forma que “a tecnologia jamais poderia sobrepor-se à sociedade, uma vez que é apenas a mediação total de que a humanidade, no papel de único agente concreto, se utiliza para materializar suas finalidades” (PINTO, 2005a, p. 346).

Assim, informação e comunicação são condições de existência humana. A informação sempre esteve presente em todas as sociedades, todas sempre foram sociedades da informação. Logo, é necessário um exercício de observação da informação e comunicação em relação com o processo glo-



2 Wilden define como sistema finalizado qualquer sistema capaz de se modificar ou se adaptar às mudanças no ambiente em função de suas necessidades ou finalidades.

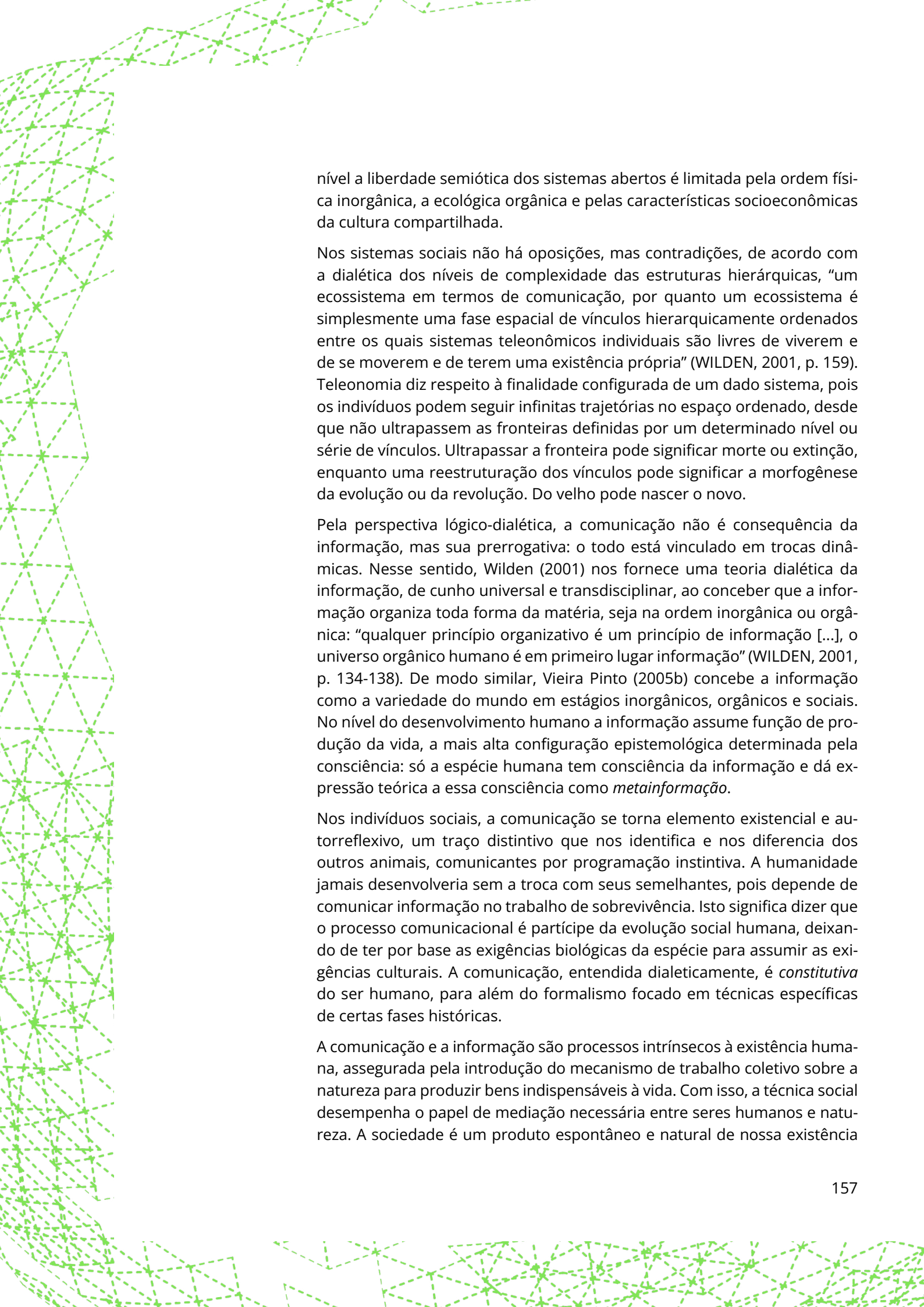
bal do conhecimento humano no fluxo da materialidade concreta, a qual pertence e onde adquire significado. É no contexto de totalidade do relacionamento social com o mundo que devem se inserir as questões acerca dos processos infocomunicacionais. Em resumo, para Vieira Pinto (2005b), a informação, no mundo inorgânico, é a expressão material-energética do princípio dialético da ação recíproca, presente, ao azar, em qualquer forma de matéria organizada. Na matéria evoluída da consciência humana, torna-se processo teleológico, trabalho projetado, ao se acrescentar o logos: palavra e pensamento.

3. Comunicando sistemas: a organização da totalidade

Anthony Wilden (2001) diz que qualquer perspectiva comunicacional que se pretenda científica deve se valer da dialética, portanto, da totalidade. Para o autor, os estudos críticos em comunicação devem atingir o nível metateórico, reconhecendo-se como participante das relações com o ambiente e do sistema socioeconômico em universalização, de forma a perceber que o caráter sistêmico do todo confere especificidade às partes. Conceitos como teleonomia, teleologia, vínculo e liberdade semiótica são essenciais para que evitemos unidimensionalizar os comportamentos sociais a uma simples operação de causalidade eficiente. Faz-se necessário compreender os processos evolutivos da vida como relações interdependentes, hierárquicas e dinâmicas.

Em Vieira Pinto, por vínculo entende-se a categoria dialética de ação recíproca. Existimos vinculados a múltiplas relações sociais e naturais que formam a realidade, sendo a comunicação um processo vital no contexto da totalidade composta por sistemas e subsistemas abertos, finalizados² e adaptativos. Os sistemas abertos existem e se revelam por meio do contexto comunicacional. Para além dos postulados da cibernética de primeira geração, concebidos a partir de canais fechados, no pensamento de Wilden (2001), fortemente influenciado pelas ideias da segunda geração cibernética, a realidade é permeada por diferentes níveis hierárquicos em constante comunicação. Assim, só se abarca a totalidade com a perspectiva dos sistemas abertos.

As ciências formalistas e, por conseguinte, o senso comum, tendem a modelar comportamentos vivos e sociais por meio de conceitos derivados de análises dos níveis mais simples da organização mecânica. Com premissa oposta ao pensamento cartesiano, que concebia a mente como algo diferente da matéria e do corpo, e concebia este como máquina, Wilden (2001) nos aponta a mente/corpo como lugar de relações na rede de comunicação do ecossistema sobre o qual se assenta o social. A realidade universal se organiza em ordens de complexidade classificadas por uma hierarquia de vínculos, a saber: i) físicos; ii) ecológicos/orgânicos e iii) socioeconômicos. Segundo Wilden (2001a), a ordem de vínculos permite afirmar que em um



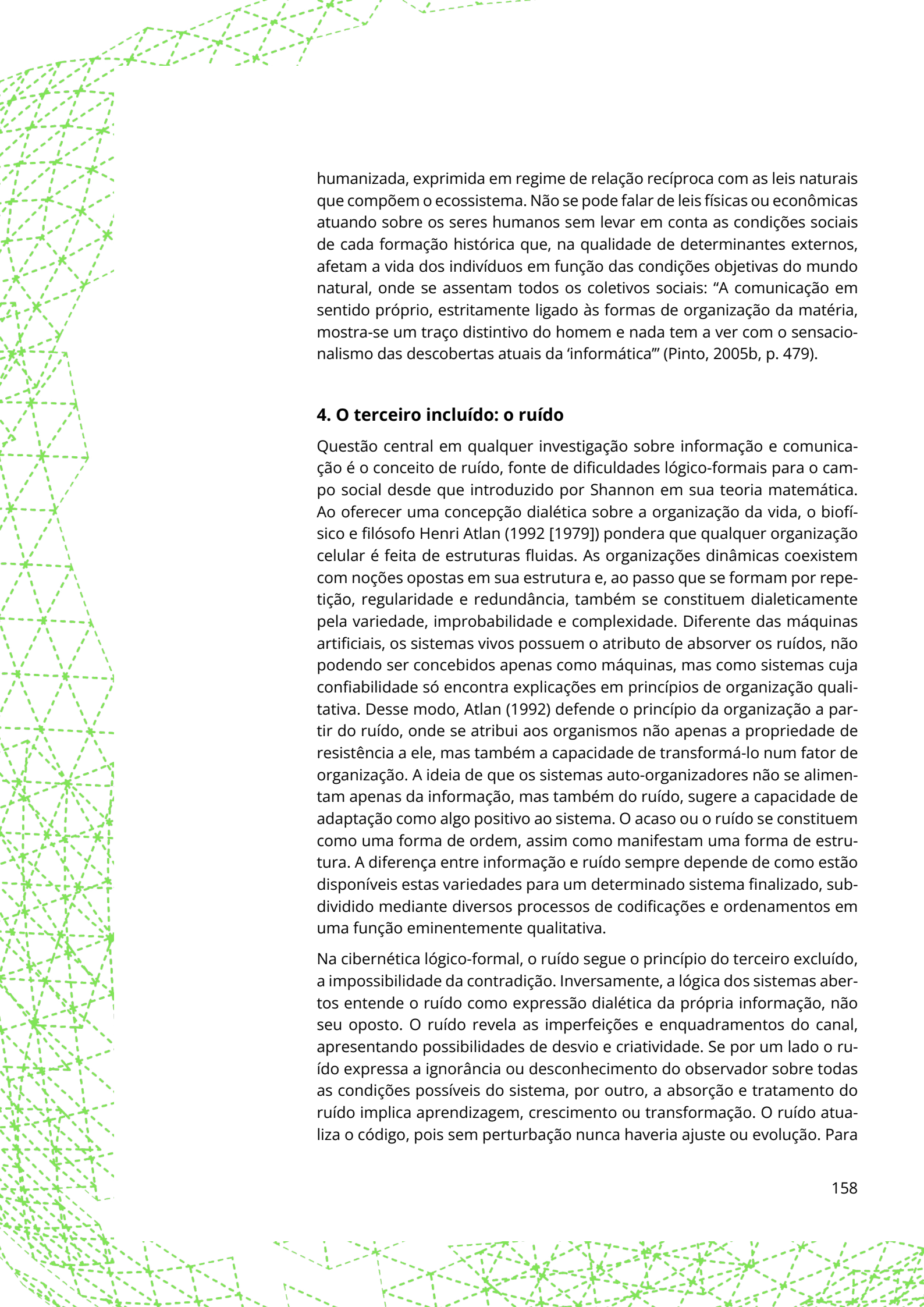
nível a liberdade semiótica dos sistemas abertos é limitada pela ordem física inorgânica, a ecológica orgânica e pelas características socioeconômicas da cultura compartilhada.

Nos sistemas sociais não há oposições, mas contradições, de acordo com a dialética dos níveis de complexidade das estruturas hierárquicas, “um ecossistema em termos de comunicação, por quanto um ecossistema é simplesmente uma fase espacial de vínculos hierarquicamente ordenados entre os quais sistemas teleonômicos individuais são livres de viverem e de se moverem e de terem uma existência própria” (WILDEN, 2001, p. 159). Teleonomia diz respeito à finalidade configurada de um dado sistema, pois os indivíduos podem seguir infinitas trajetórias no espaço ordenado, desde que não ultrapassem as fronteiras definidas por um determinado nível ou série de vínculos. Ultrapassar a fronteira pode significar morte ou extinção, enquanto uma reestruturação dos vínculos pode significar a morfogênese da evolução ou da revolução. Do velho pode nascer o novo.

Pela perspectiva lógico-dialética, a comunicação não é consequência da informação, mas sua prerrogativa: o todo está vinculado em trocas dinâmicas. Nesse sentido, Wilden (2001) nos fornece uma teoria dialética da informação, de cunho universal e transdisciplinar, ao conceber que a informação organiza toda forma da matéria, seja na ordem inorgânica ou orgânica: “qualquer princípio organizativo é um princípio de informação [...], o universo orgânico humano é em primeiro lugar informação” (WILDEN, 2001, p. 134-138). De modo similar, Vieira Pinto (2005b) concebe a informação como a variedade do mundo em estágios inorgânicos, orgânicos e sociais. No nível do desenvolvimento humano a informação assume função de produção da vida, a mais alta configuração epistemológica determinada pela consciência: só a espécie humana tem consciência da informação e dá expressão teórica a essa consciência como *metainformação*.

Nos indivíduos sociais, a comunicação se torna elemento existencial e autorreflexivo, um traço distintivo que nos identifica e nos diferencia dos outros animais, comunicantes por programação instintiva. A humanidade jamais desenvolveria sem a troca com seus semelhantes, pois depende de comunicar informação no trabalho de sobrevivência. Isto significa dizer que o processo comunicacional é partícipe da evolução social humana, deixando de ter por base as exigências biológicas da espécie para assumir as exigências culturais. A comunicação, entendida dialeticamente, é *constitutiva* do ser humano, para além do formalismo focado em técnicas específicas de certas fases históricas.

A comunicação e a informação são processos intrínsecos à existência humana, assegurada pela introdução do mecanismo de trabalho coletivo sobre a natureza para produzir bens indispensáveis à vida. Com isso, a técnica social desempenha o papel de mediação necessária entre seres humanos e natureza. A sociedade é um produto espontâneo e natural de nossa existência

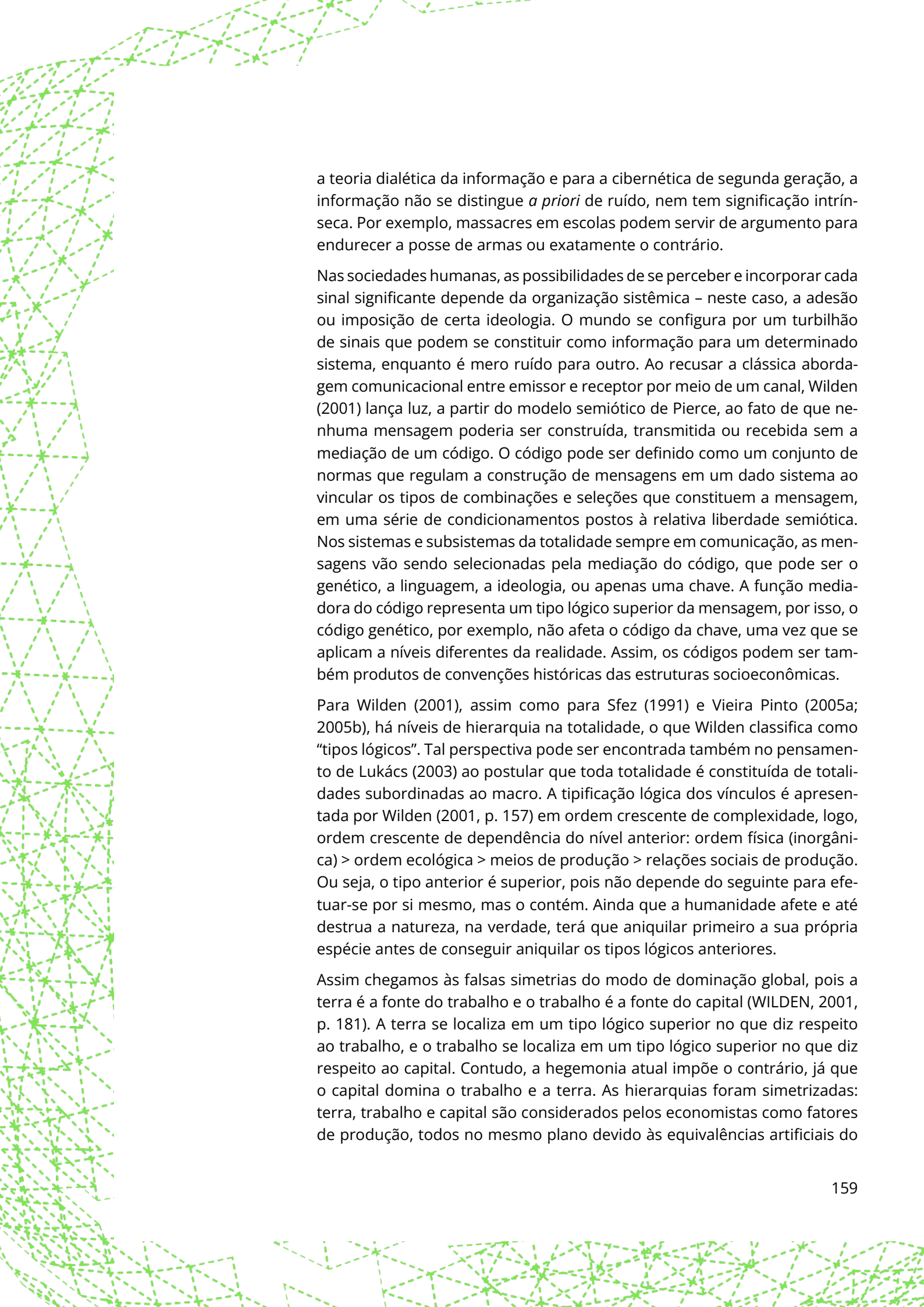


humanizada, exprimida em regime de relação recíproca com as leis naturais que compõem o ecossistema. Não se pode falar de leis físicas ou econômicas atuando sobre os seres humanos sem levar em conta as condições sociais de cada formação histórica que, na qualidade de determinantes externos, afetam a vida dos indivíduos em função das condições objetivas do mundo natural, onde se assentam todos os coletivos sociais: “A comunicação em sentido próprio, estritamente ligado às formas de organização da matéria, mostra-se um traço distintivo do homem e nada tem a ver com o sensacionismo das descobertas atuais da ‘informática’” (Pinto, 2005b, p. 479).

4. O terceiro incluído: o ruído

Questão central em qualquer investigação sobre informação e comunicação é o conceito de ruído, fonte de dificuldades lógico-formais para o campo social desde que introduzido por Shannon em sua teoria matemática. Ao oferecer uma concepção dialética sobre a organização da vida, o biofísico e filósofo Henri Atlan (1992 [1979]) pondera que qualquer organização celular é feita de estruturas fluidas. As organizações dinâmicas coexistem com noções opostas em sua estrutura e, ao passo que se formam por repetição, regularidade e redundância, também se constituem dialeticamente pela variedade, improbabilidade e complexidade. Diferente das máquinas artificiais, os sistemas vivos possuem o atributo de absorver os ruídos, não podendo ser concebidos apenas como máquinas, mas como sistemas cuja confiabilidade só encontra explicações em princípios de organização qualitativa. Desse modo, Atlan (1992) defende o princípio da organização a partir do ruído, onde se atribui aos organismos não apenas a propriedade de resistência a ele, mas também a capacidade de transformá-lo num fator de organização. A ideia de que os sistemas auto-organizadores não se alimentam apenas da informação, mas também do ruído, sugere a capacidade de adaptação como algo positivo ao sistema. O acaso ou o ruído se constituem como uma forma de ordem, assim como manifestam uma forma de estrutura. A diferença entre informação e ruído sempre depende de como estão disponíveis estas variedades para um determinado sistema finalizado, subdividido mediante diversos processos de codificações e ordenamentos em uma função eminentemente qualitativa.

Na cibernética lógico-formal, o ruído segue o princípio do terceiro excluído, a impossibilidade da contradição. Inversamente, a lógica dos sistemas abertos entende o ruído como expressão dialética da própria informação, não seu oposto. O ruído revela as imperfeições e enquadramentos do canal, apresentando possibilidades de desvio e criatividade. Se por um lado o ruído expressa a ignorância ou desconhecimento do observador sobre todas as condições possíveis do sistema, por outro, a absorção e tratamento do ruído implica aprendizagem, crescimento ou transformação. O ruído atualiza o código, pois sem perturbação nunca haveria ajuste ou evolução. Para




a teoria dialética da informação e para a cibernética de segunda geração, a informação não se distingue *a priori* de ruído, nem tem significação intrínseca. Por exemplo, massacres em escolas podem servir de argumento para endurecer a posse de armas ou exatamente o contrário.

Nas sociedades humanas, as possibilidades de se perceber e incorporar cada sinal significativa depende da organização sistêmica – neste caso, a adesão ou imposição de certa ideologia. O mundo se configura por um turbilhão de sinais que podem se constituir como informação para um determinado sistema, enquanto é mero ruído para outro. Ao recusar a clássica abordagem comunicacional entre emissor e receptor por meio de um canal, Wilden (2001) lança luz, a partir do modelo semiótico de Pierce, ao fato de que nenhuma mensagem poderia ser construída, transmitida ou recebida sem a mediação de um código. O código pode ser definido como um conjunto de normas que regulam a construção de mensagens em um dado sistema ao vincular os tipos de combinações e seleções que constituem a mensagem, em uma série de condicionamentos postos à relativa liberdade semiótica. Nos sistemas e subsistemas da totalidade sempre em comunicação, as mensagens vão sendo selecionadas pela mediação do código, que pode ser o genético, a linguagem, a ideologia, ou apenas uma chave. A função mediadora do código representa um tipo lógico superior da mensagem, por isso, o código genético, por exemplo, não afeta o código da chave, uma vez que se aplicam a níveis diferentes da realidade. Assim, os códigos podem ser também produtos de convenções históricas das estruturas socioeconômicas.

Para Wilden (2001), assim como para Sfez (1991) e Vieira Pinto (2005a; 2005b), há níveis de hierarquia na totalidade, o que Wilden classifica como “tipos lógicos”. Tal perspectiva pode ser encontrada também no pensamento de Lukács (2003) ao postular que toda totalidade é constituída de totalidades subordinadas ao macro. A tipificação lógica dos vínculos é apresentada por Wilden (2001, p. 157) em ordem crescente de complexidade, logo, ordem crescente de dependência do nível anterior: ordem física (inorgânica) > ordem ecológica > meios de produção > relações sociais de produção. Ou seja, o tipo anterior é superior, pois não depende do seguinte para efetuar-se por si mesmo, mas o contém. Ainda que a humanidade afete e até destrua a natureza, na verdade, terá que aniquilar primeiro a sua própria espécie antes de conseguir aniquilar os tipos lógicos anteriores.

Assim chegamos às falsas simetrias do modo de dominação global, pois a terra é a fonte do trabalho e o trabalho é a fonte do capital (WILDEN, 2001, p. 181). A terra se localiza em um tipo lógico superior no que diz respeito ao trabalho, e o trabalho se localiza em um tipo lógico superior no que diz respeito ao capital. Contudo, a hegemonia atual impõe o contrário, já que o capital domina o trabalho e a terra. As hierarquias foram simetrizadas: terra, trabalho e capital são considerados pelos economistas como fatores de produção, todos no mesmo plano devido às equivalências artificiais do




valor de troca. Ultrapassar a fronteira inerente a um dado tipo lógico significa desafiar a extinção da espécie.

A ordem ecológica engloba todas as seguintes. O pensador indígena Ailton Krenak (2019, p. 10) corrobora: “Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza”. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx (2004, p. 103) joga dialeticamente com essa relação como uma unidade de contrários: a natureza é a natureza efetiva da humanidade, a essência humana. O indivíduo até em sua existência mais singular é ao mesmo tempo coletividade: “A sociedade [...] é o naturalismo realizado do homem, o humanismo da natureza levado a efeito” (MARX, 2004, p. 107). A constituição da sociabilidade representa a resolução do antagonismo da humanidade com a natureza, ou seja, com ela mesma. Já Vieira Pinto (2005) considera esse antagonismo insuperável, mas faz semelhante afirmação radical do materialismo: se a técnica é humana, logo, a técnica também é natureza, só que mediada pela humanidade. Os computadores são feitos de cobre, ouro, prata, paládio, estanho, gálio, índio... Facilita para a ficção liberal de sistema fechado ignorar, por exemplo, que o genocídio Yanomami, Munduruku e Kayapó é patrocinado pelo padrão de desenvolvimento, com demanda constante de ouro para celulares e computadores para as *big-techs*, como Apple, Microsoft, Google e Amazon.

Não vivemos atualmente nenhuma revolução da informação se ficam mantidas as bases do sistema vigente, calcado na apropriação indevida do trabalho alheio e na exploração predatória da natureza. Trabalho e natureza são as bases do valor, mas o capital se desancora, perde lastro na riqueza efetiva. Somos levados à distração com tanto investimento em estratégias de marketing: a cada hora surge uma promessa diferente de inovação – metaverso, criptomoedas, realidade aumentada, inteligência artificial generativa, aprendizagem de máquinas etc. – que apresentam, sem dúvidas, novidades na capacidade de automação, porém apenas programam probabilidades. Não se chama uma planilha de Excel de inteligente, mas muitos desses dispositivos que, no fim, também operam funções de probabilidade, são chamados de inteligentes. Para Vieira Pinto, mais um exemplo da consciência ingênua, como diz Wilden (2001, p. 174): “É impossível que o sujeito da comunicação digital consiga alguma vez representar convenientemente o sujeito de uma comunicação analógica”.

Vieira Pinto (2005, p. 84) denuncia o erro de limitar os múltiplos aspectos da inteligência aos meios mecânicos ou eletrônicos. De fato, a tecnologia multiplica a força humana, impulsiona exponencialmente nossa capacidade de processar informação e manipular a realidade, tamanho é seu alcance e velocidade de ação, enquanto confere margem quase nula de erros, sem fadiga (mas sempre com entropia). Atos de aparência rebuscada são, na verdade, “apenas grotescamente simuladores da criação” (PINTO, 2005, p.




122), incluindo a aprendizagem de máquina. Aquilo que já está programado carece de inventividade, repetindo continuamente a receita de um sistema fechado, não se encontra organizado como os sistemas abertos da totalidade em mudança permanente e relacional.

Por isso, o autor diferencia os entes orgânicos como cibernéticos por natureza, enquanto ferramentas e maquinismos são cibernéticos por construção. Ao transpor a esfera dos seres cibernéticos por construção aos cibernéticos por natureza, há alguns conceitos e processos em comum – como modelo interno e retroação –, mas não há como garantir onde ocorrem variações qualitativas que invalidam as conclusões tiradas. O ponto central é que a analogia segue válida enquanto assumir uma relação superficial entre o cérebro humano e a máquina cibernética (PINTO, 2005, p. 112), grandezas localizadas em planos distintos da organização da matéria. Para Vieira Pinto (2005, p. 178), o problema mais importante da cibernética não consiste na diferenciação entre o vivo e a máquina, mas na definição das relações totais existentes entre os dois tipos de objetos reais.

Com a inversão dos tipos lógicos, a cibernética artificial parece superar a cibernética natural, o digital parece superior ao analógico. Até o uso corrente do conceito *digital* é equivocado, pois digital significa codificação descontínua, não necessariamente aparato eletrônico. Digital vem de dígito, foi o dedo o primeiro suporte para contar os elementos da realidade. Quando um sinal analógico do mundo é convertido em uma unidade da mão, há um salto descontínuo. Os sistemas digitais, ao contrário dos analógicos, são reductíveis a classes e classificações, a uma comunicação acerca de si próprios e a uma tipificação lógica. Já o campo analógico é o campo da diferenciação, mas também o da similaridade e da semelhança. Desse modo a lógica dialética é simultaneamente analógica e digital: “A maior parte dos conhecimentos, da aprendizagem e da compreensão são comunicados analogicamente, ou seja, através da imitação e do exemplo, e a digitalização serve de instrumento de decisão” (WILDEN, 2001, p. 171).

Também a linguagem é ao mesmo tempo analógica (concreta) e digital (arbitrária), sem oposição. Se ouvimos uma discussão acalorada em grego, provavelmente não decodificamos nada digitalmente sobre os sentidos dessa língua estrangeira, pois desconhecemos as regras lógicas bem definidas da tipificação gramatical. Por outro lado, ainda assim podemos analogicamente, ou seja, por analogia, inferir pontuações sobre a fala exaltada e a existência de conflito, valores em um espectro contínuo de nuances, similaridades com a língua materna e diferenças sutis pelo tom de voz e outros mecanismos da comunicação não-verbal. A tradição de Palo Alto afirma que até em uma Torre de Babel é impossível não comunicar nada, porque é impossível eliminar a comunicação analógica.

Wilden (2001, p. 171) dá o exemplo do sonho. A tradução do campo analógico (por ícones) para o digital (por palavras) sempre implica um ganho de

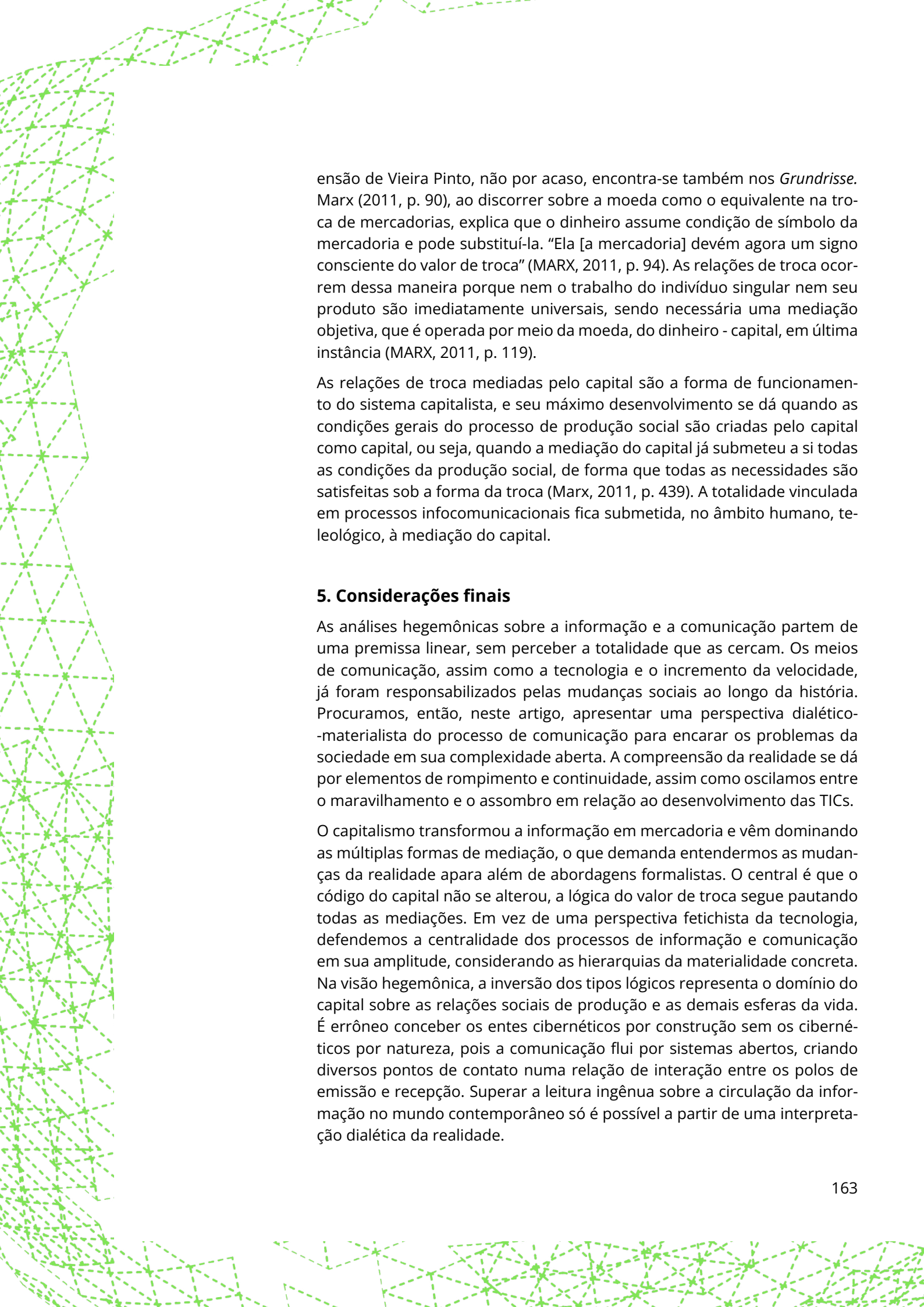


significação e de organização, mas uma perda de sentido e polivalência. Por isso o autor considera que a comunicação digital pode ser mais opressiva, apesar de não o ser intrinsecamente, mas acaba reduzida à comunicação com objetos, prestando-se a instrumento de dominação (WILDEN, 2001, p. 188). Em suma, o digital é uma subtração do analógico, mais limitado e circunscrito à dicotomias e identidades que operam no campo do valor de troca. Enquanto isso, o valor de uso é dialético e essencialmente pluridimensional, possui uma riqueza semântica que nunca será traduzida perfeitamente para a digitalização do preço.

Em uma sociedade de classes, a informação também adquire caráter de classe. A partir do domínio da comunicação de massa, Vieira Pinto (2005b, p. 459) aponta a “degradação que desqualifica a informação direta”, principalmente a de caráter analógico, aquela que remete à comunicação como contato, não só da humanidade, mas da totalidade. Porém, se também a linguagem cotidiana conta com o aspecto digital, o declínio da informação direta implica a banalização da informação em geral. Todos os entes do mundo se configuram por informação, mas a explosão da informação teleológica ocorre quando é artificialmente tornada mercadoria. Com a primazia do capital, operando por sistemas fechados e ciências duras, o estudo da comunicação tende a perder sua ampla concepção e se reduz ao estudo do assim chamado campo da “comunicação social”, instrumentalizada nos dispositivos tecnológicos da vez.

A teoria dialética da informação se apresenta como uma abordagem da totalidade, servindo de crítica e denúncia do “pseudo-holismo” (WILDEN, 2001, p. 148) do contrato social e do uso capitalista das tecnologias, considerados sistemas fechados autônomos. Categorias que pertencem a tipos lógicos distintos se tornam simétricas: trabalhador *versus* patrão, valor de uso *versus* valor de troca, comum *versus* propriedade privada, cérebro *versus* máquina, cibernéticos por natureza *versus* cibernéticos por construção. Quando tratamos de sistemas abertos, ampliamos o escopo dos canais às relações, onde cada ente faz parte do ecossistema e, a título de sobrevivência, precisa reconhecer sua origem e os vínculos condizentes com tal tipo lógico e nível hierárquico. A natureza é um tipo lógico superior ou anterior. Então, somos, na verdade, inferiores à natureza (mais complexos e, portanto, mais dependentes), com liberdade relativa às possibilidades do sistema geral. A máquina é um tipo lógico inferior ou posterior, só na ficção pode superar o cérebro que a programou. Ainda assim, o sistema artificial dominante impõe o princípio hierárquico onde o capital organiza as relações sociais e tenta incessantemente dispensar o trabalho vivo, apesar de ser a sua fonte de valor. O valor de troca se tornou o código de toda mediação.

As aplicações tecnológicas nos últimos séculos expressam a mediação do capital sobre as relações de produção, pois as mediações se modificam conforme as técnicas do modo dominante em cada tempo histórico. A compre-



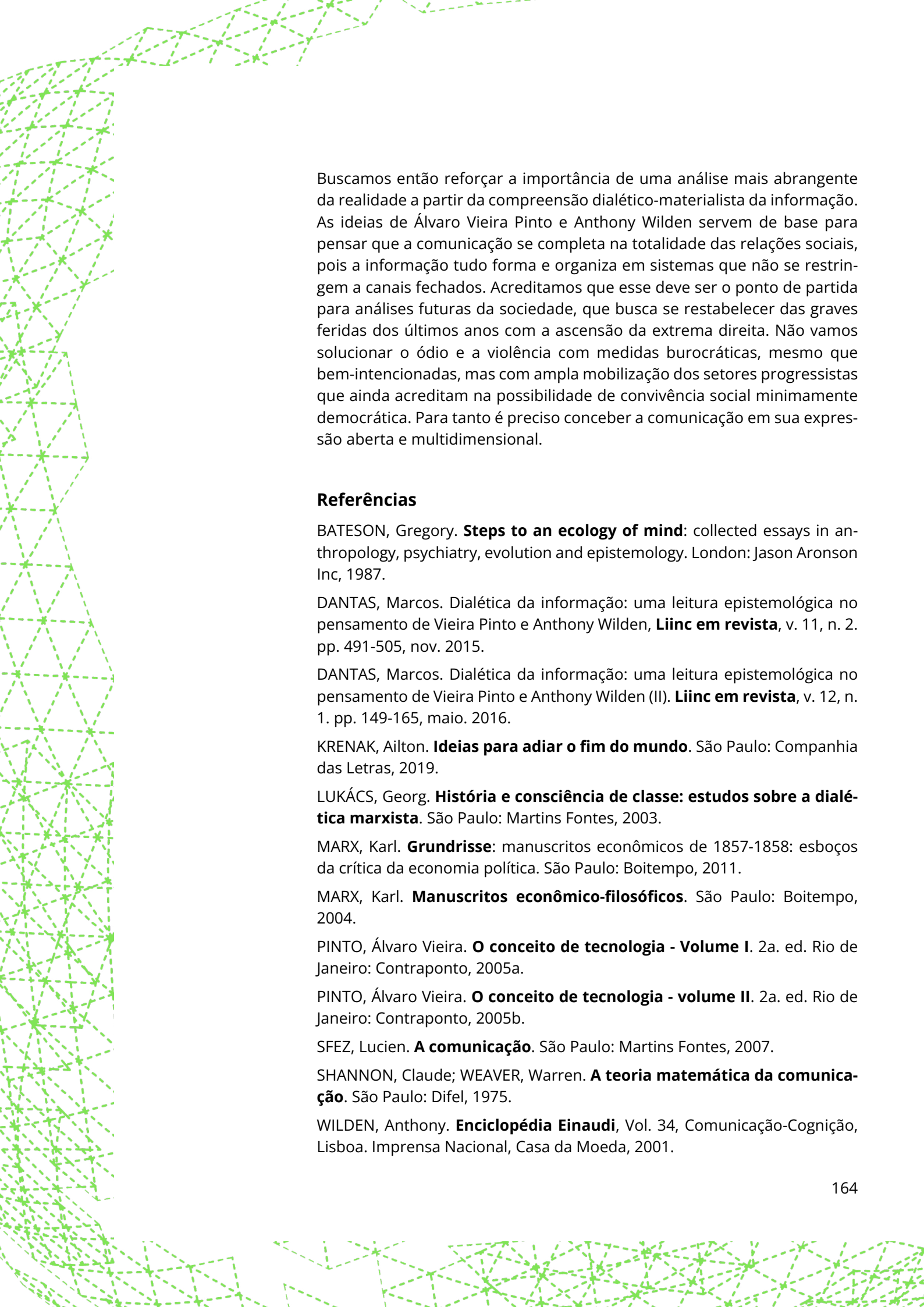
ensão de Vieira Pinto, não por acaso, encontra-se também nos *Grundrisse*. Marx (2011, p. 90), ao discorrer sobre a moeda como o equivalente na troca de mercadorias, explica que o dinheiro assume condição de símbolo da mercadoria e pode substituí-la. “Ela [a mercadoria] devém agora um signo consciente do valor de troca” (MARX, 2011, p. 94). As relações de troca ocorrem dessa maneira porque nem o trabalho do indivíduo singular nem seu produto são imediatamente universais, sendo necessária uma mediação objetiva, que é operada por meio da moeda, do dinheiro - capital, em última instância (MARX, 2011, p. 119).

As relações de troca mediadas pelo capital são a forma de funcionamento do sistema capitalista, e seu máximo desenvolvimento se dá quando as condições gerais do processo de produção social são criadas pelo capital como capital, ou seja, quando a mediação do capital já submeteu a si todas as condições da produção social, de forma que todas as necessidades são satisfeitas sob a forma da troca (Marx, 2011, p. 439). A totalidade vinculada em processos infocomunicacionais fica submetida, no âmbito humano, teológico, à mediação do capital.

5. Considerações finais

As análises hegemônicas sobre a informação e a comunicação partem de uma premissa linear, sem perceber a totalidade que as cercam. Os meios de comunicação, assim como a tecnologia e o incremento da velocidade, já foram responsabilizados pelas mudanças sociais ao longo da história. Procuramos, então, neste artigo, apresentar uma perspectiva dialético-materialista do processo de comunicação para encarar os problemas da sociedade em sua complexidade aberta. A compreensão da realidade se dá por elementos de rompimento e continuidade, assim como oscilamos entre o maravilhamento e o assombro em relação ao desenvolvimento das TICs.

O capitalismo transformou a informação em mercadoria e vêm dominando as múltiplas formas de mediação, o que demanda entendermos as mudanças da realidade apara além de abordagens formalistas. O central é que o código do capital não se alterou, a lógica do valor de troca segue pautando todas as mediações. Em vez de uma perspectiva fetichista da tecnologia, defendemos a centralidade dos processos de informação e comunicação em sua amplitude, considerando as hierarquias da materialidade concreta. Na visão hegemônica, a inversão dos tipos lógicos representa o domínio do capital sobre as relações sociais de produção e as demais esferas da vida. É errôneo conceber os entes cibernéticos por construção sem os cibernéticos por natureza, pois a comunicação flui por sistemas abertos, criando diversos pontos de contato numa relação de interação entre os polos de emissão e recepção. Superar a leitura ingênua sobre a circulação da informação no mundo contemporâneo só é possível a partir de uma interpretação dialética da realidade.



Buscamos então reforçar a importância de uma análise mais abrangente da realidade a partir da compreensão dialético-materialista da informação. As ideias de Álvaro Vieira Pinto e Anthony Wilden servem de base para pensar que a comunicação se completa na totalidade das relações sociais, pois a informação tudo forma e organiza em sistemas que não se restringem a canais fechados. Acreditamos que esse deve ser o ponto de partida para análises futuras da sociedade, que busca se restabelecer das graves feridas dos últimos anos com a ascensão da extrema direita. Não vamos solucionar o ódio e a violência com medidas burocráticas, mesmo que bem-intencionadas, mas com ampla mobilização dos setores progressistas que ainda acreditam na possibilidade de convivência social minimamente democrática. Para tanto é preciso conceber a comunicação em sua expressão aberta e multidimensional.

Referências

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution and epistemology. London: Jason Aronson Inc, 1987.

DANTAS, Marcos. Dialética da informação: uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden, **Liinc em revista**, v. 11, n. 2. pp. 491-505, nov. 2015.

DANTAS, Marcos. Dialética da informação: uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden (II). **Liinc em revista**, v. 12, n. 1. pp. 149-165, maio. 2016.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia - Volume I**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia - volume II**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.

SFEZ, Lucien. **A comunicação**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. **A teoria matemática da comunicação**. São Paulo: Difel, 1975.

WILDEN, Anthony. **Enciclopédia Einaudi**, Vol. 34, Comunicação-Cognição, Lisboa. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2001.

1 Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código Financeiro 001

Subimperialismo de dados: uma crítica ao colonialismo de dados diante das Big Techs sul-americanas¹

Data Subimperialism: A Critique of Data Colonialism in the Face of South American Big Techs

Subimperialismo de datos: una crítica al colonialismo de datos ante las Big Techs sudamericanas

Kenzo Soares Seto

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ (PPGCOM/ECO-UFRJ). Membro do grupo de pesquisa NETLAB - ECO/IBICT. Contato: kenzosoares.ufrj@gmail.com

Submetido em: 14 mai. 2023

Aprovado em: 26 set. 2023



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhalgal



Resumo

Este artigo investiga a inserção da América do Sul no capitalismo de plataforma, propondo como uma chave interpretativa a categoria de Subimperialismo de dados: a constituição no capitalismo dependente de centros regionais de acumulação de dados e capital associado a Big Data, uma posição intermediária entre países hegemônicos e “colônias de dados” na divisão internacional do extrativismo de dados, plataformização do trabalho e dependência tecnológica. Considerando as limitações do Colonialismo de Dados em compreender as interseções entre o capitalismo dependente e o de plataforma no continente, retomamos a teoria do subimperialismo de Ruy Mauro Marini e suas fundamentações na Teoria Marxista da Dependência (TMD) para investigar a expansão continental das Big Techs sul-americanas, destacando a atualização da superexploração na plataformização do trabalho precário.

Palavras-chave: Subimperialismo de dados. Colonialismo de dados. Plataformização do trabalho. Teoria da Dependência. Capitalismo de Plataforma.

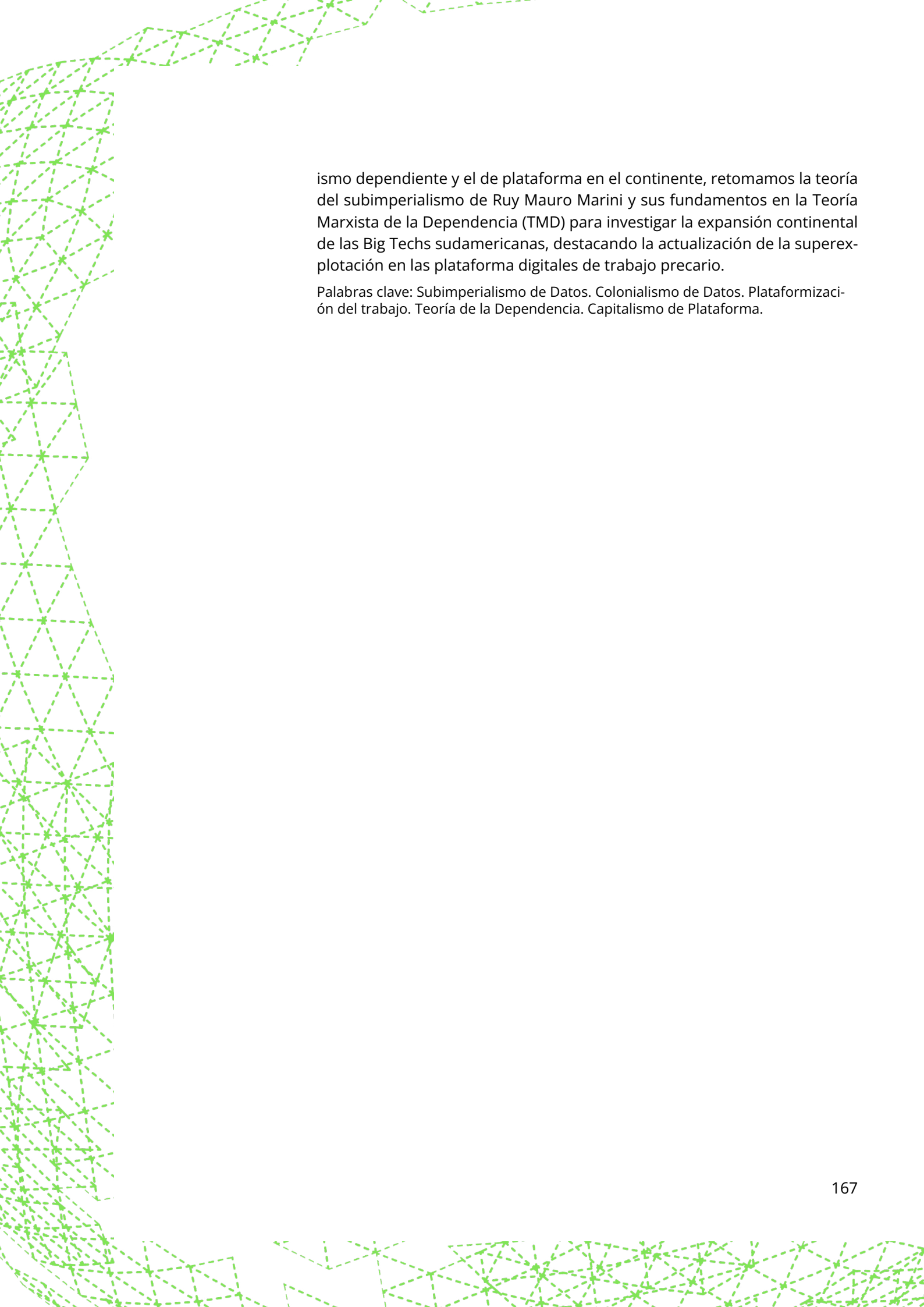
Abstract

This article investigates the insertion of South America into the platform capitalism, proposing as an interpretative key the category of Data Subimperialism: the establishment in dependent capitalism of regional centers for data accumulation and capital associated with Big Data, an intermediary position between hegemonic countries and “data colonies” in the international division of data extractivism, platform labor, and technological dependence. Considering the limitations of Data Colonialism in understanding the intersections between dependent capitalism and platform capitalism on the continent, we revisit Ruy Mauro Marini’s theory of subimperialism and its foundations in the Marxist Theory of Dependency (MTD) to investigate the continental expansion of South American Big Techs, highlighting the updating of superexploitation in precarious platform labor.

Keywords: Data Subimperialism. Data Colonialism. Labor Platforming. Dependency Theory. Platform Capitalism.

Resumen

Este artículo investiga la inserción de América del Sur en el capitalismo de plataforma, proponiendo como clave interpretativa la categoría de Subimperialismo de datos: la constitución en el capitalismo dependiente de centros regionales de acumulación de datos y capital asociado al Big Data, una posición intermedia entre países hegemónicos y “colonias de datos” en la división internacional del extractivismo de datos, la plataformización del trabajo y la dependencia tecnológica. Considerando las limitaciones del Colonialismo de Datos para comprender las intersecciones entre el capital-



ismo dependiente y el de plataforma en el continente, retomamos la teoría del subimperialismo de Ruy Mauro Marini y sus fundamentos en la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD) para investigar la expansión continental de las Big Techs sudamericanas, destacando la actualización de la superexplotación en las plataforma digitales de trabajo precario.

Palabras clave: Subimperialismo de Datos. Colonialismo de Datos. Plataformización del trabajo. Teoría de la Dependencia. Capitalismo de Plataforma.



Introdução

Os fluxos de dados entre as nações do Sul Global estão aumentando rapidamente (MCKINSEY, 2019) e países como Brasil e Colômbia desenvolvem plataformas como iFood e Rappi, que competem em todo o continente. Entretanto, persiste a perspectiva teórica que compreende os países da região apenas como “colônias de dados” do Norte Global.

Para compreender essas “Big Techs do Sul”, mobilizamos o conceito de subimperialismo e sua fundamentação na Teoria Marxista da Dependência (TMD), desenvolvida por Vânia Bambilra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, a partir da obra deste, para propor a categoria de Subimperialismo de dados: a constituição no capitalismo dependente de centros regionais de acumulação de dados e de capital associado a Big Data por meio de plataformas locais, uma posição intermediária entre países hegemônicos e “colônias de dados” na hierarquia global do extrativismo de dados e dependência tecnológica.


Nesse sentido, a primeira seção aborda os limites atuais das perspectivas teóricas do Colonialismo de Dados e Digital, assim como do Imperialismo Digital e de Dados sobre a inserção da América do Sul no capitalismo de plataforma.

A segunda introduz o conceito do subimperialismo, a partir do pensamento de Ruy Mauro Marini, para analisar as relações entre países centrais e periféricos no capitalismo, especialmente nos momentos de implementação em países dependentes de novos ciclos tecnológicos, como na industrialização latino-americana.

A terceira seção explora a conexão entre capitalismo de plataforma e capitalismo dependente na América do Sul. Analisamos as Big Techs sul-americanas a partir da associação entre plataformização do trabalho e precariedade como atualização das relações de superexploração na região. A última seção, por sua vez, discute o subimperialismo de dados a partir do protagonismo brasileiro na constituição de uma base tecnológica e associação entre capital financeiro nacional e capitais dos países centrais na criação de monopólios digitais que disputam o mercado continental sul-americano.

Colonialismo e Imperialismo de dados

A inserção da América do Sul no capitalismo de plataformas tem sido descrita sobretudo através do colonialismo de dados (RICAURTE 2019; SILVEIRA, 2021; MUMFORD, 2022) e digital (KWET, 2019; LIPPOLD, FAUSTINO, 2022), articulando a datificação da sociedade à colonialidade do poder proposta por Aníbal Quijano (2020): as assimetrias de poder entre países centrais e periféricos associadas à persistência de padrões eurocêntricos de saber e subjetivação, herdados da colonização, mesmo após a independência política das ex-colônias.



2 Contudo, da mesma forma como a industrialização tardia latino-americana não competiu com a indústria avançada dos países centrais, sendo complementar a esta (MARINI, 1973), as plataformas locais sul-americanas ocupam nichos periféricos na economia da plataforma comparada às dos países centrais em termos de desenvolvimento tecnológico e organização dos ecossistemas digitais (VAN DIJK; POELL; DE WAAL, 2018).

3 Os modelos algorítmicos das plataformas baseiam-se em cartografias oficiais que ignoram fronteiras entre comunidades dominadas por grupos criminosos rivais, assim como as vias de acesso dentro de favelas construídas não pela planificação estatal ou do capital mas pela auto satisfação das necessidades de estruturas urbanas pelos próprios trabalhadores. É o conhecimento vivo dessas fronteiras e vias por trabalhadores desses territórios que é, portanto, apropriado de modo a garantir a eficiência de suas atividades plataformizadas.

Autores dessas perspectivas como Ricaurte (2019), Kwet (2019), Silveira (2021) e Lippold e Faustino (2022) tendem a uma visão dicotômica da divisão do trabalho entre norte e sul no contexto do capitalismo de plataforma: países do Sul Global são vistas apenas como colônias de dados, submetidos à mineração extrativista de dados brutos pelas Big Techs do Norte e consumidores de seus serviços.

A dicotomia persiste em estudos do “Imperialismo Digital” (BIRZESCU, GAJJALA, 2011) e “Imperialismo de Dados” (MANN, DALY, 2018, GSTREIN, 2020, MANNION, 2020), que articulam a categoria de Imperialismo sem fundamentação teórica rigorosa. Limitam-se a descrever a extração de dados em países periféricos por plataformas do Norte Global e a projeção extraterritorial da regulação de dados da União Europeia sobre outros mercados digitais.

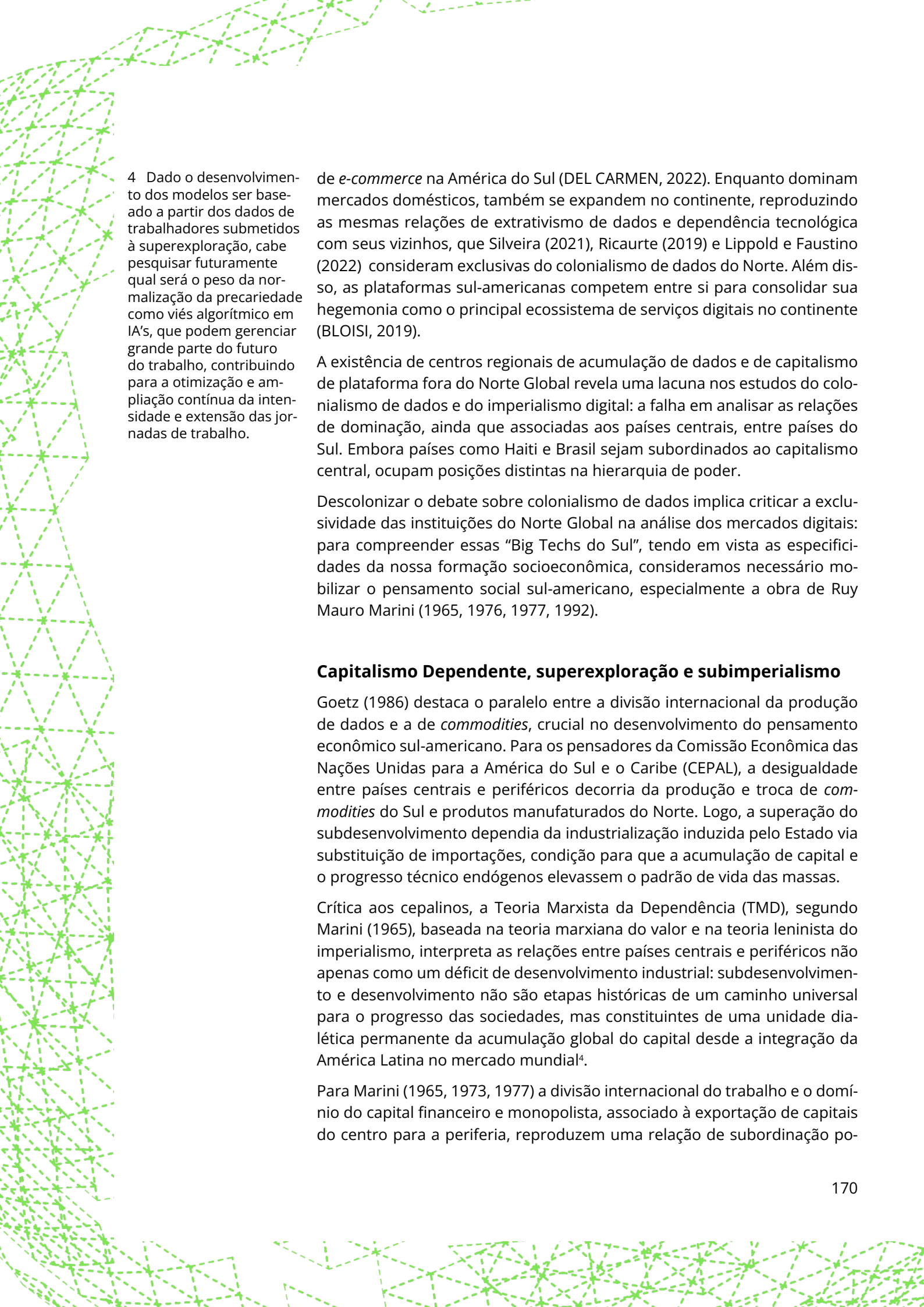
Por outro lado, Fuchs (2016, p. 1) retoma Lenin e Rosa de Luxemburgo para analisar a relação entre imperialismo e a divisão internacional do trabalho no contexto digital. Nesse sentido, destaca a divisão rígida entre os países ocidentais sedes das Big Techs, onde se concentra a análise de dados, e países periféricos, fornecedores de infraestrutura². Na pesquisa brasileira sobre o tema, também investiga-se sobretudo a concentração oligopólica dos mercados digitais em torno das companhias norte-americanas e chinesas (BOLAÑO, BARRETO, VALENTE, 2022), que Valente (2021) designa como monopólios digitais.

Contudo, evidências sugerem que a divisão do trabalho na produção e análise de dados no capitalismo de plataforma não é tão dicotômica entre Norte e Sul: Argentina, Brasil e Colômbia desenvolvem um ecossistema emergente de plataformas próprias que, embora não desafiem a hegemonia global das Big Techs, dominam seus nichos no continente.

São os “unicórnios” sul-americanos, empresas de tecnologia que valem mais de US \$1 bilhão. Por exemplo, o iFood brasileiro vale US \$5,4 bilhões e o Rappi colombiano US \$5,2 bilhões, entre outros 27 unicórnios sul-americanos, capazes de superar as Big Techs globais em seus mercados específicos (CONXTO, 2022).

Tais empresas sul-americanas são baseadas em plataformas digitais: promovem a mediação ativa de interações econômicas e práticas culturais entre diversos agentes sociais, como produtores e usuários de serviços, moduladas pelos interesses proprietários através do domínio da base tecnológica, os sistemas algorítmicos alimentados por dados (SRNICEK, 2017, VALENTE, 2021). Seu sucesso ocorre pela plataformização³ de mercados, como *e-commerce* e *delivery*, nos quais os usuários sul-americanos gastam sete vezes mais em média do que nos serviços de plataformas sociais e de *streaming* das empresas do Norte Global (BERTÃO, 2019).

De fato, o monopólio do iFood no mercado de *delivery* expulsou a Uber Eats do Brasil e o Mercado Livre ultrapassa a Amazon e as plataformas chinesas



4 Dado o desenvolvimento dos modelos ser baseado a partir dos dados de trabalhadores submetidos à superexploração, cabe pesquisar futuramente qual será o peso da normalização da precariedade como viés algorítmico em IA's, que podem gerenciar grande parte do futuro do trabalho, contribuindo para a otimização e ampliação contínua da intensidade e extensão das jornadas de trabalho.

de *e-commerce* na América do Sul (DEL CARMEN, 2022). Enquanto dominam mercados domésticos, também se expandem no continente, reproduzindo as mesmas relações de extrativismo de dados e dependência tecnológica com seus vizinhos, que Silveira (2021), Ricaurte (2019) e Lippold e Faustino (2022) consideram exclusivas do colonialismo de dados do Norte. Além disso, as plataformas sul-americanas competem entre si para consolidar sua hegemonia como o principal ecossistema de serviços digitais no continente (BLOISI, 2019).

A existência de centros regionais de acumulação de dados e de capitalismo de plataforma fora do Norte Global revela uma lacuna nos estudos do colonialismo de dados e do imperialismo digital: a falha em analisar as relações de dominação, ainda que associadas aos países centrais, entre países do Sul. Embora países como Haiti e Brasil sejam subordinados ao capitalismo central, ocupam posições distintas na hierarquia de poder.


Descolonizar o debate sobre colonialismo de dados implica criticar a exclusividade das instituições do Norte Global na análise dos mercados digitais: para compreender essas “Big Techs do Sul”, tendo em vista as especificidades da nossa formação socioeconômica, consideramos necessário mobilizar o pensamento social sul-americano, especialmente a obra de Ruy Mauro Marini (1965, 1976, 1977, 1992).

Capitalismo Dependente, superexploração e subimperialismo

Goetz (1986) destaca o paralelo entre a divisão internacional da produção de dados e a de *commodities*, crucial no desenvolvimento do pensamento econômico sul-americano. Para os pensadores da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América do Sul e o Caribe (CEPAL), a desigualdade entre países centrais e periféricos decorria da produção e troca de *commodities* do Sul e produtos manufaturados do Norte. Logo, a superação do subdesenvolvimento dependia da industrialização induzida pelo Estado via substituição de importações, condição para que a acumulação de capital e o progresso técnico endógenos elevassem o padrão de vida das massas.

Crítica aos cepalinos, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), segundo Marini (1965), baseada na teoria marxiana do valor e na teoria leninista do imperialismo, interpreta as relações entre países centrais e periféricos não apenas como um déficit de desenvolvimento industrial: subdesenvolvimento e desenvolvimento não são etapas históricas de um caminho universal para o progresso das sociedades, mas constituintes de uma unidade dialética permanente da acumulação global do capital desde a integração da América Latina no mercado mundial⁴.

Para Marini (1965, 1973, 1977) a divisão internacional do trabalho e o domínio do capital financeiro e monopolista, associado à exportação de capitais do centro para a periferia, reproduzem uma relação de subordinação po-



5 Através de constantes punições e incentivos automatizados de modo a impor a otimização contínua do ritmo de trabalho físico (FAIRWORK, 2022).

6 Para a compreensão aprofundada dessa unidade dialética na divisão internacional do trabalho e a análise do processo histórico da qual resulta, ver Marini (1973).

lítico-econômica dos países latino-americanos para os centros capitalistas, mesmo após essas nações se tornarem formalmente independentes. As relações de produção dos países periféricos são organizadas para assegurar a reprodução e os interesses dos capitais dos países centrais mais do que a sua acumulação orgânica local, constituindo o capitalismo dependente: a transferência de valor permanente dos países dependentes aos centrais, através de déficits comerciais, pagamento de juros e dívidas, remessas de lucros e royalties.

A compensação para a acumulação local do valor transferido externamente é a superexploração da força de trabalho, identificada por Marini (1965, 1973) na ampliação da extração de mais-valia a partir da redução dos salários para um patamar abaixo do valor da força de trabalho, ou seja, o aumento intenso da taxa de mais-valia nos países dependentes. A superexploração, presente desde a exploração do trabalho escravo nos países latino-americanos, é possível porque o ciclo dos capitais nas economias dependentes “separa a circulação da produção e se efetua basicamente no mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia” (MARINI, 1973, p.18).

Entretanto, se há continuidades entre o regime colonial e o capitalismo dependente, não são processos homogêneos⁵. Transformações na economia internacional capitalista no pós-guerra permitiram o desenvolvimento industrial e de capitais locais nas economias dependentes latino-americanas que permaneceram vedados para países coloniais, como as colônias e semi-colônias africanas⁶ (MARINI, 1973).

No contexto da industrialização tardia de países como Brasil, Argentina e México, a superexploração é necessária devido à necessidade de extrair super lucros suficientes para satisfazer as expectativas de receita dos capitais internacionais, necessários para financiar a industrialização, e a parte correspondente aos seus associados locais. A industrialização sul-americana, portanto, não rompe com a dependência, permanecendo ligada à superexploração do trabalho: predominância do trabalho precário por meio da extensão e intensificação da jornada de trabalho, assim como baixos salários garantidos pela constituição de um exército industrial de reserva ainda maior que nos países centrais (MARINI, 1965, 1973).

Contudo, a elevação da composição orgânica do capital via industrialização dependente esbarra nas limitações dos mercados domésticos, devido ao baixo poder de compra dos trabalhadores superexplorados (MARINI, 1973). Incapazes de competir nos mercados de manufaturados dos países desenvolvidos e limitadas em seus mercados internos, as economias industrializadas dependentes voltam-se para o mercado regional sul-americano, buscando reproduzir com seus vizinhos mais vulneráveis o mecanismo de transferência de valor que o imperialismo as impôs.

7 Para além da inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, Marini (1976, 1992) reconhece a relevância das instituições sociais, culturais e políticas herdadas do regime colonial, assim como do papel político das classes subalternas no capitalismo dependente, negando críticas de que a TMD seria uma teoria “economicista” que desconsideraria os processos nos quais as teorias da colonialidade do poder centram-se.

8 Para a compreensão das razões desse processo, ver Marini (1973, 1976). Cabe frisar a relevância de compreender a permanência atual das assimetrias na inserção no mercado internacional entre países sul-americanos e africanos, cujo fim formal do regime colonial é muito mais recente, a partir das diferenças entre colonialismo, dependência e neocolonialismo, e seus reflexos nos processos distintos de digitalização dessas sociedades. Contudo, esse tema extrapola os objetivos deste trabalho.

A compensação da transferência de valor para os países centrais passa a ocorrer não só pela superexploração endógena, mas pela sua organização em economias vizinhas ainda mais subdesenvolvidas e periféricas, o que Marini (1965, 1976) denominou subimperialismo.

Nem toda industrialização dependente alcança um papel subimperialista: a competição leva a uma potência hegemônica no sistema de poder regional. Nos anos 1970, o Brasil venceu a disputa sul-americana, reorganizando em prol da acumulação de seus capitais uma nova divisão do trabalho dos vizinhos (MARINI, 1976, 1992).

Mas, ao contrário dos imperialismos ascendentes, os projetos subimperialistas não questionam a hegemonia dos países centrais, dos quais ainda dependem tecnologicamente e de capitais. Eles executam o que Marini (1976) chamou de “cooperação antagônica” com os capitais e Estados do Norte: uma complementaridade em seu mercado regional, com alguma competição em nichos específicos e mais autonomia geopolítica do que a maioria dos países periféricos, incluindo alianças pontuais com outras potências regionais.

Relevante na América do Sul, a TMD é pouco conhecida no Brasil, devido à saída precoce de Marini após o golpe de 1964 e à hegemonia pós-moderna no pensamento social após a redemocratização (CARCANHOLO, 2013, MARTINS, 2013). Contudo, a TMD tem sido retomada recentemente no Brasil conforme o neoliberalismo amplia as assimetrias entre economias centrais e periféricas e reacende o debate sobre o subimperialismo brasileiro (CARCANHOLO, 2013, MARTINS, 2013, TEMÍSTOCLES, 2016).

É uma retomada crítica, com Carcanholo (2013) protagonizando a revisão de imprecisões teórico-metodológicas de Marini, como a confusão entre a mercadoria força de trabalho e seu valor de uso, o trabalho, como objeto da superexploração. Já Temístocles (2016) destaca que o subimperialismo brasileiro apresenta um desenvolvimento histórico sujeito a interregnos em função das crises de consenso em torno do projeto nacional entre classes, frações de classe e a alteração da correlação de forças no contexto internacional.

Martins (2013) e Temístocles (2013) destacam a retomada do subimperialismo brasileiro a partir do desgaste do neoliberalismo e a chegada do petismo ao governo. O papel dos capitais brasileiros se amplia qualitativamente na região, com o Brasil apresentando em 2008 um saldo comercial regional de US\$ 19,2 bilhões e suas receitas com remessas de lucros e juros de países da região saltaram de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 12 bilhões entre 2006 e 2008 (MARTINS, 2013).

Além disso, o Brasil reforça a expressão política do seu subimperialismo como potência regional ao liderar a ampliação do Mercosul, a criação da Unasul⁷ (TEMÍSTOCLES, 2016) e através da constituição dos BRICS⁸, buscando uma inserção mais autônoma aos países centrais no sistema internacio-

9 Já Lenin (1984) indicava que os grandes trustes dependem sistematicamente do cálculo exato de uma grande massa de dados.

nal comparada ao período imediatamente anterior aos governos petistas (GARCIA *et al.*, 2021).

No entanto, mesmo nesse resgate recente do pensamento de Marini, permanece a lacuna de como o subimperialismo se intersecciona com o capitalismo de plataforma contemporâneo.

Plataformas sul-americanas: superexploração e espoliação

Se a TMD origina-se da crítica às promessas de desenvolvimento da teoria cepalina, hoje é preciso analisar criticamente as expectativas de desenvolvimento em torno do Big Data e da Inteligência Artificial (IA). Conforme o Relatório da OCDE (2015), *Data-Driven Innovation: Big Data for Growth and Well-Being*, Big Data e IA são vistos como propulsores de crescimento econômico e social, aumentando o PIB da América do Sul em US\$ 678 bilhões (OVANESSOFF; PLASTINO, 2017) até 2030.

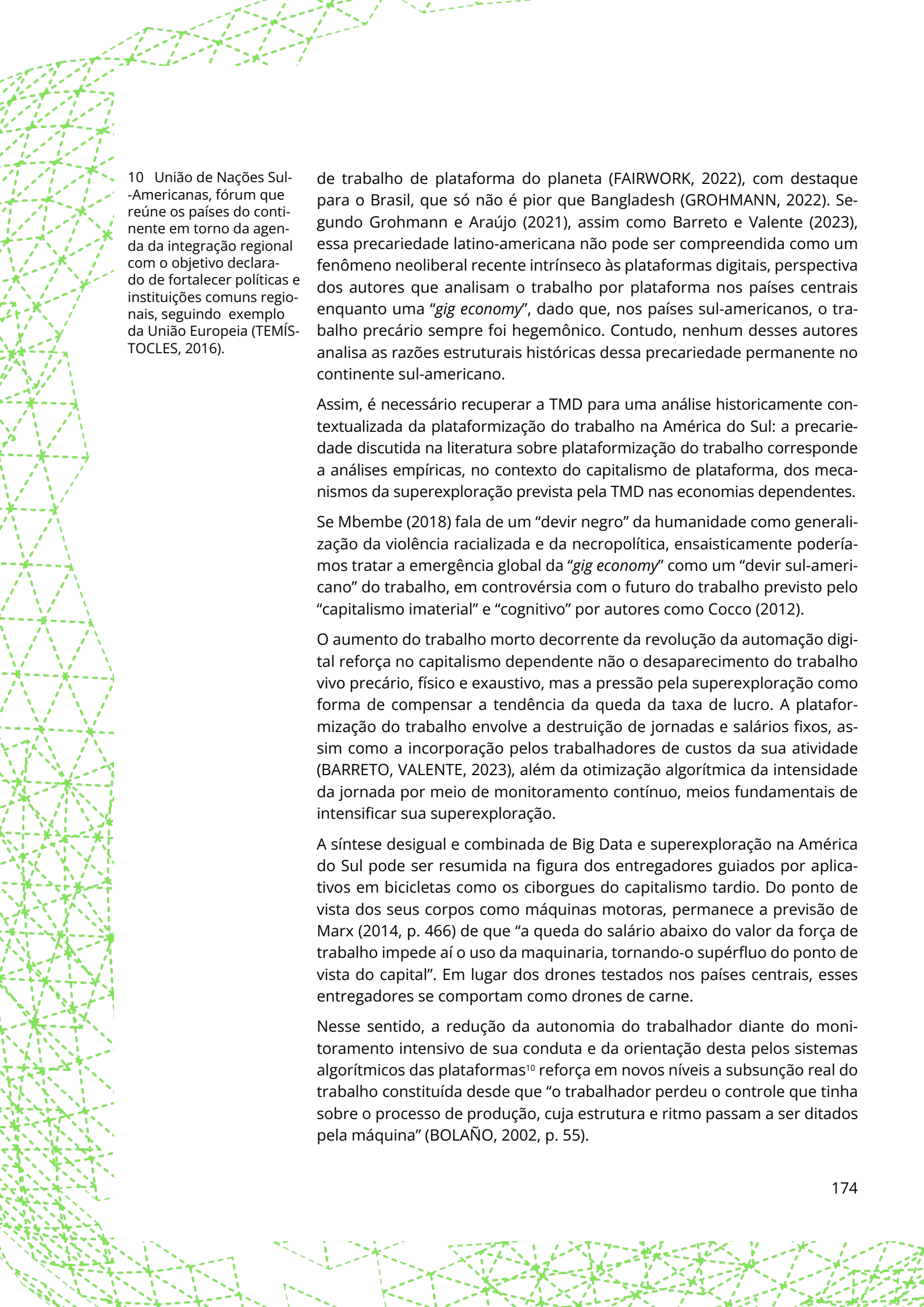
Contudo, atualmente a apropriação hegemônica dessas tecnologias se dá por modelos de propriedade, governança e negócios em torno da plataforma da sociedade (VAN DIJK, POELL, DE WAAL, 2018). A ponto de Srnicek (2017) propor que esse processo marque um novo período, o capitalismo de plataforma: a enorme concentração de capital, mercado e centralidade social de plataformas digitais a partir de efeitos rede e da aliança entre capital especulativo e inovação tecnológica dentro da desregulamentação neoliberal.

As plataformas sul-americanas somam-se às consultorias globais e aos organismos multilaterais na construção do imaginário tecno otimista dessa transformação profunda, como Fabrício Bloisi (2019, p.1), CEO do iFood, demonstra: “Dizem que a IA é ruim porque mata empregos, mas cria milhões de empregos a mais... Espero que fique mais claro para a sociedade brasileira que podemos acelerar o crescimento econômico investindo em tecnologia”.

O iFood é a principal plataforma no Brasil a se posicionar por meio de estratégias de comunicação em busca de consenso social em torno do capitalismo de plataforma (GROHMANN, 2022). Plataforma que organiza 200 mil trabalhadores em nove países da América do Sul (BLOISI, 2019), é apenas uma das Big Techs sul-americanas que, em grande parte, baseiam seu sucesso na intensificação do trabalho precário (FAIRWORK, 2022).

As plataformas de mediação do trabalho são o setor com o maior valor de mercado e usuários entre as *startups* latino-americanas (STATISTA, 2022). Essa vocação da América Latina para a criação de plataformas digitais de trabalho nativas, em mercados como o de *delivery*, onde são mais eficientes do que as ocidentais (BLOISI, 2022)⁹, baseia-se na intensa precariedade do trabalho no continente (GROHMANN; ARAÚJO, 2022).

Rappi, iFood, 99, Loggi e GetNinjas são algumas das principais plataformas fundadas em países sul-americanos e oferecem as piores condições



10 União de Nações Sul-Americanas, fórum que reúne os países do continente em torno da agenda da integração regional com o objetivo declarado de fortalecer políticas e instituições comuns regionais, seguindo exemplo da União Europeia (TEMÍSTOCLES, 2016).

de trabalho de plataforma do planeta (FAIRWORK, 2022), com destaque para o Brasil, que só não é pior que Bangladesh (GROHMANN, 2022). Segundo Grohmann e Araújo (2021), assim como Barreto e Valente (2023), essa precariedade latino-americana não pode ser compreendida como um fenômeno neoliberal recente intrínseco às plataformas digitais, perspectiva dos autores que analisam o trabalho por plataforma nos países centrais enquanto uma *"gig economy"*, dado que, nos países sul-americanos, o trabalho precário sempre foi hegemônico. Contudo, nenhum desses autores analisa as razões estruturais históricas dessa precariedade permanente no continente sul-americano.

Assim, é necessário recuperar a TMD para uma análise historicamente contextualizada da plataformização do trabalho na América do Sul: a precariedade discutida na literatura sobre plataformização do trabalho corresponde a análises empíricas, no contexto do capitalismo de plataforma, dos mecanismos da superexploração prevista pela TMD nas economias dependentes.

Se Mbembe (2018) fala de um "devir negro" da humanidade como generalização da violência racializada e da necropolítica, ensaisticamente poderíamos tratar a emergência global da *"gig economy"* como um "devir sul-americano" do trabalho, em controvérsia com o futuro do trabalho previsto pelo "capitalismo imaterial" e "cognitivo" por autores como Cocco (2012).

O aumento do trabalho morto decorrente da revolução da automação digital reforça no capitalismo dependente não o desaparecimento do trabalho vivo precário, físico e exaustivo, mas a pressão pela superexploração como forma de compensar a tendência da queda da taxa de lucro. A plataformização do trabalho envolve a destruição de jornadas e salários fixos, assim como a incorporação pelos trabalhadores de custos da sua atividade (BARRETO, VALENTE, 2023), além da otimização algorítmica da intensidade da jornada por meio de monitoramento contínuo, meios fundamentais de intensificar sua superexploração.

A síntese desigual e combinada de Big Data e superexploração na América do Sul pode ser resumida na figura dos entregadores guiados por aplicativos em bicicletas como os ciborgues do capitalismo tardio. Do ponto de vista dos seus corpos como máquinas motoras, permanece a previsão de Marx (2014, p. 466) de que "a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede aí o uso da maquinaria, tornando-o supérfluo do ponto de vista do capital". Em lugar dos drones testados nos países centrais, esses entregadores se comportam como drones de carne.

Nesse sentido, a redução da autonomia do trabalhador diante do monitoramento intensivo de sua conduta e da orientação desta pelos sistemas algorítmicos das plataformas¹⁰ reforça em novos níveis a subsunção real do trabalho constituída desde que "o trabalhador perdeu o controle que tinha sobre o processo de produção, cuja estrutura e ritmo passam a ser ditados pela máquina" (BOLAÑO, 2002, p. 55).

11 Bloco político-diplomático formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

12 Essas políticas oscilaram ao longo dos diversos ciclos político-econômicos da sociedade brasileira. Para as transformações mais recentes desde o Governo Dilma, ver Seto (2021).

Bolaño (2000) destaca, para essa redução da autonomia dos trabalhadores na gênese do capitalismo industrial, o papel do que denominou “acumulação primitiva do conhecimento”: o processo de apropriação do conhecimento dos artesãos¹¹ pelos capitalistas que, articulado com o conhecimento decorrente do desenvolvimento científico submetido ao capital, permitiu ao capitalismo a subsunção real do trabalho e o desenvolvimento técnico incessante das forças produtivas.

A plataformização do trabalho é apenas mais uma expressão contemporânea do processo de subsunção do trabalho intelectual atrelado à generalização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) (BOLAÑO, 2002). As plataformas exigem *feedbacks* constantes dos seus trabalhadores para a atualização contínua de seus modelos algorítmicos (GROHMANN; ARAÚJO, 2021), de modo a codificar em seus sistemas os saberes processuais dos trabalhadores (BOLAÑO, 2002) e incorporar as soluções criadas por estes diante das falhas dos algoritmos ante as complexidades não datificadas das realidades urbanas latino-americanas.


Cada correção, pelo entregador, da rota sugerida pelos sistemas das plataformas, frente, por exemplo, a vias informais e fronteiras paramilitares invisíveis na cartografia oficial¹², é imediatamente datificada e reificada pelo algoritmo. Esse processo, que intensivamente espolia os saberes dos profissionais, da mesma forma que na acumulação primitiva do conhecimento, ao incorporá-lo nos modelos computacionais, ao mesmo tempo objetiva tornar a curadoria humana menos necessária e, portanto, reduzir os trabalhadores ao seu papel de trabalho físico indiferenciado (SETO, 2020).

No contexto do trabalho de plataforma, esses saberes são datificados, assim como o conjunto das atividades realizadas pelo trabalhador, de modo que, além da ampliação da produção de valor via otimização algorítmica da superexploração, ocorre a produção de dados por parte dos trabalhadores, insumos fundamentais para o desenvolvimento de plataformas baseadas em IA e Big Data.

Essa é uma nova dimensão da organização da superexploração no continente, a dupla acumulação de valor e dados a partir da mediação do trabalho por plataforma, que, em um contexto de capitalismo oligopólico marcado pelo papel do subimperialismo brasileiro, favorece a constituição do Brasil como centro regional de acumulação de dados e capital associado a Big Data a partir da expansão continental de suas plataformas.

Subimperialismo de Dados

No Brasil, maior mercado digital do continente, apenas 33% das pessoas ganham mais de US\$500 por mês (ALBUQUERQUE, 2022), mas essa minoria compõe 92% dos consumidores de plataformas de *delivery* e mobilidade (DELIVERY MUCH, 2020). Repete-se o padrão suntuário da industrialização



tardia descrito pela TMD, ao passo que o mercado doméstico limitado pela superexploração incentiva as Big Techs sul-americanas a expandir seus capitais, a extração de dados e as relações de plataformização do trabalho para todo o continente.


No campo das plataformas de trabalho sul-americanas, a principal disputa continental ocorre entre o iFood, com 40 milhões de clientes, e a colombiana Rappi, com 30 milhões de usuários, ambos em nove países da região (SAMBRANA, 2022).

As plataformas mediadoras de trabalho, ao reduzir os custos envolvidos em recrutar trabalhadores de diferentes localidades, favorecem seus proprietários a manejar uma massa de força de trabalho internacionalizada, permitindo a redução de custos por meio do nivelamento por baixo das remunerações em mercados com menor poder de compra e salários mais baixos (BARRETO, VALENTE, 2023). No contexto latino-americano, esse amplo alcance geográfico das plataformas constitui uma oportunidade para projetos subimperialistas ampliarem a organização da superexploração nos países vizinhos em favor de seus capitais.

Nas décadas de 1970 e 1980, a competição entre a industrialização tardia do Chile, Argentina e Brasil terminou com a consolidação deste último como centro regional do subimperialismo e polo tecnológico, envolvendo, por exemplo, o domínio da nascente indústria eletrônica do Uruguai pelo capital brasileiro e a reprimarização da economia do país platino (MARINI, 1976). Em 2018, a Movable, fundo que controla o iFood, adquiriu a plataforma uruguaia PedidosYa, exemplificando a repetição do padrão histórico de concentração regional de capital e tecnologia (G1, 2018).

Apesar das plataformas relevantes com sede em países como Argentina e Colômbia, o Brasil já reafirma no capitalismo de plataforma seu papel subimperialista histórico de principal centro regional de acumulação. O país concentra a sede da maioria das plataformas latino-americanas (NETO *et al.*, 2022) e o capital investido na área, liderando os investimentos em Big Data e IA na região, com 36% do investimento total na América Latina (ABES, 2023), sendo o principal centro de plataformas regionais do Sul Global fora da Ásia (NETO *et al.*, 2022).

A acumulação de dados e valor produzidos por trabalhadores plataformizados em escala continental e transferidos para o país que concentra a maioria das plataformas regionais, depende e, ao mesmo tempo, reforça a capacidade única do país na região em relação à infraestrutura tecnológica necessária. Os dados produzidos pelos trabalhadores plataformizados são uma fonte fundamental para o desenvolvimento de IA (GROHMANN; ARAÚJO, 2022) que, de modo desigual e combinado, é aplicada na otimização de padrões de trabalho que reproduzem a superexploração. Não por acaso, o iFood pretende investir U\$ 1 bilhão em IA nesta década e construir a maior



13 Segredos cuja transmissão entre as gerações era rigorosamente supervisionada pelas guildas de artesãos, assim como as inovações empíricas obtidas na produção por cada trabalhador que passam a ser monitoradas por técnicos de modo a serem registradas como propriedade intelectual do capital e possam ser reproduzidas e aprimoradas em escala industrial de modo alheio ao controle dos trabalhadores que as criaram (BOLAÑO, 2000; SETO, 2020).

14 Para o conceito de plataformação, ver Van Dijck, Poell, De Wall (2018).

15 Com a exceção *sui generis* da China (FUCHS, 2016).

base de dados do continente sobre o comportamento de estabelecimentos, entregadores e clientes (BLOISI, 2019)¹³.

Além disso, o Brasil é o único país do Sul Global entre os dez países com maior capacidade de supercomputação, com um supercomputador com 2,4 petaflops totalmente dedicado ao desenvolvimento de IA (TOP500, 2023). A concentração do fluxo, armazenamento e processamento de dados da região no país o torna o único pólo localizado na América do Sul entre os 25 principais centros globais dos fluxos de dados e comunicação (MCKINSEY, 2019).

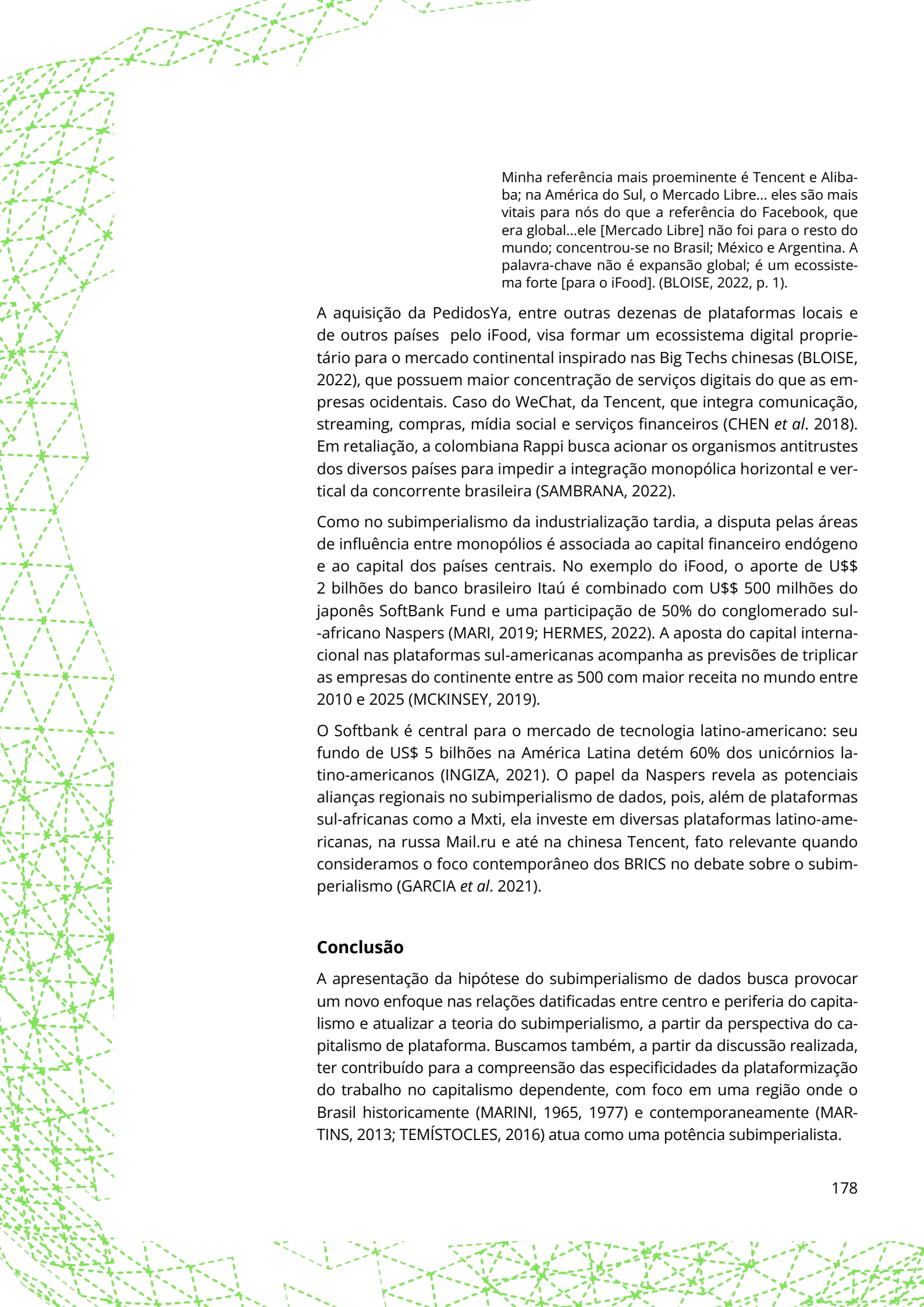
Essa realidade resulta de um conjunto de políticas do Estado Brasileiro, desde a década de 1980¹⁴, baseadas na percepção da relevância dos fluxos de dados¹⁵ e da constituição de capacidade computacional para a produção de riqueza:

Como os fluxos de dados transnacionais são fluxos de recursos, quando fontes de dados são exportadas e importadas como produtos finais, usuários finais agem como meros consumidores. Isso reduz os esforços de estruturar a informação domesticamente criando problemas de longo prazo para uma sociedade pobre em recursos informacionais e baixo desenvolvimento econômico (BRASIL, 1983, p. 138).

Embora a autonomia dos centros subimperialistas seja limitada pelo imperialismo, a cooperação antagônica permite certo grau de contradição entre capitais subimperialistas e imperialistas. Goetz (1986) destaca a política de soberania informacional do Brasil de seus fluxos de dados e o sucesso em conseguir, por meio da sua regulação, subordinar os investimentos estrangeiros a constituir capacidade computacional, armazenamento de dados e desenvolvimento de software locais. Se a política nacional brasileira chegou a receber fortes críticas da IBM, principal companhia da área no período, conseguiu consolidar-se com a associação de capitais estrangeiros concorrentes.

Apesar da reconversão neoliberal do setor produtivo brasileiro a partir de 1990, a internet e a infraestrutura digital brasileira persistem com uma governança digital singular em relação a outros países em desenvolvimento graças à atuação de instituições como o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br) e a consolidação do sistema de servidores e redes financiados com os recursos do registro.br. Essa infraestrutura, associada às ilhas de excelência tecnológica baseadas em centros públicos de pesquisa (MARINI, 1977; CASTELO, 2013), permitiu condições tecnológicas privilegiadas para a emergência de plataformas digitais brasileiras e a disputa do mercado continental.

Os líderes das Big Techs sul-americanas sabem que a disputa só se resolve em nível continental:



Minha referência mais proeminente é Tencent e Alibaba; na América do Sul, o Mercado Libre... eles são mais vitais para nós do que a referência do Facebook, que era global...ele [Mercado Libre] não foi para o resto do mundo; concentrou-se no Brasil; México e Argentina. A palavra-chave não é expansão global; é um ecossistema forte [para o iFood]. (BLOISE, 2022, p. 1).


A aquisição da PedidosYa, entre outras dezenas de plataformas locais e de outros países pelo iFood, visa formar um ecossistema digital proprietário para o mercado continental inspirado nas Big Techs chinesas (BLOISE, 2022), que possuem maior concentração de serviços digitais do que as empresas ocidentais. Caso do WeChat, da Tencent, que integra comunicação, streaming, compras, mídia social e serviços financeiros (CHEN *et al.* 2018). Em retaliação, a colombiana Rappi busca acionar os organismos antitrustes dos diversos países para impedir a integração monopólica horizontal e vertical da concorrente brasileira (SAMBRANA, 2022).

Como no subimperialismo da industrialização tardia, a disputa pelas áreas de influência entre monopólios é associada ao capital financeiro endógeno e ao capital dos países centrais. No exemplo do iFood, o aporte de U\$\$ 2 bilhões do banco brasileiro Itaú é combinado com U\$\$ 500 milhões do japonês SoftBank Fund e uma participação de 50% do conglomerado sul-africano Naspers (MARI, 2019; HERMES, 2022). A aposta do capital internacional nas plataformas sul-americanas acompanha as previsões de triplicar as empresas do continente entre as 500 com maior receita no mundo entre 2010 e 2025 (MCKINSEY, 2019).

O Softbank é central para o mercado de tecnologia latino-americano: seu fundo de US\$ 5 bilhões na América Latina detém 60% dos unicórnios latino-americanos (INGIZA, 2021). O papel da Naspers revela as potenciais alianças regionais no subimperialismo de dados, pois, além de plataformas sul-africanas como a Mxti, ela investe em diversas plataformas latino-americanas, na russa Mail.ru e até na chinesa Tencent, fato relevante quando consideramos o foco contemporâneo dos BRICS no debate sobre o subimperialismo (GARCIA *et al.* 2021).

Conclusão

A apresentação da hipótese do subimperialismo de dados busca provocar um novo enfoque nas relações datificadas entre centro e periferia do capitalismo e atualizar a teoria do subimperialismo, a partir da perspectiva do capitalismo de plataforma. Buscamos também, a partir da discussão realizada, ter contribuído para a compreensão das especificidades da plataformização do trabalho no capitalismo dependente, com foco em uma região onde o Brasil historicamente (MARINI, 1965, 1977) e contemporaneamente (MARTINS, 2013; TEMÍSTOCLES, 2016) atua como uma potência subimperialista.



Comparado ao subimperialismo histórico, a inovação reside na expansão da sua estratégia de acumulação para os mercados digitais. A datificação latino-americana possibilita atualizar a superexploração por meio de plataformas de trabalho digital que se apropriam dos saberes, do valor e dos dados produzidos por trabalhadores em escala continental, articulando uma nova dimensão de ação subimperialista: a extração de dados de nações vizinhas.

A combinação de acumulação de valor e dados extraídos dos vizinhos sul-americanos por meio da expansão de suas plataformas favorece o Brasil a se tornar um centro regional de dados e capital associados à acumulação de Big Data, uma potência subimperialista de dados. O potencial do subimperialismo de dados brasileiro se manifesta na concentração, no país, da maioria das plataformas sul-americanas, dos fluxos de dados regionais e dos investimentos em Big Data na região.

Diante dos limites desse trabalho inicial, futuros estudos poderão aprofundar a relação com a TMD e a obra de Marini, focar no diálogo com a Economia Política da Comunicação e ampliar as evidências empíricas a partir de diferentes elementos: a exportação inter-regional de capitais associados a Big Data e IA; a cartografia do fluxo transfronteiriço de dados; e a investigação do papel do Estado no desenvolvimento do subimperialismo de dados.

A abordagem na América do Sul não limita sua relevância global: outros países dos BRICS podem ser centros de subimperialismos de dados ainda mais avançados. E as plataformas do Norte Global podem aprender com as inovações de suas rivais do sul.

Frente a hostilidade das Big Techs do Norte à sindicalização (FELITTI, 2022), o iFood, por exemplo, organiza seus fóruns de trabalhadores e atua na academia e no terceiro setor (GROHMANN, 2022). A emergência de uma nova aristocracia sindical dos precários digitais associada ao transformismo de seus intelectuais orgânicos, ao patronato e ao capital financeiro seria apenas uma atualização da tradição conciliatória do continente.

Se o subimperialismo de dados não nega a hegemonia das Big Techs do norte e chinesas, complexifica reivindicações de soberania algorítmica como a de Silveira (2021). Se novos governos progressistas sul-americanos podem atualizar a política de campeãs nacionais para o capitalismo de plataforma, entre um cooperativismo de plataforma com sede no norte e a apologia de plataformas nacionais subimperialistas, toda aspiração à soberania precisa ser classista, interseccional e plurinacional.

Por fim, plataformas endógenas trazem à luz trabalhadores invisíveis na tese das colônias digitais: desenvolvedores e cientistas de dados latino-americanos. A disputa de seu papel pode ser crucial para a autonomia tecnológica com plataformas públicas e comunitárias, uma coalizão com os trabalhadores precários e a criação de políticas de redução de danos para os efeitos sociais do modelo tecnológico das Big Techs abaixo do equador.

Referências

- ABES. **Brazilian Software Market**, 2023. Disponível em: <<https://shre.ink/9hSS>>. Acesso em 21. jan. 2022.
- ALBUQUERQUE, M. **70% dos trabalhadores brasileiros ganham até dois salários mínimos**. Correio Braziliense, 23 de novembro, p.12, 2022.
- BARRETO, H., VALENTE, J. C. L. As múltiplas mediações do trabalho pelas plataformas digitais: uma visão a partir da Economia Política da Comunicação. **Revista Brasileira de Ciência da Informação e Documentação**, v. 18, n.1, p.1-15, 2023.
- BASTOS, M. D.; BERNARDI, G.; LONCOMILLA, G. V. M. Diálogos entre a Teoria Marxista da Dependência e a Economia Política da Comunicação para o século XXI: As novas tramas do imperialismo na América Latina e a comunicação como forma social. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n.150, p.97-112, 2022.
- BERTÃO, N. Brasileiro já gasta 9% do orçamento com apps de transporte e outros 7% em delivery de comida. **Valor Investe**, 02 set. 2019, p. 4.
- BIRZESCU, A.; GAJJALA, R. Digital Imperialism through Online Social/Financial Networks. **Economic and Political Weekly**, v. 46, n. 13, p. 40-47, 2011.
- BLOISI, F. Empresas tradicionais lutarão para sobreviver às big techs brasileiras. [Entrevista concedida a] MARI, A. **Forbes**, São Paulo, 2022.
- BLOISI, F. **Os ambiciosos planos de Fabricio Bloisi para o iFood**. [Entrevista concedida a] SAMBRANA, C. Disponível em: <neofeed.com.br/blog/home/exclusivo-os-ambiciosos-planos-de-fabricio-bloisi-para-o-iFood-e-sua-visao-sobre-a-concorrencia>. Acesso em: 07 janeiro 2022.
- BOLAÑO, C. R. S. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo; Hucitec, 2000.
- BOLAÑO, C. R. S. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da sociedade Brasileira de Economia Política**, n.11, p. 53-78, 2002
- BOLAÑO, C. R. S.; BARRETO, H. M. R.; VALENTE, J. C. L. Para a análise teórico-metodológica das plataformas digitais como estruturas de mediação a partir da Economia Política da Comunicação. **Avatares de la Comunicación y la Cultura**, n. 24, dez. 2022, p. 1-25. ISSN 1853-5925.
- BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria Especial de Informática. Ministério das Comunicações. **Transborder data flows and Brazil: the role of transnational corporations, impacts of transborder data flows, and effects of national policies: the Brazilian case study**. Brasília, 1983, p.418.
- CARCANHOLO, M. D. (Im)precisiones acerca de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo. **Razón y Revolución: teoría, historia, política**, v. 25, p. 91-124, 2013.

CASTELO, R. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no Brasil contemporâneo. **Revista Em Pauta**, v. 11, p. 119-138, 2013.

CHEN, et al. **Super-sticky WeChat and Chinese Society**. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2018.

COCCO, G. **Trabalho e cidadania: produção e direitos na crise do capitalismo global**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

CONXTTO. **The Complete List of Latin American Unicorns**. Disponível em: <<https://contxto.com/en/news/the-latin-american-unicorns-galloping-to-success/>>. Acesso em: 20 janeiro de 2022.

DEL CARMEN, G. Mercado Livre é o maior e-commerce da América Latina. **Terra**, 20 setembro de 2022, p. 1. Disponível em: <terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/meu-negocio/mercado-livre-e-o-maior-e-commerce-da-america-latina-aponta-pesquisa,ad72a6937b9610b14b4bef982fc2063a-fqagqu1b.html>. Acesso em: 20 janeiro 2022.

DELIVERY MUCH. **Pesquisa delivery online no Brasil em 2020**. Disponível em <<https://blog.deliverymuch.com.br/numeros-do-delivery-online-no-brasil/>>. Acesso em 20. abr 2023.

FAIRWORK. **Fairwork Annual Report 2022**. Oxford; Berlin: Fairwork, 2022.

FELITTI, G. **A luta contra os sindicatos expõe o lado atrasado da Big Tech**. Disponível em: <<https://manualdousuario.net/podcast/tecnocracia-65>>. Acesso em: 14 janeiro de 2022.

FONTES, V. M. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FUCHS. Digital Labor and Imperialism. **Monthly Review**, v.67 n.8, p. 14-24, 2016.

G1. **iFood anuncia aquisição de Pedidos Já**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/02/iFood-anuncia-aquisicao-da-pedidos-ja>>. Acesso em: 14 janeiro de 2022.

GARCIA et al. Western Imperialism and the Role of Sub-imperialism in the Global South. Disponível em:<<https://shre.ink/9vIU>>. Acesso em 23. jan. 2023.

GOETZ, A. M. . Information Capacity and Power in North-South Relations: Transborder Data Flow and the Case of Brazil. **Millennium: Journal of International Studies**, v.15, n.1,p. 48-72, 1986.

GROHMANN, R. Entrevista especial com Rafael Grohmann. [Entrevista concedida a] NATUSCH, I. **Democracia e Mundo do Trabalho em debate**, online, maio de 2022. Disponível em: <<https://www.dmtemdebate.com.br/dentre-os-paises-avaliados-pelo-fairwork-brasil-so-fica-acima-de-bangladesh-entrevista-especial-com-rafael-grohmann/>>. Acesso em 10. mai. 2023.

GROHMANN, R; ARAÚJO. O chão de fábrica (brasileiro) da inteligência artificial: a produção de dados e o papel da comunicação entre trabalhadores de Appen e Lionbridge. **Palavra Chave**, v.24, n.3, e2438, 2021.

GSTREIN, O. J. Right to be Forgotten: European Data Imperialism, National Privilege, or Universal Human Right? **Review of European Administrative Law**, v. 1, p. 125-152, 2020.

HERMES, F. **Empresa sul-africana paga R\$28,2 bilhões pelo iFood**. Disponível em: <<https://blocktrends.com.br/empresa-sul-africana-paga-r282-bilhoes-pelo-iFood-6-vezes-a-receita>>. Acesso em: 20 janeiro 2022.

KWET, M. Digital colonialism: US empire and the new imperialism in the Global South. **Race & Class**, v.60, n.4, 2019.

LENIN, V. I. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Lisboa: Avante, 1984.

LIPPOLD, W; FAUSTINO, D. Colonialismo Digital, Racismo e Acumulação Primitiva de Dados. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v.14, n.2, p.56-78, ago. 2022.

MANN, M.; DALY, A. [Big] Data and the North-in-South: Informational Imperialism and Digital Colonialism in Australia. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 44-58, Oct. 2018.

MANNION, C. Data imperialism: The GDPR's disastrous impact on Africa's E-commerce markets. **Vanderbilt Journal of Transnational Law**, v. 53, p. 685-711, 2020.

MARINI, R. M. Brazilian interdependence and imperialist integration. *Monthly Review*, v. 17, n. 7, p. 14-24, 1965.

MARINI, R. Dialética da dependência, 1973.in: Ruy Mauro Marini: Vida e Obra (Org. TRASNADINI, R; STEDILE, J.P). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, R. Crisis del pacto andino: El fracaso del desarrollismo. *El Sol de México*, 14 out. 1976, p. 4. Hemeroteca Nacional de México – UNAM.


MARINI, R. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, p. 20-39, 1977.

MARINI, R. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

MARTINS, C. E. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. **Pensata**, v. 3, n. 1, p. 30-64, nov. 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N1 edições, 2018.



MCKINSEY. **Navigating a World of Disruption**. Report for the World Economic Forum, January 2019. Disponível em: <www.oecdilibrary.org/content/book/9789264229358-en>. Acesso em 20. fev .2023.

MILAN, S. & TRERÉ, E. Big data from the South (s): Beyond data universalism. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, 319–335, 2019.

MOROZOV, E. **Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

MUMFORD, D. Data colonialism: compelling and useful, but whither epistemes?. **Information, Communication & Society**, v.25, n.10, p.44-52, 2022.

NETO, V. J.; CHIARINI, T.; RIBEIRO, L. C. Voyages of Discovery: Charting the new geographies of platform economy. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL**, 6., 2022, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPEC, 2022. v. 1. p. 1-15.

OECD. Data-Driven Innovation: **Big Data for Growth and WellBeing**. In: OECD. Disponível em: <www.oecdilibrary.org/content/book/9789264229358-en>. Acesso em 20. fev .2023.

OVANESSOFF, A.; PLASTINO, E. **Como a inteligência artificial pode acelerar o crescimento da América do Sul**. Porto Alegre: Accenture, 2017.

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

RICAURTE, P. Data Epistemologies, The Coloniality of Power, and Resistance. **Television & New Media**, v.20, n.4, p.350 -- 365, 2019.

SAMBRANA, C. Tijana Jankovic, CEO do Rappi no Brasil, não vai dar trégua ao iFood.

Neofeed, São Paulo, 25 ago. 2023. Disponível em: <<https://neofeed.com.br/blog/home/tijana-jankovic-ceo-do-rappi-no-brasil-nao-vai-dar-tregua-ao-iFood/>>. Acesso em 20. abr 2023.

SARTI, I. Comunicação e dependência cultural: um equívoco. In: WERTHEIN, J (Org.), **Meios de comunicação: realidade e mito**, p. 231- 251, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SETO, K. S. Acumulação capitalista por meios digitais: novas teorias da mais-valia e da espoliação do General Intellect. **EPC On-Line (UFS)**, v.22, p.143 - 160, 2020.

SETO, K. S. Regulação de plataformas digitais: uma revisão sistemática da literatura. **Eptic On-Line**, 23(3), p.223-250, 2021.

SILVEIRA, S.A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: SILVEIRA, S.A. et al. (Eds.). **Colonialismo de dados**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p.33-52.



SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STATISTA SEARCH DEPARTMENT. Leading unicorn companies based on market value in Latin America in 2022. Statista. Disponível em: <https://shre.ink/9hi7>. Acesso em: 07 janeiro 2022.

TEMÍSTOCLES, P. G. Subimperialismo y Capital-imperialismo: reflexiones actuales sobre el capitalismo dependiente en Brasil. **Cuadernos de Economía Crítica**, v. 3, p. 83, 2016.

VALENTE, J. C. L. **Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais**. Editora Dialética, 2021.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL M. **The platform society: Public values in a connective world**. Oxford: Oxford Scholarship, 2018.

Hegemonia, senso comum e ideologia: contribuições do marxismo para o debate sobre desinformação e 'pós-verdade'

Hegemony, common sense and ideology: Marxism's contributions to the debate on disinformation and 'post-truth'

Hegemonía, sentido común e ideología: aportaciones del marxismo al debate sobre la desinformación y la 'posverdad'

Cátia Guimarães

Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Jornalista, professora e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Contato: catiacguimaraes@gmail.com

Submetido em: 9 mai. 2023

Aprovado em: 29 set. 2023



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhalgal

RESUMO

Discute a atualidade dos conceitos de senso comum e hegemonia, de Gramsci, e do conceito de ideologia desenvolvido por Marx e Engels para uma abordagem mais totalizante do fenômeno da desinformação como parte de uma suposta era da 'pós-verdade'. Entendendo que esse processo vem sendo instrumentalizado pela extrema-direita política mundo afora, adota como caminho possível de interpretação o debate de autores como David Harvey, Nancy Fraser e Wendy Brown sobre os efeitos do neoliberalismo como base material de uma crise de hegemonia que se expressa também como crise ideológica. A partir desse pano de fundo, questiona sobre as atuais possibilidades de disputa de contra-hegemonia num cenário em que, diferente daquele que Gramsci descreveu no início do século XX, frações das classes dominantes em luta parecem 'substituir' a estratégia de construção de consenso (sempre mais estável) pela produção de desestabilização e dissenso, lançando mão da desinformação como ferramenta fundamental.

Palavras-chave: desinformação, pós-verdade, senso comum, hegemonia, ideologia

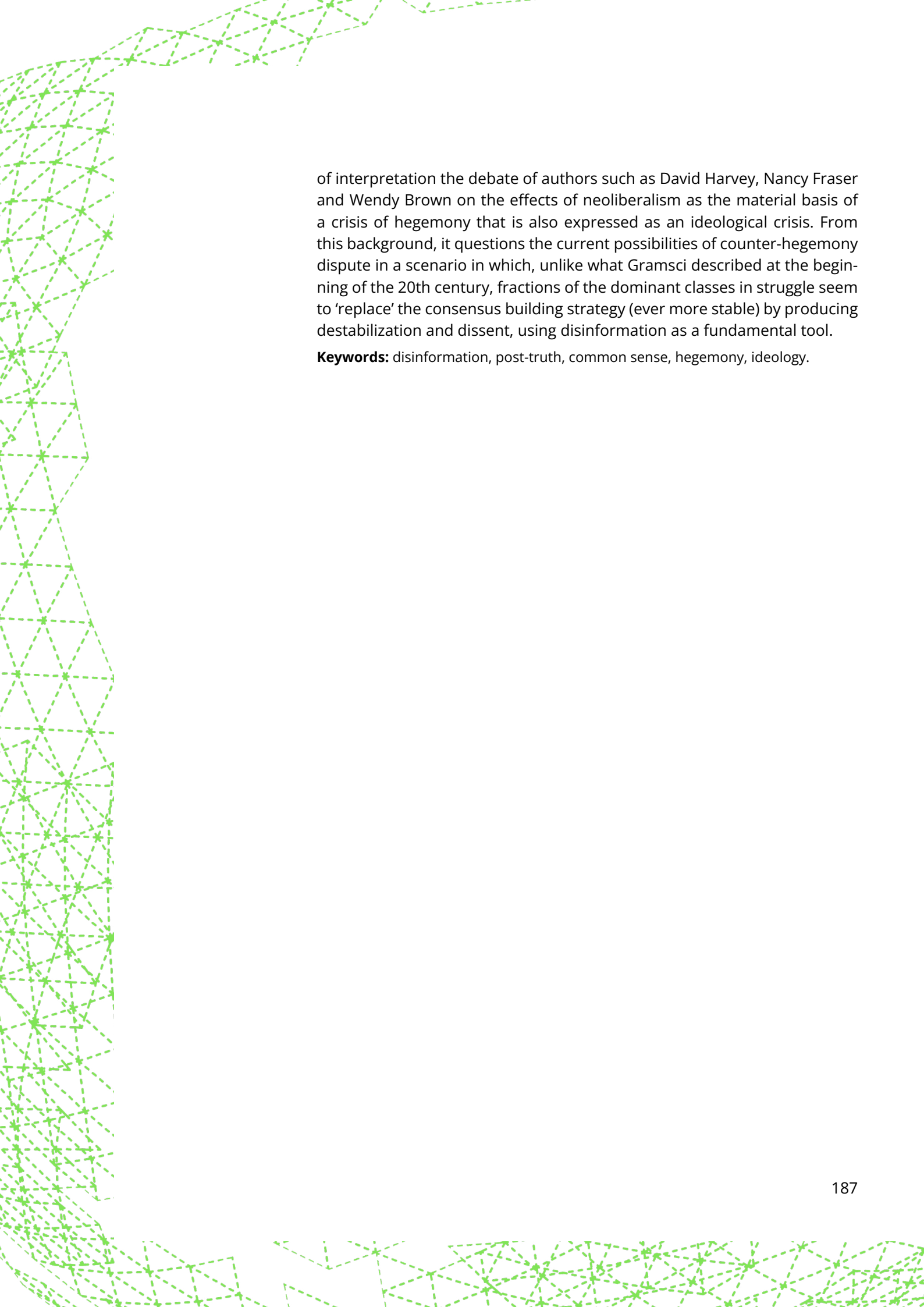
RESUMEN

Discute aquí la relevancia de los conceptos de sentido común y hegemonía de Gramsci, y del concepto de ideología desarrollado por Marx y Engels para una aproximación más integral al fenómeno de la desinformación como parte de una supuesta era de "posverdad". Entendiendo que este proceso ha sido instrumentalizado por la extrema derecha política, adopta como posible vía de interpretación el debate de autores como David Harvey, Nancy Fraser y Wendy Brown sobre los efectos del neoliberalismo como base material de una crisis de hegemonía que se expresa también como crisis ideológica. Desde este trasfondo, cuestiona las posibilidades actuales de disputa de la contrahegemonía en un escenario en el que, a diferencia de lo descrito por Gramsci a principios del siglo XX, fracciones de las clases dominantes en lucha parecen 'reemplazar' la estrategia de construcción de consensos (siempre más estable) al producir desestabilización y disidencia, utilizando la desinformación como herramienta fundamental.

Palabras clave: desinformación, posverdad, sentido común, hegemonia, ideologia.

ABSTRACT

It discusses the relevance of Gramsci's conception of common sense and hegemony, and the concept of ideology developed by Marx and Engels for a more comprehensive approach to the phenomenon of misinformation as part of a supposed 'post-truth' era. Understanding that this process has been instrumentalized by the political far right, it adopts as a possible path



of interpretation the debate of authors such as David Harvey, Nancy Fraser and Wendy Brown on the effects of neoliberalism as the material basis of a crisis of hegemony that is also expressed as an ideological crisis. From this background, it questions the current possibilities of counter-hegemony dispute in a scenario in which, unlike what Gramsci described at the beginning of the 20th century, fractions of the dominant classes in struggle seem to 'replace' the consensus building strategy (ever more stable) by producing destabilization and dissent, using disinformation as a fundamental tool.

Keywords: disinformation, post-truth, common sense, hegemony, ideology.

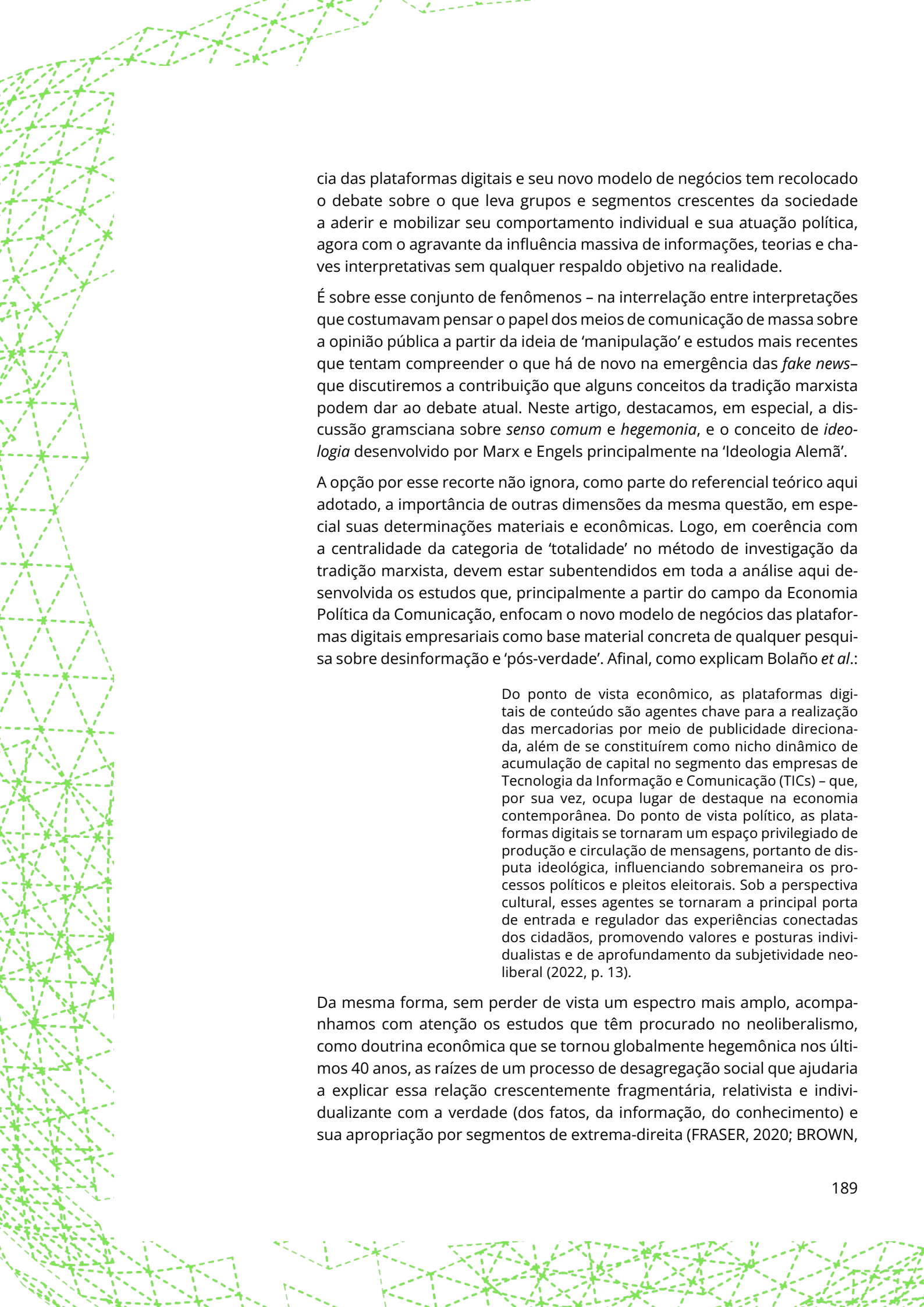


Introdução

O contexto era a Itália dos anos 1920. Politicamente derrotadas, organizações de esquerda tentavam entender como trabalhadores e pessoas ‘comuns’, muitos dos quais já tinham cerrado fileiras ao lado dos socialistas, agora aderiam em massa às ideias e ao ‘programa’ do fascismo. Da prisão a que foi condenado pelo governo de Mussolini, um militante e ex-deputado comunista traduzia essa preocupação *prática* em termos *teóricos*, interrogando-se, de modo mais amplo, sobre como se formam as opiniões e concepções de mundo de homens e mulheres do povo. É no caminho de elaboração do conceito de ‘senso comum’, em parte como resposta a essa questão, que Antonio Gramsci nos alerta sobre o quanto, para as massas, a “filosofia” não se constrói apenas (nem principalmente) a partir de uma dimensão racional. Numa longa e bela passagem dos seus Cadernos do Cárcere, que carrega uma atualidade desconcertante, o autor explica:

Que se pense, ademais, na posição intelectual de um homem do povo; ele elaborou para si opiniões, convicções, critérios de discriminação e normas de conduta. Todo aquele que sustenta um ponto de vista contrário ao seu, enquanto é intelectualmente superior, sabe argumentar as suas razões melhor do que ele e, logicamente, o derrota na discussão. Deveria, por isso, o homem do povo mudar de convicções? E apenas porque, na discussão imediata, não sabe se impor? Se fosse assim, poderia acontecer que ele devesse mudar uma vez por dia, isto é, todas as vezes que encontrasse um adversário ideológico intelectualmente superior. Em que elementos baseia-se, então, a sua filosofia? E, especialmente, a sua filosofia na forma que tem para ele maior importância, isto é, como norma de conduta? O elemento mais importante, indubitavelmente, é de caráter não racional: é um elemento de fé. *Mas de fé em quem e em quê? Sobretudo no grupo social ao qual pertence, na medida em que este pensa as coisas também difusamente, como ele: o homem do povo pensa que tantos não podem se equivocar tão radicalmente, como o adversário argumentador queria fazer crer; que ele próprio, é verdade, não é capaz de sustentar e desenvolver as suas razões como o adversário faz com as dele, mas que, em seu grupo, existe quem poderia fazer isto (...)* (GRAMSCI, 2004, p. 109, grifos nossos).

Passado um século, o mundo se vê novamente às voltas com o crescimento de movimentos, partidos e lideranças de extrema-direita, que, embora não devam ser simplificadaamente iguallados ao fascismo histórico e tenham características distintas a depender das realidades nacionais, trazem à tona valores como o nacionalismo, o tradicionalismo e o autoritarismo, representando uma ameaça à democracia por dentro dos próprios aparelhos democráticos (BROWN, 2019; FRASER, 2020; HARVEY, 2012). No que diz respeito à comunicação, a emergência de uma verdadeira ‘indústria’ da desinformação instrumentalizada por essas forças políticas a partir da emergên-



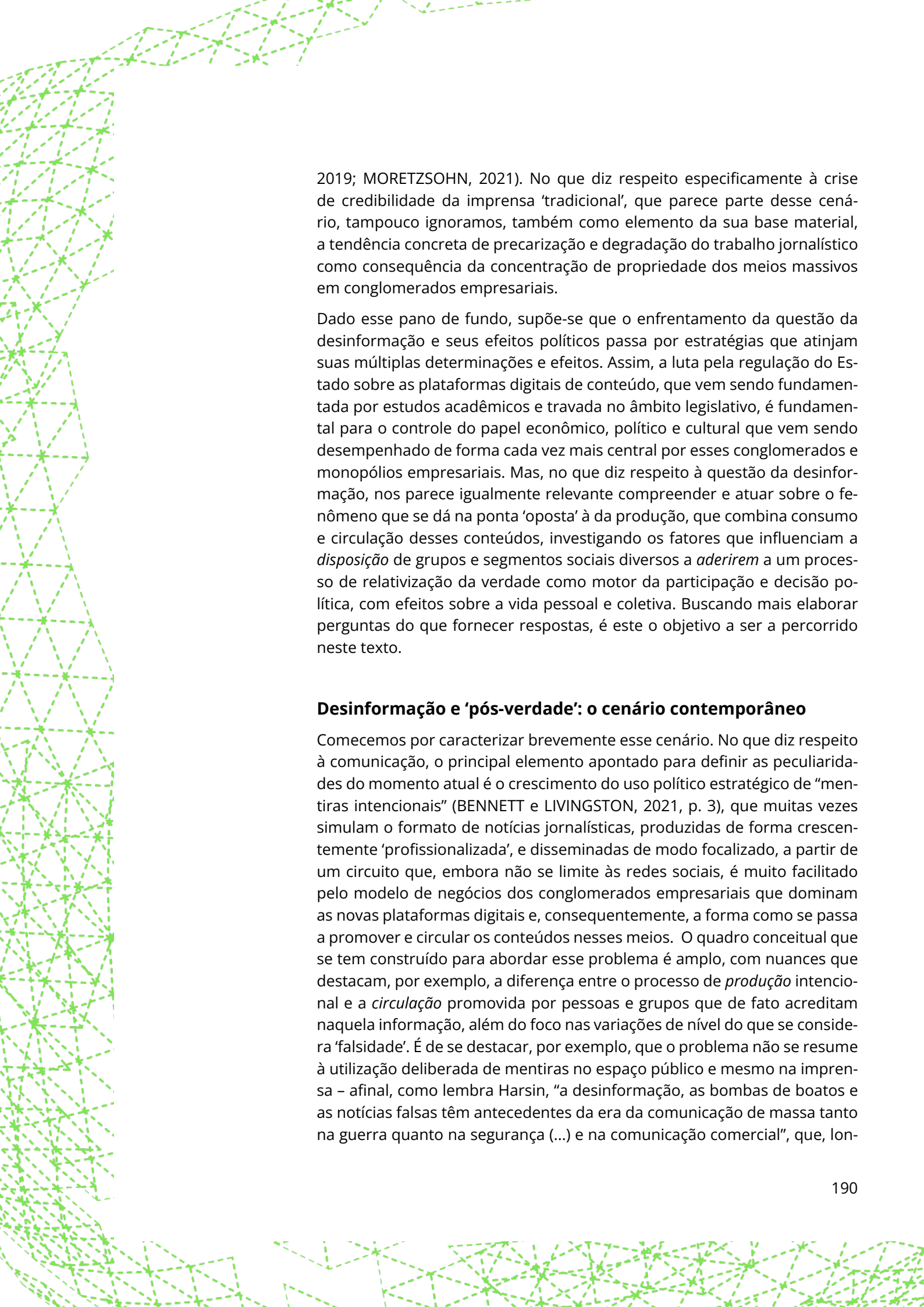
cia das plataformas digitais e seu novo modelo de negócios tem recolocado o debate sobre o que leva grupos e segmentos crescentes da sociedade a aderir e mobilizar seu comportamento individual e sua atuação política, agora com o agravante da influência massiva de informações, teorias e chaves interpretativas sem qualquer respaldo objetivo na realidade.

É sobre esse conjunto de fenômenos – na interrelação entre interpretações que costumavam pensar o papel dos meios de comunicação de massa sobre a opinião pública a partir da ideia de ‘manipulação’ e estudos mais recentes que tentam compreender o que há de novo na emergência das *fake news* – que discutiremos a contribuição que alguns conceitos da tradição marxista podem dar ao debate atual. Neste artigo, destacamos, em especial, a discussão gramsciana sobre *senso comum* e *hegemonia*, e o conceito de *ideologia* desenvolvido por Marx e Engels principalmente na ‘Ideologia Alemã’.

A opção por esse recorte não ignora, como parte do referencial teórico aqui adotado, a importância de outras dimensões da mesma questão, em especial suas determinações materiais e econômicas. Logo, em coerência com a centralidade da categoria de ‘totalidade’ no método de investigação da tradição marxista, devem estar subentendidos em toda a análise aqui desenvolvida os estudos que, principalmente a partir do campo da Economia Política da Comunicação, enfocam o novo modelo de negócios das plataformas digitais empresariais como base material concreta de qualquer pesquisa sobre desinformação e ‘pós-verdade’. Afinal, como explicam Bolaño *et al.*:

Do ponto de vista econômico, as plataformas digitais de conteúdo são agentes chave para a realização das mercadorias por meio de publicidade direcionada, além de se constituírem como nicho dinâmico de acumulação de capital no segmento das empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) – que, por sua vez, ocupa lugar de destaque na economia contemporânea. Do ponto de vista político, as plataformas digitais se tornaram um espaço privilegiado de produção e circulação de mensagens, portanto de disputa ideológica, influenciando sobremaneira os processos políticos e pleitos eleitorais. Sob a perspectiva cultural, esses agentes se tornaram a principal porta de entrada e regulador das experiências conectadas dos cidadãos, promovendo valores e posturas individualistas e de aprofundamento da subjetividade neoliberal (2022, p. 13).

Da mesma forma, sem perder de vista um espectro mais amplo, acompanhamos com atenção os estudos que têm procurado no neoliberalismo, como doutrina econômica que se tornou globalmente hegemônica nos últimos 40 anos, as raízes de um processo de desagregação social que ajudaria a explicar essa relação crescentemente fragmentária, relativista e individualizante com a verdade (dos fatos, da informação, do conhecimento) e sua apropriação por segmentos de extrema-direita (FRASER, 2020; BROWN,

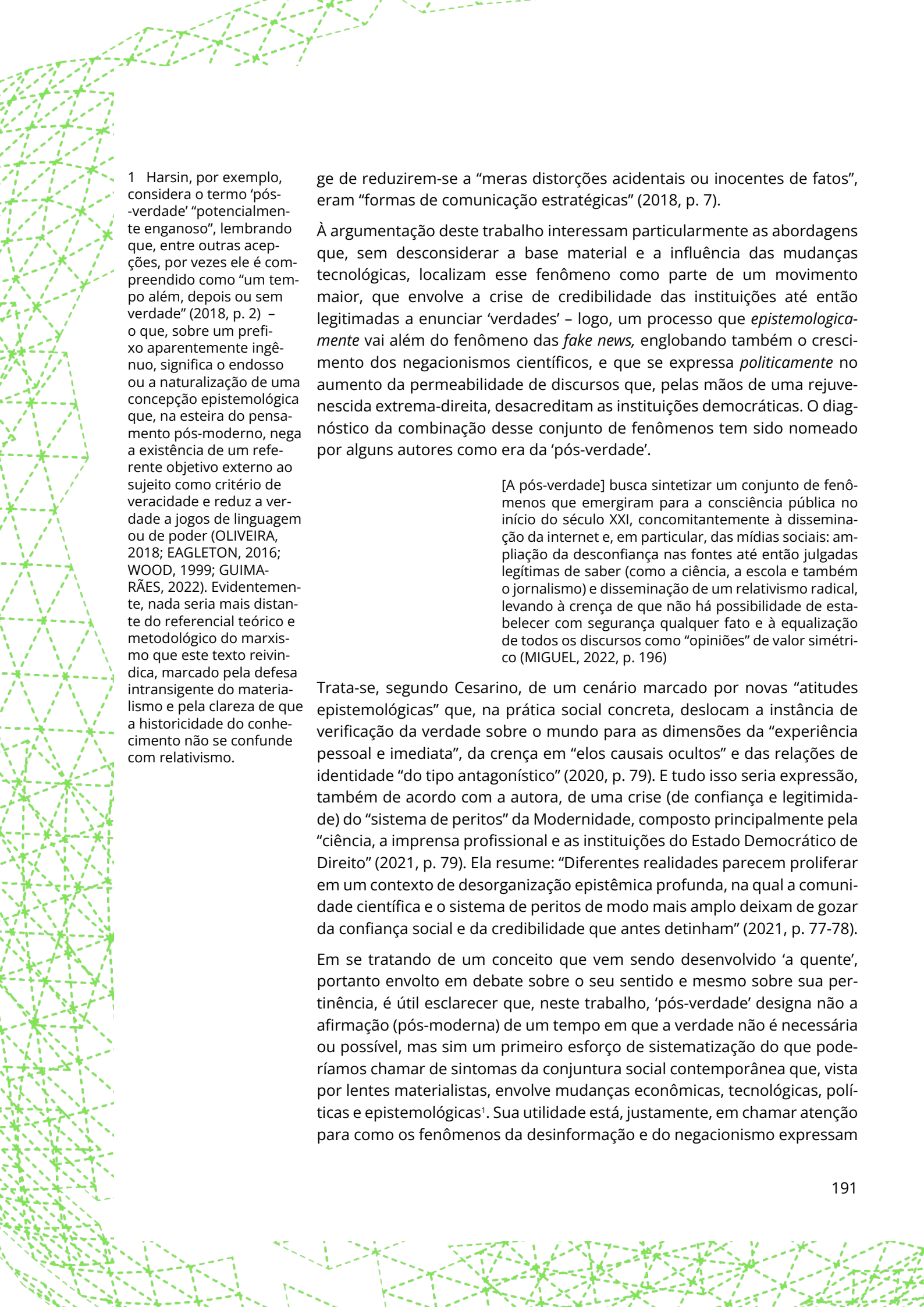


2019; MORETZSOHN, 2021). No que diz respeito especificamente à crise de credibilidade da imprensa 'tradicional', que parece parte desse cenário, tampouco ignoramos, também como elemento da sua base material, a tendência concreta de precarização e degradação do trabalho jornalístico como consequência da concentração de propriedade dos meios massivos em conglomerados empresariais.

Dado esse pano de fundo, supõe-se que o enfrentamento da questão da desinformação e seus efeitos políticos passa por estratégias que atinjam suas múltiplas determinações e efeitos. Assim, a luta pela regulação do Estado sobre as plataformas digitais de conteúdo, que vem sendo fundamentada por estudos acadêmicos e travada no âmbito legislativo, é fundamental para o controle do papel econômico, político e cultural que vem sendo desempenhado de forma cada vez mais central por esses conglomerados e monopólios empresariais. Mas, no que diz respeito à questão da desinformação, nos parece igualmente relevante compreender e atuar sobre o fenômeno que se dá na ponta 'oposta' à da produção, que combina consumo e circulação desses conteúdos, investigando os fatores que influenciam a *disposição* de grupos e segmentos sociais diversos a *aderirem* a um processo de relativização da verdade como motor da participação e decisão política, com efeitos sobre a vida pessoal e coletiva. Buscando mais elaborar perguntas do que fornecer respostas, é este o objetivo a ser percorrido neste texto.

Desinformação e 'pós-verdade': o cenário contemporâneo

Começamos por caracterizar brevemente esse cenário. No que diz respeito à comunicação, o principal elemento apontado para definir as peculiaridades do momento atual é o crescimento do uso político estratégico de "mentiras intencionais" (BENNETT e LIVINGSTON, 2021, p. 3), que muitas vezes simulam o formato de notícias jornalísticas, produzidas de forma crescentemente 'profissionalizada', e disseminadas de modo focalizado, a partir de um circuito que, embora não se limite às redes sociais, é muito facilitado pelo modelo de negócios dos conglomerados empresariais que dominam as novas plataformas digitais e, conseqüentemente, a forma como se passa a promover e circular os conteúdos nesses meios. O quadro conceitual que se tem construído para abordar esse problema é amplo, com nuances que destacam, por exemplo, a diferença entre o processo de *produção* intencional e a *circulação* promovida por pessoas e grupos que de fato acreditam naquela informação, além do foco nas variações de nível do que se considera 'falsidade'. É de se destacar, por exemplo, que o problema não se resume à utilização deliberada de mentiras no espaço público e mesmo na imprensa – afinal, como lembra Harsin, "a desinformação, as bombas de boatos e as notícias falsas têm antecedentes da era da comunicação de massa tanto na guerra quanto na segurança (...) e na comunicação comercial", que, lon-



1 Harsin, por exemplo, considera o termo 'pós-verdade' "potencialmente enganoso", lembrando que, entre outras acepções, por vezes ele é compreendido como "um tempo além, depois ou sem verdade" (2018, p. 2) – o que, sobre um prefixo aparentemente ingênuo, significa o endosso ou a naturalização de uma concepção epistemológica que, na esteira do pensamento pós-moderno, nega a existência de um referente objetivo externo ao sujeito como critério de veracidade e reduz a verdade a jogos de linguagem ou de poder (OLIVEIRA, 2018; EAGLETON, 2016; WOOD, 1999; GUIMARÃES, 2022). Evidentemente, nada seria mais distante do referencial teórico e metodológico do marxismo que este texto reivindicava, marcado pela defesa intransigente do materialismo e pela clareza de que a historicidade do conhecimento não se confunde com relativismo.

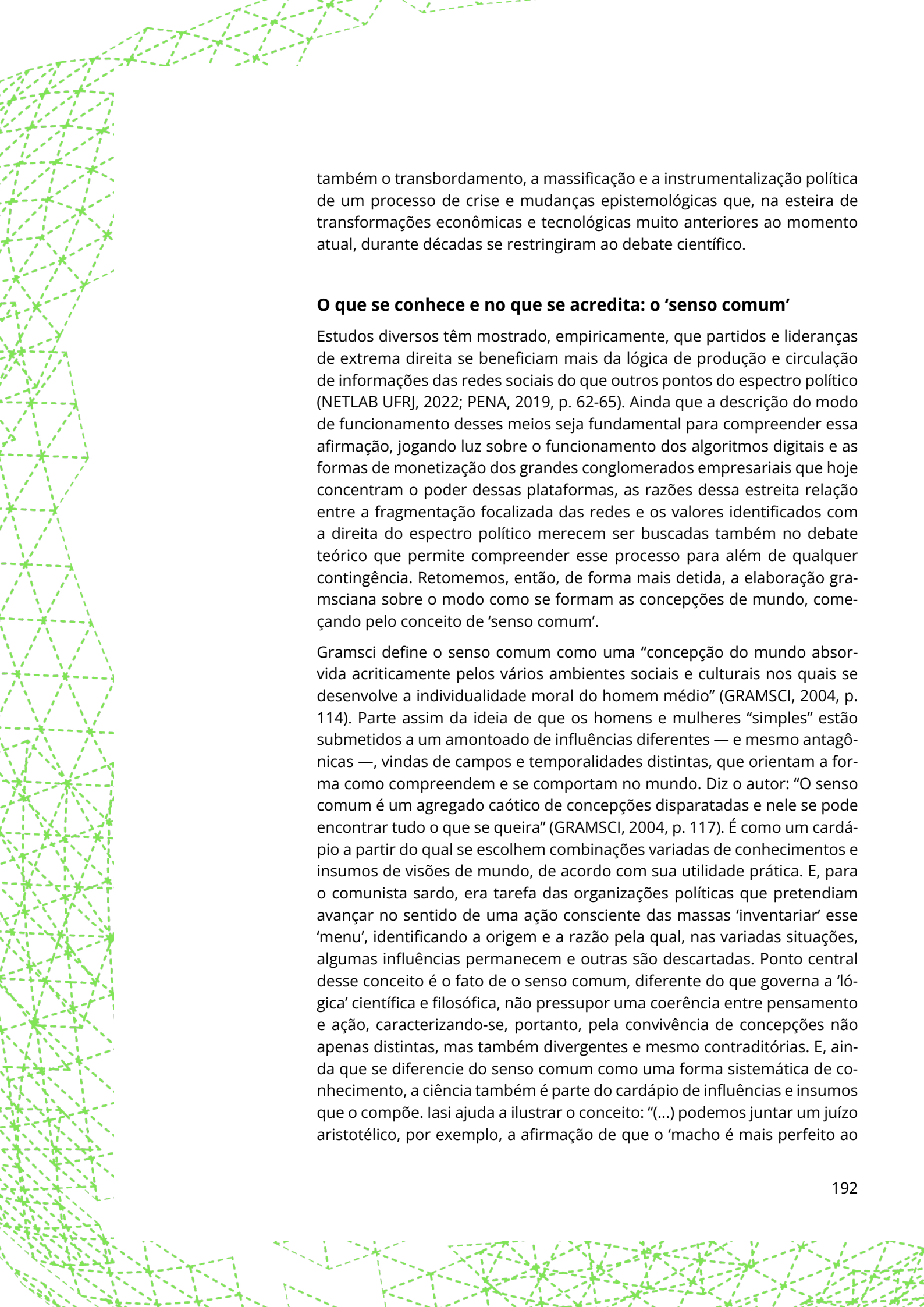
ge de reduzirem-se a "meras distorções acidentais ou inocentes de fatos", eram "formas de comunicação estratégicas" (2018, p. 7).

À argumentação deste trabalho interessam particularmente as abordagens que, sem desconsiderar a base material e a influência das mudanças tecnológicas, localizam esse fenômeno como parte de um movimento maior, que envolve a crise de credibilidade das instituições até então legitimadas a enunciar 'verdades' – logo, um processo que *epistemologicamente* vai além do fenômeno das *fake news*, englobando também o crescimento dos negacionismos científicos, e que se expressa *politicamente* no aumento da permeabilidade de discursos que, pelas mãos de uma rejuvenescida extrema-direita, desacreditam as instituições democráticas. O diagnóstico da combinação desse conjunto de fenômenos tem sido nomeado por alguns autores como era da 'pós-verdade'.

[A pós-verdade] busca sintetizar um conjunto de fenômenos que emergiram para a consciência pública no início do século XXI, concomitantemente à disseminação da internet e, em particular, das mídias sociais: ampliação da desconfiança nas fontes até então julgadas legítimas de saber (como a ciência, a escola e também o jornalismo) e disseminação de um relativismo radical, levando à crença de que não há possibilidade de estabelecer com segurança qualquer fato e à equalização de todos os discursos como "opiniões" de valor simétrico (MIGUEL, 2022, p. 196)

Trata-se, segundo Cesarino, de um cenário marcado por novas "atitudes epistemológicas" que, na prática social concreta, deslocam a instância de verificação da verdade sobre o mundo para as dimensões da "experiência pessoal e imediata", da crença em "elos causais ocultos" e das relações de identidade "do tipo antagonístico" (2020, p. 79). E tudo isso seria expressão, também de acordo com a autora, de uma crise (de confiança e legitimidade) do "sistema de peritos" da Modernidade, composto principalmente pela "ciência, a imprensa profissional e as instituições do Estado Democrático de Direito" (2021, p. 79). Ela resume: "Diferentes realidades parecem proliferar em um contexto de desorganização epistêmica profunda, na qual a comunidade científica e o sistema de peritos de modo mais amplo deixam de gozar da confiança social e da credibilidade que antes detinham" (2021, p. 77-78).

Em se tratando de um conceito que vem sendo desenvolvido 'a quente', portanto envolto em debate sobre o seu sentido e mesmo sobre sua pertinência, é útil esclarecer que, neste trabalho, 'pós-verdade' designa não a afirmação (pós-moderna) de um tempo em que a verdade não é necessária ou possível, mas sim um primeiro esforço de sistematização do que poderíamos chamar de sintomas da conjuntura social contemporânea que, vista por lentes materialistas, envolve mudanças econômicas, tecnológicas, políticas e epistemológicas¹. Sua utilidade está, justamente, em chamar atenção para como os fenômenos da desinformação e do negacionismo expressam

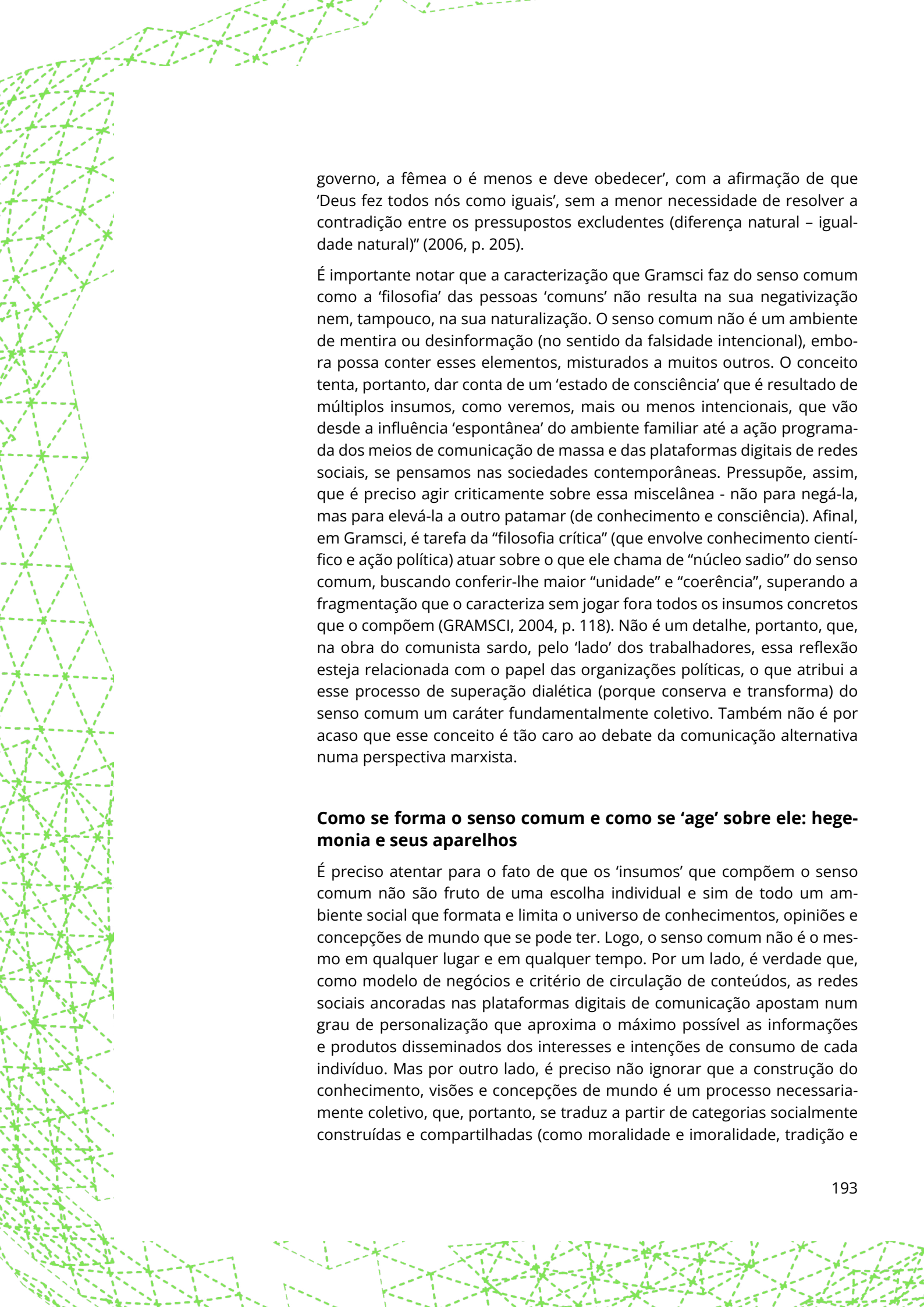


também o transbordamento, a massificação e a instrumentalização política de um processo de crise e mudanças epistemológicas que, na esteira de transformações econômicas e tecnológicas muito anteriores ao momento atual, durante décadas se restringiram ao debate científico.

O que se conhece e no que se acredita: o ‘senso comum’

Estudos diversos têm mostrado, empiricamente, que partidos e lideranças de extrema direita se beneficiam mais da lógica de produção e circulação de informações das redes sociais do que outros pontos do espectro político (NETLAB UFRJ, 2022; PENA, 2019, p. 62-65). Ainda que a descrição do modo de funcionamento desses meios seja fundamental para compreender essa afirmação, jogando luz sobre o funcionamento dos algoritmos digitais e as formas de monetização dos grandes conglomerados empresariais que hoje concentram o poder dessas plataformas, as razões dessa estreita relação entre a fragmentação focalizada das redes e os valores identificados com a direita do espectro político merecem ser buscadas também no debate teórico que permite compreender esse processo para além de qualquer contingência. Retomemos, então, de forma mais detida, a elaboração gramsciana sobre o modo como se formam as concepções de mundo, começando pelo conceito de ‘senso comum’.

Gramsci define o senso comum como uma “concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio” (GRAMSCI, 2004, p. 114). Parte assim da ideia de que os homens e mulheres “simples” estão submetidos a um amontoado de influências diferentes — e mesmo antagônicas —, vindas de campos e temporalidades distintas, que orientam a forma como compreendem e se comportam no mundo. Diz o autor: “O senso comum é um agregado caótico de concepções disparatadas e nele se pode encontrar tudo o que se queira” (GRAMSCI, 2004, p. 117). É como um cardápio a partir do qual se escolhem combinações variadas de conhecimentos e insumos de visões de mundo, de acordo com sua utilidade prática. E, para o comunista sardo, era tarefa das organizações políticas que pretendiam avançar no sentido de uma ação consciente das massas ‘inventariar’ esse ‘menu’, identificando a origem e a razão pela qual, nas variadas situações, algumas influências permanecem e outras são descartadas. Ponto central desse conceito é o fato de o senso comum, diferente do que governa a ‘lógica’ científica e filosófica, não pressupor uma coerência entre pensamento e ação, caracterizando-se, portanto, pela convivência de concepções não apenas distintas, mas também divergentes e mesmo contraditórias. E, ainda que se diferencie do senso comum como uma forma sistemática de conhecimento, a ciência também é parte do cardápio de influências e insumos que o compõe. Iasi ajuda a ilustrar o conceito: “(...) podemos juntar um juízo aristotélico, por exemplo, a afirmação de que o ‘macho é mais perfeito ao

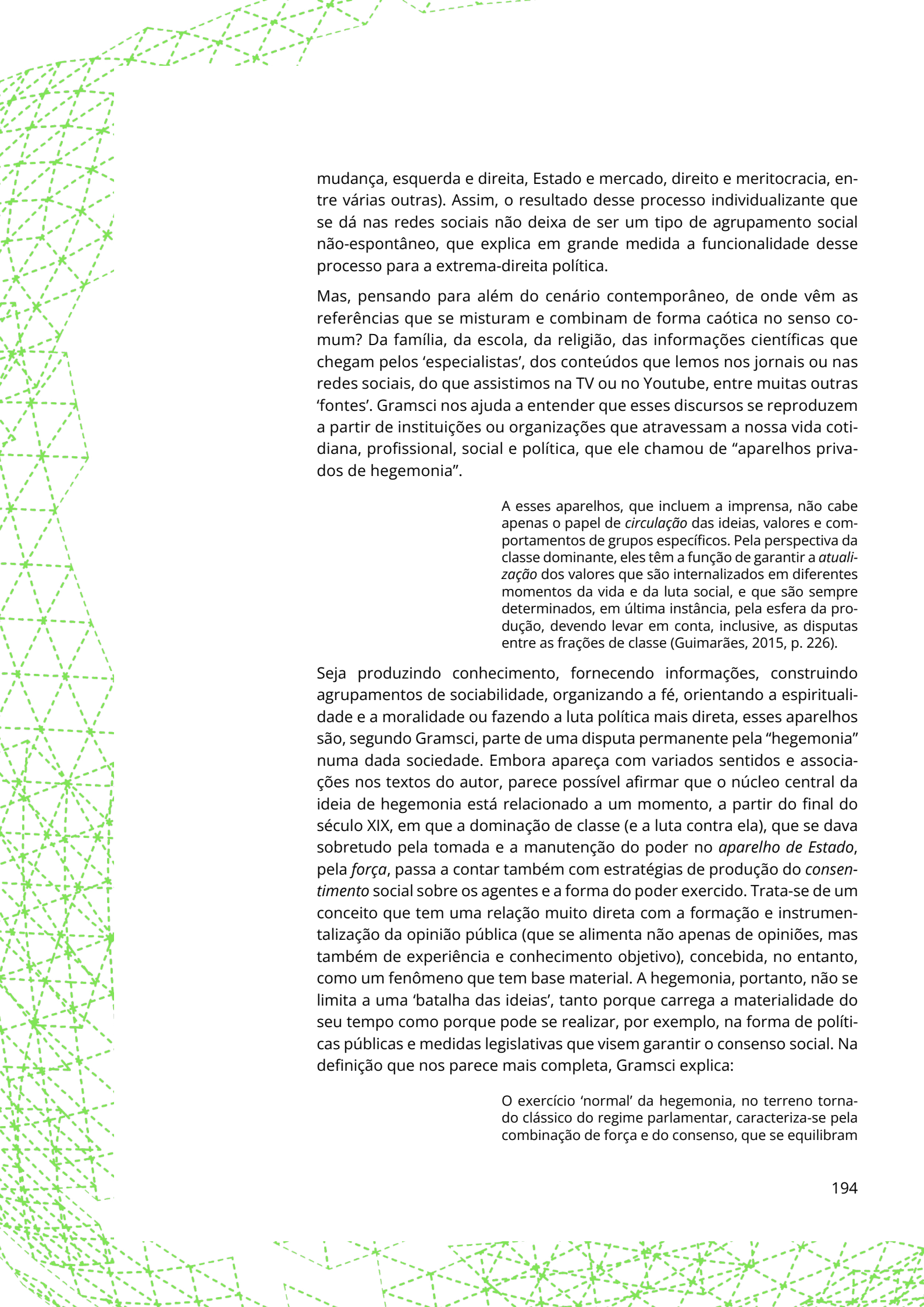


governo, a fêmea o é menos e deve obedecer’, com a afirmação de que ‘Deus fez todos nós como iguais’, sem a menor necessidade de resolver a contradição entre os pressupostos excludentes (diferença natural – igualdade natural)” (2006, p. 205).

É importante notar que a caracterização que Gramsci faz do senso comum como a ‘filosofia’ das pessoas ‘comuns’ não resulta na sua negativização nem, tampouco, na sua naturalização. O senso comum não é um ambiente de mentira ou desinformação (no sentido da falsidade intencional), embora possa conter esses elementos, misturados a muitos outros. O conceito tenta, portanto, dar conta de um ‘estado de consciência’ que é resultado de múltiplos insumos, como veremos, mais ou menos intencionais, que vão desde a influência ‘espontânea’ do ambiente familiar até a ação programada dos meios de comunicação de massa e das plataformas digitais de redes sociais, se pensamos nas sociedades contemporâneas. Pressupõe, assim, que é preciso agir criticamente sobre essa miscelânea - não para negá-la, mas para elevá-la a outro patamar (de conhecimento e consciência). Afinal, em Gramsci, é tarefa da “filosofia crítica” (que envolve conhecimento científico e ação política) atuar sobre o que ele chama de “núcleo sadio” do senso comum, buscando conferir-lhe maior “unidade” e “coerência”, superando a fragmentação que o caracteriza sem jogar fora todos os insumos concretos que o compõem (GRAMSCI, 2004, p. 118). Não é um detalhe, portanto, que, na obra do comunista sardo, pelo ‘lado’ dos trabalhadores, essa reflexão esteja relacionada com o papel das organizações políticas, o que atribui a esse processo de superação dialética (porque conserva e transforma) do senso comum um caráter fundamentalmente coletivo. Também não é por acaso que esse conceito é tão caro ao debate da comunicação alternativa numa perspectiva marxista.

Como se forma o senso comum e como se ‘age’ sobre ele: hegemonia e seus aparelhos

É preciso atentar para o fato de que os ‘insumos’ que compõem o senso comum não são fruto de uma escolha individual e sim de todo um ambiente social que formata e limita o universo de conhecimentos, opiniões e concepções de mundo que se pode ter. Logo, o senso comum não é o mesmo em qualquer lugar e em qualquer tempo. Por um lado, é verdade que, como modelo de negócios e critério de circulação de conteúdos, as redes sociais ancoradas nas plataformas digitais de comunicação apostam num grau de personalização que aproxima o máximo possível as informações e produtos disseminados dos interesses e intenções de consumo de cada indivíduo. Mas por outro lado, é preciso não ignorar que a construção do conhecimento, visões e concepções de mundo é um processo necessariamente coletivo, que, portanto, se traduz a partir de categorias socialmente construídas e compartilhadas (como moralidade e imoralidade, tradição e



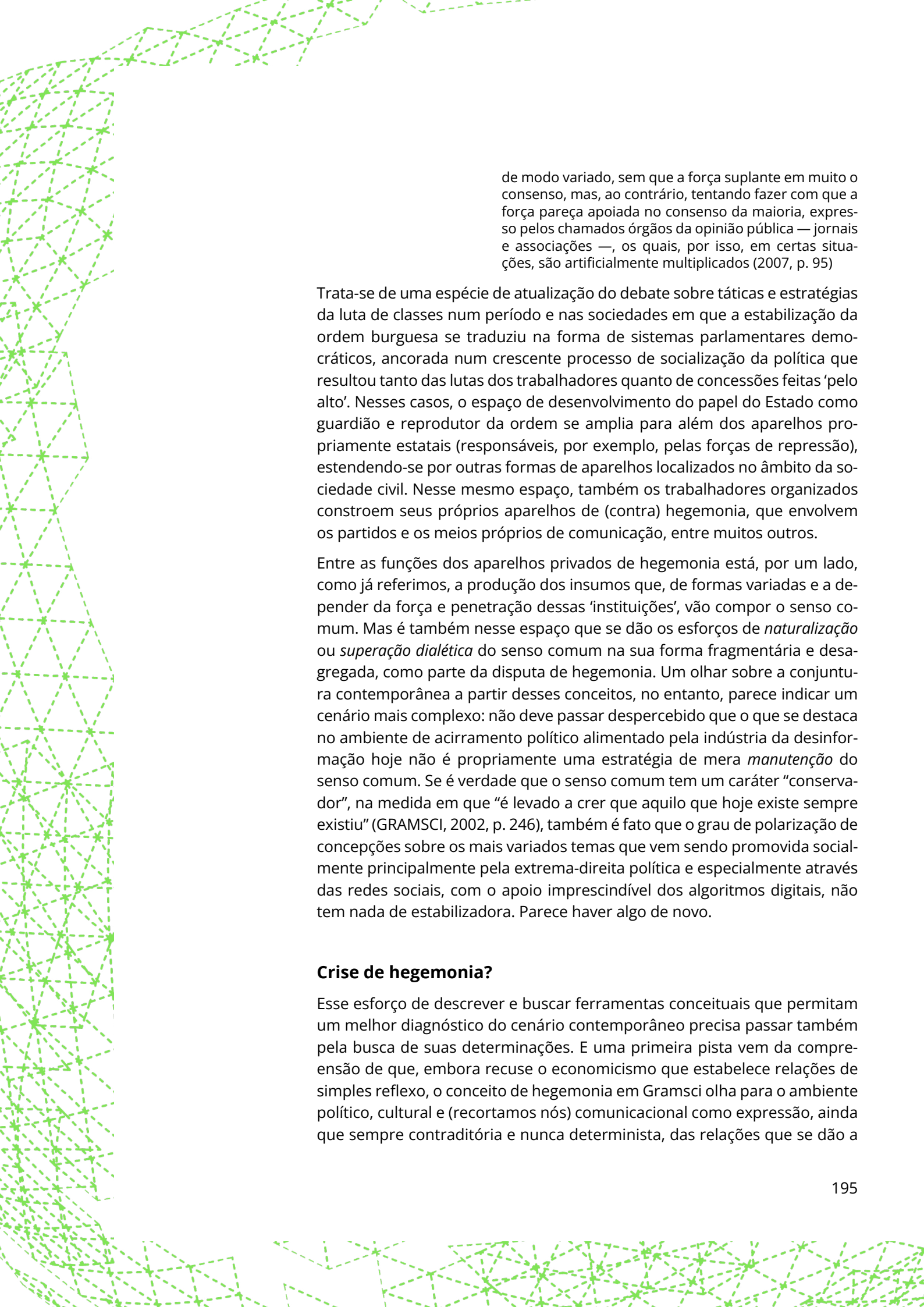
mudança, esquerda e direita, Estado e mercado, direito e meritocracia, entre várias outras). Assim, o resultado desse processo individualizante que se dá nas redes sociais não deixa de ser um tipo de agrupamento social não-espontâneo, que explica em grande medida a funcionalidade desse processo para a extrema-direita política.

Mas, pensando para além do cenário contemporâneo, de onde vêm as referências que se misturam e combinam de forma caótica no senso comum? Da família, da escola, da religião, das informações científicas que chegam pelos 'especialistas', dos conteúdos que lemos nos jornais ou nas redes sociais, do que assistimos na TV ou no Youtube, entre muitas outras 'fontes'. Gramsci nos ajuda a entender que esses discursos se reproduzem a partir de instituições ou organizações que atravessam a nossa vida cotidiana, profissional, social e política, que ele chamou de "aparelhos privados de hegemonia".

A esses aparelhos, que incluem a imprensa, não cabe apenas o papel de *circulação* das ideias, valores e comportamentos de grupos específicos. Pela perspectiva da classe dominante, eles têm a função de garantir a *atualização* dos valores que são internalizados em diferentes momentos da vida e da luta social, e que são sempre determinados, em última instância, pela esfera da produção, devendo levar em conta, inclusive, as disputas entre as frações de classe (Guimarães, 2015, p. 226).

Seja produzindo conhecimento, fornecendo informações, construindo agrupamentos de sociabilidade, organizando a fé, orientando a espiritualidade e a moralidade ou fazendo a luta política mais direta, esses aparelhos são, segundo Gramsci, parte de uma disputa permanente pela "hegemonia" numa dada sociedade. Embora apareça com variados sentidos e associações nos textos do autor, parece possível afirmar que o núcleo central da ideia de hegemonia está relacionado a um momento, a partir do final do século XIX, em que a dominação de classe (e a luta contra ela), que se dava sobretudo pela tomada e a manutenção do poder no *aparelho de Estado*, pela *força*, passa a contar também com estratégias de produção do *consentimento* social sobre os agentes e a forma do poder exercido. Trata-se de um conceito que tem uma relação muito direta com a formação e instrumentalização da opinião pública (que se alimenta não apenas de opiniões, mas também de experiência e conhecimento objetivo), concebida, no entanto, como um fenômeno que tem base material. A hegemonia, portanto, não se limita a uma 'batalha das ideias', tanto porque carrega a materialidade do seu tempo como porque pode se realizar, por exemplo, na forma de políticas públicas e medidas legislativas que visem garantir o consenso social. Na definição que nos parece mais completa, Gramsci explica:

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram



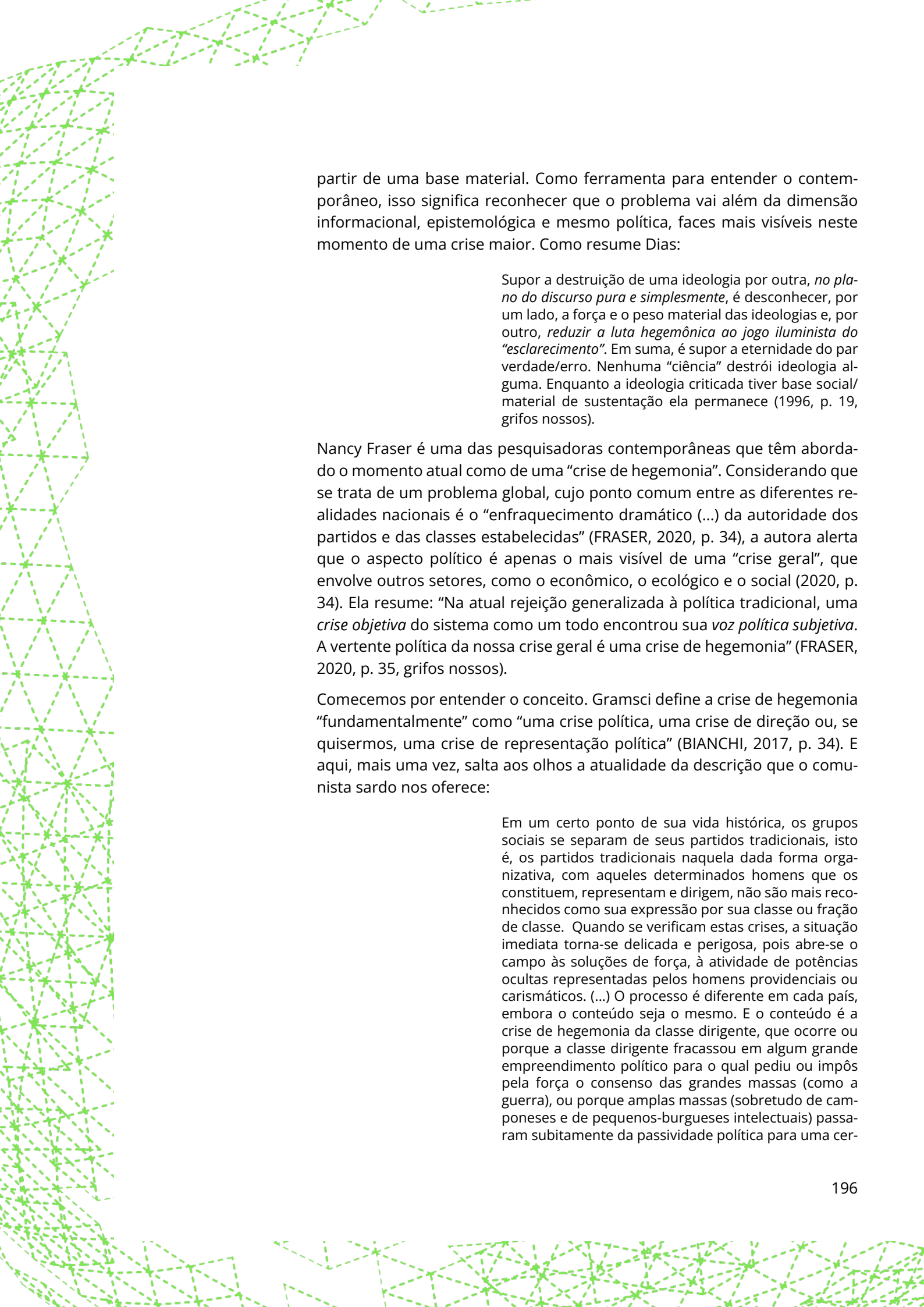
de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (2007, p. 95)

Trata-se de uma espécie de atualização do debate sobre táticas e estratégias da luta de classes num período e nas sociedades em que a estabilização da ordem burguesa se traduziu na forma de sistemas parlamentares democráticos, ancorada num crescente processo de socialização da política que resultou tanto das lutas dos trabalhadores quanto de concessões feitas 'pelo alto'. Nesses casos, o espaço de desenvolvimento do papel do Estado como guardião e reproduzidor da ordem se amplia para além dos aparelhos propriamente estatais (responsáveis, por exemplo, pelas forças de repressão), estendendo-se por outras formas de aparelhos localizados no âmbito da sociedade civil. Nesse mesmo espaço, também os trabalhadores organizados constroem seus próprios aparelhos de (contra) hegemonia, que envolvem os partidos e os meios próprios de comunicação, entre muitos outros.

Entre as funções dos aparelhos privados de hegemonia está, por um lado, como já referimos, a produção dos insumos que, de formas variadas e a depender da força e penetração dessas 'instituições', vão compor o senso comum. Mas é também nesse espaço que se dão os esforços de *naturalização* ou *superação dialética* do senso comum na sua forma fragmentária e desagregada, como parte da disputa de hegemonia. Um olhar sobre a conjuntura contemporânea a partir desses conceitos, no entanto, parece indicar um cenário mais complexo: não deve passar despercebido que o que se destaca no ambiente de acirramento político alimentado pela indústria da desinformação hoje não é propriamente uma estratégia de mera *manutenção* do senso comum. Se é verdade que o senso comum tem um caráter "conservador", na medida em que "é levado a crer que aquilo que hoje existe sempre existiu" (GRAMSCI, 2002, p. 246), também é fato que o grau de polarização de concepções sobre os mais variados temas que vem sendo promovida socialmente principalmente pela extrema-direita política e especialmente através das redes sociais, com o apoio imprescindível dos algoritmos digitais, não tem nada de estabilizadora. Parece haver algo de novo.

Crise de hegemonia?

Esse esforço de descrever e buscar ferramentas conceituais que permitam um melhor diagnóstico do cenário contemporâneo precisa passar também pela busca de suas determinações. E uma primeira pista vem da compreensão de que, embora recuse o economicismo que estabelece relações de simples reflexo, o conceito de hegemonia em Gramsci olha para o ambiente político, cultural e (recortamos nós) comunicacional como expressão, ainda que sempre contraditória e nunca determinista, das relações que se dão a



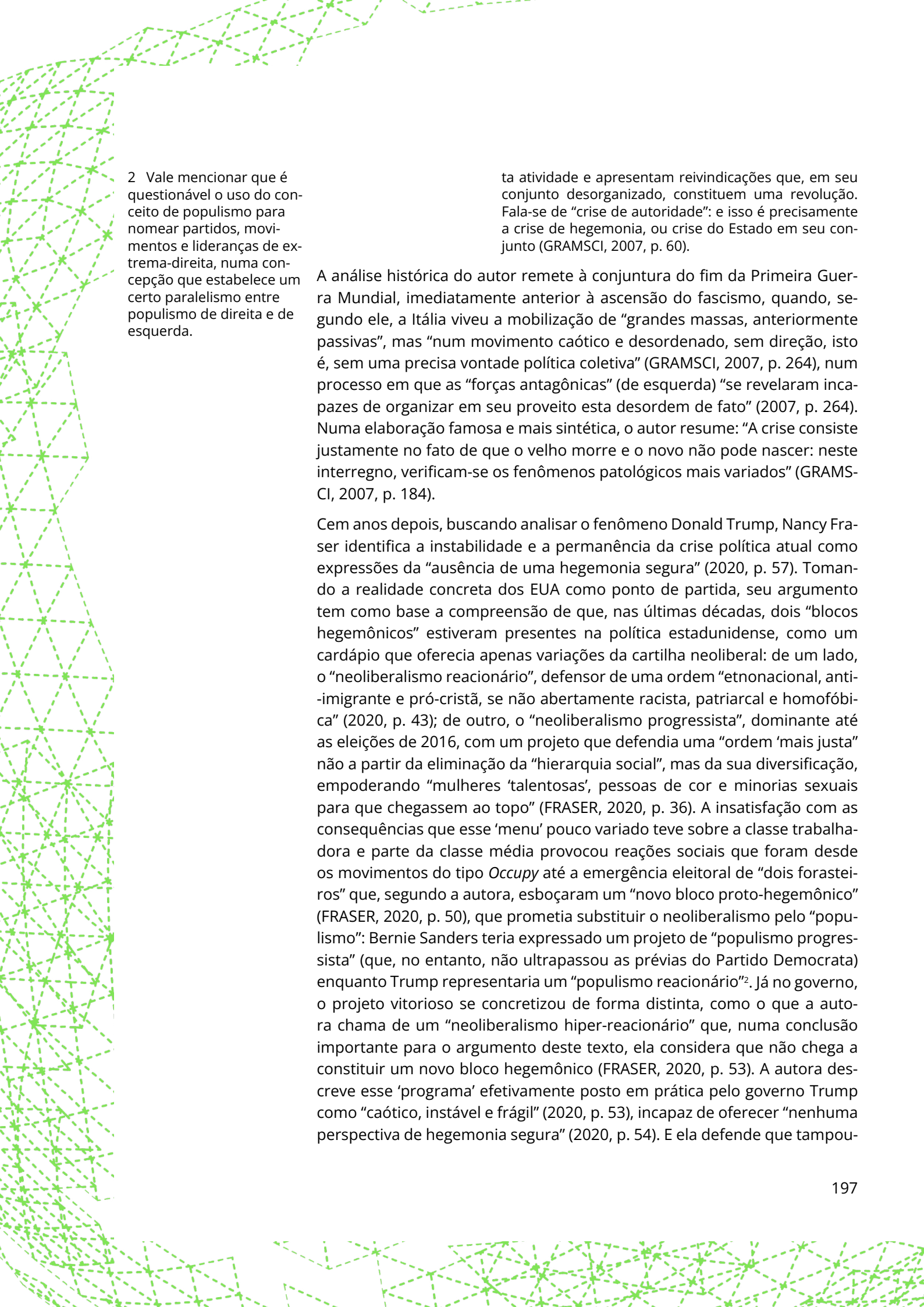
partir de uma base material. Como ferramenta para entender o contemporâneo, isso significa reconhecer que o problema vai além da dimensão informacional, epistemológica e mesmo política, faces mais visíveis neste momento de uma crise maior. Como resume Dias:

Supor a destruição de uma ideologia por outra, *no plano do discurso pura e simplesmente*, é desconhecer, por um lado, a força e o peso material das ideologias e, por outro, *reduzir a luta hegemônica ao jogo iluminista do “esclarecimento”*. Em suma, é supor a eternidade do par verdade/erro. Nenhuma “ciência” destrói ideologia alguma. Enquanto a ideologia criticada tiver base social/material de sustentação ela permanece (1996, p. 19, grifos nossos).

Nancy Fraser é uma das pesquisadoras contemporâneas que têm abordado o momento atual como de uma “crise de hegemonia”. Considerando que se trata de um problema global, cujo ponto comum entre as diferentes realidades nacionais é o “enfraquecimento dramático (...) da autoridade dos partidos e das classes estabelecidas” (FRASER, 2020, p. 34), a autora alerta que o aspecto político é apenas o mais visível de uma “crise geral”, que envolve outros setores, como o econômico, o ecológico e o social (2020, p. 34). Ela resume: “Na atual rejeição generalizada à política tradicional, uma *crise objetiva* do sistema como um todo encontrou sua *voz política subjetiva*. A vertente política da nossa crise geral é uma crise de hegemonia” (FRASER, 2020, p. 35, grifos nossos).

Começemos por entender o conceito. Gramsci define a crise de hegemonia “fundamentalmente” como “uma crise política, uma crise de direção ou, se quisermos, uma crise de representação política” (BIANCHI, 2017, p. 34). E aqui, mais uma vez, salta aos olhos a atualidade da descrição que o comunista sardo nos oferece:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. (...) O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma cer-




2 Vale mencionar que é questionável o uso do conceito de populismo para nomear partidos, movimentos e lideranças de extrema-direita, numa concepção que estabelece um certo paralelismo entre populismo de direita e de esquerda.

ta atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2007, p. 60).

A análise histórica do autor remete à conjuntura do fim da Primeira Guerra Mundial, imediatamente anterior à ascensão do fascismo, quando, segundo ele, a Itália viveu a mobilização de “grandes massas, anteriormente passivas”, mas “num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva” (GRAMSCI, 2007, p. 264), num processo em que as “forças antagônicas” (de esquerda) “se revelaram incapazes de organizar em seu proveito esta desordem de fato” (2007, p. 264). Numa elaboração famosa e mais sintética, o autor resume: “A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (GRAMSCI, 2007, p. 184).

Cem anos depois, buscando analisar o fenômeno Donald Trump, Nancy Fraser identifica a instabilidade e a permanência da crise política atual como expressões da “ausência de uma hegemonia segura” (2020, p. 57). Tomando a realidade concreta dos EUA como ponto de partida, seu argumento tem como base a compreensão de que, nas últimas décadas, dois “blocos hegemônicos” estiveram presentes na política estadunidense, como um cardápio que oferecia apenas variações da cartilha neoliberal: de um lado, o “neoliberalismo reacionário”, defensor de uma ordem “etnonacional, anti-imigrante e pró-cristã, se não abertamente racista, patriarcal e homofóbica” (2020, p. 43); de outro, o “neoliberalismo progressista”, dominante até as eleições de 2016, com um projeto que defendia uma “ordem ‘mais justa’ não a partir da eliminação da ‘hierarquia social’, mas da sua diversificação, empoderando ‘mulheres ‘talentosas’, pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo” (FRASER, 2020, p. 36). A insatisfação com as consequências que esse ‘menu’ pouco variado teve sobre a classe trabalhadora e parte da classe média provocou reações sociais que foram desde os movimentos do tipo *Occupy* até a emergência eleitoral de “dois forasteiros” que, segundo a autora, esboçaram um “novo bloco proto-hegemônico” (FRASER, 2020, p. 50), que prometia substituir o neoliberalismo pelo “populismo”: Bernie Sanders teria expressado um projeto de “populismo progressista” (que, no entanto, não ultrapassou as prévias do Partido Democrata) enquanto Trump representaria um “populismo reacionário”². Já no governo, o projeto vitorioso se concretizou de forma distinta, como o que a autora chama de um “neoliberalismo hiper-reacionário” que, numa conclusão importante para o argumento deste texto, ela considera que não chega a constituir um novo bloco hegemônico (FRASER, 2020, p. 53). A autora descreve esse ‘programa’ efetivamente posto em prática pelo governo Trump como “caótico, instável e frágil” (2020, p. 53), incapaz de oferecer “nenhuma perspectiva de hegemonia segura” (2020, p. 54). E ela defende que tampou-



3 O quadro traçado na citação acima nos permite reconhecer episódios e demonstrações recentes de blindagem econômica de espaços democráticos, complementada pela força sempre que necessário. São exemplos concretos a aprovação das mudanças na lei de aposentadoria francesa – que não apenas ignorou e reprimiu as robustas manifestações sociais como lançou mão de um mecanismo que prescindiu do debate legislativo – e o embate político que ocorre no Brasil no momento em que texto está sendo escrito em função de um presidente democraticamente eleito ter seu programa de desenvolvimento limitado pelas decisões autônomas (no caso, sobre a taxa de juros) de um órgão de ‘especialistas’, sem qualquer mandato concedido pela sociedade, como é o caso do Banco Central.

co o retorno ao “neoliberalismo progressista” pode ser uma alternativa à crise (2020, p. 56). “O neoliberalismo, sob qualquer manto que seja, não é a solução, mas o problema” (2020, p. 66), resume.


Como “diretriz central do pensamento e da administração econômicos” que se instala a partir do final dos anos 1970 e se hegemoniza, atingindo os diferentes países em momentos distintos, Harvey define o neoliberalismo como “uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (2012, p. 12). Mas a perspectiva dos autores que serão referenciados neste debate compreende que o alcance da doutrina neoliberal é muito mais amplo do que as mudanças econômicas. Não por acaso, buscando identificar determinações econômicas para o fenômeno contemporâneo da ‘pós-verdade’, Cesarino chega a caracterizar o neoliberalismo como uma verdadeira “reestruturação das bases epistêmicas da modernidade” (2021, p. 85).

A relação mais direta do neoliberalismo com a expressão política da crise de hegemonia atual passa pelo que vários autores destacam como seu caráter necessariamente antidemocrático (HARVEY, 2012; BROWN, 2019). Analisando os textos clássicos dos fundadores da doutrina, e propondo uma comparação entre o projeto e sua execução, Brown mostra como a destruição do social e da política, acompanhada da extensão da “esfera pessoal e protegida”, são parte fundamental do projeto neoliberal, que requereu um ataque profundo aos principais mecanismos de sustentação das democracias. Como ela resume:

O neoliberalismo (...) visa limitar e conter o político, apartando-o da soberania, eliminando sua forma democrática e definindo suas energias democráticas. De suas aspirações e afirmação “pós-ideológicas” da tecnocracia até sua economicização e privatização das atividades governamentais, de sua oposição desenfreada ao “estatismo” igualitário até sua tentativa de deslegitimar e conter as reivindicações democráticas, de seu objetivo de restringir direitos até seu objetivo de limitar agudamente certos tipos de estatismo, o neoliberalismo busca tanto restringir quanto desdemocratizar o político. Para isso, os neoliberais promoveram Estados e instituições supranacionais despolitizados (...), a governança baseada em princípios de negócios e sujeitos orientados e disciplinados pelo mercado e pela moral (BROWN, 2019, p. 70)³

E todo esse processo tem consequências para além das políticas e legislações diretamente envolvidas:

(...) a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antide-



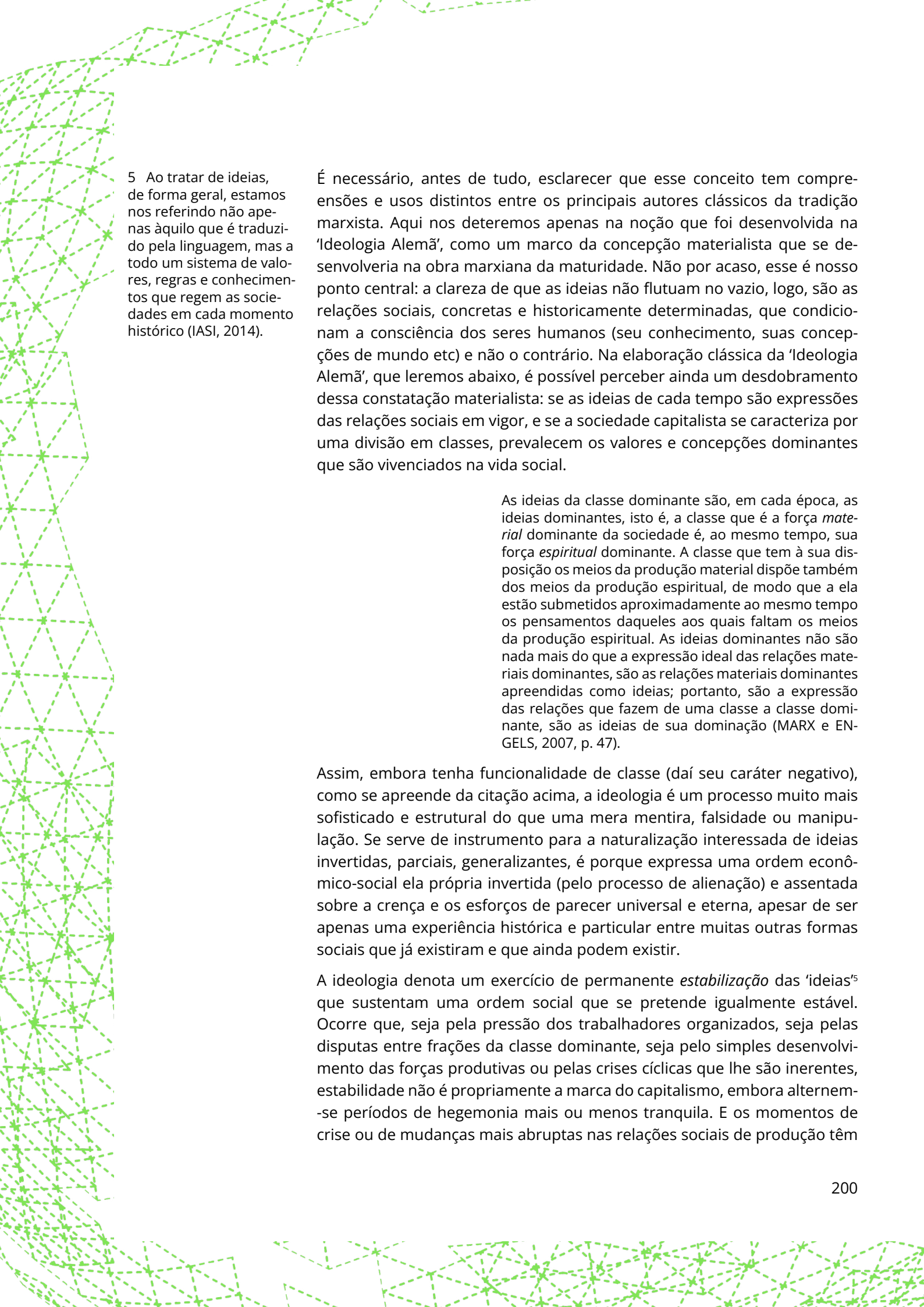
4 Coerente com o debate gramsciano sobre hegemonia, que aponta a priorização do consenso sem abrir mão da coerção, os processos foram distintos nos variados lugares, com graus também diferentes de transigência em relação ao uso da força, principalmente na periferia do capitalismo, com destaque para o Chile, considerado laboratório mundial dos experimentos neoliberais, viabilizados a partir de um golpe empresarial-militar (HARVEY, 2012)

mocráticas na segunda década do século XXI. O argumento não é que o neoliberalismo por si só causou a insurgência da extrema direita no Ocidente de hoje (...). Meu argumento é que nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política (BROWN, 2019, p. 17)

Crise ideológica?

Todo esse arco de mudanças, econômicas e políticas, precisou se ancorar em algum nível de consentimento social, a partir de estratégias organizadas de produção de consenso⁴. Foram intensos os investimentos que, a partir de aparelhos privados de hegemonia como as escolas de economia das universidades, *think tanks* e a mídia massiva, promoveram todo um “aparato conceitual” capaz de mobilizar “sensações”, “instintos”, “valores” e “desejos” (HARVEY, 2012, p. 15) que ajudassem a construir e sustentar um consenso social em torno dos princípios dessa doutrina (HARVEY, 2012, p. 50). A instrumentalização da ideia de ‘liberdade’, naturalizada como ‘liberdade individual’, é um elemento-chave desse processo, com consequências políticas nada desprezíveis para o cenário contemporâneo que estamos analisando. E esse consenso social que se buscou produzir em torno das bases que fundamentavam a doutrina neoliberal se deu tanto para justificar o novo como para ‘substituir’ valores antigos que precisavam ser abalados na esteira do ataque que se lançava sobre espaços reais de organização, como os sindicatos, e políticas públicas concretas ancoradas num Estado Social que se tornava cada vez mais restrito. Assim, o sonho do ‘empreendedorismo’ passaria a ser a resposta (ideológica) a uma ordem econômica que, na realidade concreta, reduz os empregos e flexibiliza os vínculos (HARVEY, 2012); a defesa do direito da família de escolher se tornaria o argumento mais estrutural para substituir o direito à escola pública por mecanismos privatizantes e focalizados, como os *vouchers* (BROWN, 2019). Em outras palavras, as ideias a serem disputadas precisam responder à nova *materialidade* da vida imposta por uma nova concepção e prática econômica que dependia de mudanças importantes na prática política, representando uma ruptura com o que havia antes.

A constatação dessa materialidade das ideias nos parece fundamental para compreender não apenas o fenômeno específico do neoliberalismo, mas todo o cenário (político, epistemológico, comunicacional) que estamos enfocando como resultado do que se desenvolveu ao longo dessas quatro últimas décadas. E, para entender melhor esse processo, o conceito de ideologia, tal como desenvolvido por Marx e Engels, nos parece uma ferramenta teórica útil.




5 Ao tratar de ideias, de forma geral, estamos nos referindo não apenas àquilo que é traduzido pela linguagem, mas a todo um sistema de valores, regras e conhecimentos que regem as sociedades em cada momento histórico (IASI, 2014).

É necessário, antes de tudo, esclarecer que esse conceito tem compreensões e usos distintos entre os principais autores clássicos da tradição marxista. Aqui nos deteremos apenas na noção que foi desenvolvida na 'Ideologia Alemã', como um marco da concepção materialista que se desenvolveria na obra marxiana da maturidade. Não por acaso, esse é nosso ponto central: a clareza de que as ideias não flutuam no vazio, logo, são as relações sociais, concretas e historicamente determinadas, que condicionam a consciência dos seres humanos (seu conhecimento, suas concepções de mundo etc) e não o contrário. Na elaboração clássica da 'Ideologia Alemã', que leremos abaixo, é possível perceber ainda um desdobramento dessa constatação materialista: se as ideias de cada tempo são expressões das relações sociais em vigor, e se a sociedade capitalista se caracteriza por uma divisão em classes, prevalecem os valores e concepções dominantes que são vivenciados na vida social.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS, 2007, p. 47).

Assim, embora tenha funcionalidade de classe (daí seu caráter negativo), como se apreende da citação acima, a ideologia é um processo muito mais sofisticado e estrutural do que uma mera mentira, falsidade ou manipulação. Se serve de instrumento para a naturalização interessada de ideias invertidas, parciais, generalizantes, é porque expressa uma ordem econômico-social ela própria invertida (pelo processo de alienação) e assentada sobre a crença e os esforços de parecer universal e eterna, apesar de ser apenas uma experiência histórica e particular entre muitas outras formas sociais que já existiram e que ainda podem existir.


A ideologia denota um exercício de permanente *estabilização* das 'ideias'⁵ que sustentam uma ordem social que se pretende igualmente estável. Ocorre que, seja pela pressão dos trabalhadores organizados, seja pelas disputas entre frações da classe dominante, seja pelo simples desenvolvimento das forças produtivas ou pelas crises cíclicas que lhe são inerentes, estabilidade não é propriamente a marca do capitalismo, embora alternem-se períodos de hegemonia mais ou menos tranquila. E os momentos de crise ou de mudanças mais abruptas nas relações sociais de produção têm



potencial de gerar o que Iasi (2007, p. 27) chamou de “crise ideológica”, que poderíamos caracterizar como um abalo de correspondência entre as ideias e a realidade material da qual elas são expressão. Se concordamos que o conhecimento, os valores e as concepções de mundo são processos fundamentalmente sociais e coletivos e que, na sociedade capitalista, eles são mediados pelos aparelhos privados de hegemonia, é possível perceber que o centro desse abalo não se dá sobre os indivíduos isoladamente, mas sobre as instituições e seus agrupamentos sociais. E essa parece uma primeira pista para se investigar a tal “crise do sistema de peritos” associada ao fenômeno da ‘pós-verdade’, do qual a ‘cultura da desinformação’ é parte.

Explicando a origem do que estamos chamando de “crise ideológica”, Marx e Engels falam diretamente em contextos de “oposição” e “discórdia” entre as classes que tornam as ideias antes dominantes “inautênticas” (2007, p. 283). Como a análise sobre as consequências desse processo não pode se dar fora da História, não é possível compreender essa “crise ideológica”, *a priori*, como reacionária. Iasi, inclusive, aponta as brechas que esses momentos podem produzir para um movimento progressista de salto de consciência de segmentos da classe trabalhadora para além do senso comum. Contemporaneamente, no entanto, o diagnóstico corrente sobre o grau de desorganização da classe trabalhadora – apesar de um ascenso de lutas pontuais em vários locais –, associada à compreensão de que o avanço dos partidos, lideranças e movimentos de extrema-direita hoje responde principalmente a tensões entre frações internas da classe dominante, sem protagonismo dos trabalhadores, sugere um cenário pouco otimista.

Importa, de todo modo, reter uma aparente contradição. As bases do consentimento sobre a cartilha neoliberal parecem ter sido firmadas ao longo dos últimos 40 anos a partir da naturalização de princípios e valores que lhe dão sustentação, evidenciando todo o mecanismo da ideologia em ação. Para ficarmos no exemplo já mencionado, a liberdade individual como conteúdo da ideia geral de liberdade procurava ser um significado fixo, estável, estruturante do capitalismo neoliberal – e, por isso, se reproduziu na forma de ideologia através dos aparelhos privados de hegemonia do capital. Contraditoriamente, no entanto, a julgar pelo que se pode observar do cenário contemporâneo, a falta de correspondência entre esse conjunto de valores, princípios, crenças e anseios ideologicamente disseminados e as condições de vida concretas abriu caminho para novas crises que, no entanto, diferente do que acabamos de descrever como próprio das crises ideológicas, não parecem ser resultado de um momento de mudança, mas sim de um processo de consolidação desse modelo numa espécie de ‘caminho sem volta’ agravado pela crise organizativa dos trabalhadores como classe. A análise de Fraser que associa o fenômeno Trump ao cardápio reduzido a variações do neoliberalismo nos EUA parece aqui bastante coerente. É como se a “inautenticidade” que gera a crise agora se desse pela experiência de saturação de um mundo que não corresponde




às ideias que produziu, mas não encontra brechas para transformá-las, nem à esquerda nem à direita 'clássica'.

A questão é que, a partir de ferramentas teóricas diferentes, pensadores e militantes marxistas como Gramsci e Lenin nos ensinaram que a percepção sensível de piora das condições objetivas não é suficiente para o avanço de consciência (social ou de classe) no sentido do enfrentamento das desigualdades e opressões. O papel dos partidos (e, em Gramsci, também de outros aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, como os sindicatos e os jornais) era exatamente atuar para produzir as condições subjetivas que permitissem esse salto de consciência e organização – como vimos, no entanto, esses espaços foram progressivamente esvaziados, tanto por um consenso social cada vez mais centrado no interesse e na iniciativa individual quanto por mudanças nas configurações do trabalho e ações deliberadas, legislativas ou coercitivas, de desmonte dessas estruturas. Isso sem contar que o alcance do consenso em torno da doutrina neoliberal contribuiu para uma crescente indiferenciação nos limites do programa econômico entre partidos à direita e à esquerda do espectro político, ainda que com diferenças nacionais (HARVEY, 2012).

Como uma espécie de 'escape', parece possível supor que, a partir de aparelhos privados de hegemonia que atuavam principalmente às margens dos espaços de socialização da política que foram centrais para a disputa em tempos recentes, em grandes segmentos sociais fortaleceram-se e associaram-se a uma nova compreensão do político outros valores – como o "moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo" (BROWN, 2019, p. 10) –, que não desafiavam a doutrina neoliberal, ao contrário, mas buscavam respostas para suas contradições em outros espaços e relações. Aberta a 'caixa de pandora', as ferramentas que sustentam esses valores e concepções, no entanto, parecem trazer algo novo: agora, é como se à *forma* (*fake news*, discurso de ódio...) não correspondessem necessariamente *conteúdos* fixos, estáveis, estruturantes, tal como costumamos observar no 'funcionamento' da ideologia a partir da ferramenta teórica que Marx e Engels nos deram; em vez de *respostas* capazes de formatar identidades políticas, produzem-se cada vez mais *dúvidas*, inseguranças, oscilações de comportamento e posicionamento sobre o mesmo tema, além de deslegitimações. Como comenta Harsin, a pós-verdade "ênfatisa discórdia, confusão, visões polarizadas e compreensão e convicções concorrentes bem e mal-informadas", em meio a tentativas de segmentos sociais de "produzir e gerenciar esses 'mercados de verdade'" (2018, p. 3).

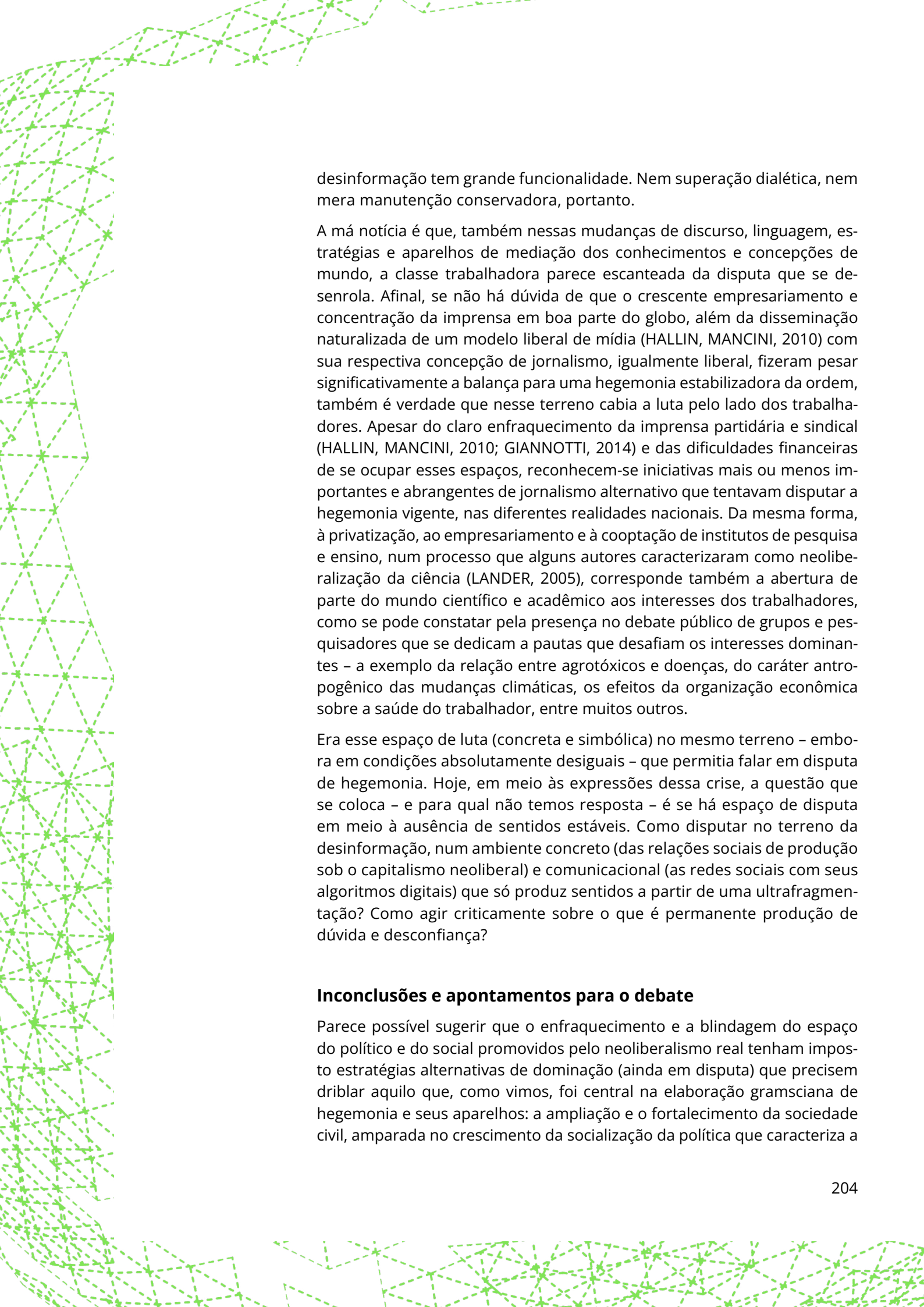
Ideologia, hegemonia e senso comum hoje

Lançando mão dos conceitos que discutimos ao longo deste texto, é possível reconhecer que esses 'novos' valores, que nunca estiveram fora da



sociedade capitalista, mas emergem agora como centrais na disputa em torno do político e como substituição ao social, não se configuram nem como ideias dominantes que expressem as relações sociais dominantes (ideologia) nem tampouco são resultado da ação crítica para superação do senso comum (contra-hegemonia). São expressão de segmentos e frações de classe que disputam o “interregno” da crise de hegemonia vigente, como um dos “fenômenos patológicos” de que Gramsci nos alertou. Organizados em partidos e instituições políticas ligadas à extrema-direita, associados a grupos religiosos e sustentados pela quase total liberdade de ação das *big techs* que dominam as plataformas de redes sociais, esses segmentos não têm (ainda) o controle dos aparelhos privados de hegemonia que costumavam ser mais centrais na reprodução da ideologia, como os meios de comunicação de massa – embora isso varie entre os países e não seja desprezível o papel desempenhado por veículos como a Fox nos EUA e a Jovem Pan no Brasil na estratégia de desinformação para apoio à extrema-direita. Além disso, sem compor um “bloco hegemônico seguro”, como Fraser concluiu a partir da análise de cenário norte-americano, elas não dispõem de um conjunto ‘acabado’ de valores (com significados traduzíveis e significantes fixos) para promover a base ideológica de um programa estável. Não são expressão das ideias dominantes, porque advêm de frações de classe que ainda não são dominantes, mas não deixam de ser ideias *de* e *para* a dominação.

O fato é que, se a ciência e o jornalismo estiveram entre os principais responsáveis pelos discursos promotores da ideologia durante um período histórico relevante, o negacionismo (que mais antagoniza do que afirma) e a indústria da desinformação são as linguagens que hoje acirram e denunciam a crise ideológica como expressão da crise de hegemonia. Se a escola, a universidade, os institutos de pesquisa e a imprensa eram os aparelhos privados de hegemonia centrais no esforço de estabilização da ordem pela produção de consenso, os espaços desinstitucionalizados de uma ‘ciência do B’ (*a la* Olavo de Carvalho) e as redes sociais são os circuitos fundamentais na estratégia atual de desestabilização e dissenso. Assim, arriscamos supor que assistimos, neste momento, a um processo que inverte a elaboração gramsciana que, olhando para as organizações de trabalhadores, orientava a agir criticamente sobre o senso comum a partir do seu “núcleo sadio”, de “bom senso”, para gerar maior “unidade” e “coerência” entre as referências múltiplas que o compõem: vemos emergir hoje, como estratégia que beneficia diretamente a outra ponta do espectro político-partidário, um esforço organizado de agir sobre o senso comum no sentido de *ampliar* a sua fragmentação e combinar essas referências não a partir de conexões amparadas num conhecimento sistematizado prévio (seja científico, religioso ou de outra ordem), mas em função da utilidade política imediata que cada combinação pode gerar, independentemente da coerência racional – processo para o qual a ferramenta da




desinformação tem grande funcionalidade. Nem superação dialética, nem mera manutenção conservadora, portanto.

A má notícia é que, também nessas mudanças de discurso, linguagem, estratégias e aparelhos de mediação dos conhecimentos e concepções de mundo, a classe trabalhadora parece escanteada da disputa que se desenrola. Afinal, se não há dúvida de que o crescente empresariamento e concentração da imprensa em boa parte do globo, além da disseminação naturalizada de um modelo liberal de mídia (HALLIN, MANCINI, 2010) com sua respectiva concepção de jornalismo, igualmente liberal, fizeram pesar significativamente a balança para uma hegemonia estabilizadora da ordem, também é verdade que nesse terreno cabia a luta pelo lado dos trabalhadores. Apesar do claro enfraquecimento da imprensa partidária e sindical (HALLIN, MANCINI, 2010; GIANNOTTI, 2014) e das dificuldades financeiras de se ocupar esses espaços, reconhecem-se iniciativas mais ou menos importantes e abrangentes de jornalismo alternativo que tentavam disputar a hegemonia vigente, nas diferentes realidades nacionais. Da mesma forma, à privatização, ao empresariamento e à cooptação de institutos de pesquisa e ensino, num processo que alguns autores caracterizaram como neoliberalização da ciência (LANDER, 2005), corresponde também a abertura de parte do mundo científico e acadêmico aos interesses dos trabalhadores, como se pode constatar pela presença no debate público de grupos e pesquisadores que se dedicam a pautas que desafiam os interesses dominantes – a exemplo da relação entre agrotóxicos e doenças, do caráter antropogênico das mudanças climáticas, os efeitos da organização econômica sobre a saúde do trabalhador, entre muitos outros.

Era esse espaço de luta (concreta e simbólica) no mesmo terreno – embora em condições absolutamente desiguais – que permitia falar em disputa de hegemonia. Hoje, em meio às expressões dessa crise, a questão que se coloca – e para qual não temos resposta – é se há espaço de disputa em meio à ausência de sentidos estáveis. Como disputar no terreno da desinformação, num ambiente concreto (das relações sociais de produção sob o capitalismo neoliberal) e comunicacional (as redes sociais com seus algoritmos digitais) que só produz sentidos a partir de uma ultrafragmentação? Como agir criticamente sobre o que é permanente produção de dúvida e desconfiança?

Inconclusões e apontamentos para o debate

Parece possível sugerir que o enfraquecimento e a blindagem do espaço do político e do social promovidos pelo neoliberalismo real tenham imposto estratégias alternativas de dominação (ainda em disputa) que precisem driblar aquilo que, como vimos, foi central na elaboração gramsciana de hegemonia e seus aparelhos: a ampliação e o fortalecimento da sociedade civil, amparada no crescimento da socialização da política que caracteriza a



democracia de massas. Não parece correto afirmar – e nenhum dos autores aqui mencionados o faz – que o neoliberalismo conseguiu ou conseguirá acabar com o político, com o social e com o que Gramsci caracterizava como “regimes parlamentares”, mas não é irrelevante que ambos os fenômenos aqui analisados como questões contemporâneas mundiais (a indústria da desinformação e o crescimento da extrema-direita) venham sendo tratadas, teórica e politicamente, como ameaças a essa mesma democracia massiva cuja contenção é condição de garantia da doutrina neoliberal. Associando a esse diagnóstico o elemento-chave das novas tecnologias de comunicação e da total ausência de regulação e controle do modelo de negócios das grandes plataformas, é possível supor que os agrupamentos artificialmente produzidos pela ação dos algoritmos digitais, como já mencionado, creditem as redes sociais como novos espaços de sociabilidade sustentados, no entanto, numa identidade construída mais pelo antagonismo (ao diferente), como também já referimos. Harvey fornece uma pista:

A destruição de formas de solidariedade social e mesmo, como sugeriu Thatcher, da própria ideia de sociedade deixa na ordem social um imenso hiato. (...) A reação inevitável é reconstruir solidariedades sociais, embora seguindo linhas distintas – o que explica o renascimento do interesse pela religião e pela moralidade, por novas formas de associacionismo (...) e mesmo o retorno de antigas formas políticas (fascismo, nacionalismo, localismo e coisas do tipo) (2012, p. 91).

Assim, num caminho de volta ao início deste texto, valeria perguntar a quem poderia recorrer, hoje, o sujeito da situação hipotética que Gramsci desenha ao refletir sobre como se formam as concepções de mundo. Num cenário de estilhaçamento dos laços sociais que vão do comunitário ao macropolítico, de neutralização dos espaços políticos de representação e ação coletiva, de isolamento das expectativas e responsabilidades na figura do indivíduo, quem seria capaz de garantir-lhe autoridade e confiança para sustentar as convicções que ele produziu em meio à mistura caótica do senso comum? Diante de uma imprensa distante e sem rosto, que lhe apresenta conteúdos crescentemente desconectados com a sua experiência real, onde ele deveria buscar uma verdade que lhe parecesse mais familiar? Diante da carência de suporte para a superação crítica do senso comum, tarefa que Gramsci atribuiu às organizações políticas orgânicas dos trabalhadores, cada vez mais ausentes, como resistir à hiperfragmentação do conhecimento e dos sentidos que se expressa nas variadas formas de desinformação e numa concepção fluida de verdade? Num contexto que se desenrola ‘a quente’, respostas conclusivas não há, mas é Gramsci novamente que, com a simplicidade de quem dialoga com homens e mulheres ‘comuns’, nos socorre, alertando que, “na luta política, não se pode macaquear os métodos de luta das classes dominantes sem cair em emboscadas fáceis” (2007, p. 122).

Referências Bibliográficas

BENNET, W.Lance.; LIVINGSTON, Steven. A Brief History of Disinformation Age: Information War and the Decline of Institutional Authority. *In*: BENNET, W.L. e LIVINGSTON, Steven. **The Disinformation Age** – Politics, Technology, and Disruptive Communication in the United States. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. **Revista Outubro**, v. 28, 2017.

BOLAÑO, Cesar; BARRETO, Helena; VALENTE, Jonas. Para a análise teórico-metodológica das plataformas digitais como estruturas de mediação a partir da Economia Política da Comunicação. **Avatares de la comunicación y la cultura**, n. 24, 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CESARINO, Leticia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: Uma explicação cibernética. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

DIAS, Edmundo. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GIANNOTTI, Vito. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Núcleo Piratininga de Comunicação, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere vol. 5**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Cátia C. **Jornalismo e luta de classes**: Desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

GUIMARÃES, Cátia C. Negacionismo científico: do debate epistemológico à luta de classes. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, 2022, e00628185. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs628>. Acesso em: 28 set. 2023.

HARSIN, Jayson. Post-truth and critical communication studies. **Oxford research encyclopedia of communication**. Oxford, Oxford University Press,

on-line, 2018. Disponível em: oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-757. Acesso em: em 10 jan. 2023.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IASI, Mauro. **Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais**. In: Del Roio, Marcos (org.). *Marx e a dialética da sociedade civil*. Marília: Cultura Acadêmica, 2014.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LANDER, Edgardo. La ciência neoliberal. **Revista Venezuelana de Economía y Ciencias**. v. 11, n. 2, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MIGUEL, Luís Felipe. O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção de “jornalismo como sistema perito”. **Tempo Social**. v. 34, n. 2, p. 195-216, 2022.

Moretzsohn, Sylvia. O joio, o trigo, os filtros e as bolhas: uma discussão sobre fake news, jornalismo, credibilidade e afetos no tempo das redes. **Brazilian Journal Research**, v. 15, n. 3, p. 564-597, 2019.

NETLAB UFRJ. **Recomendação no Youtube: o caso Jovem Pan**. 5 de setembro de 2022, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Pós-verdade: filha do relativismo científico? **Outras Palavras**, 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/pos-verdade-uma-filha-do-relativismo-cientifico/>. Acesso em 29 jul. 2023.

PENA, Paulo. **Fábrica de mentiras: viagem ao mundo das fake news**. Lisboa: Objectiva, 2019.

WOOD, Ellen. O que é a agenda “pós-moderna?”. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

Influenciadores-mirins digitais e sua função na circulação do capital

Los pequeños *influencers* digitales y su papel en la circulación del capital

Digital child influencers and their role in the circulation of capital

Veridiana Zurita

Mestra em artes plásticas (fine arts) pelo Dutch Art Institute DAI – Holanda

Contato: veridianazurita@gmail.com

José Paulo Guedes Pinto

Professor Associado na Universidade Federal do ABC (UFABC) e da pós-graduação em Economia Política Mundial (PPG-EPM)

Contato: jpguedesp@gmail.com

Submetido em: 21 abr. 2023

Aprovado em: 16 out. 2023



Creative Commons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a função do influenciador-mirim digital no ciclo de acumulação do capital. Discutiremos a relação co-dependente e de retroalimentação entre influenciadores e seguidores através de um conjunto de práticas que os caracterizam como sujeitos produzidos pelo capitalismo contemporâneo. Nossa hipótese é que o influenciador-mirim vem se tornando, junto com a emergência das redes sociais, o mascote encarregado de performar um conjunto de práticas sociais que têm como efeito (e, ao mesmo tempo, estímulo) a internalização de uma razão econômica prescrita pela necessidade de aceleração da circulação do capital.

Palavras-chave: influenciadores-mirins, acumulação de capital, trabalho, subjetividade.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el papel del pequeño-*influencer* digital en el ciclo de acumulación de capital. Discutiremos la relación de co-dependencia y retroalimentación entre *influencers* y seguidores a través de un conjunto de prácticas que los caracterizan como sujetos producidos por el capitalismo contemporáneo. Nuestra hipótesis es que el pequeño-*influencer* se ha convertido, junto con la irrupción de las redes sociales, en la mascota encargada de realizar un conjunto de prácticas sociales que tienen como efecto (y al mismo tiempo estímulo) la interiorización de una razón económica prescrita por la necesidad de acelerar la circulación de los capitales.

Palabras clave: pequeños-*influencers*, acumulación de capital, trabajo, subjetividad.

Abstract

The aim of this article is to analyze the role of the digital child-influencer in the capital accumulation cycle. We will discuss the co-dependent and feedback relationship between influencers and followers through a set of practices that characterize them as subjects produced by contemporary capitalism. Our hypothesis is that the child influencers has become, along with the emergence of social media, the mascot in charge of performing a set of social practices that have as an effect (and at the same time a stimulus) the internalization of an economic reason prescribed by the need of accelerating the circulation of capital.

Keywords: child-influencers, capital accumulation, work, subjectivity.



Introdução


“Mãe, imagine se o mundo fosse todo pixelado!? Seria incrível!”. Foi com essa frase que o filho de 6 anos de uma das autoras deste artigo a confrontou com o imaginário de uma geração. A indagação sobre o mundo “real” (se é que ainda podemos dizer isso) convertido em definição pixelada de videogame, revela um tipo de influência que o ambiente digital pode exercer na infância. Entre a imaginação de um mundo pixelado até a vontade de fazer vídeos e compartilhar nas redes foi um caminho rápido. “Mãe, quero colocar um vídeo na internet”. Daí uma inversão: se não é possível transformar o mundo em pixels, a criança deseja virtualizar-se.

Testemunhar crianças socializadas nas redes sociais nos conta sobre nosso tempo, nos serve como lente de análise sobre aquilo que normalizamos enquanto formas de ser em um *tipo* de mundo. Mas, principalmente, pode nos servir como ferramenta para identificar o papel social da criança em tempos de capitalismo digital.

Desde que redes sociais digitais como Instagram, YouTube, Facebook e, mais tarde, Tiktok foram lançadas é notável a emergência da figura do influenciador como sujeito representante de sua época. Mas, o influenciador não existe sozinho, sua importância é legitimada pelo número de seguidores que acumula. Sem restrição de classe, raça, gênero, etnia, geração ou ideologia, ser influenciador e seguidor é prática generalizada e cotidiana da comunidade digital.

Mas, influenciar modos de vida que legitimem a produção e o consumo de mercadorias não nasce com as redes sociais. Os dispositivos que influenciam consumidores atravessam a história do capitalismo e se redimensionam a cada crise do sistema. Identificar tais dispositivos, suas formas e dinâmicas renovadas, nos ajuda a compreender o capitalismo e seu processo histórico, que depende da produção de sujeitos para reproduzir-se e reorganizar relações sociais subordinadas às demandas econômicas de cada época.

Qual seria a localização do influenciador-mirim digital no circuito do capital? E, mais especificamente, como tal sujeito internaliza uma racionalidade econômica funcional a tal circuito? A partir destas perguntas, pretendemos localizar o influenciador-mirim digital e seus seguidores no ciclo de acumulação do capital. Discutiremos a relação co-dependente e de retroalimentação entre influenciadores e seguidores através de um conjunto de práticas que os caracterizam como sujeitos produzidos pelo capitalismo contemporâneo, sobretudo pela esfera digital da economia. Tal relação é contextualizada como peça-chave da acumulação capitalista, com foco para a etapa necessária da circulação do capital, ou seja, da compra e venda das mercadorias, da garantia do seu “salto mortal” (Marx, 2013, p. 243) como momento crucial do processo de reprodução do capital e do capitalismo.



Nossa hipótese é que o influenciador-mirim vem se tornando, junto com a emergência das redes sociais, peça-chave para a etapa de circulação do capital e o mascote encarregado de performar um conjunto de práticas sociais que tem como efeito (e, ao mesmo tempo, estímulo) a internalização de uma razão econômica prescrita pela necessidade de aceleração da circulação do capital.

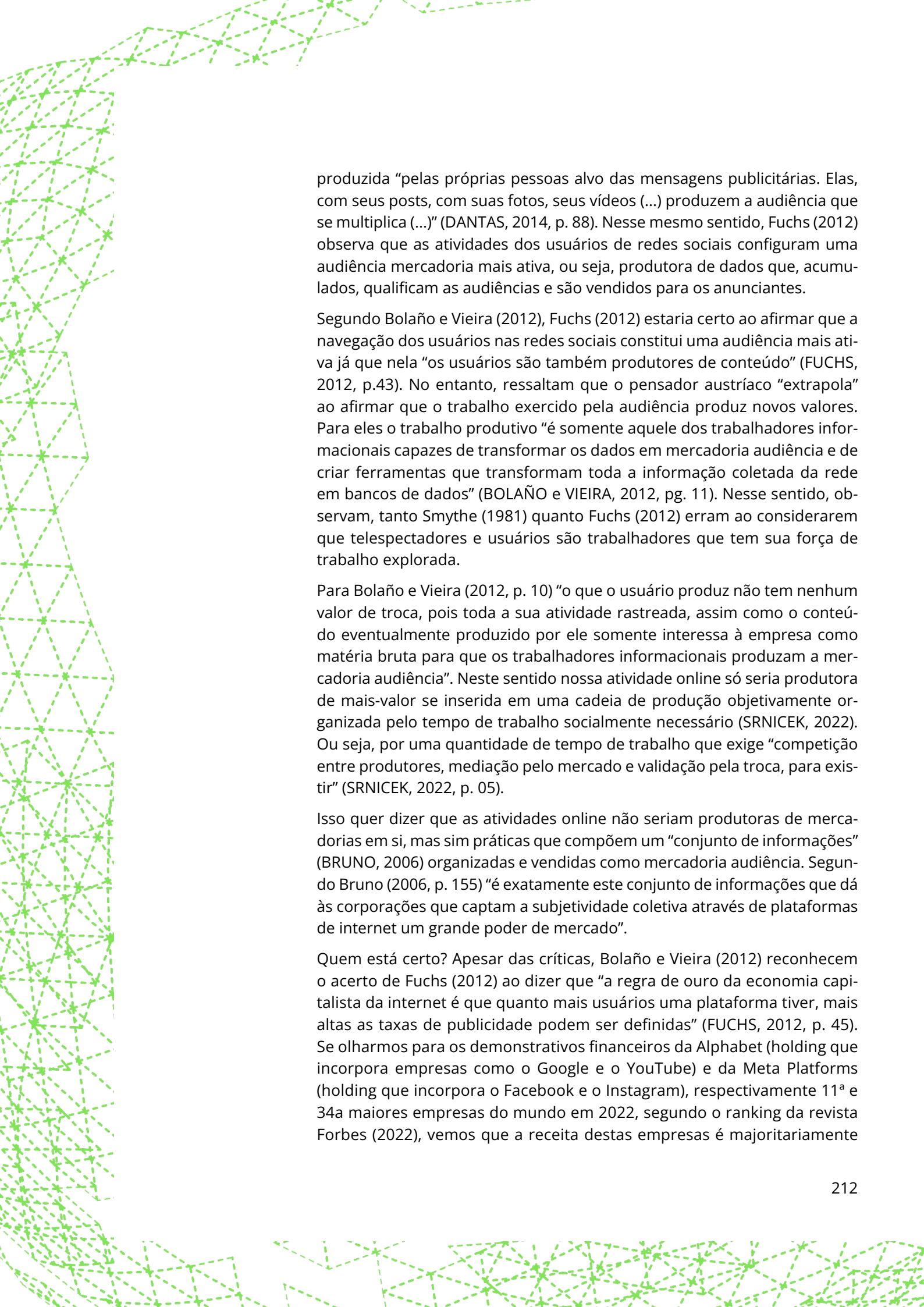
Influenciar e seguir: práticas de trabalho produtivo e não-produtivo

As mudanças no campo do trabalho produzidas pela chegada das novas tecnologias digitais são tema central de diversas pesquisas, como, por exemplo, em Bolaño (2000, 2012), Bruno (2006), Dantas (2014), Fuchs (2012, 2021), Srnicek (2022). Esses pesquisadores se debruçaram sobre tais mudanças na tentativa de compreender como o capitalismo gerencia a sociedade a partir da reorganização do trabalho na contemporaneidade. Mais especificamente, muito do que se busca compreender na era digital do capitalismo são as transformações que ocorrem na utilização da força de trabalho como consequência da difusão de redes sociais como Facebook, Instagram, YouTube e TikTok.

Em análises orientadas pela teoria marxista há um especial interesse em compreender se a teoria do valor marxiana foi superada pela dinâmica digital ou se, de fato, ela ainda persiste como pulsão vital do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, os pesquisadores debatem sobre onde e como o valor é criado nesta economia digital, observando os deslocamentos da produção de mais-valor dentro e fora da esfera do trabalho assalariado.

Fuchs (2021) reivindica que nossa navegação online configura-se como trabalho gratuito e produtor da mercadoria “dados”. Essa mercadoria seria tanto o conteúdo produzido pelos influenciadores quanto a atenção de seus seguidores convertida em dados digitais. Neste caso, as relações de trabalho teriam mudado na era das plataformas e estaríamos falando sobre a possibilidade da produção de mais-valor a partir de trabalho não pago. Ou ainda, como conceitua Dantas (2014), trata-se de uma forma de apropriação do trabalho definida como “mais-valia 2.0”.

De forma geral, para ambos os pensadores, a produção de mais-valor independe do trabalho assalariado, já que tanto o conteúdo produzido e compartilhado nas redes como a mera navegação online de seguidores participam da produção de dados digitais, os quais são acumulados pelas plataformas e vendidos para anunciantes na forma de anúncios direcionados. Essa compreensão integra a espinha dorsal da tese do trabalho gratuito a partir do conceito de mercadoria audiência. Segundo Smythe (1981, p. 15) “o objetivo dos meios de comunicação de massa é produzir audiências para vender aos anunciantes”. No caso das redes sociais, essa audiência é



produzida “pelas próprias pessoas alvo das mensagens publicitárias. Elas, com seus posts, com suas fotos, seus vídeos (...) produzem a audiência que se multiplica (...)” (DANTAS, 2014, p. 88). Nesse mesmo sentido, Fuchs (2012) observa que as atividades dos usuários de redes sociais configuram uma audiência mercadoria mais ativa, ou seja, produtora de dados que, acumulados, qualificam as audiências e são vendidos para os anunciantes.

Segundo Bolaño e Vieira (2012), Fuchs (2012) estaria certo ao afirmar que a navegação dos usuários nas redes sociais constitui uma audiência mais ativa já que nela “os usuários são também produtores de conteúdo” (FUCHS, 2012, p.43). No entanto, ressaltam que o pensador austríaco “extrapola” ao afirmar que o trabalho exercido pela audiência produz novos valores. Para eles o trabalho produtivo “é somente aquele dos trabalhadores informacionais capazes de transformar os dados em mercadoria audiência e de criar ferramentas que transformam toda a informação coletada da rede em bancos de dados” (BOLAÑO e VIEIRA, 2012, pg. 11). Nesse sentido, observam, tanto Smythe (1981) quanto Fuchs (2012) erram ao considerarem que telespectadores e usuários são trabalhadores que tem sua força de trabalho explorada.

Para Bolaño e Vieira (2012, p. 10) “o que o usuário produz não tem nenhum valor de troca, pois toda a sua atividade rastreada, assim como o conteúdo eventualmente produzido por ele somente interessa à empresa como matéria bruta para que os trabalhadores informacionais produzam a mercadoria audiência”. Neste sentido nossa atividade online só seria produtora de mais-valor se inserida em uma cadeia de produção objetivamente organizada pelo tempo de trabalho socialmente necessário (SRNICEK, 2022). Ou seja, por uma quantidade de tempo de trabalho que exige “competição entre produtores, mediação pelo mercado e validação pela troca, para existir” (SRNICEK, 2022, p. 05).

Isso quer dizer que as atividades online não seriam produtoras de mercadorias em si, mas sim práticas que compõem um “conjunto de informações” (BRUNO, 2006) organizadas e vendidas como mercadoria audiência. Segundo Bruno (2006, p. 155) “é exatamente este conjunto de informações que dá às corporações que captam a subjetividade coletiva através de plataformas de internet um grande poder de mercado”.

Quem está certo? Apesar das críticas, Bolaño e Vieira (2012) reconhecem o acerto de Fuchs (2012) ao dizer que “a regra de ouro da economia capitalista da internet é que quanto mais usuários uma plataforma tiver, mais altas as taxas de publicidade podem ser definidas” (FUCHS, 2012, p. 45). Se olharmos para os demonstrativos financeiros da Alphabet (holding que incorpora empresas como o Google e o YouTube) e da Meta Platforms (holding que incorpora o Facebook e o Instagram), respectivamente 11ª e 34ª maiores empresas do mundo em 2022, segundo o ranking da revista Forbes (2022), vemos que a receita destas empresas é majoritariamente

dependente dos anúncios (ou da publicidade/propaganda) que elas veiculam em suas plataformas.

Tabela 1 – receitas financeiras Google e Alphabet 2021-2022 (milhões de dólares). Fonte: Alphabet Inc. (2023) e Meta Platforms Inc. (2023). Elaboração própria.

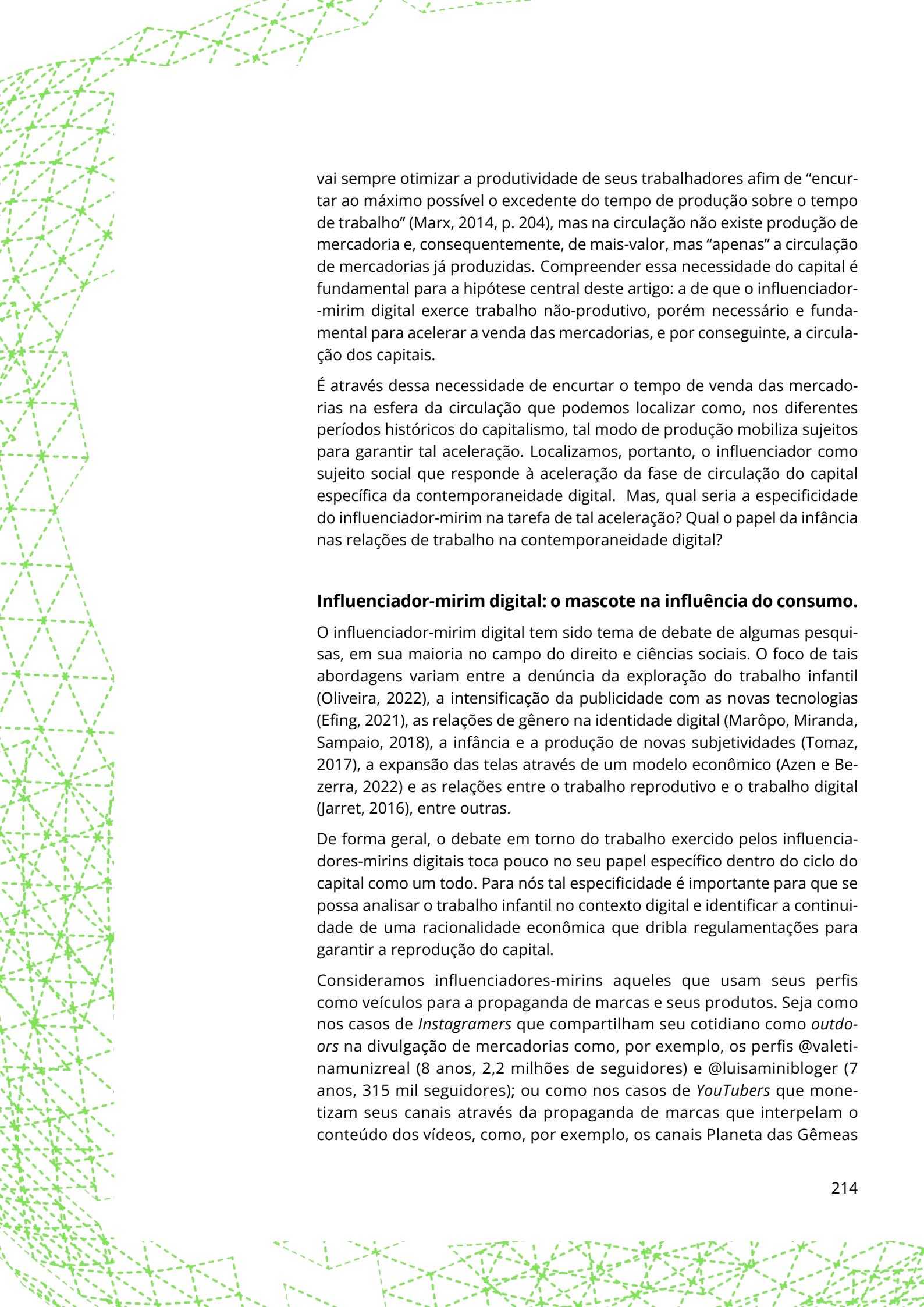
Receitas financeiras (milhões de dólares)				
Google	2021	%	2022	%
receitas com propaganda	\$209.497	81,3%	\$224.473	79,4%
outras fontes (serviços, nuvem, etc.)	\$48.140	18,7%	\$58.363	20,6%
Meta Platforms	2021	%	2022	%
receitas com propaganda	\$113.642	97,5%	\$114.934	97,5%
outros (reality labs, etc.)	\$2.967	2,5%	\$2.995	2,5%

Com os dados na mão, podemos dizer que tanto a tese do trabalho gratuito quanto a sua crítica nos ajudam a compreender as múltiplas esferas de participação na reprodução do capital. Claro que o carro chefe destas empresas que controlam as principais redes sociais utilizadas no mundo é a propaganda, ou seja, a atividade que faz com que mercadorias já produzidas sejam vendidas de fato. Nesse sentido, portanto, a produção de atenção exercida a partir do compartilhamento de conteúdo pelos influenciadores e o engajamento de seus seguidores configurariam um trabalho necessário para a reprodução do capital, porém não-produtor de novos valores, assemelhando-se muito ao trabalho exercido nos ramos da publicidade, propaganda e *marketing*, ou mesmo do comércio.

Sejam criando novos bens, sejam criando peças de publicidade, tanto influenciadores e seus seguidores, quanto consumidores-criadores ou mesmo empresas (produtoras de vídeos, filmes, etc.) evidenciam a complexidade das práticas implicadas na nossa navegação online, que caracterizam tanto o consumo quanto o trabalho produtivo e não-produtivo do ponto de vista do capital, sejam estes remunerados ou não.

Estes podem criar ou não mais-valor, mas de fato são fundamentais ao acúmulo de capital e fazem com que o capitalismo encontre novas formas de subordinar cada respiro da sociabilidade humana, acelerando o processo de produção e circulação (realização) do capital globalmente produzido. A circulação não seria, portanto, uma etapa de produção de mais-valor, e sim, a etapa que procura garantir o menor intervalo possível entre a produção de mercadorias e sua venda. Isso porque se a venda de mercadorias for lenta, a realização do capital pode não acontecer no tempo adequado ou necessário para sua acumulação.

Para Marx é somente na esfera da produção que a absorção do trabalho gera mais-valor. “O trabalho transfere sempre o valor dos meios de produção ao produto, desde que ele os consuma de modo eficaz, como meios de produção” (Marx, 2014, p. 203). Isso quer dizer que a produção capitalista



vai sempre otimizar a produtividade de seus trabalhadores afim de “encurtar ao máximo possível o excedente do tempo de produção sobre o tempo de trabalho” (Marx, 2014, p. 204), mas na circulação não existe produção de mercadoria e, conseqüentemente, de mais-valor, mas “apenas” a circulação de mercadorias já produzidas. Compreender essa necessidade do capital é fundamental para a hipótese central deste artigo: a de que o influenciador-mirim digital exerce trabalho não-produtivo, porém necessário e fundamental para acelerar a venda das mercadorias, e por conseguinte, a circulação dos capitais.

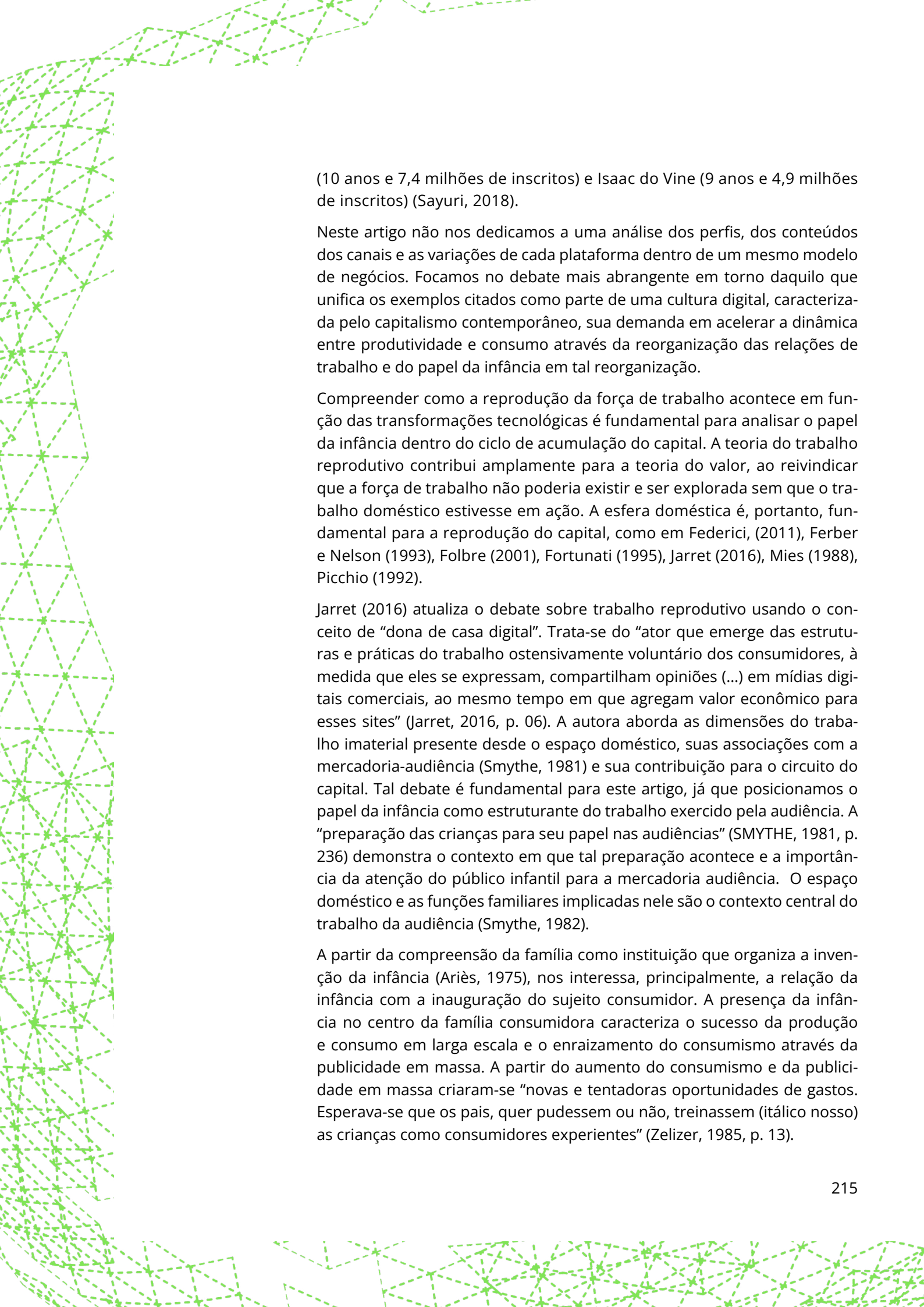
É através dessa necessidade de encurtar o tempo de venda das mercadorias na esfera da circulação que podemos localizar como, nos diferentes períodos históricos do capitalismo, tal modo de produção mobiliza sujeitos para garantir tal aceleração. Localizamos, portanto, o influenciador como sujeito social que responde à aceleração da fase de circulação do capital específica da contemporaneidade digital. Mas, qual seria a especificidade do influenciador-mirim na tarefa de tal aceleração? Qual o papel da infância nas relações de trabalho na contemporaneidade digital?

Influenciador-mirim digital: o mascote na influência do consumo.

O influenciador-mirim digital tem sido tema de debate de algumas pesquisas, em sua maioria no campo do direito e ciências sociais. O foco de tais abordagens variam entre a denúncia da exploração do trabalho infantil (Oliveira, 2022), a intensificação da publicidade com as novas tecnologias (Efig, 2021), as relações de gênero na identidade digital (Marôpo, Miranda, Sampaio, 2018), a infância e a produção de novas subjetividades (Tomaz, 2017), a expansão das telas através de um modelo econômico (Azen e Bezerra, 2022) e as relações entre o trabalho reprodutivo e o trabalho digital (Jarret, 2016), entre outras.

De forma geral, o debate em torno do trabalho exercido pelos influenciadores-mirins digitais toca pouco no seu papel específico dentro do ciclo do capital como um todo. Para nós tal especificidade é importante para que se possa analisar o trabalho infantil no contexto digital e identificar a continuidade de uma racionalidade econômica que dribla regulamentações para garantir a reprodução do capital.

Consideramos influenciadores-mirins aqueles que usam seus perfis como veículos para a propaganda de marcas e seus produtos. Seja como nos casos de *Instagramers* que compartilham seu cotidiano como *outdoors* na divulgação de mercadorias como, por exemplo, os perfis @valetinamunizreal (8 anos, 2,2 milhões de seguidores) e @luisaminibloger (7 anos, 315 mil seguidores); ou como nos casos de *YouTubers* que monetizam seus canais através da propaganda de marcas que interpelam o conteúdo dos vídeos, como, por exemplo, os canais Planeta das Gêmeas



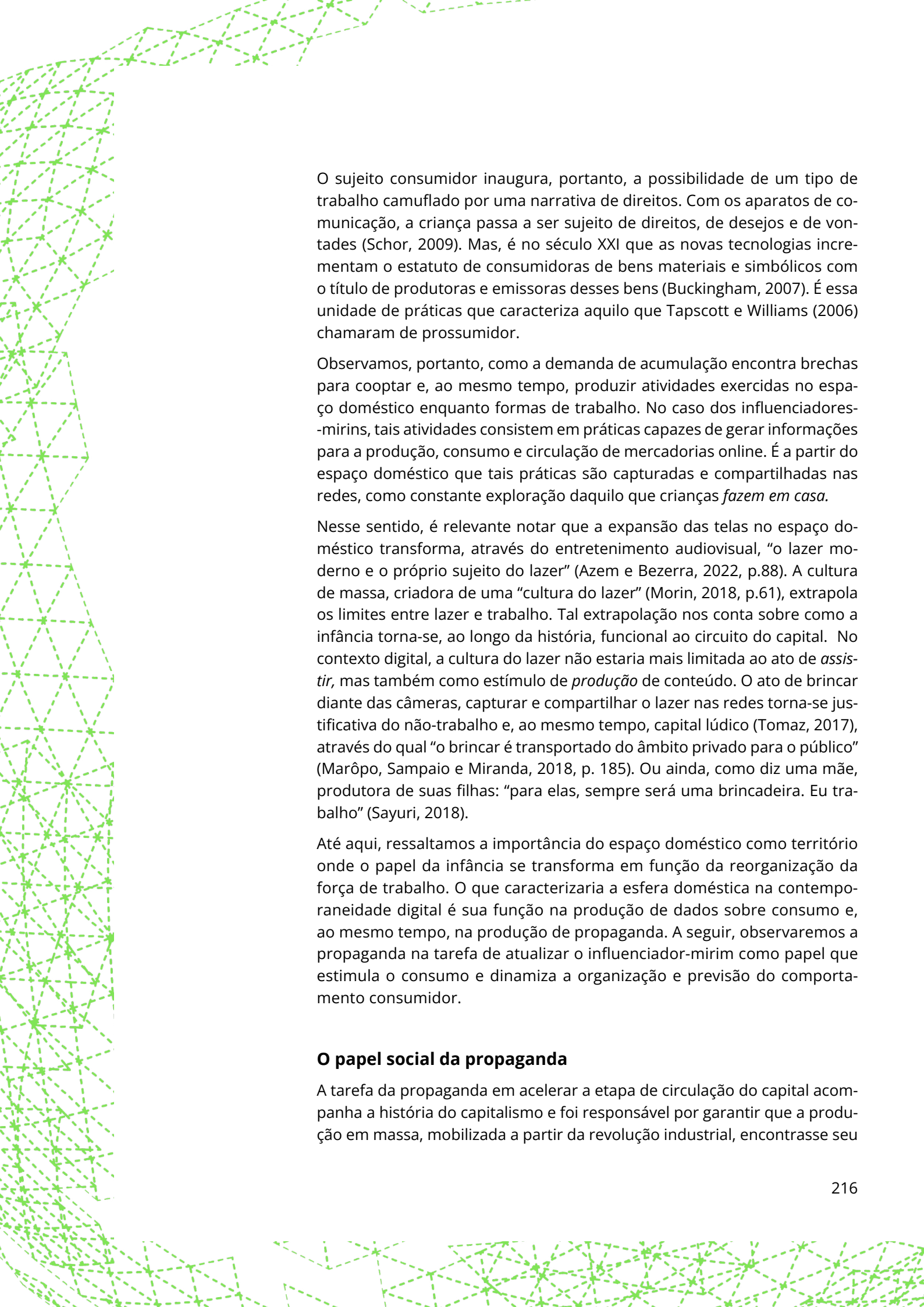
(10 anos e 7,4 milhões de inscritos) e Isaac do Vine (9 anos e 4,9 milhões de inscritos) (Sayuri, 2018).

Neste artigo não nos dedicamos a uma análise dos perfis, dos conteúdos dos canais e as variações de cada plataforma dentro de um mesmo modelo de negócios. Focamos no debate mais abrangente em torno daquilo que unifica os exemplos citados como parte de uma cultura digital, caracterizada pelo capitalismo contemporâneo, sua demanda em acelerar a dinâmica entre produtividade e consumo através da reorganização das relações de trabalho e do papel da infância em tal reorganização.

Compreender como a reprodução da força de trabalho acontece em função das transformações tecnológicas é fundamental para analisar o papel da infância dentro do ciclo de acumulação do capital. A teoria do trabalho reprodutivo contribui amplamente para a teoria do valor, ao reivindicar que a força de trabalho não poderia existir e ser explorada sem que o trabalho doméstico estivesse em ação. A esfera doméstica é, portanto, fundamental para a reprodução do capital, como em Federici, (2011), Ferber e Nelson (1993), Folbre (2001), Fortunati (1995), Jarret (2016), Mies (1988), Picchio (1992).

Jarret (2016) atualiza o debate sobre trabalho reprodutivo usando o conceito de “dona de casa digital”. Trata-se do “ator que emerge das estruturas e práticas do trabalho ostensivamente voluntário dos consumidores, à medida que eles se expressam, compartilham opiniões (...) em mídias digitais comerciais, ao mesmo tempo em que agregam valor econômico para esses sites” (Jarret, 2016, p. 06). A autora aborda as dimensões do trabalho imaterial presente desde o espaço doméstico, suas associações com a mercadoria-audiência (Smythe, 1981) e sua contribuição para o circuito do capital. Tal debate é fundamental para este artigo, já que posicionamos o papel da infância como estruturante do trabalho exercido pela audiência. A “preparação das crianças para seu papel nas audiências” (SMYTHE, 1981, p. 236) demonstra o contexto em que tal preparação acontece e a importância da atenção do público infantil para a mercadoria audiência. O espaço doméstico e as funções familiares implicadas nele são o contexto central do trabalho da audiência (Smythe, 1982).

A partir da compreensão da família como instituição que organiza a invenção da infância (Ariès, 1975), nos interessa, principalmente, a relação da infância com a inauguração do sujeito consumidor. A presença da infância no centro da família consumidora caracteriza o sucesso da produção e consumo em larga escala e o enraizamento do consumismo através da publicidade em massa. A partir do aumento do consumismo e da publicidade em massa criaram-se “novas e tentadoras oportunidades de gastos. Esperava-se que os pais, quer pudessem ou não, treinassem (itálico nosso) as crianças como consumidores experientes” (Zelizer, 1985, p. 13).



O sujeito consumidor inaugura, portanto, a possibilidade de um tipo de trabalho camuflado por uma narrativa de direitos. Com os aparatos de comunicação, a criança passa a ser sujeito de direitos, de desejos e de vontades (Schor, 2009). Mas, é no século XXI que as novas tecnologias incrementam o estatuto de consumidoras de bens materiais e simbólicos com o título de produtoras e emissoras desses bens (Buckingham, 2007). É essa unidade de práticas que caracteriza aquilo que Tapscott e Williams (2006) chamaram de prossumidor.


Observamos, portanto, como a demanda de acumulação encontra brechas para cooptar e, ao mesmo tempo, produzir atividades exercidas no espaço doméstico enquanto formas de trabalho. No caso dos influenciadores-mirins, tais atividades consistem em práticas capazes de gerar informações para a produção, consumo e circulação de mercadorias online. É a partir do espaço doméstico que tais práticas são capturadas e compartilhadas nas redes, como constante exploração daquilo que crianças *fazem em casa*.

Nesse sentido, é relevante notar que a expansão das telas no espaço doméstico transforma, através do entretenimento audiovisual, “o lazer moderno e o próprio sujeito do lazer” (Azem e Bezerra, 2022, p.88). A cultura de massa, criadora de uma “cultura do lazer” (Morin, 2018, p.61), extrapola os limites entre lazer e trabalho. Tal extrapolação nos conta sobre como a infância torna-se, ao longo da história, funcional ao circuito do capital. No contexto digital, a cultura do lazer não estaria mais limitada ao ato de *assistir*, mas também como estímulo de *produção* de conteúdo. O ato de brincar diante das câmeras, capturar e compartilhar o lazer nas redes torna-se justificativa do não-trabalho e, ao mesmo tempo, capital lúdico (Tomaz, 2017), através do qual “o brincar é transportado do âmbito privado para o público” (Marôpo, Sampaio e Miranda, 2018, p. 185). Ou ainda, como diz uma mãe, produtora de suas filhas: “para elas, sempre será uma brincadeira. Eu trabalho” (Sayuri, 2018).

Até aqui, ressaltamos a importância do espaço doméstico como território onde o papel da infância se transforma em função da reorganização da força de trabalho. O que caracterizaria a esfera doméstica na contemporaneidade digital é sua função na produção de dados sobre consumo e, ao mesmo tempo, na produção de propaganda. A seguir, observaremos a propaganda na tarefa de atualizar o influenciador-mirim como papel que estimula o consumo e dinamiza a organização e previsão do comportamento consumidor.

O papel social da propaganda

A tarefa da propaganda em acelerar a etapa de circulação do capital acompanha a história do capitalismo e foi responsável por garantir que a produção em massa, mobilizada a partir da revolução industrial, encontrasse seu



destino nos consumidores. Mais especificamente, é no pós-Segunda Guerra Mundial que a propaganda expande o seu mercado para o público infanto-juvenil que passa a exercer influência no consumo da família (Schor, 2009).


No documentário *The Century of the Self*, Curtis (2002) mostra como a grande recessão iniciada em 1929 e a preocupação com crises de superprodução no pós-guerra influenciaram as estratégias desse setor. O documentário demonstra como a década de 50 foi marcada pela tradução subversiva dos fundamentos da psicanálise para a propaganda, a fim de garantir a continuidade e a celeridade do consumo. A propaganda descobriria que precisava estimular as pessoas a transitarem de uma cultura da necessidade para a cultura do desejo. Tal estímulo vinha com uma promessa, a ideia de que o consumo motivado pelo desejo garantiria que o sujeito se expressasse no mundo, que sua interioridade mais íntima pudesse ser vista e percebida pelo outro. Assim, objetos irrelevantes, desnecessários, passaram a se tornar símbolos emocionais sobre como os sujeitos gostariam de ser vistos uns pelos outros. Comprar um produto deixava de ser mero consumo e se tornava ato de engajamento pessoal, da intimidade do eu, com aquele serviço ou produto.

Curtis (2002) adentra na origem dos mecanismos de previsão do comportamento consumidor, o que nos ajuda a compreender a lógica por trás do acúmulo e coleta de dados digitais nos dias de hoje. O documentarista mostra o desenvolvimento do *marketing* como modo de organização do mercado consumidor a partir do levantamento de dados da população. Todo um arcabouço de pesquisa, como os chamados “grupos focais”, as pesquisas de opinião e outros mecanismos de coleta de informações, começava a ser organizado para *fazer* a população *falar* sobre seus desejos em relação aos produtos. *Falar* sobre produtos se tornava um elemento chave para garantir a aceleração da circulação de mercadorias.

A ascensão dos influenciadores digitais nas redes sociais pode ser interpretada como a intensificação dessa lógica que está na origem da propaganda enquanto força motriz da circulação de mercadorias. Se antes a propaganda dependia das empresas de marketing para produzir e coletar informação sobre o mercado consumidor, agora as redes sociais se apresentam como um espaço onde tal produção de dados acontece de forma voluntária, “espontânea” e ininterrupta através da navegação dos usuários.

Falar sobre produtos como quem fala de si, falar de si como quem fala de produtos. Essa importante intersecção entre a propaganda e as demandas do mercado é intensificada hoje nas redes sociais. O sujeito como veículo de uma marca, que potencialmente é ele mesmo, atinge uma eficiência própria na dinâmica entre influenciadores e seguidores.

No processo de desenvolvimento da cultura *influencer* (Fuchs, 2022), como carro chefe do marketing contemporâneo, os influenciadores-mirins caracterizam um dinamismo próprio. Desde que a propaganda televisiva come-



çou a utilizar crianças em seus comerciais é notável a eficiência de persuasão ao consumo através da performance infantil. Os anos 90 no Brasil foi marcado pela utilização de crianças em comerciais e sua eficácia publicitária já que tais imagens “facilitavam a conquista da simpatia, tanto de pais quanto das próprias crianças, pois tendem a favorecer uma identificação entre as imagens e o público” (Monteiro, 2014, p. 56).

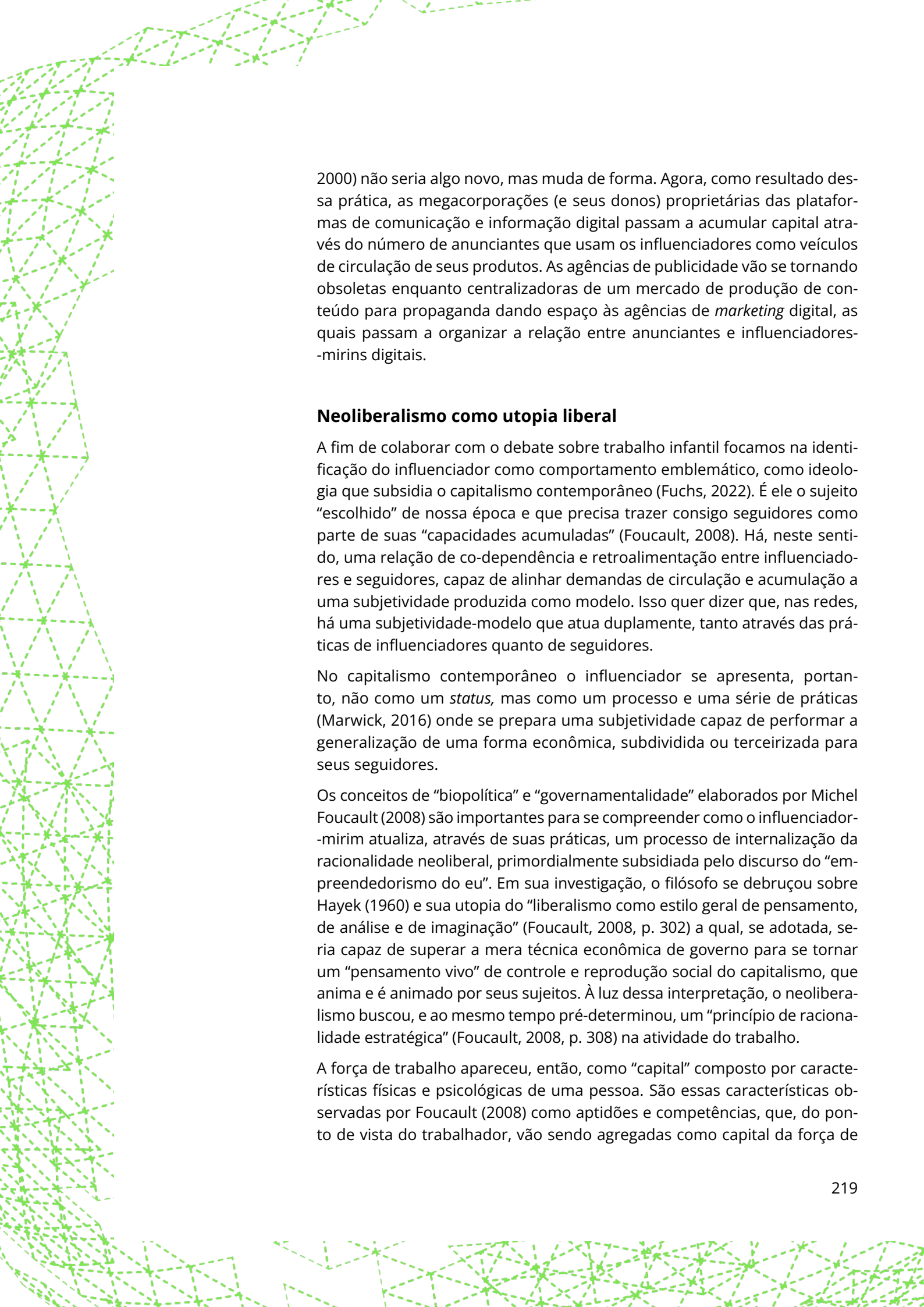
Se nesta etapa da popularização da televisão como mídia massiva a utilização de crianças nos comerciais já demonstrava “o interesse mercadológico de investir no poder de persuasão perante o público infantil e os pais/responsáveis” (Monteiro, 2018, p. 97), é relevante notar as transformações de tal caráter persuasivo no contexto das redes sociais.

Há, no caso dos influenciadores-mirins, um elemento novo: eles inauguram um tipo de socialização nas redes onde os indivíduos não são somente estimulados a serem ávidos consumidores, mobilizados pela irracionalidade “libertária” do desejo, mas também ávidos vendedores, mobilizados por uma racionalidade econômica onde cada respiro vira palco de vendas nas redes sociais. Os influenciadores-mirins seriam, portanto, *performers* de anunciantes (Fuchs, 2022), *outdoors* animados de marcas, que engajam seguidores que, por sua vez, produzem atenção e aceleram a venda de mercadorias já produzidas. Mais ainda, tal aceleração é intensificada já que agora a “naturalidade” e “espontaneidade” dos conteúdos gravados desde o espaço doméstico, escamoteiam a narrativa comercial, facilitam a “simpatia” entre público e imagens de crianças e impulsionam o desejo de consumo.

Há, neste sentido, uma mudança na percepção do consumidor sobre a relação entre a performance do sujeito do comercial e o produto sendo vendido. Na contemporaneidade digital, a figura da celebridade é atravessada pelas chamadas “microcelebridades” (Senft, 2008), caracterizando uma alteração importante na produção de comerciais. “As novas tecnologias, o barateamento e facilitação dos processos de produção, a abertura dos canais de circulação e divulgação de produtos possibilitam quase a qualquer um se lançar em rede” (França, 2014, p. 29).

Se antes as empresas de marketing e as agências de publicidade precisavam mobilizar todo um capital para a produção de dados, de comerciais para os meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, revistas etc.) e para pagar suas equipes e equipamentos, agora o influenciador digital torna-se responsável por essa tarefa a um custo muito baixo. É ele agora o próprio produtor da cena e quem garante a captura de atenção de potenciais consumidores dos produtos que divulga. Dessa forma, o influenciador reduz os chamados “falsos custos” (Marx, 2014, p.235), contribui para a economia de capital como um todo e torna-se peça fundamental para a etapa da circulação.

A tendência à concentração e centralização da produção e da distribuição de conteúdos culturais como forma de reduzir riscos ao capital (Bolaño,



2000) não seria algo novo, mas muda de forma. Agora, como resultado dessa prática, as megacorporações (e seus donos) proprietárias das plataformas de comunicação e informação digital passam a acumular capital através do número de anunciantes que usam os influenciadores como veículos de circulação de seus produtos. As agências de publicidade vão se tornando obsoletas enquanto centralizadoras de um mercado de produção de conteúdo para propaganda dando espaço às agências de *marketing* digital, as quais passam a organizar a relação entre anunciantes e influenciadores-mirins digitais.


Neoliberalismo como utopia liberal

A fim de colaborar com o debate sobre trabalho infantil focamos na identificação do influenciador como comportamento emblemático, como ideologia que subsidia o capitalismo contemporâneo (Fuchs, 2022). É ele o sujeito “escolhido” de nossa época e que precisa trazer consigo seguidores como parte de suas “capacidades acumuladas” (Foucault, 2008). Há, neste sentido, uma relação de co-dependência e retroalimentação entre influenciadores e seguidores, capaz de alinhar demandas de circulação e acumulação a uma subjetividade produzida como modelo. Isso quer dizer que, nas redes, há uma subjetividade-modelo que atua duplamente, tanto através das práticas de influenciadores quanto de seguidores.

No capitalismo contemporâneo o influenciador se apresenta, portanto, não como um *status*, mas como um processo e uma série de práticas (Marwick, 2016) onde se prepara uma subjetividade capaz de performar a generalização de uma forma econômica, subdividida ou terceirizada para seus seguidores.

Os conceitos de “biopolítica” e “governamentalidade” elaborados por Michel Foucault (2008) são importantes para se compreender como o influenciador-mirim atualiza, através de suas práticas, um processo de internalização da racionalidade neoliberal, primordialmente subsidiada pelo discurso do “empreendedorismo do eu”. Em sua investigação, o filósofo se debruçou sobre Hayek (1960) e sua utopia do “liberalismo como estilo geral de pensamento, de análise e de imaginação” (Foucault, 2008, p. 302) a qual, se adotada, seria capaz de superar a mera técnica econômica de governo para se tornar um “pensamento vivo” de controle e reprodução social do capitalismo, que anima e é animado por seus sujeitos. À luz dessa interpretação, o neoliberalismo buscou, e ao mesmo tempo pré-determinou, um “princípio de racionalidade estratégica” (Foucault, 2008, p. 308) na atividade do trabalho.

A força de trabalho apareceu, então, como “capital” composto por características físicas e psicológicas de uma pessoa. São essas características observadas por Foucault (2008) como aptidões e competências, que, do ponto de vista do trabalhador, vão sendo agregadas como capital da força de



trabalho. Cada indivíduo seria, portanto, uma máquina, um agregado de competências, de capital organizado em força de trabalho.

É essa “motivação” o gancho que os neoliberais encontram para alinhar um princípio de racionalidade e desejo no e pelo trabalho como comportamento humano. O que o neoliberalismo busca em sua análise econômica é decifrar – e, ao mesmo tempo, programar - indivíduos enquanto empresas de suas próprias capacidades, “unidades-empresas”, sujeitos capazes de reproduzir uma racionalidade econômica que seja a pulsão da sociedade.


Foucault (2008) evidencia como o capitalismo reorganiza as relações de trabalho, ampliando a subordinação da subjetividade às demandas econômicas. Indivíduos precisam ser continuamente motivados a exercerem condutas funcionais às demandas de acumulação e ao escamoteamento das relações de poder. A esfera do trabalho (e do não trabalho) acompanharia, portanto, a necessidade ideológica de ofuscar as relações por onde se dá a produção de valor no capitalismo contemporâneo.

Entre liberdade e obediência

Com sua roupagem neoliberal, o capitalismo passaria a produzir sujeitos que desejem e dependam subjetivamente de uma certa performance. O sujeito modelo de sucesso nas redes já não somente performa as relações sociais que o subordinam, num corpo dócil como se passivo e domesticado por uma força externa, mas passa a reproduzir o desejo de subordinação cotidianamente.

No caso das redes sociais digitais, como contexto em que novas formas de trabalho atualizam mecanismos de subordinação, a relação recíproca entre liberdade e obediência característica do neoliberalismo (Gago, 2019) é atualizada. Através das práticas exercidas por influenciadores e seus seguidores, o imbricamento entre liberdade e obediência se intensifica. Mais ainda, há um “desejo de performance” sendo estimulado nas redes a partir da dinâmica entre liberdade e obediência.

Chamamos de “desejo de performance” a mobilização de uma disponibilidade constante nas redes, capaz de atender as demandas de digitalização da vida como um todo. Tal performance ininterrupta compõe o que Deleuze e Guattari (1980) chamam de “servidão maquínica”, responsável por colocar o desejo em ação, “por o desejo para trabalhar” (Lazzarato, 2010, p. 178). Na “servidão maquínica” o desejo é “combustível” da engrenagem que o produz. Isso quer dizer que, nas redes, desejamos performar comportamentos monetizáveis, organizados pela lógica do ranqueamento, pela coleta de dados traduzíveis em informação que alimenta a previsibilidade de consumo. Ou ainda, “(...) constituímos simples entradas e saídas, *inputs* e *outputs* do funcionamento de processos econômicos, sociais, comunicacionais (...)” (Lazzarato, 2010, p. 170). Do café da manhã até a hora de dormir,



tudo é palco para uma performance a ser capturada, compartilhada e datafada (Sibilia, 2016). O que torna tal performance específica é que ela não só entretém um público, mas, ao entreter, alicia outra força de trabalho: seguidores. Ao performar, o influenciador anima cotidianamente o engajamento de seus seguidores que, por sua vez, produzem atenção traduzida em dados digitais.

Aqui o termo *performance* é usado duplamente. Se refere ao influenciador em sua eficiência no entretenimento e captura da atenção de seus seguidores, assim como ao seguidor que, engajado, produz atenção, convertida em dados acumulados e distribuídos. Ambos, influenciador e seguidor, mobilizam sua força de trabalho a partir de competências e funções diferentes dentro da economia das plataformas digitais.

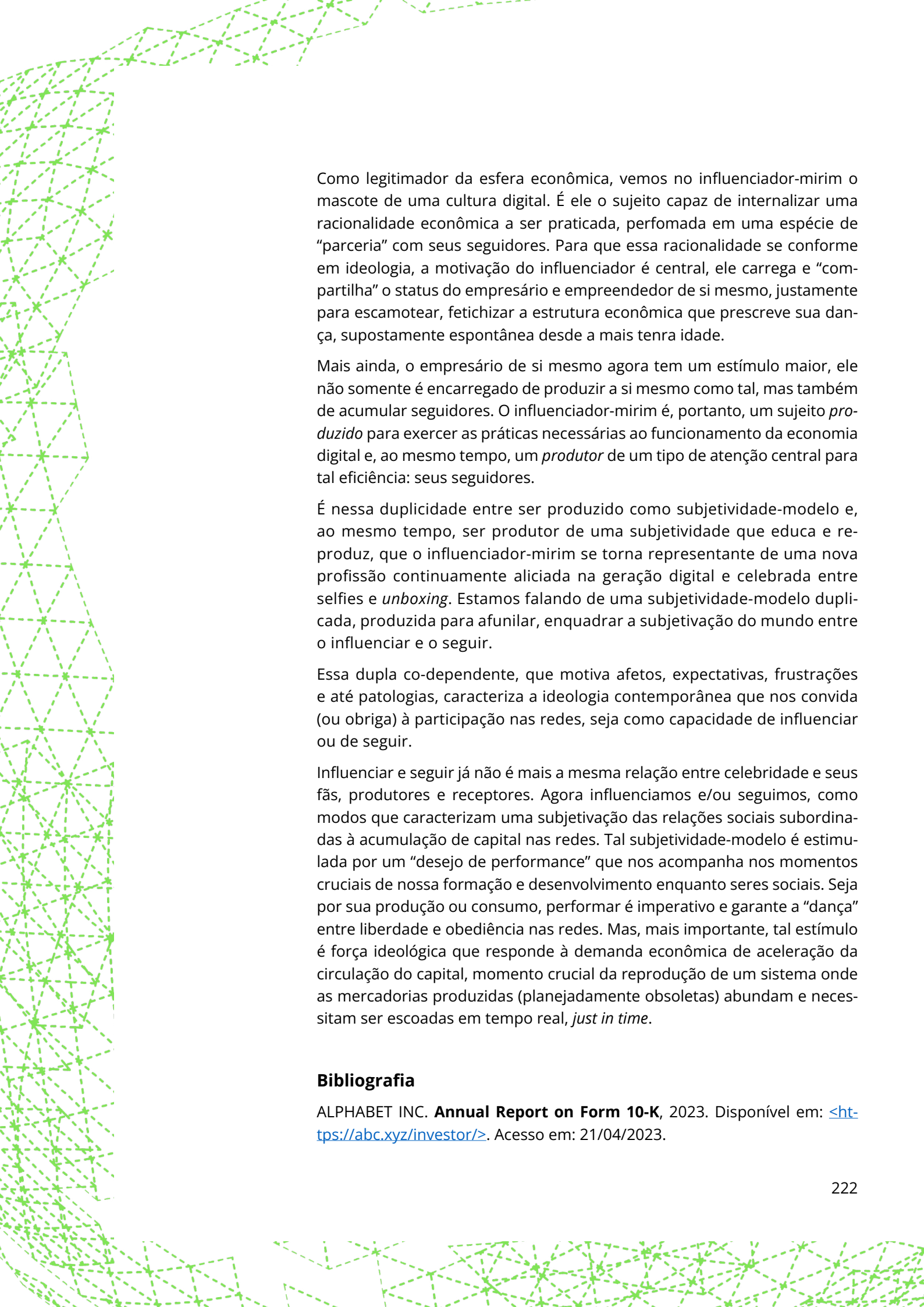
Consideramos que tal “desejo de performance”, de disponibilidade constante nas redes, é parte importante no processo de internalização de uma racionalidade funcional a esta etapa de circulação do capital. O influenciador-mirim digital é, portanto, socializado desde a mais tenra idade, através do desejo de performar para a câmera, motivado pela liberdade comunicacional que os dispositivos móveis oferecem e, ao mesmo tempo, pela obediência em compartilhar tal performance e gerenciar seu engajamento. Ele já não é mais somente um usuário, consumidor ou produtor, mas peça intrínseca para o funcionamento de um sistema produtor de dados e engajamento responsáveis por acelerar a circulação do capital.

Performar nas redes sociais é, portanto, tarefa que subordina nosso tempo, já que consegue sintetizar demandas econômicas em uma cultura que se generaliza. Com o influenciador-mirim tal generalização se torna eficiente através de práticas que unificam “brincadeira” e “trabalho”. Ao observar a “servidão maquínica” nas crianças que “trabalham diante da televisão; trabalham na creche com brinquedos concebidos para melhorar suas performances produtivas” (Guattari, 1980, p. 80), Guattari antecipa aquilo que hoje representa nas redes a metamorfose entre brincadeira em trabalho.

Considerações finais

Neste artigo, tentamos demonstrar que o influenciador-mirim e seus seguidores exercem um papel central na reprodução da sociedade capitalista contemporânea. Como vimos, são trabalhadores infantis e, ainda que não-produtivos de novos valores, são necessários à reprodução do capital, pois são funcionais para a aceleração da circulação do capital através das redes e plataformas.

Nesse sentido estritamente econômico, são atores fundamentais para elevar o lucro das *big techs*. Em um mundo onde, desde o pós-guerra, a superprodução de mercadorias preocupa, a garantia da venda das mercadorias de forma constante e acelerada é central.



Como legitimador da esfera econômica, vemos no influenciador-mirim o mascote de uma cultura digital. É ele o sujeito capaz de internalizar uma racionalidade econômica a ser praticada, performada em uma espécie de “parceria” com seus seguidores. Para que essa racionalidade se conforme em ideologia, a motivação do influenciador é central, ele carrega e “compartilha” o status do empresário e empreendedor de si mesmo, justamente para escamotear, fetichizar a estrutura econômica que prescreve sua dança, supostamente espontânea desde a mais tenra idade.

Mais ainda, o empresário de si mesmo agora tem um estímulo maior, ele não somente é encarregado de produzir a si mesmo como tal, mas também de acumular seguidores. O influenciador-mirim é, portanto, um sujeito *produzido* para exercer as práticas necessárias ao funcionamento da economia digital e, ao mesmo tempo, um *produtor* de um tipo de atenção central para tal eficiência: seus seguidores.

É nessa duplicidade entre ser produzido como subjetividade-modelo e, ao mesmo tempo, ser produtor de uma subjetividade que educa e reproduz, que o influenciador-mirim se torna representante de uma nova profissão continuamente aliciada na geração digital e celebrada entre selfies e *unboxing*. Estamos falando de uma subjetividade-modelo duplicada, produzida para afunilar, enquadrar a subjetivação do mundo entre o influenciar e o seguir.

Essa dupla co-dependente, que motiva afetos, expectativas, frustrações e até patologias, caracteriza a ideologia contemporânea que nos convida (ou obriga) à participação nas redes, seja como capacidade de influenciar ou de seguir.

Influenciar e seguir já não é mais a mesma relação entre celebridade e seus fãs, produtores e receptores. Agora influenciamos e/ou seguimos, como modos que caracterizam uma subjetivação das relações sociais subordinadas à acumulação de capital nas redes. Tal subjetividade-modelo é estimulada por um “desejo de performance” que nos acompanha nos momentos cruciais de nossa formação e desenvolvimento enquanto seres sociais. Seja por sua produção ou consumo, performar é imperativo e garante a “dança” entre liberdade e obediência nas redes. Mas, mais importante, tal estímulo é força ideológica que responde à demanda econômica de aceleração da circulação do capital, momento crucial da reprodução de um sistema onde as mercadorias produzidas (planejadamente obsoletas) abundam e necessitam ser escoadas em tempo real, *just in time*.

Bibliografia

ALPHABET INC. **Annual Report on Form 10-K**, 2023. Disponível em: <https://abc.xyz/investor/>. Acesso em: 21/04/2023.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1975.

AZEN, Marcia. BEZERRA, Arthur Coelho. Diversidade no funil: capitalismo de vigilância e conteúdo infantil no YouTube. **Revista Eptic**. Vol. 24, n. 3, p. 85-100, 2022.

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural: informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BOLAÑO, César. VIEIRA, Eloy Santos. **Economia Política da Internet: sites de redes sociais e luta de classes**. Intercom. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, 2012.

BRUNO, Fernanda. **Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas**. Revista Fronteiras. Vol. 8, n. 2, p.152-159, 2006.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

DANTAS, Marcelo. Mais-Valia 2.0: Produção e apropriação de valor nas redes do capital. **Revista Eptic**. Vol. 16 n.2, p. 89-112, 2014.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

EFING, Carlos Antônio; MOREIRA, Angelina Tavares. **Influenciadores mirins: reflexos da publicidade digital direcionada às crianças**. *Civillistica*, v. 10, n. 3, 2021.

FEDERICI, Silvia. Women, Land Struggles, and the Reconstruction of the Commons. **Journal of Labor and Society**, v. 14, n. 1, 2011.

FERBER, Marianne A. NELSON, Julie A. **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago, University of Chicago Press, 1993.

FUCHS, Christian. **Social Media: A Critical Introduction**. London: Sage, 2022.

FUCHS, Christian. Google Capitalism. **Triple C**, vol. 10, n. 1, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOLBRE, Nancy. **Invisible Hearth: Economics and Family Values**. Nova Iorque: The New Press, 2001.

FORTUNATI, Leopoldina. **The Arcane of Reproduction: Housework, Prostitution, Labor and Capital**. Nova Iorque: Autonomedia, 1995.

FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula. Celebidades como ponto de ancoragem na sociedade midiaticizada. **Famecos**, v. 21, n. 3, p. 1062-1081, 2014.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: Economias Barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JARRET, Kylie. From the Mechanical Turk to The Digital Housewife”, (?)precisa de permissão p/citar

LAZZARATO, Mauricio. Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo. **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo, p. 168-179, 2010.

MARÔPO, Lidia. VITORINO, Inês. MIRANDA, Nut Paula. Meninas no YouTube: Participação, Celebrização e cultura de consumo. **Estudos em Comunicação**. vol. 1, n. 26, p. 175-196, 2018.

MARX, Karl. **O capital**: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital**: Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARÔPO, Lidia. SAMPAIO, Inês Vitorino e MIRANDA, Nut de Pereira. **Meninas no YouTube**: participação, celebração e cultura do consumo. Revista Estudos de Comunicação nº 26, vol.1, 2018.

META Platforms, Inc. **Annual Report** on Form 10-K, 2023.

MIES, Maria. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale**: Women in the International Division of Labour. Londres: Sed Books, 1998.

MONTEIRO, Maria Clara. **Apropriação por Crianças da Publicidade em Canais de YouTubers Brasileiros**: a promoção do consumo no YouTube através da Publicidade de Experiência. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189071>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MORIN, Edgard. **Cultura de Massas no Século XX – O espírito do Tempo – Neurose e Necrose**. Rio de Janeiro: Florence, 2018.

MURPHY, Andrea; CONTRERAS, Isabel. The Global 2000, **Forbes**, 2022. Disponível em: <https://www.forbes.com/lists/global2000/?sh=4c57665f5ac0>>. Acesso em: 05/04/2023.

OLIVEIRA, Magna Rodrigues. **O Trabalho infantil artístico nas plataformas digitais**: por uma proteção integral dos influenciadores mirins. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/8657>>. Acesso em: 13/04/2023.

PICCHIO, Antonella. **Social Reproduction**: The Political Economy of the Labour Market. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SAYURI, Juliana. Pequenas crianças, grandes negócios. São Paulo: **Revista Trip**, 2018, disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/mini-influen>



[ciadores-digitais-como-tanto-protagonismo-afeta-odesenvolvimento-da-crianca](#). Acesso em: 15/08/2023.

SENF, T. M. **Camgirls**: Celebrity & Community in the Age of Social Networks. Nova Iorque: Peter Lang, 2008.

SCHOR, Juliet B. **Nascidos para comprar**: Uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumo. São Paulo: Gente, 2009.

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu**: A intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SRNICEK, Nick. **Valor, renda e capitalismo de plataforma**. Fronteiras – estudos midiáticos, Unisinos, vol. 24, n. 1, 2022.

SMYTHE, Dallas W. **On The Audience Commodity and its Work**. Blackwell Publishing, 1981.

TOMAZ, Renata Oliveira. YouTube, Infância e Subjetividade: o caso Julia Silva. **ECCOM**, v. 8, n. 16, p. 35-46, 2017.

TAPSCOTT, Don. WILLIAMS, D. Anthony. **Wikinomics**: How Mass Collaboration Changes Everything. Brentford: Portfolio, 2006.

TOMAZ, Renata. **YouTube, infância, e subjetividade**: o caso Julia Silva”. Revista ECCOM, v. 8, nº. 16, 2017.

THE CENTURY of the Self. Direção de Adam Curtis. Reino Unido: BBC, 2002. (240min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DnPmg0R1M04>>. Acesso em 21/04/2023.

VARGAS, Daniella Aparecida Molina. **YouTubers Mirins**: Antigos problemas em novas formas de exploração do trabalho infantil. 2022. 158 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3653>>. Acesso em: 10/04/2023.

ZELIZER, Viviana A. **Pricing the Priceless Child**: The Changing Social Value of Children. Nova Iorque: Basic Books, 1985.

revista *Éptic*

VOL. 24, Nº 2, MAI.-AGO. 2022
ISSN 1518-2487

APOIO

PPGcom

*Programa de Pós-graduação em Comunicação
Universidade Federal de Sergipe*



União Latina de Economia
Política da Informação,
Comunicação e da Cultura
SEÇÃO BRASIL



**Programa de Pós-Graduação
Profissional em Economia**